UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

TÂMYTA ROSA FAVERO

ECOS DAS NARRATIVAS, ELOS DAS MEMÓRIAS:

ANOS-ACONTECIMENTO, JOGOS DE ESCALAS E IMPRENSA NO LIMIAR DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (DÉCADAS DE 1970 E 1980)

FLORIANÓPOLIS
2013

TÂMYTA ROSA FÁVERO

ECOS DAS NARRATIVAS, ELOS DAS MEMÓRIAS:

ANOS-ACONTECIMENTO, JOGOS DE ESCALAS E IMPRENSA NO LIMIAR DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (DÉCADAS DE 1970 E 1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Tempo Presente (Culturas Políticas e Sociabilidades).

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS, SC

2013

TÂMYTA ROSA FÁVERO

ECOS DAS NARRATIVAS, ELOS DAS MEMÓRIAS: ANOS-ACONTECIMENTO, JOGOS DE ESCALAS E IMPRENSA NO LIMIAR DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (DÉCADAS DE 1970 E 1980)

Dissertação para a obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn (PPGH-UDESC)

_____

Membro: Prof. Drª. Denise Rollemberg Cruz (UFF)

_____

Membro**:** Prof. Drª. Silvia Maria Fávero Arend (PPGH-UDESC)

_____

Suplente: Prof. Drª. Cristiani Bereta da Silva (PPGH-UDESC)

_____

Florianópolis, 15 de março de 2013.

Aos meus pais Tazi e Rudy
e ao meu irmão Rudy
pelo amor e confiança de sempre.

AGREDECIMENTOS

Esta acaba se tornando uma parte muito prazerosa da feitura do trabalho já que ao longo deste processo não estive sozinha. Tenho muito a agradecer a eles (as):

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Reinaldo Lohn, pela amizade construída e pelas conversas e orientações extremamente agradáveis que davam um pouco de leveza às aflições da pesquisa. Exemplo de profissional, de orientador, de pessoa.

Agradeço acentuadamente aos meus pais, Tazi e Rudy Fávero, a incondicional dedicação no antes, depois e sempre.

Ao meu irmão Rudy Fávero, pelo companheirismo.

Ao Ricardo Cipriani, pelo amor e pelo enlace dos nossos mundos. Meu presente.

À Ana Luiza Andrade, companheira dos caminhos e descaminhos acadêmicos e pela amizade que é de ontem, de hoje e de amanhã. Que tenhamos fôlego para os próximos degraus.

Agradeço àquelas que compartilham o amor pela História e que também dividiram seus tempos comigo durante o mestrado, Anelise Rodrigues e Kika Uemura. Com vocês até os dias mais cinzas ganham um colorido singular. Amigas queridas.

Agradeço ao Pedro Eurico, Larissa Ripardo e Luisa Rita que são peças fundamentais na minha vida. Com vocês os cafés e cervejas são mais prazerosos.

À Bibiana Brighenti, Ariela Melo, Melissa Proença, Carolina Schimitt, Carolina Fontanella, Tássia Brighenti, Mylene Nunes, Mariana Cechinel, Flávia Cechinel, Daiana Souza, Tatiana Souza e Natércia Koerich, amigas de São Joaquim, desde as nevascas fortes da década de 1990 e parceiras dos Bailes da Neve já nos anos 2000.

Às pessoas que dividem seus cotidianos comigo: meus primos, tios, avós e demais amigos queridos que não citei aqui. São muitos: Michel Goulart, Jackson Kuntz, Marcelo Raupp, Juliana Miranda, Kelly Yshida, Mateus Melo, Carla Acordi, Elisângela Machieski, Willian Conceição, Philip Surniche, Claudio Almeida, Lucas Rocha, Jonny Rodbourne.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Desde a graduação muitos deles travaram aulas que me levavam a outros mundos. A aula apaixonada de um professor pode definir muitos rumos de quem os ouve. Foi o meu caso.

Devo um agradecimento especial à professora Cristiani Bereta da Silva que gentilmente aceitou fazer parte da minha banca de qualificação, fez apontamentos fundamentais e é sem dúvida um dos meus exemplos de profissional na área.

Às professoras Denise Rollemberg Cruz e Silvia Maria Fávero Arend que prontamente aceitaram participar da minha banca de defesa desta dissertação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Além do que agradeço ao pessoal da Biblioteca Pública de Lages pela cordialidade no atendimento e também ao Correio Lageano por ter cedido o acervo até quando possível.

Ainda que possivelmente eu tenha incorrido em esquecimentos que devem ser creditados ao cansaço desta última etapa, o ato de agradecer se tornou o momento de reminiscência do que percorri nestes dois últimos anos. A sensação é a de que os dias vividos fizeram com que eu ficasse mais apaixonada pela História e pelo contato com a pesquisa que envolve a ditadura civil-militar e a redemocratização brasileiras.

Vai passar nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo da velha cidade
Essa noite vai se arrepiar
Ao lembrar que aqui passaram sambas imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais
Num tempo, página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia a nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações
Seus filhos erravam cegos pelo continente
Levavam pedras feito penitentes
Erguendo estranhas catedrais
E um dia, afinal, tinham direito
a uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia que se chamava carnaval
(Chico Buarque, 1984)

RESUMO

FÁVERO, Tâmyta Rosa. **Ecos das narrativas, elos das memórias**: anos-acontecimento, jogos de escalas e imprensa no limiar da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). 2013. 195f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

Neste trabalho, a partir do enlace de narrativas da grande imprensa (*Folha de São Paulo*) com as da imprensa local (*Correio Lageano*), buscou-se compreender a correlação entre processos de longo alcance temporal e a produção de acontecimentos midiáticos que reorganizaram sentidos no que refere à "questão democrática" brasileira durante o processo de transição da ditadura civil-militar para o regime político-democrático. Por sua vez, as tramas que a configuraram dependeram da linguagem como instrumento e, assim, coube aqui selecionar uma rede de narrativas inscritas no tempo pelo jornalismo, que engrenou a construção de uma memória histórica sobre o processo de redemocratização. Atentou-se aos elos entre os anos-acontecimento 1964, 1974 e 1984, com os processos eleitorais que se avizinharam no decorrer do período e com os *pontos de curvatura* da transição política que, juntos, arquitetaram as narrativas da redemocratização. O processo de transição manifestou-se de formas diversas dependendo da escala de observação. Nesse sentido, quando a Lei da Anistia permitiu o retorno de Márcio Moreira Alves ao país, o ex-deputado - estimulado pelos processos administrativos adotados pela prefeitura de Lages, em Santa Catarina, acabou por escrever a obra "A Força do Povo", na qual relatou a experiência de democracia participativa da cidade, obra que tornaria aquela experiência um dos possíveis símbolos da redemocratização já sob os ventos da abertura política. A gestão participativa de Lages durante o mandato do prefeito Dirceu Carneiro e que havia despertado a atenção de Moreira Alves, pode ser tomada então como parte do diferentes nós de articulação das linhas que conformaram a dinâmica política da redemocratização. O processo de transição brasileiro para o regime democrático entrelaçou dinâmicas sociais que ganharam sentido não apenas nos grandes movimentos políticos nacionais. O alcance das novas significações atribuídas à democracia e à participação popular, bem como a construção de narrativas expressas com alguma nitidez, ganham formas singulares quando abordadas na escala das dinâmicas e dos fenômenos sociais situados à margem do processo político mais abrangente. Objetiva-se neste trabalho então destacar as diferentes "redemocratizações" representadas em diferentes escalas: temporais, espaciais e de abrangência narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Redemocratização. Imprensa. Memória. História

ABSTRACT

FÁVERO, Tâmyta Rosa. **Ecos das narrativas, elos das memórias**: anos-acontecimento, jogos de escalas e imprensa no limiar da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). 2013. 194f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

In this work, from the interlace narratives of mainstream media (*Folha de São Paulo*) with the local press (*Correio Lageano*), we seek to understand the correlation between long-range temporal processes and the production of media events that reorganized in senses that refers to "democratic question" Brazilian during the transition from military dictatorship to civil-democratic political regime. In turn, the configuration of the plots depended on the language as a tool, and thus fit here select a network of narratives inscribed in time for journalism, has geared to the construction of a historical memory about the process of democratization. Looked up the links between the event-years 1964, 1974 and 1984, with electoral processes that approximate during the period and the points of curvature of the political transition that together devised democratization narratives. The transition process was manifested in different ways depending on the scale of observation. The transition process was manifested in different ways depending on the scale of observation. In this sense, when the Lei da Anistia allowed the return of to the country Márcio Moreira Alves, the former congressman - stimulated by administrative processes adopted by the city of Lages, Santa Catarina, ended up writing the book "A Força do Povo", in which reported the experience of participatory democracy in the city. This book would make that experience one of the possible symbols of democratization already under the winds of political openness. The participatory management of Lages, during the Mayor Dirceu Carneiro term of office and had attracted the attention of Moreira Alves, can then be taken as part of the different nodes of articulation lines that formed the political dynamics of redemocratization. The Brazilian transition to democratic regime intertwined social dynamics that have earned great meaning not only in national political movements. The range of new significances attributed to democracy and popular participation, as well as the construction of narratives expressed with some clarity, gain singular forms when approached on the scale and dynamics of social phenomena situated outside the political process more comprehensive. Then, the objective of this work is emphasize the different "redemocratization" represented at different scales: temporal, spatial and narrative comprehensiveness.

KEYWORDS: Redemocratization. Press. Memory. History.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

COHAB – Companhia da Habitação do Estado

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

DOI – Destacamento de Operações e Informações

GAP – Grupo de Ação Partidária

IPM – Inquérito Policial Militar

MDB –Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS –Partido Social Democrático

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB -Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

SEDENE –Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN –União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 12
2. **CAPÍTULO 1: PÁGINAS NARRADAS DE UM PASSADO E DE UM FUTUROPRESENTES: OS ENTREATOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO** 28
2.1 O ANO-ACONTECIMENTO 1984: QUE PASSADO SE QUER SER NO FUTURO? 30
2.1.1 MEMÓRIA HISTÓRICA: O TEMPO DATADO EM DIFERENTES ESCALAS DE OBSERVAÇÃO 43
2.1.2 "*MADRUGADA DOS AUSENTES, O FIM DO DIA DA ESPERANÇA*" 65
2.2 O ÊXITO DA OBRA "REVOLUÇÃO": VIVER E COMEMORAR O PROGRESSO NA NARRATIVA EXULTANTE DE UM ENREDO 71
2.2.1. O ENTREATO DA TRAMA: O INÍCIO DO FIM DA EUFORIA E AS ELEIÇÕES DE 1974 78
3. **CAPÍTULO 2: SOB A FEITURA DOS NÓS: OS RITMOS E AS NARRATIVAS DA REDEMOCRATIZAÇÃO EM ESCALA MUNICIPAL** 96
3.1 TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO, TEMPOS DE CURVATURA EM ESCALA MUNICIPAL 108
3.2"*CAMINHANTE, NÃO HÁ CAMINHO. FAZ-SE CAMINHO AO ANDAR*": NARRATIVAS DA CONCILIAÇÃO 118
4. **CAPÍTULO 3: OS TRIPÉS DAS RECONFIGURAÇÕES DEMOCRÁTICAS: ACONTECIMENTOS-MEMÓRIA E OS RESVALOS DO REGIME** 131
4.1 AS CONCILIAÇÕES: O ACONTECIMENTO-MEMÓRIA HERZOG 133
4.2 "ANISTIA À BRASILEIRA": O ESQUECIMENTO-ACONTECIMENTO. 155
4.3 "*APÓS 21 ANOS DE ESPADAS, PLATINAS E ESPORAS*": O FECHAMENTO DO CICLO 173
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 185
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA 189

Introdução

> Quem atravessa a ponte sobre o Rio Pelotas, que separa o Rio Grande do Sul de Santa Catarina, pode levar um susto. No alto do morro há um imenso painel que proclama: 'Bem-Vindo. Lages, a Força do Povo. Terra: 7.094 km². Gente: 180.000'. Que história é essa de força do povo, neste país que há tantos anos tem um regime militar autoritário, onde o povo só tem lugar no formalismo dos discursos oficiais e nas sinistras estatísticas da mortalidade infantil, da miséria absoluta e do recorde mundial de acidentes do trabalho? E essa linguagem estranha, destoante do linguajar do IBGE, que chama terra a superfície e de gente a população? (ALVES, 1980, p.19).

Com este questionamento o jornalista e ex-deputado Marcio Moreira Alves iniciou o livro dedicado à sua visita à cidade de Lages, no Planalto Serrano de Santa Catarina, no ano de 1980, ocasião em que produziu uma reportagem sobre a gestão do então prefeito, Dirceu Carneiro, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1976, cuja publicação ganhou repercussão nacional. A administração da cidade foi apresentada como uma inovadora experiência que privilegiava práticas democrático-participativas e construía novas formas de relacionamento entre população e governo. Marcio Moreira Alves revelou que, ao tomar conhecimento, em São Paulo, das informações que recebera sobre Lages, inquietou-se ainda mais a pensar os obstáculos ao desenvolvimento democrático no Brasil.

Marcio Moreira Alves foi então a Lages procurar a *chave do mistéri*o de tamanha façanha: a construção da democracia participativa, estampada no painel do portal da cidade. Chave que segundo ele "só se descobre adentrando-se no território deste município singular, indagando sua história, conversando com a sua gente". E "quem vem pelo ar, sacolejando em um Bandeirante, que parte de Florianópolis rumo aos sertões de Chapecó, tem surpresa também. Primeiro, o perfil urbano, espalhado pelo planalto, pontilhado de edifícios como São José dos Campos ou Campinas. Espera-se um arraial, descobre-se uma cidade" (ALVES, 1980, p.19-20).

Quando avistou os canteiros de verdura que cercavam o aeroporto, projeto de agricultura coletiva, destinado a melhorar a alimentação das famílias de baixa renda, instalado em terrenos cedidos pelo Ministério da Aeronáutica, questionou-se: "onde já se teria visto antes um ramo das Forças Armadas colaborarem em um processo de trabalho coletivo (...), projeto que algum caçador de bruxas vermelhas poderia confundir com um *kibutz* israelense ou uma unidade coletiva de produção de Alentejo?" E de forma ainda mais energética frisava:

> E logo a aeronáutica, que já foi chefiada pelo ex-integralista Márcio Melo e expulsou o capitão Sérgio Macaco por haver denunciado o terrorismo da 'Operação Parasar', imaginada pelo Brigadeiro Burnier. Realmente, ou os tempos estão

> mudando ou há no ar frio destas montanhas alguma milagrosa partícula de LSD democrático, que faz as pessoas sonharem os sonhos proibidos de um Brasil como ele deve ser (ALVES, 1980, p.20).

Outros intelectuais e democratas, a partir dos vários matizes das esquerdas brasileiras de então, ensaístas inquietos ao ambicionarem a redemocratização do país, sobressaltaram-se com as ações empreendidas em Lages naquela virada de década. Lampejo sentido na própria sociedade local, que há muitas gerações parecia conformar-se, nas hostes do governo local e estadual, com o predomínio inconteste da família Ramos, sustentado numa política clientelista e de características oligárquicas. Logo após a publicação do livro *A força do povo* do ex-deputado e jornalista, o jornal *Folha de São Paulo*, em julho de 1981, dedicou uma semana a matérias sobre projetos que estavam em desenvolvimento em Lages e a revista *Isto É* devotou três páginas à experiência lageana (SILVA, 1994). O prefeito Dirceu Carneiro tornou-se então um emblema. Alguém a se visitar, consagrado como *um representante da democracia* a ser ouvido. E assim foi.

A desestabilização do regime militar caminhava a passos lentos desde 1974 favorecida por um singular momento histórico, no qual a defesa de valores democráticos ganhou uma dimensão central no jogo político e eleitoral brasileiro. A democracia liberal que, frequentemente, ao longo do século XX no Brasil, pouco passara de retórica vazia por parte da direita e pela desconfiança das esquerdas, representou uma arma em potencial para *unificação* de um discurso a favor da extinção do regime autoritário. De acordo com Daniel Aarão Reis (2010, p.6), foi a partir de 1974 que até mesmo os "projetos revolucionários derrotados, transformaram-se na ala extrema da resistência democrática", o que foi acompanhado de discussões críticas amplas sobre a experiência histórica dos regimes do chamado socialismo real. A democracia e a participação popular faziam parte então das bandeiras de luta para um novo tipo de resistência. Não mais armada, no sentido estrito da palavra, mas munida de uma alternativa que via na democracia um valor a ser partilhado para conquistar o objetivo primeiro: o fim do regime militar.

Em 1974 o presidente Ernesto Geisel referiu-se à possibilidade de *distensão lenta, gradual e segura*, o que coincidia com a apropriação do valor democrático por grupos de resistência e mesmo pelo renovado sentido adquirido pelo MDB - até então considerado nada mais do que uma *oposição consentida* pelo regime - particularmente após sua inesperada vitória nas eleições parlamentares daquele ano. Este processo estendeu-se ainda em marchas e contramarchas, durante o período do governo do General João Baptista Figueiredo, a partir de 1979, até a eleição indireta do civil Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da nova

Constituição de 1988, que consagrou um regime constitucionalmente democrático no país. No entanto, esta trajetória não está suspensa no tempo e nem tem formas bem contornadas, menos ainda explicações causais.

No período que se estende de 1972 até 1984 houve a ressignificação do processo eleitoral, considerado uma condição indispensável aos avanços sociais requeridos para deslanchar um processo democrático no Brasil. As circunstâncias de então ensejaram tornar a participação popular através do voto um meio de contestação ao regime militar. O processo de redemocratização envolveu a elaboração de narrativas que articularam construções simbólicas e práticas políticas em âmbito nacional e regional, tendo como resultado a elaboração de novas representações acerca dos jogos político-eleitorais. Recolher indícios deste processo supõe um jogo de escalas, entre *migalhas de informações* e *retalhos de experiências*, como sugere Jacques Revel (1998, p.15 - 38), de modo a diversificar os pontos de observação para dar conta de sua abrangência. Ao avaliar a importância das eleições e seus usos pela historiografia, René Remond (2003, p.42) entende-as como movimentos capazes de modificar "a jusante no equilíbrio de forças, a relação entre maioria e oposição, a composição dos governos e até mesmo, ocasionalmente, o funcionamento das instituições ou a duração dos regimes". As eleições, portanto, têm direito a um lugar privilegiado como meio para acessar informações sobre os movimentos de opinião. As culturas políticas ao articular ritos, símbolos, ideologias e representações têm nos processos eleitorais uma janela ampla e aberta para sua manifestação. As renovações do campo da História política deram vazão à pluralidade de análises do comportamento político sob novas perspectivas, o que permitiu valorizar singularidades e subjetividades e integrar a política ao social e ao cultural. Estas e outras inovações recentes nas abordagens historiográficas permitiram, conforme Sandra Jatahy Pesavento,"juntar tanto as performances individuais e as análises dos acontecimentos, próprias de um tempo curto, quanto uma história mais global, de movimentos ou estruturas de poder" (2003, p.76).

No decorrer das décadas de 1970 e 1980 no Brasil, foi crescente a importância da participação política via eleições. Mesmo em meio a uma série de limitações, numerosa parcela da sociedade brasileira reapropriou-se do processo eleitoral, o que impactou suas relações com o regime militar e com a conjuntura de transição política. É nesse período que os horizontes de expectativas, anseios e aspirações quanto a um futuro desejado a ser acelerado, são evidenciados. Porém, não há um encadeamento linear dessas mudanças: novas manifestações de uma cultura política democrática aparecem gradualmente e em níveis diferentes, a depender das diferentes escalas de observação escolhidas pelo pesquisador:

nacional, regional, local, ou ainda ao que diz respeito às relações sociais tomadas em seus aspectos mais abrangentes ou microssociais.

Ao articular eleições nacionais com municipais, a partir de suas representações na imprensa regional e na grande imprensa, acredita-se ser possível pôr em funcionamento um jogo de escalas não apenas entre âmbitos espaciais, mas também temporais, através da interação entre acontecimentos e processos. Essa variação permite a construção de objetos mais complexos. De acordo com Jacques Revel "variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama". Nesta perspectiva, "a dimensão 'micro' não goza de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular" (1998, p.20).

> Num enfoque micro analítico não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas que faça dela um indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança, etc.) (REVEL, 1998, p.25).

Mesmo sendo um *ano auge* do regime militar, 1972 apresentou uma reordenação eleitoral em Lages, apontando uma ruptura com os pilares que sustentavam uma máquina política de base familiar bastante solidificada. Pela primeira vez o grupo político situado em torno do núcleo constituído pela família Ramos não logrou controlar por inteiro o agrupamento partidário dominante na cidade e que representava seus interesses, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sustentáculo do regime autoritário no âmbito das chamadas elites civis. Abriu-se caminho para que Dirceu Carneiro, eleito vice-prefeito de Juarez Furtado pelo MDB, galgasse a trilha que o levaria à eleição em 1976 e inaugurasse aquela experiência democrático-participativa *exemplar aos municípios brasileiros (*ALVES, p.15).

O jornal *Correio Lageano*, na condição de documento histórico, é tomado como uma espécie de bússola orientadora. A produção de notícias sobre os processos eleitorais envolveu o delinear de acontecimentos dotados de sentidos históricos conforme temporalidades previamente compartilhadas através dos meios de comunicação de massa, que divulgaram valores políticos específicos e foram mobilizados com vistas a destacar heróis, mitos e símbolos, procurando a adesão dos leitores (MOTTA, 2009). Em vista desses meandros, a investigação partiu para o jornal *Folha de São Paulo*, buscando a percepção construída por um veículo de abrangência nacional e que, a partir de 1981, teve textos reproduzidos no *Correio* ocasionalmente. A elaboração jornalística de tramas eleitorais e a produção de acontecimentos políticos e de memória histórica pela imprensa foram abordadas em sua

interação com as diferentes apropriações possíveis, conforme os níveis de observação seja o nacional ou o regional. Parte-se das margens, ou seja, de uma cidade aparentemente longínqua dos cenários principais da trama da redemocratização para melhor compreender os impactos provocados pelo compartilhar das experiências políticas entre os diferentes níveis observados.

Dado o volume da tarefa proposta, optou-se por buscar datas comemorativas e datas-acontecimentos que foram conformadas pela memória histórica como *pontos chave* das ordenações e reordenações da trama política que envolveu o projeto de distensão gradual, lenta e segura introduzido pelo presidente Ernesto Geisel, continuado pela abertura política durante o governo Figueiredo e pelo deságue na redemocratização. Assim, como ano final do recorte temporal do trabalho, rompe-se o ano-acontecimento de 1984, quando as mobilizações em favor de eleições diretas para a Presidência da República realinharam as dinâmicas que envolviam processos eleitorais e valores democráticos na sociedade brasileira, desdobrando-se nas negociações que envolveram a eleição do civil Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Entende-se que, a partir de 1974, a narrativa da redemocratização ganhou um constante delinear, através da incorporação contínua de novas dimensões e segmentos da sociedade brasileira, o que poderá ser demonstrado através da imprensa regional.

Os anos-acontecimento são entendidos aqui como construções sociais e simbólicas que estruturam narrativas produzidas pelos operadores da mídia e pela memória histórica. Como anos de intersecção entre tempos, são narrados como divisores de águas entre um passado e um presente a eles. Anos que enfeixam ocorrências excepcionais e delimitam encerramentos ou inaugurações de ciclos. Os anos-acontecimento são construídos assim no seu presente e atuam na elaboração da memória histórica como narrativas que agregam *fragmentos acontecimentais* a partir de determinadas intenções, entre as quais, os jogos da política e do poder. Cabe acentuar a importância dos trabalhos de Edgar de Deca e Carlos Alberto Vesentini como introdutores de uma discussão no âmbito da historiografia brasileira sobre a constituição da memória histórica como parte do exercício do poder e da construção de versões históricas cuja proeminência cristaliza-se em torno de datas marcantes e periodizações no próprio momento em que ocorreram, impondo ao futuro uma determinada narrativa sobre o presente (VESENTINI; DECCA, 1977).

Durante a transição política foi perceptível a *monumentalização* de acontecimentos específicos e que, no decorrer do tempo, com os *pontos de curvatura*, foram transmutados na linguagem jornalística. Os *pontos de curvatura* envolvem os acontecimentos-memória, os quais supõem as narrativas que lhes dotam de configuração histórica, para estabelecer novas

conexões entre imprensa, sociedade, ditadura e redemocratização. Os acontecimentos-memória são articulados nas páginas de opinião como momentos de mudanças, renovação e, assim, promovem curvaturas em direção a outros tempos. Recebem amplo espaço na grande imprensa, conformam identificações e afinam pertencimentos, ou seja, no que interessa a este trabalho, passaram a fazer parte da orquestração da redemocratização que fabricava, também, memória histórica. Para afinar o termo, entendemos que o caso Herzog, a promulgação da Lei da Anistia e a eleição de Tancredo Neves são exemplos destes pontos de curvatura.

O ano de 1964, por sua vez, é um marco cuja condição de *momento histórico* e força memorialística não decorreu exclusivamente do golpe civil-militar de 31 de março. Outro *momento histórico da política brasileira*, 1964 foi monumentalizado e, mesmo ocorrências que poderiam ser fortuitas, foram agregadas numa narrativa capaz de dar sentido ao processo histórico do país. Serão aqui compreendidos então como *anos-símbolo*: os signos e representações associados a estes marcos temporais conformam memórias, adesões, consensos, são usados politicamente e ressignificam práticas sob a conveniência das relações de poder em ação. O que se tem do passado no presente não é o conjunto daquilo que existiu, mas o que foi selecionado e conformado por forças que operam temporalidades. Jacques Le Goff (1990) adverte para este aspecto, quando afirma que o próprio documento como monumento é produto de uma determinada sociedade sob um determinado regime de historicidade. A memória histórica e a própria historiografia advêm desses "documentos/monumentos".

Por outro lado, o ano-acontecimento 1984 foi construído por meio do notório destaque conquistado pela mobilização de amplos setores sociais em torno dos novos contornos democrático-eleitorais. Uma série de elementos e trajetórias tornaram 1984 um ano-símbolo de participação popular em prol de causas comuns, como ápice de um ciclo iniciado em meados da década de 1970. Um dos protagonistas desse processo é a narrativa da mídia em torno dos valores democráticos e na atuação nos embates que desaguaram em mudanças nas relações entre sociedade civil e Estado. Este mesmo ano foi oportunidade para *releituras* do golpe civil-militar de 1964, em decorrência da comemoração de seus vinte anos. Ao lembrar o acontecimento, os jornais construíram interpretações, atribuindo certos sentidos e silenciando outros. Michel Pêcheux, ao analisar o discurso da mídia quando da vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas em 1981, indicou elementos importantes para este trabalho. Segundo o autor, naquele momento a imprensa "fez trabalhar" o acontecimento "em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a

atualizar", de modo a dotar de transparência o que é "profundamente opaco" e fruto de confrontos discursivos e narrativos em plena vigência (PÊCHEUX, 1990, p. 19-20).

Há interações entre silenciamento, esquecimento e a construção de uma memória histórica observadas neste trabalho a partir da imprensa regional e da grande imprensa. Tal problemática aponta para perceber as atribuições de sentido à redemocratização, as relações entre imprensa e agentes político, bem como os resvalos na elaboração de uma memória sobre a ditadura, seu início e seu fim. Relevam-se estratégias para um confronto em torno do conceito de democracia e das transformações no campo político, "entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento" (BORDIEU, 2007, p.164). Isso compreende, no caso aqui abordado, a inversão de forças que conferiria à sociedade civil o poder de voto em eleições democráticas e diretas.

Entre os problemas que se apresentaram à execução desta proposta de análise historiográfica, uma questão sobressaiu-se: seria partícipe de uma visão historicista dar atenção aos anos eleitorais, às datas comemorativas e à produção de acontecimentos políticos presentes na imprensa?

Os historiadores positivistas que ensaiavam e ansiavam pela compreensão do mundo e suas movimentações com base no cientificismo, ordenavam os eventos e marcos históricos com datas e períodos bem contornados regrados em causalidades e apoiavam-se no que consideravam provas irrefutáveis de verdades absolutas incompatíveis com qualquer relativismo. Os resultados dessa máquina metodológica seriam claros e objetivos sem espaços para observações que pudessem invalidar a objetividade de suas comprovações empíricas. Num giro de perspectiva e com um olhar menos conservador, os *Annalles*, sob a liderança de Lucien Febvre e Marc Bloch, com o projeto de renovar a ciência histórica, a partir de 1929, foram contra a ênfase da escola metódica sobre o acontecimento político. Nesse sentido, depreciando-o, insistiam na longa duração e nos estudos que envolvessem aspectos econômicos e sociais.

Seguindo a linha inaugurada por Bloch e Febvre, a preocupação com a junção dos processos sociais em estruturas, levou Fernand Braudel a transformar as bases epistemológicas do que se compreendia ser o tempo histórico, ao privilegiar os processos de longo alcance, em contraposição à história contínua, progressiva, linear e irreversível que se preocupava com os acontecimentos políticos da escola metódica. Por sua vez, a *nouvelle histoire,* cujo alcance inaugural gera divergências (Peter Burke entende que a *nouvelle histoire* é filha legítima da Escola dos *Annales* e François Dosse entende que há uma ruptura

entre os *Annales* e o que essa nova história inauguraria), abriu caminhos para uma nova concepção das bases metodológicas da historiografia, de tempo e da própria História.

Outras contribuições tornaram ainda mais instigante o debate teórico-metodológico, com o aprimoramento do campo historiográfico e do *métier* do historiador. Michel Foucault deslocou o foco para as margens do tecido social e, assim, permitiu "compreender os campos de relações de força nos quais se constituem os jogos de poder, e não mais se deter em uma suposta *verdade* documental". As movimentações sugeridas por Foucault em seus trabalhos e levadas a cabo por outros pesquisadores permitiram operações inovadoras e o surgimento de novos instrumentos no campo historiográfico. Observando a própria História como um discurso, Foucault "desorganizava, assim, não apenas o passado, que imaginávamos pronto para ser detectado e trazido à tona, graças às ferramentas do materialismo histórico e dialético", como salienta Margareth Rago, mas também "a própria tarefa do historiador, que repentinamente se flagrou capturado em insidiosas armadilhas". Ao historiador caberia desvendar as tramas, contornos e traços do acontecimento, munidos de seus aportes teórico-metodológicos, sendo que "os eventos históricos não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados" (RAGO, 1995, p. 1-6). Compete-nos concatenar a trama que envolve os acontecimentos e eventos produzidos por lugares de memória. Apesar de voluntariamente instáveis, tais perspectivas trouxeram à tona novas possibilidades de abordagem aos acontecimentos políticos pela historiografia.

O que se deseja destacar com essa breve avaliação de alguns movimentos historiográficos contemporâneos é que o interesse da escola metódica para com eventos e acontecimentos políticos não pode ser negligenciado pela historiografia do tempo presente. Convém que os, muitas vezes difamados, marcos e acontecimentos históricos sejam interpelados pelo historiador, e o olhar estruturante conviva e ceda espaço para problematizar um quadro em que a produção de consciência histórica através das narrativas diárias dos meios de comunicação social extrapola os limites restritos da prática historiográfica. A questão aqui é o quanto a produção do acontecimento opera mecanismos que atuam na intersecção de temporalidades e escalas sociais diversas, o que seguramente pressupõe um viés interpretativo mais complexo do que o historicismo. Em nebulosas, porém fascinantes produções de acontecimentos e marcos históricos datados pode-se vislumbrar ressignificações, mas também permanências no campo político. Interpelando-os, o historiador deve transpor a sua efemeridade, dando consistência à confluência entre o pragmático e o

subjetivo e que de alguma forma respingam na construção dos fundamentos do conhecimento histórico seja ele científico ou não.

Para Jörn Rüsen (2010), preocupado com a constituição do pensamento histórico, na vida prática ordenam-se *funções* de orientação existencial para o agir e o sofrer dos efeitos do tempo, as quais desdobram-se em *interesses*, constituídos pelos anseios sociais em assegurar-se e conhecer o passado, no presente, através da interpretação. Estes interesses atravessam a teoria da história, "a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente" (RÜSEN, 2010, p.30). Mas estes *interesses* ainda não são conhecimento histórico. Todavia, ao abranger os pressupostos da vida cotidiana e os diferentes saberes daí advindos, a ciência especializada transforma-os em conhecimento histórico por meio da interpretação que se expressa na "necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de 'história'", ou ideias como propõe Rüsen (2010, p. 31). A partir da operação dessas ideias pautadas por regras e instrumentos de análise, aplicam-se *métodos* de pesquisa empírica, tornando o saber então concebido em prática científica e em conhecimento histórico. Por sua vez este conhecimento científico exprime-se na historiografia, para a qual as "*formas de apresentação* desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa" (p.34).

Dentre estas etapas de um processo da orientação social no tempo e dessa construção do pensamento histórico, há mais um fator a ser considerado, que é a atuação dos chamados *mass media*[1]. A velocidade na distribuição de informações transformou a percepção de tempo desde o início do século XX, o que atuou no âmbito das apreensões sobre o vivido e interveio tanto no pensamento histórico dos seus leitores/receptores quanto na produção historiográfica. Sonia Meneses da Silva chamou de operação midiográfica certo modo de escrever história

[1]Trazendo a História para o interior dos estudos da mídia e a mídia para dentro da História, delineando os organizadores de produção, difusão e recepção de informação, Peter Burke e Asa Briggs (2006) abordaram diferentes suportes, sejam eles impressos, televisivos, radiofônicos ou cibernéticos para frisarem, além de outros aspectos, que *informação, educação e entretenimento* orientaram a produção midiática no decorrer do século XX e no fluxo do tempo adequaram-se às demandas de seus espectadores. Contudo, indo contra uma simplificação dos meios de comunicação como um gerador de efeitos terminantes *em massa*, entende-se que a mídia possui intenções, mas as "estratégias e táticas de comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao *contexto* o qual operam, assim como as mensagens que transmitem" (p.15). Mensagens estas cujos "efeitos em longo prazo, especialmente as consequências surpreendentes e involuntárias do uso de determinado meio de comunicação, são mais difíceis de separar, mesmo que haja um distanciamento em razão do tempo decorrido" (p.15). Os autores ainda salientam que, "na verdade, o próprio uso do termo "efeito" é controverso, pois implica uma relação de causa e efeito em uma só direção". (p15) E "através do rádio, televisão e mais recente da Internet, são postos no mesmo salão virtual, em um ballet de ritmos desencontrados, o acontecimento – entendido em sua dimensão pragmática, a narrativa efetuada pela mídia sobre ele — e o espectador que, através do meio que utiliza, torna-se também testemunha participante e novo narrador". (SILVA, 2009, p.233 – 234)

que se manifesta na fronteira entre o campo historiográfico e o campo jornalístico. Neste sentido há uma escrita histórica específica, num "processo que atua desde a formulação do evento na cena pública até os seus retornos como artefato memorável e histórico" (2011, p.50). O resultado disso é a produção midiática de notícias e conhecimentos sobre tempo presente, que se solidificam na memória histórica compartilhada social e/ou cientificamente. Nesta perspectiva, "não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias 'têm uma opinião', mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.257-258).

Nas movimentações entre a historiografia e o campo jornalístico, que se instituiu quase como um quarto poder (BRIGGS, BURKE, 2004), há uma efetiva organização do tempo narrativo, conforme dinâmicas, marcos e critérios extraídos do âmbito das mídias. O que interessa neste trabalho, especificamente, é a narrativa da imprensa que se fez ordenadora da temporalidade do processo de redemocratização brasileiro. Entende-se aqui que os anos eleitorais, objetos de estudo neste trabalho, narrados através da rotina diária dos jornais, proveram-se de tempo histórico e ordenaram passado, presente e futuro, como resultado de certas convenções da linguagem jornalística predominante, com implicações no cotidiano e no vivido. Diante disso, as narrativas históricas produzidas pela imprensa, por sua vez, podem evidenciar as percepções de tempo e as disputas pelas memórias.

Para Paul Ricoeur (1994), no oposto do que sugeria a operação estruturante dos *Analles*, o discurso do historiador pertence sim à ordem das narrativas, sejam elas quais forem. Mesmo na relação de dependência e intimidade entre o tempo e o historiador, este apenas traceja as linhas de temporalidades. Não as reescreve em um traço finito, visto que o passado vivido, experimentado e sentido é testemunhado pelo historiador já desgastado, corroído pela própria ação humana. Ricoeur articula o "tempo lógico" de Aristóteles e o "tempo da alma" de Santo Agostinho como elementos fundantes da narrativa histórica. Pela tríplice mimese (ou círculo hermenêutico)[2] o tempo histórico faz mais do que a mediação entre o tempo vivido da consciência e o universal da natureza, mas reinscreve o primeiro no último. Para tanto, a História faz uso de três conectores: o calendário, a sucessão de gerações e os documentos e rastros. A linguagem, assim interpelada e composta, revela e cria o real que, por sua vez, mantém uma relação com o sujeito mediada por configurações e

[2]Paul Ricoeur opera a tripla mimesis, como mecanismo do campo hermenêutico, nas etapas da prefiguração (pré-narratividade), da figuração (correspondendo à configuração representativa da ação, a intriga) e da refiguração (que seria a interpretação do leitor). A refiguração permite então que a narrativa manifeste-se na vida prática do leitor.

refigurações: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. (RICOEUR, 1994, p.15). É nessa mediação que as narrativas produzem um conhecimento do mundo e, ao mesmo tempo, participam de sua configuração, em particular de sua dimensão temporal. Segundo José Carlos Reis, a pesquisa histórica tem, por um lado, “uma dimensão reconstituidora dos fatos e, por outro, uma dimensão problematizadora e avaliadora, que afeta e modifica a reconstituição, sem comprometê-la e enriquecendo-a”. E quando se põe a interpretar “o historiador cria fases, épocas, idades, eras, etapas, de declínio, ascensão, crise, estagnação, apogeu, início, fim, continuidade, ruptura, ritmos”. A data é sempre sinal e não toma lugar do fato que ela representa, seria tarefa substancial do historiador, coordenar as datas e lhes atribuir sentidos (REIS, 2011, P.16). Contudo, “as sensibilidades temporais foram irremediavelmente atingidas pela interferência dos meios de comunicação”, modificando as percepções de tempo (SILVA, 2011, p.34), e permitindo novos parâmetros de reflexão. Há que se considerar a relação intempestiva entre o historiador, o acontecido e o que é dito a respeito deste acontecimento, ou seja, o que é narrado pela mídia no seu presente e no seu futuro sobre determinado passado. Sonia Meneses da Silva destaca, na operação midiográfica, o cruzamento entre a escritura, “compreendida como a construção narrativa em imagens, textos e sons”, e a inscrição de novos significados, *locus* onde “o produto se torna resíduo, rastro de informação que transpõe a temporalidade na qual foi elaborado” (p.32). Esta operação seria responsável por dotar de um sentido histórico as narrativas elaboradas pelos meios de comunicação. O vai e vem presente-passado e os usos políticos da memória encontrados na imprensa permitem a observância deste cruzamento.

Observar que muitas testemunhas *daqueles tempos* ainda estão vivas e compõem a sociedade de *nosso tempo* apontam para a necessária perspectiva da História do Tempo Presente. O campo de estudos que tem se firmado desde meados do século XX em torno da História do Tempo Presente está envolto por concepções de um tempo histórico que tem sofrido os resvalos de um mundo que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, prenuncia a aceleração do tempo e o medo de uma “era sem memória”, digital e vulnerável ao esquecimento. As turbulências do século XX sinalizavam que algumas mudanças estavam ocorrendo: “toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, trazida pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente” (FERREIRA, 2000, p.8). Segundo François Hartog (2006), acontecimentos que instauram rupturas significativas alteram as bases dos *regimes de historicidade* que estruturam o pensamento histórico e os modos pelos quais os sujeitos

atribuem sentido a suas experiências. Assim, na perspectiva do autor a queda do Muro de Berlim, em 1989, teria instaurado um novo regime de historicidade, o *presentismo*.

Devido à vasta quantidade de textos investigados, foi necessário selecionar as narrativas jornalísticas que fornecessem subsídios para responder à problemática proposta. Entender como os processos eleitorais e as datas políticas comemorativas foram ressignificados na interação com a reorganização política e social ocorrida no âmbito da distensão, da abertura e da redemocratização, envolveu observar a produção jornalística regional e nacional pelo prisma da construção de acontecimentos e da conformação de uma memória histórica sobre o período. O processo da pesquisa envolveu a coleta e a posterior estratificação de textos conforme sua capacidade de entrelaçar dinâmicas partidárias, eleitorais e institucionais, mobilizações sociais e memórias históricas, buscando compor uma trama que se expandiu para além de acontecimentos cronologicamente datados, desenhando contornos de narrativas que se desdobraram e influenciaram o jogo político.

Infelizmente demandou-se tal seleção. Textos jornalísticos que poderiam amparar a problemática não puderam ser aqui interpelados, mas dentro do que o período da investigação permitiu, compôs-se uma trama abrangente, mas obviamente lacunar. Buscou-se entrelaçar fios e desatar alguns nós a partir da imprensa regional aqui representada pelo *Correio Lageano* e pela imprensa de abrangência nacional, nesta pesquisa envolta pela *Folha de São Paulo*. As dinâmicas que envolveram deslocamentos de experiências e expectativas, dissidências partidárias, mobilizações sociais, alterações institucionais que obrigaram a reorganizações nas diretrizes partidárias e eleitorais, o próprio calendário eleitoral, redes de interesses, memória histórica e atuação da imprensa, formam o vasto campo de tensões que atravessa o objeto deste trabalho. No quadro abaixo, os processos eleitorais que aconteceram no período que compreende a pesquisa para elucidar o elenco o qual dispomos.

- Quadro 1: processos eleitorais no período de 1972 a 1985[3]:

Ano do Pleito	Presidente e Vice-Presidente da República	Senadores/ Deputados Federais	Governadores	Deputados Estaduais/ Distrital/ de Território	Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores
1972	-	-	-	-	Eleição Direta[4] (15/11)
1974	Eleição indireta[5] (15/01)	Eleição direta (15/11)	Eleição indireta[6] (03/10)	Eleição direta (15/11)	-
1976	-	-	-	-	Eleição direta (15/11 e 20/12)
1978	Eleição indireta[7] (15/10)	Eleição direta (15/11)	Eleição indireta[8] (01/07)	Eleição direta (15/11)	-
1982	-	Eleição direta (15/11)	Eleição direta[9] (15/11)	Eleição direta (15/11)	Eleição direta (15/11)
1985	Eleição indireta[10] (15/01)	-	-	-	Eleição direta (15/11)

[3] Todas as informações foram coletadas da página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes#30Acessado em: 07/08/2012.

[4]Eleições previstas pelo art. 3° do Ato Institucional n° 11, de 14.8.1969 e regulamentadas na forma da Resolução-TSE n° 9.208, de 31.5.1972. De acordo com a Constituição Federal de 24.1.1967, art. 16, I, a autonomia municipal seria assegurada "pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o país, dois anos antes das eleições gerais para governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa".

[5]Eleição indireta realizada pelo Colégio Eleitoral (composto de membros do Congresso Nacional e dos delegados das assembleias legislativas dos estados), na forma dos arts. 1° e 2°, da Lei Complementar n° 15, de 13.8.1973.

[6]Eleição indireta realizada pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral nas assembleias legislativas, na forma do artigo único, caput e § 1°, da Emenda Constitucional n° 2, de 9.5.1972.

[7]Eleição indireta realizada pelo Colégio Eleitoral no Congresso Nacional conforme o art. 1°, do Decreto-Lei n° 1.539, de 14.4.1977.

[8]Eleição indireta realizada pelo Colégio Eleitoral (composto de membros da respectiva Assembleia Legislativa e de delegados das câmaras municipais do respectivo estado), segundo o art. 1°, caput e parágrafo único, e art. 2°, do Decreto-Lei n° 1.540, de 14.4.1977.

[9]Em 1982 a eleição para governadores voltou a ser direta, e os mandatos foram uniformizados em quatro anos de duração, na forma da Emenda Constitucional n° 15, de 19.11.1980. Essa emenda restabeleceu, também, o voto direto nas eleições para Senador da República, com mandato de oito anos.

[10]Eleição indireta realizada pelo Colégio Eleitoral no Congresso Nacional de acordo com o art. 1°, da Lei Complementar n° 47, de 22.10.1984.

Cabe aqui manter uma correlação constante entre processos de longo alcance temporal e a produção de acontecimentos que acabam por reorganizar sentidos, imaginários, símbolos e linguagens. Acontecimentos são narrados e ressignificados constantemente e o pesquisador depara-se, assim, com os vínculos entre passado, presente e futuro, seja na produção de memórias ou de esquecimentos, o que comporta o desafio de atentar ao presente-futuro exposto pela imprensa. Objetiva-se então apreender as intencionalidades do ato de fala nos textos jornalísticos. A trama dos textos aparece então como uma rede de narrativas elaboradas pela imprensa que engendrou ressignificações sobre as eleições, com desdobramentos políticos, econômicos e sociais.

O recente processo de redemocratização brasileiro manifestou-se em diferentes âmbitos da sociedade. O governo municipal de Lages, que se fez conhecer pelo lema *Força do Povo*, pode ser tomado como um dos diferentes nós de articulação das linhas que conformaram a dinâmica política de então. A redemocratização entrelaçou dinâmicas sociais que ganharam sentido não apenas nos grandes movimentos políticos nacionais. As novas significações atribuídas à democracia e à participação popular, através de narrativas com alcance inegável ao se considerar a influência dos veículos de comunicação investigados, ganham formas singulares quando abordadas na escala das dinâmicas e dos fenômenos sociais situados à margem do processo político mais abrangente. Desde meados da década de 1970 novos atores políticos e novas formas de *fazer política*, em todo o país, configuraram-se em movimentos sociais ou em espaços tradicionais, mas apropriados diversamente, o que traz possibilidades de questionamento de relevante importância acerca das tramas que se fundem nas relações sociais aventadas em ações públicas.

Segundo Éder Sader (1988), novos atores entraram em cena ampliando e modificando as relações políticas e sociais a partir da segunda metade da década de 1970. Para o autor não era simplesmente "um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa constatação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido", encontrava-se sim diante da "emergência de uma nova configuração das classes" (SADER, 1988, p.36). Ou seja, a partir da década de 1970 a atuação da sociedade sofre modificações que engendram novos sujeitos e atores, cujas relações devem ser problematizadas a partir deste alargamento do espaço político articuladas às estruturas de classe e suas relações para compreender os novos significados acerca do exercício da cidadania e dos direitos civis, com destaque para o voto.

A investigação sobre as formas de *fazer política* compreende o aprimoramento da história das mentalidades políticas e da sociologia política formando progressivamente a

"*histoire conceptuelle du politique*", que por sua vez inaugura um pressuposto metodológico de articulação entre o social e sua representação, "a matriz simbólica onde a experiência se enraíza e se reflete ao mesmo tempo" (ROSAVALLON, p.12). Neste trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, os "nós históricos" atam racionalidades políticas e sociais, enquanto as "representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social" (p.16). O efêmero sofre influência dos processos lentos e contínuos que andam justapostos às novas práticas e às relações sociais que se moldam e resultam em mudanças políticas. A democratização brasileira pressupõe, assim, que suas dimensões sejam pensadas no enlace de processos de longo alcance e acontecimentos conjunturais.

Para tanto, o trabalho está divido em três capítulos. No primeiro serão abordadas as ressignificações das narrativas na imprensa regional e na grande imprensa, as quais envolveram a construção de 1984 como um ano-acontecimento. As ações sociais, culturais e políticas ocorridas naquele ano são compreendidas aqui como parte da agregação de diversos e diferenciados eventos e processos desde então tomados como produtos e produtores da crise da abertura e da posterior redemocratização. Nos jornais interpelados por essa pesquisa, o ano envolveu ainda a *releitura* do golpe civil-militar de 1964 quando do seu aniversário de vinte anos, em meio às mobilizações de toda ordem para que aquele precedente fosse encerrado. No entanto, como já afirmado anteriormente, a redemocratização envolveu uma série de ações, significados e consentimentos que foram ordenados em torno do ano de 1974, como momento de atribuição dos sentidos e finalidades do processo político brasileiro. Para tanto, atentar-se-á às ressignificações eleitorais daquele ano e seus resvalos na narrativa da imprensa, refletindo também a data, naquele momento, comemorativa, do decênio do golpe.

Se 1974 representou uma ressignificação do processo eleitoral, a nível nacional, no segundo capítulo pretende-se atentar para as eleições municipais ocorridas em 1972, 1976 e 1982. O ano de 1972, quando o otimismo oficialista conjugou-se a mais intensa repressão aos movimentos contrários ao regime, representou em Lages uma suposta ruptura de uma máquina eleitoral de base familiar que controlava o poder público há décadas e abriu caminhos para que a chamada *Força do Povo* começasse a caminhar. Em 1976, verificava-se uma nova conjuntura nacional, sob a tentativa do governo da ditadura em conter o avanço do MDB em novas vitórias eleitorais. Mas em Lages, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, ocorreu a eleição de Dirceu Carneiro e o início de uma trajetória que daria à cidade, por pouco tempo, a notoriedade de símbolo da redemocratização. Abordar-se-á ainda a eleição de 1982, após uma reforma partidária que redefiniu as correlações de força e, então, sob a sigla PMDB,

o partido não consegue eleger um sucessor na cidade e a experiência democrático-participativa não tem continuidade.

O terceiro capítulo tratará dos tripés das reconfigurações democrático-eleitorais, abordando três grandes notícias-acontecimento e os resvalos de um regime que perdera legitimidade. Entende-se aqui que o ponto de virada da atuação da imprensa no que se refere a seu papel central na democratização aconteceu em 1975, diante do estridente caso da morte do jornalista Vladimir Herzog. Tratar-se-á, ainda, da reforma partidária e da Lei de Anistia sancionadas em 1979 e responsáveis por redefinições ainda mais acentuadas na curva em direção à redemocratização. E, por fim, serão abordadas as conciliações pós-reprovação da Emenda Dante de Oliveira de 1984, quando as negociações democráticas permearam as narrativas jornalísticas e desaguaram na eleição do civil Tancredo Neves em janeiro de 1985, inaugurando o *ano da memória*, e uma nova relação passado/presente/futuro na narrativa sobre um antes e um depois do regime militar *na história política brasileira.*

2. Capítulo 1: Páginas narradas de um passado e de um futuro presentes: os entreatos da redemocratização

> O futuro começa exatamente quando? Na véspera? À meia-noite, ou no amanhecer? (...) O futuro é ora brandido como promessa paradisíaca ora como pesadelo tenebroso. O passado é romanceado com adoçadas nostalgias, e o presente, desprezado pela transitoriedade. Dividido, o tempo escoa e aumenta as frustrações. O futuro inicia em que época?[1]

As interrogações naquele início de 1984 eram muitas como se depreende do texto escrito pelo jornalista Alberto Dines. A imprensa apinhava notícias, interpretações, opiniões e imagens daquele presente incerto ao invocar suas perguntas ao futuro histórico. A transição da ditadura para um regime político-democrático soprava ventos que ameaçavam os pedestais arquitetados desde o golpe de 1964. O que esperar daquele futuro tão presente? E o que fazer com os resquícios daquele antiquado passado que não se fazia ausentar?

Conduzido por inquietações de um futuro e de um passado tão presentes, o jornalismo impresso, em seu poder de interferir sobre as concepções de tempo e sobre o vivido, consolidou um papel de arbitramento e mediação e intercedeu na edificação do que as narrativas chamavam de *novo marco temporal da História política do País*: as conjunturas que envolviam a votação da Emenda Dante de Oliveira (PEC nº5/1983) em abril daquele ano, a qual propunha eleições diretas para presidência da república já em 1985.

Objeto de reflexão para a historiografia, a construção de percepções sociais no tempo presente envolve a presença marcante, nas diferentes sociedades e países, dos meios de comunicação de massa e das tecnologias de informação articuladas por grandes conglomerados empresariais. As associações entre a edificação de memórias e acontecimentos com a própria História dão vida a narrativas que se valem, no tempo presente, da linguagem e das representações sociais elaboradas pelos veículos de comunicação. Pierre Nora (1988) frisa que a produção de acontecimentos resulta de uma circulação generalizada da percepção histórica. Segundo o autor, a imprensa, o rádio e as imagens televisivas não constituem apenas o meio onde o acontecimento circula, mas são a própria condição de existência do mesmo. Por sua vez, eles só se tornam históricos quando conhecidos, repetidos, interpretados e memorizados.

---

[1] DINES, Alberto. Se não agora, quando? Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.4, 1º de janeiro de 1984.

Os significados das experiências contemporâneas sofrem inferências das narrativas midiáticas. A fenda que se oferece ao historiador do presente é justamente "o deslocamento da mensagem narrativa nas suas virtualidades imaginárias, espetaculares, parasitárias", fazendo do acontecimento "o lugar temporal e neutro da emergência brutal, isolável, de um conjunto de fenômenos sociais surgidos das profundezas e que, sem eles, continuariam enterrados nas rugas do mental coletivo" (NORA, 1988, p.188). Sua atuação está no ato de decifrar as provocações, ressonâncias, ecos e elos que consequentemente atingem a sociedade em seus hábitos, rotinas, discursos, identidades partilhadas e representações do passado.

A mercantilização das trocas simbólicas (BOURDIEU, 1974) permite um compartilhamento de valores e representações através dos meios de comunicação em suas diversas funções na contemporaneidade: o *embaralhar* dos verbos opinar, informar, anunciar, que são intermediados ainda pela estreiteza da conexão com seus leitores/receptores sendo que há sempre uma relação baseada em trocas daquele que é lido e comprado com aquele que lê e compra o produto. Segundo o historiador Roger Chartier, ao se debruçar sobre as práticas de leitura, "a aceitação das mensagens e modelos sempre opera através de ajustes, combinações e resistências" (CHARTIER, 1992, p.234). Além do quê, "jornais de grande circulação, tabloides, anúncios, horóscopos e canções sempre são objeto de uma atenção oblíqua e dispersiva, que os lê com prazer e desconfiança, ao mesmo tempo fascinada e distante" (CHARTIER, 1992, p. 235).

Neste capítulo pretende-se descortinar narrativas que envolviam a construção de um presente edificado como momento histórico singular e prestes a garantir a reintrodução do voto direto para a escolha do Presidente da República. Um marco divisor entre a ditadura e o regime político-democrático no Brasil, configurado no decorrer da primeira metade do ano de 1984 a partir das diversas manifestações pelas *Diretas Já*, até a votação da emenda Dante de Oliveira em abril daquele ano.

Para tanto, cabe acentuar a apropriação do processo eleitoral como valor fundamental, numa operação narrativa que agregou sentidos ao entendimento da democracia desde as eleições de 1974, com as vitórias do MDB nos pleitos para os legislativos, num momento de pretenso *afrouxamento de cordas* manejado pelo governo federal com o projeto de distensão do Presidente Ernesto Geisel. Ano de controvérsias, o golpe aniversariava seu decênio em 1974. Numa mobilização política constante da memória, o ano-acontecimento 1964 foi um permanente nas páginas dos jornais tanto em 1974, ainda preso na necessidade de legitimação do regime e com o apoio constante da *Folha de São Paulo* e do *Correio Lageano* e, em 1984, numa nova lógica, como um tempo que necessitava ser encerrado.

2.1 O ano-acontecimento 1984: que passado se quer ser no futuro?

Deflagrado em 1983, foi no ano seguinte que, a partir de uma série de comícios, passeatas e discussões, com o envolvimento de amplos setores da sociedade brasileira, intensificou-se o movimento político e social que ficaria conhecido como *Diretas Já*. Símbolo do descontentamento generalizado da sociedade civil com relação à crise econômica e ao regime militar e seus cerceamentos, o movimento desaguou em pressão da opinião pública com relação às bases de sustentação do Estado.

O Brasil da primeira metade da década de 1980 era um país urbano com importantes inovações socioeconômicas que permitiram um peso acentuado de movimentos sociais nas grandes cidades, com atividades associativas, grevistas e destacadamente com as próprias eleições. Porém, as conjunturas que comportaram a intensificação do movimento das *Diretas Já* não cabem em explicações simplificadoras, posto que sua capacidade de gerar adesões sociais fora fruto de ensejos anteriores ao ano de 1984. No âmbito político-partidário, destacaram-se as ações de personagens ligados principalmente, mas não só, ao PMDB e ao PT. Sendo ainda que a campanha conseguiu a mobilização de alguns grupos sociais que vinham se tornando mais autônomos frente ao controle estatal. Convergiram, então, trajetórias diversas provenientes de outro momento significativo: o ano-acontecimento 1974. Naquele ano, as eleições ganharam novos sentidos visto que foram valorizadas principalmente pela oposição, o que viria a ressoar no conjunto da cultura política democrática brasileira. Associado às iniciativas de distensão do presidente Ernesto Geisel, o apelo ao voto popular produziu novas articulações em um regime que se tornava mais complexo e menos estável.

O déficit de legitimidade do processo eleitoral começou então a ser superado. Para Bolívar Lamounier (1985) as eleições a partir de 1974 atingiram, inclusive, um caráter plebiscitário dentro do quadro eleitoral que permitia apenas duas opções diante do conciso bipartidarismo. Nas eleições subsequentes, as vitórias da oposição (MDB) contra o partido do regime (ARENA) mantiveram-se em ritmo crescente, mesmo diante das estratégias institucionais que buscavam retroceder o avanço oposicionista.

A eclosão da campanha pelas *Diretas* teve à frente a liderança dos governadores oposicionistas e uma participação mais ativa da sociedade, atingindo uma abrangência nacional, adquirindo então características de um movimento social (BERTONCELO, 2007, p.117). A ênfase da cobertura da campanha pela imprensa concentrou-se nos quatro primeiros meses de 1984, quando os governadores eleitos em 1982, após a Emenda Constitucional de

1980 que restabeleceu eleições diretas para os cargos executivos estaduais e acabou com os senadores biônicos, passaram a liderar os palanques nos grandes comícios organizados em centenas de cidades em todo o país.[2] Mas, apesar da grande adesão popular à campanha, o próprio PMDB (herdeiro direto do MDB e maior aglutinador de forças oposicionistas ao regime militar), possuía fragmentações internas que tornavam a unificação dos seus líderes em torno de um só discurso acerca da sucessão presidencial tarefa difícil. Havia duas orientações: a do deputado federal Ulysses Guimarães, mais firme com relação à alternativa da eleição direta ainda em 1985 e a do governador de Minas Gerais Tancredo Neves, que buscava um consenso entre governo e oposição como solução sucessória.

Por sua vez, a intenção do governo, diante daquela conjuntura, era unir os grupos internos do Partido Democrático Social (PDS) que aglutinou a maior parte dos integrantes da antiga ARENA em torno de um único nome que seria confirmado pela Convenção Nacional, em setembro daquele ano, para conduzir a sucessão via Colégio Eleitoral no início de 1985. A eleição direta, para a grande maioria dos pedessistas, ficaria para o início da década de 1990. Diante da fragmentação do partido entre apoiadores do então Deputado Federal Paulo Maluf, do Ministro do Interior Mario Andreazza e do Vice-presidente Aureliano Chaves, tornaram-se as incertezas quanto à sucessão uma constante manifesta na imprensa, transformada num espaço não só de observação das movimentações partidárias, mas de articulação de opiniões sobre aquele *acontecimento histórico*.

A historiografia positivista do século XIX, tentando comprovar a cientificidade da História, encadeou rigorosamente os fatos, estabelecendo causalidades entre eles, dando vida a eventos datados que demarcariam períodos, estruturas e regimes. Mas, para o historiador da segunda metade do século XX o acontecimento oferece-se do exterior (NORA, 1988, p.182-183) e passa a ser fabricado, então, por não historiadores que estabelecem temporalidades e conceituam ações, eventos e circunstâncias, os quais atribuem a tais acontecimentos a qualificação de históricos. O cotidiano jornalístico escolhe, recria, reinventa, dota ações dos mais diversos sentidos e pinça em um conjunto de vivências, sociabilidades e discursos, aquilo que pode mobilizar o interesse de seus receptores a partir de um conjunto de características *espetaculares, teatrais, atraentes...* Estas ações, reações, tramas sociais, culturais e políticas tornam-se então notícias, são interpretadas, esmiuçadas, mobilizam memórias e, ao serem narradas como acontecimentos históricos ainda no seu presente, passam

[2] Apesar de não terem sido os únicos, os governadores da oposição que acabaram por liderar as campanhas Pró-*Diretas* foram Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro, Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais, Franco Montoro (PMDB) em São Paulo, José Richa (PMDB) no Paraná e Gérson Camata (PMDB) no Espírito Santo.

a fazer parte de uma memória histórica que trama identidades, sentimentos de pertencimento, então projetadas e veiculadas pela mídia.

As ações do teatro político brasileiro de então, compuseram tramas que foram atentamente seguidas e destrinchadas nas páginas dos jornais. No final de 1983, em meio aos contornos partidários, foi noticiado o discurso do então Presidente General João Baptista Figueiredo, no cargo desde 1983, anunciando sua desistência em continuar coordenando o processo para sua sucessão. Tal pronunciamento evidenciava contradições que tornavam algumas conciliações impraticáveis. O presidente não abria mão da inviabilidade das eleições diretas e entendia haver um caráter "meramente perturbador" das manifestações que se multiplicavam em todo o país. A abdicação de Figueiredo em liderar o processo político representava duas altercações: o enfraquecimento da sua autoridade presidencial e do núcleo do regime militar, que fora ela mesma motivo da segunda, e a intensificação de incertezas com relação ao futuro (BERTONCELO, 2007).

Diante da resistência dos líderes do regime com relação às *Diretas*, os articulistas da *Folha de São Paulo* aprofundaram sua crítica à ditadura, considerando-a contrária aos anseios da *sociedade democrática*, a qual se voltava para o futuro em contraposição ao passado-presente. É possível notar a partir das páginas de opinião do jornal que as questões estavam em aberto, sabia-se que as decisões as quais seriam presenciadas naquele ano dotá-lo-iam como insígnia daquele ciclo:

> Para os donos dos nossos destinos – essa legião de tiranetes sem estatura – o futuro foi adiado para 1991. Então, 27 anos depois de um brusco movimento de sobressalto com o presente (1964) tomaremos posse de um futuro esgarçado pelo passado. [...] O futuro é presente, amanhã é hoje, o novo deve ser plantado agora, quando há necessidade dele. Hoje começa o ano de 1984. Tido e havido como marco do futuro. Mas começa igualzinho ao anterior. Por falta de urgência e dramaticidade estamos convertendo cada feliz ano novo em infelicíssimo ano velho.[3]

Aquele presente já era passado, mas também encarava de perto o futuro. Via-se como história. O presentismo,[4] próprio do ritmo frenético da nossa contemporaneidade, é um regime de historicidade marcado por um presente que se torna desconfortável em si mesmo e que a tudo inunda, conforme as "solicitações do mercado, o funcionamento de uma sociedade de consumo, as mudanças científicas e técnicas, os ritmos das mídias, que cada vez mais rapidamente tornaram tudo (bens, acontecimentos, pessoas) obsoleto" (HARTOG, 2003,

[3] DINES, Alberto. Senão agora, quando? Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.4, 1º de janeiro de 1984.

[4]Para Hartog, um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, que desce dos céus, mas antes um arcabouço durável, sendo que há períodos intermediários sobrepondo-se entre dois regimes principais (HARTOG, 2003, p.22).

p.27). Depois que o progresso e o futuro deixam de ser referenciais temporais predominantes, "ficamos habitando um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e seu próprio futuro. Múltiplos" (HARTOG, 2003, p.27). Ao edificar o presente histórico, as narrativas jornalísticas desqualificavam o regime militar e já o encaravam como passado. Passado este a ser encerrado, engavetado, removido em seus muitos resquícios do presente. Hartog, ao adentrar os particularismos do presentismo, considera o modo pelo qual a mídia tem que produzir quase que diariamente eventos históricos. De forma mais meticulosa, o historiador francês acentua que "o presente, mesmo no processo de realizar-se, gostaria de ver-se já ou de uma vez como, por assim dizer, com o olho da história: como um presente, que *ainda não* aconteceu completamente e *já* passou. Como um presente que seria para si mesmo seu próprio passado" (HARTOG, p.27). No processo histórico brasileiro, o respaldo a um presente dotado de densidade própria vinha do amplo apoio e participação ativa da sociedade brasileira nas campanhas pelas *Diretas*, dimensão esta amplamente noticiada e comemorada pela *Folha de São Paulo*.

Fundado em 1921, como *Folha da Noite*, ao qual juntou a *Folha da Manhã* e, mais tarde, a *Folha da Tarde*, na maior parte de sua existência, o jornal não havia conquistado uma relevância e influência política que o notabilizasse no cenário nacional. Após trocas de proprietários, em 1962 a empresa Folha da Manhã foi adquirida por Otávio Frias e Carlos Caldeira de Oliveira que passam a consolidar a marca *Folha de São Paulo*, criada em 1960.

Em 1975, sob a direção de Cláudio Abramo, a empresa realizou então uma mudança editorial importante, reposicionando o jornal no mercado e alterando sua abordagem com mais artigos de opinião e uma postura crítica em relação ao regime autoritário (DINES, 1986, p. 20). Na década de 1980, a campanha das *Diretas* seria mais uma oportunidade para intensificar a imagem combativa do jornal. A *Folha* assumiu a liderança na circulação diária de impressos na década de 1980, baseada no projeto editorial que visava a produção de "informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos".[5] Em 1984 implantou o *Manual de Redação* com normas de editoração, representando um marco na normatização da produção de notícias que iria respingar na atuação de jornais de todo o país.

[5]"A História da Folha". Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm Acessado em agosto de 2012.

> O manual se inseria dentro do projeto maior do jornal, lançado de 1981, cujo objetivo era estruturar e sistematizar o trabalho na redação, além de fornecer os fundamentos conceituais para a produção das noticias e informações veiculadas pelo jornal, o que foi de certa forma, aplicado ao grupo no decorrer dos anos 1990 e 2000 (SILVA, 2011, p.20 - 21).

Na edição de número 20.000, em editorial, o jornal buscava certificar seus leitores das estratégias de produção de notícias e opiniões pressuposta através da presença do *pluralismo interpretativo competente* e na *apresentação do que o fato representasse em si mesmo*.

> O modelo de jornalismo emana da própria convivência de diferentes versões, múltiplos pontos de vista, diversas verdades, que ao serem colocados lado a lado relativizam umas as outras e aguçam no leitor o gosto da discussão e o talento para julgar. [...] A "Folha" é um jornal estritamente apartidário, procura examinar cada fato pelo que representa em si mesmo, cada governante ou administração pelo que realiza ou deixa de realizar em cada setor e em cada momento.[6]

A legitimidade jornalística vinha amparada pela pretensa busca da *verdade dos fatos,* "ambição que remete, por sua vez, àquelas ensejadas pela própria concepção histórica historicista e à crença em uma verdade histórica progressista" (SILVA, 2011, p.67), e era reforçada por editoriais que arquitetavam a imagem de "um jornal a serviço do Brasil", por consequência a serviço da democracia e a serviço da campanha pelas *Diretas Já*.

No que se refere à produção de memória e consciência histórica sobre o regime militar e a redemocratização política brasileira, a imprensa escrita é um *lócus* privilegiado, devido à sua atuação constante durante a escritura dos acontecimentos no tempo vivido. Mesmo com a presença de interesses e anseios partilhados no âmago das relações entre empresa-jornal, proprietários, articulistas e colaboradores, desde o final do século XIX o jornalismo ganhou um lugar privilegiado não só como fonte de informações, mas também como ator cuja ação tem o poder de mudar a distribuição de peças no tabuleiro político brasileiro. A intermediação entre lideranças políticas e sociedade civil dá à imprensa uma posição de relevância absoluta e de intermediação na arena de lutas políticas, simbólicas e imaginárias.

Nesse sentido, cabe analisar os jornais nos enlaces entre a fabricação da notícia e os textos de opinião dos seus articulistas, como ações interpretativas dos processos de distensão, abertura e redemocratização brasileiros. As reformulações interpretativas e a veiculação de memórias específicas permitem a observância do ainda incompleto processo de democratização que vem se lapidando num terreno bastante pantanoso desde então.

---

[6] Editorial: "Caminhos e paisagens". Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 5 de janeiro de 1984.

Esta imprensa que via seu papel como mediadora e intérprete da sociedade tem suas raízes no movimento iniciado nos Estados Unidos com as experiências do *public* e do *civic journalism.* O primeiro buscava "impor uma nova agenda de opinião e se tornar intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e à escolha de soluções para a sociedade". O segundo nasceu na década de 1970 e objetivava enaltecer os valores democráticos. Este "considerava o confronto de opiniões o motor das escolhas e da deliberação na comunidade e apresentava o jornalista como animador dessa atividade" (ABREU, 2003, p.30).

A *Folha de São Paulo*, assim como a imensa maioria da imprensa brasileira saiu em defesa das *Diretas.* Refletia sua imagem como um motor das demandas sociais e pela conquista da democracia, em contraposição ao regime autoritário, à ditadura, à *revolução falida, passada*. No entanto, o golpe civil-militar de 1964 também havia sido amparado pela maior parte da grande imprensa empresarial brasileira, a qual atuara, inclusive, como suporte estratégico para a implantação do regime. A maioria dos proprietários de jornal encampava as ideias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da UDN, o principal partido que, junto com os militares, havia conspirado para a deposição do presidente João Goulart (ABREU, 2002). Mas a presença constante da intervenção e da censura no conteúdo da informação acabou por transformar lentamente este quadro, destacadamente após a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5). Naquele momento a censura prévia, a autocensura, o colaboracionismo e as pretensas omissões tornaram o quadro complexo e impulsionaram a concorrência midiática que crescia aceleradamente na passagem para a década de 1970. Na mesma ocasião, despontava ainda a televisão, que aumentava a competitividade na disputa no mercado midiático. O quadro era então multíplice e bastante heterogêneo.

No que se refere *à Folha de São Paulo*, a ação escolhida de autocensurar-se manteve a redação sem agentes-censores durante a ditadura, ao abrandar - e não noticiar - as engrenagens da repressão, do arbítrio ou olvidando os *assuntos proibidos*. No caso do Grupo *Folha*, houve ainda a manutenção de um notório colaboracionismo, verificável principalmente através da *Folha da Tarde*, conhecido como *diário oficial da Oban* (Operação Bandeirantes) (KUSHNIR, 2007). No entanto, desde 1975 a *Folha* tentou *afastar da memória* seus vínculos com o golpe civil-militar de 1964. Nos meandros da redemocratização, as *Diretas Já* tiveram na *Folha de São Paulo* um dos seus principais arautos.

Em contrapartida, a empresa-jornal usou a campanha como a materialização da sua autoimagem de espaço democrático, tentando desvincular qualquer passado que obscurecesse estas bases. A abertura política e a campanha pelas *Diretas Já* concederam à *Folha* "a possibilidade de elaborar para si outra narrativa de sua participação na história recente do

país; em pouco tempo, esses episódios se tornam o principal foco na tessitura da memória, fazendo com que parte do passado perca importância na formação do novo papel social que se propõe exercer" (SILVA, 2011, p.190).

Não apenas coincidência: em 1984 o novo projeto editorial da *Folha de São Paulo* e a sua intensa atuação narrativa em relação às movimentações pelas, para e por *Diretas Já*, deram o ritmo àquele conglomerado empresarial que ambicionava *não só contar a história, mas ajudar a construí-la.* A confecção dos editoriais, por sua vez, insinuava um diálogo entre a empresa-jornal, opinião pública e o próprio Estado. Sendo assim, o espaço do editorial diário era usado para interpor sua própria apreciação com relação às notícias que ganhavam destaque em primeira página e no interior do jornal. As inseguranças próprias ao momento permitiam que o passado recente fosse então avaliado e qualificado. Dando atenção às singularidades da vida brasileira, no ano recém-findo, relatava-se que a situação política registrava avanços com a presença cada vez mais marcante da oposição ao regime.

> Consolidaram-se então as conquistas eleitorais de 1982, com a posse de todos os governadores eleitos, sem excluir aqueles mais incompatibilizados com o movimento de março de 1964. [...] A renovação nas Assembleias Legislativas insuflou-se também maior alento. Essa mesma atmosfera iria sentir-se no Congresso Nacional, a partir da sua instalação no começo do ano um terço da composição do Senado e a totalidade da Câmara Federal eram resultantes do mesmo sopro renovador e democratizante do pleito eleitoral. [7]

É importante destacar, no conjunto de narrativas que se entrelaçavam no período da transição política, a constante associação ao processo eleitoral como peça fundamental para a obtenção de uma democracia *plena*. E através da reminiscência das conquistas eleitorais recentes, organizava-se a trajetória política do ano subsequente como que a cunhar a rota dos novos ventos. Tal reminiscência faz parte de uma cultura política que organiza um conjunto de acontecimentos em suas características que os legitimam então como pedagógicos.

> A vitória das forças oposicionistas, hoje governando os principais estados do Brasil e seus maiores centros urbanos, não despertou sentimento revanchista, contrariamente ao que alguns receavam. Longe disso, essa vitória reforçou os laços de convivência democrática no interior da sociedade e do sistema político.[8]

Este reforço aos *laços de convivência democrática*, salientado pelo mesmo editorial que organizava os instrumentos da transição fortalecidos em 1983 robustece o enredo da

[7] Editorial: "O legado político de 1983". Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.3, 03 de janeiro de 1984.
[8] Editorial: "O legado político de 1983". Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.3, 03 de janeiro de 1984.

pacificação nacional que estava sendo ajustado tanto pela conjunção da grande maioria dos brasileiros em torno de um só interesse, quanto pela ordem mantida em todas as manifestações que pelo fim da ditadura. Nas linhas impressas a "questão democrática", apesar de ter significações diferentes na leitura dos liberais e das esquerdas, circulava desde meados da década de 1970 e servia como paradigma aglutinador de uma cultura política renovada (NAPOLITANO, 2006, p.149).

As multidões foram às ruas demonstrar sua adesão absoluta ao processo eleitoral para a Presidência da República. Tal ato serviu também como ação pressionadora aos membros do Congresso Nacional. Longe de ser apenas uma luta nos bastidores de Brasília, houve em todo o país adesão crescente das entidades civis tais como sindicatos, associações de moradores, de profissionais, estudantes, dentre outros, os quais se organizaram e mantiveram comitês e comícios pró-*Diretas*. Além da própria imprensa que acabou sendo protagonista da campanha ao repercutir as atividades, personagens e instituições envolvidas, interpretando - e opinando – sobre o processo de transição que alentava a sociedade civil. O emaranhado de notícias e articulações de opinião vai sendo então imerso no acontecimento *Diretas Já,* e o inverso também acontece.

Neste dinamismo de enlaces do efêmero (acontecimento *Diretas*) com processos de longo alcance (processo de democratização), que torna as culturas políticas perceptíveis aos olhos do historiador, é possível depreender que houve uma relação de afinidades eletivas na relação entre imprensa e processo de transição política brasileira, visto que em sua narrativa própria, além de mobilizar e sensibilizar a sociedade civil a favor das *Diretas* acabou por apropriar um passado presente e um presente futuro. Houve o entendimento de estar imerso num *momento histórico* que deveria alargar as bases democráticas através de processos eleitorais diretos para todos os cargos políticos.

Com o peso de uma crise econômica e do acirramento de conflitos sociais e políticos, a década de 1980 foi marcada pela herança de problemas que se agravavam desde o fim do ciclo de crescimento econômico que ficou conhecido como "milagre econômico". A dívida externa, o fracasso dos programas que visaram combater a inflação e o esgotamento do modelo de desenvolvimento que tinha o Estado como interventor econômico, eram temas comuns do noticiário. Os ares incertos da economia impediam novos investimentos e as desigualdades sociais que se manifestavam de forma alarmante e incluíam-se de modo indelével nas preocupações manifestas de uma insatisfação generalizada.

Vivia-se então *o redescobrimento do Brasil dos brasileiros*:

> O Brasil se redescobre nas ruas, nas praças e até nas praias, através do exercício da política, com a multiplicação de atos públicos em favor das eleições diretas. Basta, todavia, dar uma olhadela na história recente do país para se entender o fenômeno, e expurga-lo de deformações com que os defensores das indiretas tentam poluí-lo. Uma das características do regime autoritário que imperou nos últimos vinte anos no Brasil é a desmobilização popular.[9]

Neste texto, a afirmação da memória histórica segundo a qual a população esteve fora dos canais de decisões, alheia aos problemas que se agravavam, não por vontade própria, mas porque fora impedida pelo nevoeiro militar que havia encoberto o país naqueles últimos vinte anos.

> Resultado: o desastre econômico de que todos somos vítimas, a pretensão do científico e do racional deu no que deu: inflação de 211% ao ano, monumental divida externa de 100 bilhões de dólares, uma divida interna sufocante e uma conjuntura social onde a miséria de largos segmentos da população se contrapõe à riqueza de outros. A reinserção das camadas médias e populares no fazer político, nesta perspectiva, é determinada pela própria situação em que estão imersas. Nada mais natural que os excluídos do poder ou da possibilidade de influenciá-lo, queiram agora, no momento em que as frestas do regime se alargam, recuperar um direito que tinham no passado[10].

Aquele era um marco, o final de ciclo de um "antes", considerado História. Diante da crise, o "antes" podia então ser interpretado. O argumento funciona também de outro modo: "se desejamos compreender a manifestação do pensamento histórico, devemos olhar para a crise, a 'crítica' experiência do tempo que ele confronta". A interpretação do "antes" ocorre de tal forma que esses padrões sempre têm que ser mobilizados e mesmo transformados de modo a corresponder à contingência do evento (RÜSEN, 2009, p.170).

A partir das relações da tríade tempo histórico, crise e crítica, afirma que "a crise política (que uma vez deflagrada, exige uma decisão) e as respectivas filosofias da história (em cujo nome tenta-se antecipar esta decisão, influenciá-la, orientá-la ou, em caso de catástrofe, evitá-la) formam um único fenômeno histórico [...]". (KOSELLECK, 1999, p.9). Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico aproxima-se. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes - ameaçadora, temida ou desejada -, é certo. A crise invoca, então, a pergunta ao futuro histórico (KOSELLECK, 1999, p.111).

Nessa invocação questionadora ao futuro durante a transição política, acentuada durante o ano-acontecimento 1984 e suas mobilizações, há o entrelaçamento entre imprensa,

---

[9] FREITAS, Galeno. "A redescoberta da política". Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 15 de janeiro de 1984.
[10] FREITAS, Galeno. "A redescoberta da política". Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 15 de janeiro de 1984.

sociedade civil e personagens da oposição político-partidária ao regime, o que permite a observação de uma dimensão diacrônico-sincrônica do tempo na linguagem da memória histórica que ia sendo construída tanto no que se refere ao golpe de 1964 quanto da produção do acontecimento *Diretas-Já*.

O dinamismo das múltiplas vivências em curtos espaços de tempo e a coabitação de gerações que vivenciaram a ditadura civil-militar de diferentes formas permitiu a reconfiguração dos conceitos e a renomeação para as mesmas ações num período que deveria inaugurar um novo tempo: a revolução se tornou golpe e o regime, ditadura. Koselleck propõe que o choque no domínio dos conceitos converte-se em experiência cotidiana quando um espaço comum de experiências é dividido por diferentes gerações políticas e posições sociais (2006, p.320).

Assim como durante a Revolução Francesa a experiência do progresso foi compartilhada e tornou-se expectativa, naquela primeira metade da década de 1980 no Brasil havia a consciência de que se vivenciava um tempo de transição, ordenador de experiências e expectativas. Houve então uma ressignificação das práticas democráticas durante o período de transição política que passou a fazer parte de uma retórica comum aos sujeitos que compunham as narrativas de uma imprensa que também passou a considerar a aceleração do processo de transição. A manifestação pública que outrora fora impedida pelo ciclo autoritário serviria então como eixo da engrenagem da construção daquele ano-acontecimento. A escalada da presença da população em manifestações que se multiplicavam em centenas de cidades, promoveria uma série de marcos que, reunidos, tornar-se-iam o grande marco histórico: as *Diretas Já*.

Em janeiro de 1984 as manifestações pró-*Diretas* espalharam-se por todas as capitais. No dia 12 daquele mês, reunindo entre 30 e 40 mil pessoas na Boca Maldita, no centro de Curitiba**,** fora organizado o lançamento nacional da campanha pelas *Diretas-Já*. Opinião e noticiário estavam pautados pelas movimentações da campanha. Um articulista, em tom irônico, convidou o leitor a assistir o videoteipe do Jornal Nacional da Rede Globo da noite anterior, pois "havia espaço para tudo: quebra da safra da laranja na Flórida, com a elevação do preço da fruta no Brasil, crise na América Central, o calor escaldante de ontem em todo o País, alguns minutos para a candidatura indireta do vice-presidente Aureliano Chaves". Porém, o telespectador, "ainda que desavisado, terá, todavia notado que não houve nenhum 'flash' da festa multidinária em Curitiba, na qual milhares de cidadãos reivindicaram um dos elementos fundamentais da cidadania, o direito de votar para Presidente da República." E concluiu: "estamos em 1984. E esse tipo de manipulação primária do 'big brother', por

enquanto de via única, apenas expressa o desejo autoritário dos detentores do poder em apagar um fato da memória nacional pela simples ausência da notícia".[11]

Contudo, segundo Denise Rollemberg, depois do AI-5, a televisão brasileira e, particularmente a Rede Globo, "integrou-se à modernização econômica e social em curso - e dela participou", incluindo novos recursos tecnológicos que permitiram a transmissão para todo o país de uma programação única e que atingiu o gosto popular. O padrão estético e de teledramaturgia criado marcaria boa parte das imagens predominantes sobre a sociedade brasileira desde então (ROLLEMBERG, 2009, p. 377-398). Este tipo de comunicação de massa e o marketing tornaram-se fundamentais para qualquer exercício de poder político. Na campanha das *Diretas*, para Carlos Fico, "o sentido estético vibrante do amarelo" ou a "dupla pincelada verde e amarela", entre outros, "passariam a ser usados pela mídia". O resultado mais visível da campanha seria "uma retomada dos símbolos nacionais". A campanha das *Diretas*, apesar de boicotada pela Rede Globo, ganharia os contornos estéticos de uma grande celebração nacional através das imagens televisas (FICO, 1997, p. 61-63).

Com o passar das semanas as manifestações se multiplicaram: em Salvador (BA) com cerca de 20 mil pessoas, em Vitória (ES) com 10 mil pessoas, e no dia 25 de janeiro, no 430º aniversário da cidade de São Paulo, a manifestação levou entre 200 e 300 mil pessoas à Praça da Sé. Retomando e comparando o presente com o passado, o jornalista Carlos Brickmann afirmava que apesar da variação de número, uma coisa era certa: "este comício foi a maior manifestação já realizada em São Paulo desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964".[12]

Quem não lembraria aquele evento histórico? A manifestação na Sé fechava um ciclo. A comparação da mobilização da sociedade em 1964 com a mobilização de 1984 transformou-se em ponto de referência, meio de interpretar e de situar os acontecimentos num *continuum histórico.* O exercício de comparação servia para organização do tempo que legitimava os acontecimentos chamados de históricos. Há um intercâmbio entre situações conflituosas, tempestuosas, turbulentas para entender e definir o que se põe como insólito:

> A monumental demonstração da vontade popular na Praça da Sé passa a constar nos Anais da História política do Brasil. Não só como uma das maiores manifestações cívicas de nossa História, senão a maior, mas também um dos raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade em torno de uma única

[11] FREITAS, Galeno. Ideias incendiárias. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 13 de janeiro de 1984.
[12] BRICKMANN, Carlos. 300 mil nas ruas pelas diretas. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.1, 26 de janeiro de 1984.

> demanda, de uma só frase capaz de expressão os desejos mais profundos e incontidos da coletividade: 'quero votar para presidente'.[13]

O comparecimento cada vez mais marcante da população no movimento pelas *Diretas* levou o jornalista a entender a manifestação na Praça da Sé em São Paulo como um novo patamar em direção ao objetivo final que seria a provação da emenda Dante de Oliveira em abril daquele ano.

> De um lado, se Curitiba significou o primeiro teste vitorioso, o ato público de São Paulo representa um impulso vigoroso para os próximos atos da mobilização popular em todo o País. [...] O ano de 1984 reserva ao legislativo um único caminho para avançar nesse processo de reconquista de suas prerrogativas. É o de devolver a si próprio a dignidade e a confiança no exercício de sua plena autonomia.[14]

O jornal organiza "marcos", numa narrativa que se pretende histórica, inserindo-os em uma sucessão temporal evolutiva, crescente, positivamente ascendente. Praticamente um mês após a manifestação na Sé, um novo marco era narrado nas páginas de opinião da *Folha*:

> A Praça Rio Branco, em Belo Horizonte, constituiu-se em novo marco histórico na caminhada ascendente da nação brasileira rumo à reconquista do autogoverno. Os mais de 200 mil cidadão que se concentrara de modo pacífico e resoluto na capital mineira, representando, naquele ato cívico, a vontade de quase 130 milhões de brasileiros, acabam de conduzir o movimento pró-diretas , um mês após a Praça da Sé, a um patamar mais elevado. O 25 de janeiro trouxe a cifra de centenas de milhares de pessoas numa manifestação pública, já o 24 de fevereiro, simbolicamente, assinala-se a ultrapassagem do milhão, com mais de um milhão e 200 mil manifestantes nas ruas do País, no espaço de algumas semanas. [15]

Ao ocupar 1,2 km da Avenida Presidente Vargas e outro tanto na Avenida Rio Branco, "a apoteótica festa cívica da Candelária, com mais de um milhão de manifestantes, configura a maior concentração política em praça pública da História do Brasil".[16] A superação de marcos, as narrativas que eles permitiam mobilizar, o uso da História como campo legitimador daquele movimento de 1984, o fator inédito que compunha cada novo número de pessoas nos comícios, tecem o que estamos chamando aqui de ano-acontecimento.

---

[13] BRICKMANN, Carlos. 300 mil nas ruas pelas diretas. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.1. 26 de janeiro de 1984.
[14] Editorial: Depois da praça. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 26 de janeiro de 1984.
[15] Editorial: Minas e o milhão. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2,25 de fevereiro de 1984.
[16] Editorial: No Rio a apoteose. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2,11 de abril de 1984.

No mesmo dia em que o presidente havia enviado ao Congresso a Emenda Leitão, que propunha eleições diretas para a Presidência da República em 1988[17], considerada um *estratagema de última hora* visando impedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira, acontecia em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, o comício pró-diretas com o maior público atingido até aquele então: um milhão e setecentas mil pessoas. Ainda em seu papel interpretativo e pedagógico acerca da democracia, o jornal, em editorial apontava: "os cidadão brasileiros estão, pouco a pouco, construindo a democracia. As faces do país alteram-se. Vivemos momentos decisivos para o futuro da nacionalidade".[18]

A grande imprensa, que desde os últimos anos da década anterior não se encontrava mais sob a censura prévia, cobriu amplamente as mobilizações e os momentos de crise do regime, atribuindo-o as responsabilidades históricas sobre a situação. A identificação de delitos recaiu sobre o tempo inaugurado pelo golpe.

> Cabe registrar que estamos diante da repetição de um fenômeno observado no passado recente quando o país atravessou outros momentos de crise política artificial: a reaglutinação de forças que fizeram e posteriormente deturparam o movimento de 1964 em nome de uma espúria manutenção do poder. Essa reaglutinação tem pelo menos um mérito: identificar falsos democratas, pregoeiros e uma ordem totalitária que faz acenos em direção à redemocratização que o país aspira, mas que, na realidade, nada tem feito, ao longo dos anos, do que esmagar pela força dos casuísmos essa vontade nacional de se livrar dos desgovernos que teimam em prostituir nossas instituições.[19]

Diante desta tensão visível, a imprensa assumiu a tarefa de demonstrar o encadeamento de ocorrências e de avaliar as ações e movimentações institucionais, em condição de julgar criticamente o enfraquecimento do regime e as incertezas político-institucionais que se avizinhavam. Nesse sentido, crise e crítica acabaram por fazer parte uma da outra, tornando-se a imprensa atriz e autora da própria crise do regime militar aorelacionar as questões de seu próprio tempo à política institucional inaugurada pelo ano-acontecimento 1964.

> Foi assim em 66 quando prorrogaram o mandato de Castelo Branco, cancelando as eleições gerais marcadas para aquele ano, extinguindo os partidos políticos e cassando as lideranças políticas. Foi assim em 68 quando fecharam o Congresso e as Assembleias Legislativas, foi assim em 69 quando, quando impediram a posse do vice-presidente constitucional e em seu lugar assumiu uma junta militar que colocaria no poder um preposto do regime; foi assim em 78 quando nomearam os

---

[17] A Emenda Leitão de Abreu ainda propunha a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos, dava direito á reeleição e criava o segundo turno, caso o candidato mais votado não alcançasse maioria absoluta de votos.

[18] Editorial: Um passo para as Diretas-Já. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 17 de abril de 1984.

[19] LIMA, Aroldo Cerqueira. Rescaldo feudal. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 17 de abril de 1984.

> biônicos, garantidores de uma maioria parlamentar que as urnas negaram; foi assim em 82, quando manipularam o Código Eleitoral para permitir que o partido menos votado continuasse a ser maioria no Congresso. E está sendo assim hoje quando se estabelece uma confusa regra eleitoral para permitir que ainda o próximo presidente seja alguém que represente fielmente o grupo no poder, não importa que isso seja fraudando a vontade nacional. [...] A nação, porém, não tem memória curta como alguns pensam. Ela saberá, no momento oportuno, expurgar do cenário político os arautos de uma democracia falsa, porque a verdadeira não convive com a corrupção, com as mazelas, com a impunidade, com a incompetência.[20]

Ao organizar o passado, destacando a operosidade do regime com ações específicas, a narrativa midiática atribui uma reminiscência específica que é repetida numa constante. Neste sentido, atribui para si mesma a função de veicular memória, no país que *não* tem *memória curta,* porque tem *imprensa cidadã.* Cabia memorizar ações, situações, discursos, emblemas, narrativas específicas. Aquelas que consagrassem uma memória histórica de uma sociedade, e de uma imprensa, que não compactuava com as ações que vinham de cima. Retirados que estavam de seus direitos de cidadão. Era chegado o momento de conciliar memórias.

2.1.1 Memória histórica: o tempo datado em diferentes escalas de observação

Ao trazer à tona a influência dos meios de comunicação sobre o tempo histórico, cabe acentuar sua capacidade de produzir narrativas interpretativas que, de certo modo, orquestram a percepção do passado e as expectativas de futuro da sociedade contemporânea. A presença viva do ano-acontecimento 1964 nos jogos simbólicos que se apresentaram durante o período de distensão, abertura política e redemocratização, evidencia as arquiteturas de memória constantemente confrontadas pelo jornalismo.

A data é um lugar de memória, uma janela de reminiscências, de opinião e interpretação, de enraizamento do acontecimento. Cada final do mês de março permaneceu, desde 1964, como momento para a reflexão e edificação da memória histórica sobre o golpe e sobre a própria manutenção da ditadura civil-militar, ressignificando a série de ocorrências que envolviam o golpe. Além de aniversário de vinte anos do golpe, 1984 clamava por eleições diretas para a Presidência da República. As percepções e avaliações acerca do processo político em curso reposicionaram o *1964*. Ano após ano, as narrativas sobre ele reconfiguravam-se diante de conjunturas políticas diferentes. A versão memorialística que o sustentava como ano da revolução, perdeu, aos poucos, legitimidade diante de uma nova inflexão da memória histórica. No entanto, este foi um processo repleto de controvérsias e

[20] LIMA, Aroldo Cerqueira. “Rescaldo feudal”. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 17 de abril de 1984.

sem contornos visíveis, sendo possível perceber que a memória oficial *revolucionária* do golpe foi desmantelada sem saltos bruscos.

Segundo Sônia Meneses da Silva, para que a notícia midiatizada ultrapasse a efemeridade momentânea e alcance a condição de acontecimento memorável, é necessário o concurso de três dimensões: a factual, a monumental e a teórica. A produção do evento e seus rastros acontecem conforme uma mecânica de transposição de contextos temporais. O evento sobrevive através desses rastros, quando então se torna objeto de reflexão e sistematização conceitual. Num esforço de "compreensão e explicação, entram em cena conjecturas, interrogações, problemas e conclusões que são muito diferentes do acontecimento em si". A metamorfose e ressignificação do passado "acrescenta elementos subjetivos e simbólicos de outras temporalidades" (2011 p.78-79). Há nos textos jornalísticos de 1984 um conjunto de elementos que relaciona eleições, democracia e significação temporal na produção do acontecimento *Diretas.*

Por envolver a construção do presente como tempo histórico, as narrativas voltavam seus olhos ao passado e entrelaçavam as duas pontas para legitimar os *marcos* narrativos, embora houvesse *tanta* distância das intenções de vinte anos antes. O golpe já era rastro. As *Diretas*, fato presente. Entretanto, enlaçadas na interpretação jornalística, ambos eram *história, marcos, divisores, entretempos, começos e fins*.

Ao confrontar o ano-acontecimento 1964 com a o presente que se fazia histórico em 1984, a *Folha de São Paulo* trazia em primeira página a notícia de que através de uma cadeia de rádio e televisão, o presidente João Baptista Figueiredo falara ao povo brasileiro em um discurso alusivo ao 20º aniversário do golpe civil-militar, o que foi apresentado sob a manchete: "Diretas não já, quer Figueiredo". No auge da organização de comícios Brasil afora, o General anunciava que a eleição de 1985 seria indireta, deixando para um *futuro impreciso* a possibilidade da escolha popular através do pleito direto. Assegurava que seu governo fora movido pela busca do "regime democrático e seu aperfeiçoamento", concretizado pelo "restabelecimento das franquias, a restituição dos direitos políticos aos que deles se achavam privados, bem como a concessão da anistia reclamada para a pacificação da família brasileira". Segundo o Presidente as eleições diretas seriam inoportunas: "nas eleições de 1982 ao escolher os Deputados das Assembleias Legislativas, da Câmara Federal e do Senado, o mundo político não ignorava que estava em jogo também a escolha daqueles que fariam parte do Colégio Eleitoral". Em conclusão: "a extinção desse Alto Colégio, escolhido

livremente, e com mandato irrenunciável, violentaria o compromisso político legitimo contra o qual, antes do resultado da eleição, nada se levantou".[21]

Em primeira página, a notícia do discurso do presidente foi acompanhada pela informação de que uma pesquisa de opinião detectara que só 10,8% achavam bons os 20 anos de ditadura, sentenciando que o ciclo político-militar estava em fase de extinção.[22] Estes movimentos de opinião pública também asseguravam o acerto da estratégia do jornal, inclusive com vistas a ampliar sua posição no mercado através da aproximação entre as posições do jornal e as de seus leitores:

> Segundo a opinião de 45.3% dos entrevistados pela pesquisa "Folha" desta semana em seis capitais: São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro, mais de um terço das pessoas ouvidas (36,8%) consideram ruins os últimos 20 anos. Apenas 10,8% acharam "bom" o período. "Bom no início, mas depois desvirtuado" é a resposta de 26,9% e 21,4% não souberam dar resposta.[23]

Um passado e um futuro presentes em primeira página. O discurso do presidente traduziu a inevitabilidade de que as narrativas que defendiam as eleições diretas associassem os dois pontos cruciais que *iniciavam e fechavam tempos.*

> Vinte anos após sua deflagração, o movimento político-militar de 1964 ainda está por concluir um ciclo do sistema de poder que instituiu. [...] O reexame profundo da nossa realidade e a busca de caminhos novos que conduzam realmente a uma democracia moderna e sólida, e uma economia capaz de liquidar os bolsões de miséria, os extremados desequilíbrios regionais e sociais, é tarefa que supõe a separação definitiva das regras autoritárias que presidiram esta fase do processo político nacional. A questão se apresenta como essencialmente política. Daí a adesão em massa dos mais variados setores da sociedade à ideia da eleição presidencial direta imediata, pela qual pretendem dar legitimidade a um governo que se proponha executar essa tarefa, pondo fim a um regime historicamente esgotado e incapaz de enfrentar os novos desafios que a Nação tem diante de si.[24]

Apesar de haver uma orientação pelo calendário, pelo contador mecânico que organiza o tempo, a sociedade experimenta períodos mais breves ou mais longos de acordo com acontecimentos específicos que servem como balizas do tempo. A História situa-se então nas percepções temporais fabricadas pelos próprios indivíduos, numa constante. Segundo Paul Ricoeur (1983, p.61), o tempo torna-se "humano" precisamente quando é "organizado à maneira de uma narrativa" e esta extrai o seu sentido exatamente da possibilidade de "retratar os aspectos da experiência temporal". É a partir desta constatação que se pode frisar e

---

[21] "Diretas não já, quer Figueiredo". Folha de São Paulo, 1º de abril de 1964, p..1
[22]"Diretas não já, quer Figueiredo". Folha de São Paulo, 1º de abril de 1964, p.1
[23] Folha de São Paulo, 1º caderno, p.1, 1º de abril de 1984.
[24] Editorial "Vinte anos depois". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 31 de março de 1984

desdobrar o aparecimento constante do *ciclo* nas narrativas sobre o tempo que *se encerrava* em 1984.

Krysztof Pomian pontua que "os calendários e os instrumentos geométricos permitem atribuir aos acontecimentos coordenadas temporais e, por conseguinte, permitem medir as distâncias que os separam, exprimindo cada uma delas como que um múltiplo de um ciclo escolhido como unidade de base" (POMIAN, p.104). É nesse sentido que se afirma aqui que as datas, os meses e os anos são *lidos* pela sociedade mais do que apenas de forma linear, ao passo em que são preenchidos de signos. As datas, os anos-acontecimento, ganham significações cívicas, simbólicas, emblemáticas e edificam memórias, organizam o tempo político. Segundo o mesmo autor:

> cada ciclo comporta duas fases: uma ascendente e a outra descendente. Quando se coloca o presente na primeira, o futuro próximo é objeto duma esperança, ao passo que o passado é concebido não como aquilo que fornece exemplos a seguir, mas como um período decorrido; é considerado de um ponto de vista superior. As coisas são muito diferentes quando julgamos viver numa fase descendente: projectamos então no futuro do possível. A mesma visão cíclica do tempo permite, pois, justificar comportamentos opostos em âmbitos tão diversos como a política, a arte ou o conhecimento (POMIAN, p.105).

Numa série de artigos de opinião publicada pela *Folha* as funções pedagógicas do passado foram intercaladas ao horizonte de expectativas que as narrativas construíam. O articulista Galeno de Freitas citou o filósofo Lukács e suas reflexões sobre o tempo: "na vida de um homem, vinte anos é um lapso de tempo imenso. Na História, nem tanto. Ainda assim, o processo histórico que completa vinte anos amanhã já fornece uma perspectiva que permite algum tipo de avaliação". O mesmo jornalista frisava que os efeitos daquele março/abril de 1964 permaneciam em aberto. Num exercício interpretativo, vinculou a falência do regime, ainda sem desfecho, à adesão de mais de 90% da nacionalidade à campanha pelas *Diretas*. Segundo esta narrativa, a infelicidade do regime estava na produção do "desastre econômico de que hoje padecemos e multiplicaram a miséria ao invés da riqueza. Por tudo isso não há o que festejar. Estamos em face de uma das maiores enrascadas de nossa História".[25]

Aquela data, outrora celebrada no mesmo impresso, ganhara outro significado. Não mais de cunho comemorativo, mas ainda assim segundo um uso político do passado. Ganhou o fardo da reminiscência, do jogo interpretativo, que vinculava o golpe às *Diretas*. Uma narrativa que os tratava como: um evento militar e o outro civil, o primeiro como força autoritária e o segundo engendrado pela sociedade. Estabelecia-se uma memória histórica que

[25] FREITAS, Galeno. "Infeliz aniversário". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.2. 31 de março de 1984.

enquadrava o sentimento de pertencimento de uma sociedade que queria ver a si mesma resistente, democrática, contra o regime militar. Sublinhe-se que a imprensa teve papel relevante na construção desta memória.

> Logo, a relação histórica com o passado é enriquecida por uma enorme quantidade de experiência. Apenas nesse tipo especificamente histórico de memória o peso do significado da experiência histórica torna-se visível e mensurável. Ele também muda a forma de significativamente apropriarmo-nos do tesouro das experiências passadas. Essas formas de apropriação tornam-se muito mais complexas, uma vez que elas podem empregar uma grande variedade de estratégias narrativas (RÜSEN, 2009, p.168).

O texto "Processo político leva muito a mudar de lado", do jornalista Carlos Brickmann, abordou a inversão de posições políticas, ironizando que "houve gente que passou da subversão ao governo, duros oposicionistas que viraram situacionistas [...]. São coisas da política. E, além disso, esse país não tem lá muita memória. É assim que caçadores e cassados vivem hoje na mais perfeita ordem". E concluiu: "o caso é que a História muda, as revoluções mudam, e as pessoas não podem manter-se nos mesmos lugares".[26]

> No modo *construtivo*, o passado rememorado é matéria para discursos, narrativas e uma comunicação contínua. Aqui, a memória moldou o passado em uma história significativa e aqueles que lembram parecem ser os mestres de seu passado na medida em que eles colocam a memória em uma perspectiva temporal com a qual podem articular suas expectativas, esperanças e medos. (RUSEN, 2009, p.168)

Seis páginas inteiras, distribuídas entre os dias 31 de março e 1º de abril, dedicadas aos "20 anos do movimento de 64", mobilizaram intelectuais, jornalistas e líderes políticos para edificar um novo capítulo sobre a memória daqueles idos de março de 1964:

"Processo político leva muitos a trocar de lado", por Carlos Brickmann (p.4)
"Os vinte anos de revogação de 64", por Janio de Freitas (p.5)
"Brasilianistas desvendam a História pós-64", por Galeno de Freitas (p.6)
"A falência é evidente", por Giocondo Dias (secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro) (p.5)
"Anos de exílio, de mortes, de desaparecidos", por José Dirceu (ex-líder estudantil, secretário do Partido dos Trabalhadores [PT] em São Paulo) (p.5)
"Perseguição invade o terreno da Galhofa", por Carlos Brikmann (p.6)
"Um carbonário e um solitário: dois momentos de 1964", por Alberto Dines (p.7)

[26] BRICKMANN, Carlos. Folha de São Paulo, 1º caderno, p.5, 1º de abril de 1984.

Temos então um vasto quadro de percepções que nos informam sobre elaborações e usos de memórias conforme as contingências do presente. Estes textos são assinados por nomes cuja relevância na vida pública, seja no âmbito partidário ou intelectual, era notória. Algumas memórias foram exorcizadas, algumas pedras e tropeços esquecidos ou silenciados, para que os caminhos democráticos fossem calcados e acontecessem sem traumas. Sobre os vértices da memória e da História, as lembranças são construídas e apresentadas em transformação permanente, adquirindo forma através das experiências e avaliações que se acumulam no tempo. As verdades da memória são filtradas por sensibilidades, culturas, representações identitárias e ideológicas (TRAVERSO, 2007, p.74). Nesse sentido o passado é constantemente reelaborado segundo as sensibilidades éticas, culturais e políticas do presente e ainda o retorno ao passado transforma-se em memória coletiva. A construção de memória ligava-se, naquele momento, às conveniências políticas daquele presente que também era *histórico*. É neste compartilhamento de representações do passado, entre a memória e a história, que Jörn Rüsen (2009) destaca através de um esquema, cinco princípios do pensamento histórico que juntos pertencem à formação elaborada de memória histórica:

> Interesses cognitivos gerados a partir das carências de orientação nas mudanças temporais do mundo presente; conceitos de significância e perspectivas da mudança temporal, nos quais o passado assume sua especificidade como "história"; regras e métodos (no sentido amplo da palavra) para lidar com a experiência do passado; formas de representação, nas quais a experiência do passado, processada pela interpretação em conceitos de significância, é apresentada na forma de narrativa; funções de orientação cultural na forma de direção temporal das atividades humanas e conceitos de identidade histórica (RÜSEN, 2009, p.185-186)..

O historiador sublinha que nem toda a memória, em si mesma, é uma memória histórica, pois "'histórico' indica certo elemento de distância temporal entre passado e presente que torna necessária uma mediação complexa entre ambos". Os fatores do pensamento histórico mudam (RÜSEN, 2009, p.185–186). O exercício diário de comparação feita pelas articulações de opinião e o afastamento do 1964 com o 1984 nos dão indícios da memória histórica em edificação, das novas orientações que se faziam necessárias, da pressão do encerramento e de identidades políticas que conduziam a sociedade a consensos.

Na coincidência do aniversário de vinte anos do golpe com o auge da campanha pela redemocratização, os textos apresentam a democracia como o valor indispensável para balizar a interpretação o acontecimento "revolução". O ano-acontecimento 1964 não foi apenas um resíduo de memória, mas sim um presente na vida política do país e, por sua vez, no cotidiano dos jornais. O que é instigante aqui é a fabricação de 1984 como um ano que alargaria as

bases democráticas e estaria fadado a ser reconhecido em sua condição histórica. Enquanto transcorria o movimento das *Diretas-Já*, a possibilidade de rejeição da Emenda não interferiu no significado de um ano que deveria transformar a relação eleição/sociedade no país. Nessa fenda, parte da imprensa usou as narrativas sobre o passado então recente como base para atribuir finalidade e legitimação ao movimento das *Diretas*.

Na cidade de Lages, interior de Santa Catarina, que vivera até ali um processo político intenso e que fora reconhecido nacionalmente como símbolo da democratização da sociedade brasileira, o ano de 1984 também não deixou de configurar sua condição de *marco histórico*. Não passaram incólumes ao jornal *Correio Lageano* as campanhas que animavam a opinião pública de todo o país. Com sua média de oito páginas diárias sob a responsabilidade do diretor José Paschoal Baggio e do editor-chefe Névio Fernandes, o jornal dividia seu espaço entre publicidade, página de esportes, classificados e editais, coluna social, algumas charges e páginas de variedades, opinião, política, administração e economia, mas muitos destes editorias não mantinham uma padronização fixa, sem respeitar uma regularidade de publicação. Veiculava então notícias e reportagens diversas sobre a região do planalto serrano catarinense e mais amplamente sobre o município de Lages, além de destacar cotidianamente o noticiário estadual e nacional.

Com mais de 14 mil edições, o *Correio Lageano* é, entre aqueles que sobreviveram às oscilações do mercado, o segundo jornal diário mais antigo em circulação de Santa Catarina. Veio a público em 1939, sob a responsabilidade de Almiro Lustosa Teixeira de Freitas, Idalécio Arruda e João Ribas Ramos, quando estes adquiriram o maquinário pertencente ao então extinto *Correio de Lages*. De início, tinha periodicidade semanal e circulava basicamente para fins político-partidários. Já em 1951 o jornal foi comprado por José Paschoal Baggio, Evilásio Neri Caon, Edézio Neri Caon e Sirth de Aquino Nicolelli. Segundo depoimento de Névio Fernandes, que trabalhou no *Correio* desde 1956, inicialmente como *freelancer* e, depois de efetivado, acabou por assumir o cargo de editor-chefe, tais sócios eram ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): "estes homens investiram no jornal para fomentar o partido e deu grande resultado", comentou. A partir de 1955 o jornal passou a ser editado duas vezes por semana, sendo que onze anos depois, chefiado então apenas por José Paschoal Baggio, passou para três edições semanais. Fernandes, conhecido simplesmente por "seo" Névio, afirmou ainda que quando Baggio comprou a parte dos seus sócios, o jornal começou "a ficar neutro, mais independente".[27]

[27] "50 anos de trabalho dedicados ao CL". Correio Lageano, 21 de outubro de 2009. Edição Especial, p.4. Disponível em: http://www.correiolageano.com.br/70anos/ Acesso: agosto de 2012

José Baggio era figura ilustre nas rodas de amigos, que informalmente ficavam ao sol agradável, no atual Calçadão da Praça João Costa, "cenário de negócios, acertos, sugestões e decisões" entre personalidades lageanas (WAGNER, 2009, p.38). Frequentador do Clube *14 de Julho* chegou a presidi-lo. Além de incentivador e dirigente do time de futebol *Internacional de Lages*, chefiou também por dez anos o PTB lageano, que tinha um "excelente entrosamento com PSD no município" (WAGNER, 2009, p.44). Era a figura de frente do *Correio Lageano*, da Rádio *Difusora*, da editora e gráfica *Pérola de Lages* e do complexo *Gráfica e Livrarias.* Edésio Caon, que era advogado, jornalista e dirigente do PTB, foi preso em 1964 por permitir a publicação de um artigo político no *Jornal de Lages*, onde também atuava. Seu irmão Evilásio, também advogado, ligado ao PTB e, após a promulgação do bipartidarismo, ao MDB, foi deputado em três legislaturas e teve seu mandato cassado em 1969, sob os efeitos da promulgação do AI-5. De sua parte, José Baggio não se filiou, pelo menos formalmente, a nenhum partido após o fim do pluripartidarismo decretado pelo AI-2. No entanto, sem pretender tirar conclusões sem dados empíricos, estas movimentações políticas individuais dão alguns indícios de possíveis divergências políticas destes personagens que pode ter desaguado no rompimento da sociedade entre os proprietários do *Correio*. Fiquemos apenas na suposição.

"Seo" Névio contou ainda que, de início, a feitura do jornal era manual, num trabalho de paciência de "colar letrinha por letrinha", pela utilização do processo de tipos móveis, que eram montados para sua utilização nas prensas. Posteriormente, a composição do jornal passou a ser feita com a utilização da máquina linotipo: as frases eram compostas e então derretidas por chumbo que formavam linhas com caracteres tipográficos. Finalmente, foi implantada a impressão *off-set*, com equipamentos adquiridos em 1980, o que proporcionou mais velocidade e qualidade.[28] Desde 1967 o jornal passou a circular diariamente, com uma média de quatro laudas nos dias úteis, sendo cinco ou seis nos domingos, número de páginas aumentadas para oito ou nove na primeira metade da década de 1980.

Não foi possível o acesso a documentos que possibilitassem interpretar se haveria algum projeto editorial do jornal. No entanto, na Edição Especial de 50 anos de existência, Névio Fernandes contou que, durante o regime militar, o jornal esteve a salvo de qualquer ato repressivo ou de censura. Para tanto, contou que porventura, os dirigentes do jornal estavam "desligados" do jogo político e mantiveram boas relações com o 1º Batalhão Ferroviário (hoje Batalhão de Engenharia e Construção), situado em Lages, dando espaço total à entidade no

[28] "O CL evoluiu do tipo móvel ao CTP" Correio Lageano, 21 de outubro de 2009. Edição Especial, p.6.

jornal.[29] Em matéria publicada na Edição Especial, afirmava-se que, "precavido, o seu Baggio não queria colocar o jornal em uma posição constrangedora ou que fosse proibido de circular". Névio Fernandes apresentou o seguinte testemunho: "nós sabíamos o que podíamos divulgar, dávamos a notícia do presidente Castelo Branco em Lages, fazíamos boas reportagens, assim o jornal não foi tocado".[30]

Ao folhear as páginas do *Correio* percebem-se as bandeiras levantadas ocasionalmente pela empresa-jornal, como a construção da rodovia BR-282, que liga Lages à capital do Estado, cujo andamento da obra foi acompanhado pelo jornal que continuou a cobrar a execução do trecho entre Lages e Campos Novos, concluído apenas em 2008. Em consequência disso, em homenagem ao diretor-presidente do jornal de 1951 a 2001, José Paschoal Baggio, o trecho da rodovia entre a localidade de Índios e a BR-116 recebeu seu nome, salientando justamente essa atuação pessoal e empresarial com relação às obras rodoviárias. Notável também a atuação da empresa-jornal com relação ao aeroporto regional para atender a Serra Catarinense desde a década de 1990, buscando apoio empresarial para a definição de um projeto, finalmente previsto para ser instalado no município de Correia Pinto.

Pode-se afirmar que, em geral, o jornal era lido pela classe média lageana. Suas páginas mostravam os grandes bailes no Clube *14 de julho*, divulgavam os chás das *ladys* da sociedade lageana, lançavam fotografias de belas moças das famílias de grande vulto que completavam seus quinze anos e dos casais que desfilavam nos eventos públicos e políticos da cidade. Durante a década de 1970, propagandeava ainda os importantes advogados da cidade, quase sempre com sobrenomes bastante conhecidos, como os Ramos e os Caon. Os *benefícios do Baú da Felicidade* e as lojas de móveis e eletrodomésticos que vendiam televisores, máquinas de costura e a desejada lavadora *Brastemp*, apareciam em anúncios que dividiam as páginas do jornal com o conteúdo de notícias e opiniões. Além da sempre presente publicidade do salão de automóveis *TransLages*, que convidava o leitor a *descobrir o Brasil num Veraneio da Chevrolet* ou comprar um *Ford Maverick* com um dos diversos planos de financiamento que o leitor escolhesse, outras propagandas acompanhavam a grade de programação prevista diariamente pela TV Cultura e TV Coligadas, além da rádio difusora e do cinema *Marajoara*. Havia espaço até para quem houvesse perdido documentos pessoais. Um típico jornal local.

---

[29] "50 anos de trabalho dedicados ao CL". Correio Lageano, 21 de outubro de 2009. Edição Especial, p.4. Disponível em: http://www.correiolageano.com.br/70anos/ Acesso: agosto de 2012

[30] "50 anos de trabalho dedicados ao CL". Correio Lageano, 21 de outubro de 2009. Edição Especial, p.4. Disponível em: http://www.correiolageano.com.br/70anos/ Acesso: agosto de 2012

Politicamente conservador, oferecia espaço aos nomes que lhe eram convenientes. Apesar do passado petebista, não há dúvidas quanto à conivência do jornal para com o regime militar. Mantendo a posição mais segura, o *Correio* não ousaria fazer diferente. Difícil qualificar sua atuação precisamente como *colaboração* ou *adesão*, posto que as memórias, esquecimentos e silenciamentos confundem-se na narrativa atual dos que fizeram parte do corpo editorial durante os chamados "anos de chumbo". Tratava-se de, mais do que evitar conflitos, como afirmou Névio Fernandes, participar da orquestração de um grande consenso nacional-patriótico notado nos textos escritos por colaboradores diversos, em grande parte das vezes sem assinatura, aspecto que se estendeu principalmente no decorrer da década de 1970.

Durante as movimentações político-partidárias, muitas vezes a título de cordialidade, eram publicados *a pedido*, textos relacionados aos partidários e filiados do MDB, com o cuidado de afirmar que a composição editorial do *Correio* não necessariamente concordava com o escrito. Postura que foi transmutada no decorrer da desestabilização do regime, acompanhando a *nova* atuação da grande imprensa. Os bastidores da política não encenavam intrigas por trás das cortinas: tais bastidores eram o próprio palco das movimentações narradas no *Correio Lageano*.

Aqui trataremos de pensar a imprensa local e suas vozes diante dos ventos da redemocratização na vida prática do jornal e da cidade, que foram acentuados naquele ano-acontecimento 1984. Perceber as atribuições dadas às movimentações pelas eleições diretas na imprensa de Lages - histórico núcleo de tramas políticas em Santa Catarina - e suas implicações na fabricação de memórias operada por meio de narrativas jornalísticas. Importante destacar que textos escritos por articulistas da *Folha de São Paulo* no período de abertura política fizeram parte do repertório do *Correio Lageano*, juntando-se a textos de colaboradores regionais e com a própria produção do noticiário. A trama narrativa do *Correio* demandou envolver então a própria análise das articulações de opinião da *Folha*.

Em ambos os caso, textos que se admitem opinativos e noticiário, apresentam o caráter de posicionamento político, principalmente quando o objeto é a imprensa local. Dentro dos inúmeros temas nacionais a serem abordados, a imprensa local necessita pinçar o que entende ser mais relevante aos seus leitores, pois possui menores recursos e um espaço muito mais limitado para ensejar a ordenação de notícias diárias, as quais são produzidas em abundância pela grande imprensa. A escolha da empresa-jornal sobre o que deve ser recolhido do noticiário nacional - e de que forma isso é feito - gera indícios de outra escala de narrativa. Outra redemocratização, outra fabricação de memórias e outra *história a ser contada*. Diante de tal quadro, durante a seleção de textos que comporiam esta parte do trabalho, foram

procuradas as teias formadas pelas narrativas no cotidiano do jornal, a seleção de notícias informativas entrelaçadas à seleção dos textos opinativos e sua produção de sentidos no que se refere à memória histórica e à produção do acontecimento *Diretas-Já* pelos olhos do *Correio Lageano*.

Empenhamo-nos aqui em afirmar a importância dos estudos locais, em escala reduzida. O Brasil, dada sua extensão territorial, permite que as regiões estabeleçam critérios próprios na construção de narrativas sobre os tempos vividos conforme suas singularidades e que partilhem memórias específicas, interesses particulares e demandas distintas. No entanto, olhar a árvore não dispensa de atenção à floresta. Nesse sentido balizamos nosso trabalho nesse jogo de escalas de análise entre a imprensa local e a grande imprensa, entre "os problemas locais e nacionais", que se conectam em suas tramas, partilham narrativas, mas são dotadas de intenções diferentes, possuem ritmos e densidade que convergem e se distanciam ao mesmo tempo. Esta análise reafirma a atenção à escala temporal do acontecimento, dos *pontos de curvatura*. Estes, por sua vez, não são afastados das estruturas, dos processos de longo alcance, das culturas políticas. Ambas remetem uma à outra. Estabilizam-se ou desconectam-se de acordo com estes abalos sísmicos que os acontecimentos têm o poder de ensejar. Assim como os acontecimentos dependem das estruturas para virem à tona.

Naquela incerta transição política vivenciada na virada de década, Márcio Moreira Alves acentuava a importância do "micro", em um país onde "todos são muito macros ou internacionais". Na condição de editorialista do *Correio da Manhã*, fora um dos primeiros a denunciar torturas de presos políticos na vigência do regime militar. Seu livro "Torturas e Torturados" teve sua primeira edição apreendida pela polícia, sendo posteriormente liberado pelo Tribunal Federal de Recursos. Eleito Deputado Federal em 1966, foi cassado em dezembro de 1968 depois de ter a Câmara recusado o pedido dos ministros militares para processá-lo em virtude de um discurso feito no dia 2 de setembro daquele ano, no qual sugeriu o boicote às comemorações de 7 de setembro. Exilou-se no Chile, fez dezenas de conferências sobre o Brasil nas principais Universidades norte-americanas e doutorou-se em Ciências Políticas pela Sorbonne. A partir de 1974 viveu em Portugal e com a Lei da Anistia voltou ao Brasil em setembro de 1979, escrevendo a partir de então em uma coluna diária na *Tribuna da Imprensa*, no Rio de janeiro. Era então um ícone da oposição liberal-democrática e exercia um papel de liderança intelectual no MDB/PMDB. Em sua obra-reportagem sobre as tramas políticas lageanas, levantou a importância das "menores unidades políticas que são os municípios" para "superar os obstáculos ao desenvolvimento do povo brasileiro" (ALVES, 1980, p.14). Moreira Alves frisava a importância da construção da democracia nos pequenos

núcleos, aqueles que permitiriam que esta fosse “uma bandeira tão firmemente empunhada pela maioria, que o seu assassinato por grupelhos ditatoriais ou fascistas” seria impraticável (ALVES, 1980, p.14).

O histórico político-eleitoral em Lages da década anterior aos escritos do jornalista havia tornado a cidade um foco de atenção por todo o país. A experiência de democracia participativa dilapidou as bases do poder de famílias tradicionais no município e que haviam influenciado fortemente a estrutura políticas em Santa Catarina durante o século XX. Por sua vez, uma nova geração de políticos oposicionistas ganhou relevância e estavam em posição de destaque quando se envolveram nas campanhas pró-*Diretas*. Dentre estes nomes destacavam-se o deputado estadual Francisco Küster (PMDB), o deputado federal Dirceu Carneiro (PMDB) e o dirigente do partido e ex-prefeito Juarez Furtado (PMDB). Por outro lado, de modo a retomar o poder na cidade, mesmo os tradicionais núcleos de poder passaram por uma renovação, o que ficou claro com a figura de Paulo Duarte, prefeito durante a campanha pelas eleições diretas. Mesmo pertencendo ao PDS, a configuração política levou-o a apoiar o movimento. Sob a conjuntura de uma sociedade cada vez mais contrária aos resquícios da ditadura, os novos quadros da sigla que aglutinava os interesses dos militares reformavam-se.

Os destinos dos agentes públicos de grupos e partidos instituídos, naquele momento, dependiam da aproximação com setores amplos do eleitorado e, por consequência, com as proclamações da imprensa que defendiam a *Dante* e o fim do regime militar (BERTONCELO, p.139). Diante das manifestações, permanecer em apoio a uma ditadura ou buscar alternativas de negociação naqueles quatro primeiros meses de 1984, geraria um desgaste político-eleitoral que influiria em suas sustentações eleitorais futuras. Nesse sentido, havia um grupo dentro do próprio PDS que passou a defender as *Diretas*, representado inclusive pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves. Um segundo grupo que defendia a manutenção do Colégio, porém a favor de negociações e conciliações que previssem eleições diretas em 1988 ou 1989, articulando as candidaturas de Aureliano Chaves e Marco Maciel, defendidas por Espiridião Amin, por exemplo. E o terceiro grupo que apoiava a manutenção do Colégio, adeptos das candidaturas de Maluf e Andreazza, representados pela cúpula do partido e pela maioria dos governadores do PDS.

No *Correio*, o jornalista Moacir Oliveira ao reportar-se à realização, em Blumenau, de uma passeata de motociclistas a favor das diretas que havia terminado em frente à catedral com um comício reunindo políticos da oposição e da situação com a presença da cantora Leci Brandão, questionou: “E em Lages?”. Seria aceitável que, dado o histórico político recente,

notabilizado no noticiário nacional, em decorrência da experiência democrático-participativa, as lideranças do PMDB mobilizassem a comunidade lageana em favor das *Diretas*. No entanto, afirmava não ter conhecimento de nenhuma movimentação na cidade, apesar de sublinhar que o prefeito Paulo Duarte (PDS) seria publicamente o único prefeito da região favorável à campanha. E o PMDB, mesmo tendo "obrigação moral em realizar algumas manifestações", subtraía-se em brigas pessoais.[31]

Em seguida ao questionamento do jornalista, reunindo políticos, entidades de classe, partidos políticos e segmentos da sociedade, foi acionado o processo de mobilização em torno das *Diretas*, ganhando espaço nas páginas do *Correio*. O encontro preliminar coordenado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional de Lages, além de montar oficialmente o Comitê pelas *Diretas* com a presença do prefeito Paulo Duarte, do vice João Cardoso, dos partidos — PMDB, PDS, PT e PDT — e de outros segmentos da sociedade, decidiu objetivamente sobre dois pontos: a emissão de um documento da sociedade civil de Lages por intermédio do comitê e a organização de uma concentração popular na cidade, antes da votação da emenda. O objetivo seria sensibilizar os parlamentares da Câmara e do Senado, para que votassem favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira. Os documentos de criação e legitimidade do Comitê Pró-Diretas Já de Lages, expedida pelo coordenador do movimento, EdésioCaon, presidente da Seccional de Lages da OAB, foram enviados ao *Correio Lageano*:

> Temos a honra de passar a V. Ex[a]. Cópia da manifestação firmada pela sociedade lageana em reunião realizada no dia 11 de abril, firmada pelos partidos políticos locais, bem como pelo prefeito municipal Paulo Duarte e o vice-prefeito João Cardoso, instituições civis e de classe profissional. Na qualidade de coordenador do referido comitê eu concito-vos a manifestar-se no dia 25 de abril de 1984 em prol da emenda Dante de Oliveira, que restabelecerá o princípio livre e democrático da eleição presidencial, na representação dos firmatários do documento mencionado.

Quanto à concentração, foi prevista para ocorrer em local aberto, com livre manifestação de todos os segmentos da comunidade lageana, entre eles sindicatos, associações de classe, igreja, partidos, políticos e demais interessados, uma sugestão dos líderes políticos presentes Juarez Furtado, Dirceu Carneiro, Francisco Küster, Paulo Duarte e pela bancada de vereadores.[32] Os três primeiros faziam parte do grupo proeminente de lideranças do PMDB regional. Nomes que haviam sido peças-chave nas vitórias eleitorais sobre a oligarquia Ramos, que alternava seus integrantes, correligionários e congêneres no cargo executivo municipal desde o início da República. Juarez Furtado, após ser eleito em

[31]OLIVEIRA, Moacir. "Coluna Linha Direta: E Lages?" Correio Lageano. 17 de março de 1984.
[32] "Lageanos pelas eleições diretas, já". Correio Lageano, 13 de abril de 1984.

1972, havia se tornado o primeiro prefeito a não representar diretamente os interesses da família Ramos. Dirceu Carneiro, vice-prefeito de Furtado, havia sido eleito prefeito em 1976, inaugurando a experiência de democracia participativa, que deu a Lages visibilidade nacional, cujo modelo administrativo adotado seria utilizado como exemplo às administrações emedebistas (e depois da reforma partidária, peemedebistas) em diversas cidades do país. Küster, por sua vez, pertencia ao mesmo núcleo de Dirceu Carneiro dentro do MDB/PMDB e fora eleito vereador na cidade em 1969 e em 1972 e deputado estadual em 1974, 1978 e 1982. Em discurso proferido ao assumir pela terceira vez a liderança da bancada do MDB/PMDB no Estado, Küster afirmava confiar "nos princípios partidários, na organização e mobilização popular e no papel que nos cabe na luta pela democracia". Para derrotar o continuísmo, as eleições diretas seriam a principal luta política daquela conjuntura. Frisava ainda que a luta pelas eleições diretas passava necessariamente pelo fim da política econômica do governo, pela liberdade e autonomia sindical, pela reforma agrária, pelo fim do regime militar e pela soberania nacional. Seria "o início de uma luta maior" que poria "fim ao domínio dos monopólios, do capital financeiro internacional e dos latifúndios, como assim, pela conquista da liberdade, da paz e do progresso nacional", concluiu.[33]

As notícias diárias publicadas no *Correio* incluíam as imprecisões que rondavam o jogo partidário, a atuação de personagens que de alguma forma estavam em destaque tanto nacional quanto regionalmente. O movimento das *Diretas* tornara candente a definição de posições sobre aquele *momento histórico* pela imprensa. Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2010) indicam que a especificidade da mídia - e aqui tratando da imprensa escrita -, dentre outras instituições, está no trabalho cotidiano do jornalista de "lapidar consensos".

> E o jornalismo pode, também, concomitantemente, assumir o papel de árbitro nas disputas entre as elites políticas. Nesse caso, o trabalho consistiria em atribuir significados ao comportamento de atores e ao funcionamento das instituições, colando a eles julgamentos que exibem, diante do público, seu grau de adequação às práticas que seriam incontestavelmente adequadas aos valores tidos como universais (BIROLI, MIGUEL, 2010, p.12).

As opiniões de jornalistas, personagens públicos com grande respaldo em determinadas regiões e intelectuais diversos podem transformar-se em memória ao afinar expressões de pertencimento e laços identitários. "Lapidam consensos" como destacam os autores. O *Correio Lageano* reproduzia a narrativa do momento elaborada pelos articulistas da *Folha de São Paulo*. Uma escolha acertada diante do peso jornalístico que a *Folha de São Paulo* alcançara naqueles anos, logrando a maior circulação da grande imprensa brasileira e,

[33]"Küster quer todos na luta pelas Diretas". Correio Lageano, 24 de março de 1984.

em particular, pelo próprio envolvimento do jornal com a campanha pelas *Diretas*. Os textos de articulistas como Jânio Freitas, Ruy Lopes e Claudio Abramo destacavam-se no repertório de opinião do *Correio*.

Na opinião *consensual* da *Folha*, perdiam valor as narrativas dos que defendiam o Colégio Eleitoral, posto que diante da mobilização da sociedade civil nada pudesse ser mais legítimo. Na agenda política, a votação da Emenda Dante de Oliveira destacou-se, revelando então um adiamento da preocupação com a própria sucessão presidencial. Modificaram-se as próprias ações dos agentes políticos envolvidos com a sucessão. Diante de tal quadro, noticiavam-se ainda os atores e seus temores que circundavam os grupos políticos do PDS que buscavam evitar a votação da Emenda Dante de Oliveira. Publicamente foi denunciado o derradeiro recurso preparado contra a Emenda, num articulação para não garantir quórum durante a votação do dia 25 de abril. Isso foi noticiado por Claudio Abramo da *Folha* e reproduzido no *Correio Lageano*, logo após o comício da Candelária:

> Sendo argutos e perspicazes (os seres humanos do Congresso) e movidos por poderoso instinto de conservação, sabem que um povo que manifesta tão enfaticamente sua aspiração não esquecerá jamais os nomes dos deputados e senadores que deixarem de fazer o que devem fazer no dia 25. Pois em relação a esse dia histórico os parlamentares que se omitirem serão igualmente estigmados.[34]

Ao abordar informações sobre o andamento das manifestações, os textos publicados em ambos os jornais defendiam haver uma vocação dos brasileiros para com a democracia, segundo uma percepção de que nos anos da ditadura a sociedade fora coagida pelo arbítrio do Estado autoritário. Isso, obviamente, desconsiderava o apoio inconteste de grandes contingentes da sociedade ao golpe civil-militar e em momentos importantes do regime militar até meados da década de 1970. A mobilização popular apareceu como principal fator de legitimação das *Diretas-Já*: o repertório narrativo apelava ao passado e seu valor testemunhal relativo aos anos de coerção do regime militar, salientando o dia histórico que marcaria os que fossem contra os anseios da sociedade civil. A realidade do momento e a percepção que se criara dele constroem-no como histórico e memorável, distante do perigo do esquecimento, sendo que o julgamento daqueles que se colocassem contra seria vital e imprescindível.

Janio de Freitas, da *Folha* e no *Correio*, fazendo uso da perspectiva de um testemunho ocular de um passado *sombrio* e, por tal motivo, voz *confiável*, afirmava ter valido a pena viver e testemunhar "anos de silêncio forçado" para viver tal "momento vital de civismo". O

[34]ABRAMO, Claudio. "O azedo odor do pânico". Correio Lageano, 14 de abril de 1984.

jornalista frisava em seu texto que "os donos do regime podem temer as eleições diretas a ponto de impedi-las", mas mantinha a "serena certeza de que o regime, seus centuriões e seus serviçais podem recusar as eleições diretas, podem governar as eleições diretas, podem governar a revelia da vontade nacional, podem contrair todas as vocações brasileiras ainda por algum tempo". Em sua opinião, "o resultado desse conflito de vontades já está selado". Além da multiplicação de multidões, de 50 mil, 300 mil, 500 mil e até de um milhão de pessoas pelas *Diretas*, aquele seria um momento de vitória das massas sobre os donos do poder porque, mesmo "após 20 anos de coerção", em nenhum comício ocorrera "a mais leve manifestação de ira, de incivilidade, de descontrole".[35]

O próprio título do texto, "A marcha das multidões", conotava a tão aclamada ordem outrora defendida pela mesma classe média que marchou a favor da derrubada de João Goulart em 1964, ao revelar a maturidade e a tranquilidade que deram ao movimento maior legitimidade. Tranquilidade e maturidade que haviam sido destacadas pelos apoiadores do golpe nas manifestações de "donas de casa", "mães e pais de família" que dominaram as ruas *em nome da paz, da família, de Deus e da liberdade* vinte anos antes. Acentue-se esta constante reapropriação das culturas políticas, dos valores, signos e representações na interação entre instituições, sujeitos e discursos. A ordem, neste caso, abrangeu o "espírito nacional" embutido na busca pela construção de uma identidade nacional versado desde as décadas da primeira metade do século XX e sublinhado durante o Estado Novo. Esse espírito por sua vez, além de afetar a identificação e reação com a vida pública, consolidou uma "consciência coletiva" que age como orientadora dos rumos da política (GOMES, 1998, p.51). Essas ressignificações, no processo de redemocratização, seguiram em grande parte uma lógica ordenada pela imprensa. As teias, os laços, as tramas e contornos que se fazem e se desfazem diante das sucessões, usando os anos-acontecimentos como objeto.

Percebe-se a tentativa de interpretação de um tempo que transcorria e um passado que, apesar de *sombrio*, havia impactado a sociedade a ponto de mobilizar *quase que a totalidade* de brasileiros para encerrá-lo. Tanto a avaliação do passado quanto a do presente eram então dirigidas para legitimar a necessidade de consolidação da democracia eleitoral, a qual permitiria que outras necessidades políticas e sociais se viabilizassem. Construía-se a necessidade de pensar caminhos adequados e evitar os desacertos de um passado recente, mas com limites bem precisos. Havia em 1984, mesmo com as mudanças nas percepções sobre o período autoritário, uma gama de fatos/acontecimentos e acertos de contas, tanto relativos às

[35]FREITAS, Jânio de. "A marcha das multidões". Correio Lageano, 13 de abril de 1984.

configurações na sociedade, quanto ao papel da imprensa e seus colaboracionismos durante os anos do regime militar, que permaneciam silenciados. Muitas áreas de sombra permaneciam na abordagem da imprensa, sobre as quais as interpretações e as memórias mantinham silêncio.

No *Correio*, assim como se apresentara na *Folha*, o ano-acontecimento 1964 não deixaria de ser tema por ocasião de seu vigésimo aniversário mesmo no auge da campanha contra o regime militar. Suas significações passavam a ser reconstruídas diante de um novo percurso político-democrático que atingia o país. Porém, o regime ainda não havia acabado e a necessidade de manter narrativas positivas sobre o golpe civil-militar de 1964 apresentou-se latente no impresso lageano. No dia 1º de abril, com base no pronunciamento de Figueiredo quanto ao aniversário da "Revolução", o *Correio Lageano* compôs sua primeira página com a mensagem presidencial na íntegra. O texto de Osvaldo Della Giustina, com o título "Cinco anos de abertura", destacou "o aperfeiçoamento político em andamento". Como numa comparação entre política e crescimento econômico, afirmou que aumento da produção do petróleo brasileiro de 176 mil barris cinco anos antes, para quase 500 mil até aquele momento, não havia acontecido de uma vez só, num salto e que este êxito fora alcançado "dia após dia, ano após ano, com pertinácia e esperança de ser alcançada". Em conclusão, "a natureza social e, portanto a natureza dos processos políticos, não pode ser violentada como desejam alguns - os jagunços e jacobinos pregadores do confronto". O governo agia bem, pois "nessa repulsa à violência se baseia a estratégia governamental da abertura política. Chegaremos até lá: a democracia sempre mais plena".[36]

A forma como as notícias, discursos, apresentações e as comemorações aparecem no jornal revelavam mais do que um caráter informativo. A mesma notícia referindo-se ao discurso de Figueiredo fora publicada nos dois jornais, porém com características e disposições diferentes. No *Correio* o discurso aparece completo na primeira página, ao centro e sem dividir espaço com nenhuma outra chamada. Na *Folha* sob uma manchete negativa, ao lado de uma pesquisa de opinião pública, citou-se o discurso presidencial, o qual apareceu apenas na oitava página, numa abordagem crítica.

O comportamento do *Correio,* justamente nos dois dias em que o golpe aniversariava, foi inverso ao da *Folha*. Ainda no dia 31 de março, com destaque, sob o título "Revolução democrática de março de 1964", um texto do Ministro do Exército General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque ocupou todo o centro da primeira página. Dirigiu-se aos seus

[36] GIUSTINA, Osvaldo Della. "Cinco anos de abertura". Correio Lageano, 1º de abril. De 1984.

"comandados!" para defender "o significado histórico e a autenticidade cívica do movimento de 1964", quando "mobilizaram-se os diversos segmentos da sociedade sob o desígnio comum de salvaguardar o país da imposição de um regime totalitário à feição comunista". Naquela oportunidade, para o General, "a consciência nacional percebeu a tempo a ameaça à ordem democrática e aos próprios valores da nacionalidade, configurada naquela instância de incertezas e de dúvidas" em meio a ameaças comunistas e atos de terrorismo que "a revolução" salvaguardou. Sobre as mobilizações populares nas ruas e praças, o General relacionou-as à "falsa esperança de reformas de base", "apelo emocional e demagógico do mito da solução de palanque" e "esquema imediatista atraente de duvidosa eficácia". A legitimidade das manifestações públicas é questionada e subliminarmente são denunciadas estratégias de manipulação: "o auditório anda esquecido ou é recente nessa lide, os problemas a explorar são outros, os clichês políticos se renovaram, outros autores incorporaram-se ao elenco e a estrutura cênica está apoiada na mais avançada técnica de comunicação de massa".[37] O general considerava os milhares de pessoas que demandavam as eleições diretas como um auditório que assiste, ouve e aplaude o cenário, o elenco e o enredo dos movimentos políticos brasileiros. Assim, frisava que era vendida "a imagem ilusória de que a promulgação imediata e passional de uma lei resolverá, num ápice, todos os problemas estruturais que a nação luta para solucionar há várias gerações"[38].

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, defendeu "que os verdadeiros democratas deveriam opor-se às eleições diretas, agora", pois prejudicavam "o processo de normalização constitucional em curso". Considerando o movimento pelas *Diretas* um fator de desestabilização, afirmava que o problema não se encerraria com a simples mudança de critério eleitoral. "O brasileiro toma café da manhã, almoça, janta, dorme e respira 'eleição direta'. No cinema no rádio e na televisão, nos jornais, nos jogos de futebol, etc.". Para o Ministro, o movimento ganhou força "após as eleições de governadores oposicionistas em 1982, que conquistaram alguns dos Estados de maior peso para a federação como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros". Porém, continuava: "nenhum deles assumiu em plenitude o governo de seus estados. Continuam por todas as formas e principalmente através de comícios, desviando a atenção do povo de suas ineficiências administrativas".[39]

Outro texto publicado, de umantigo membro do GAP (Grupo de Ação Patriótica) - um agrupamento estudantil de extrema-direita que atuou na década de 1960 - pontuou que

---

[37] "Revolução democrática de março de 1964". Correio Lageano, 31 de março de 1984.
[38] Correio Lageano, 31 de março de 1984.
[39] Correio Lageano, 1º de abril de 1984.

estariam “os velhos políticos brasileiros”, os “repetidores dos velhos chavões arcaicos [...] contentes por lotar os palanques”, pois “podem vomitar palavras soltas e frases desconexas” e conclamar uma “noção rasteira de democracia sem peias” para o que ele chamou de “massa amorfa”, finalizando com a frase: “se não há pão dá-lhe circo”.[40]

Vejamos: foram cinco textos envolvendo aspectos da política brasileira no dia 1º de abril e um no dia 31 de março que, de alguma forma, permaneciam afirmando a *grandiosidade* dos anos pregressos distribuídos nas páginas do *Correio*. O significado do ano-acontecimento 1964 foi abordado, comemorado, saudado e rememorado por personagens públicos. Assim, a inflexão de 1984 e a reordenação das narrativas dos jornais não ocorreram de modo imediato. A suposta terra firme construída pelo regime militar afundava desde o fim do milagre econômico, agravada com as denúncias quanto aos arbítrios do regime, principalmente depois da flexibilização dos aparatos de censura e autocensura na grande imprensa e do papel de proeminência que a defesa da liberdade de expressão assumiu na grande imprensa. Porém, é preciso estar atento também para as centenas de jornais regionais que circulavam no interior do país e suas considerações sobre o momento que transcorria. Longe de haver uma homogeneidade no discurso jornalístico, cada empresa-jornal criava as disposições que lhe pareciam convenientes e de acordo com sua trajetória. Os aniversários do golpe abriam janela ampla para entender percepções memorialísticas no que se refere ao golpe de 1964 e aqui, mais uma vez, frisa-se que é no olhar o jornal, no seu todo embaralhado de textos opinativos e de noticiário, é que se tem um ângulo favorável para que tais percepções sejam interpeladas. As narrativas são diversificadas e muitas vezes contraditórias, mas a própria disposição diária e a forma em que as informações são produzidas abrem brechas que permitem perceber as disposições políticas da empresa-jornal.

Nesse sentido, é imprescindível que se chame atenção para as escolhas do *Correio*. É sabido que a lógica da operacionalização da notícia pela imprensa contemporânea é a divulgação de pontos de vista divergentes com o propósito de legitimar-se como terreno privilegiado de organização das informações e opiniões diferentes, portanto em sua construção própria de legitimidade, como espaços democráticos. Numa escala numérica, as narrativas de opinião que eram contra as eleições diretas presentes na *Folha de São Paulo* eram escassas. Elas apareciam na coluna *Tendências e Debates* e quase sempre vinham com um contraponto na mesma coluna escrito por outro colaborador. Já no *Correio Lageano*, as

[40] Correio Lageano, 1º de abril de 1984.

narrativas de opinião eram em número muito menores, e pelo próprio formato do jornal, mais espaçadas.

As percepções da sociedade civil sobre democracia - em transformação desde meados da década de 1970 - puderam ser acentuadas ainda mais durante as movimentações pró-diretas. A busca por soluções para a crise estabelecida no país era indicada, exibida e comentada constantemente. Para tanto, as narrativas da redemocratização sobre ela eram interpeladas nos jornais. Elaboradas por intelectuais, jornalistas e agentes públicos, constituíram-se em vozes autorizadas e tornaram-se novas expressões da cultura política do país.

O jornalista e ex-deputado estadual em Santa Catarina (1963–1967), Osvaldo Della Giustina teve três artigos publicados no *Correio* sob o título de *Construção da Democracia*. Procurando sintetizar a discussão, abordava o que chamou de "método adotado no Brasil" para a democracia: "a abertura", em contraposição aos métodos "traumáticos e violentos" praticados em outros países. Ressaltava "o pluralismo, o diálogo, a negociação, a competência e a racionalidade", opondo-os ao "maniqueísmo, ao sectarismo e a demagogia, atitudes comuns em setores da sociedade brasileira e, no entanto, completamente incompatíveis com qualquer avanço democrático". Após expor a *progressão democrática* e suas funções econômicas e sociais, frisava em primeira pessoa - revelando o caráter opinativo do texto - não acreditar na viabilidade da democracia "apenas com remendos das instituições vigentes recheados de enxertos, casuísmos e vícios que se acumularam", como que a referir-se à Emenda Dante de Oliveira.

O autor estabeleceu ainda uma relação entre democracia e tempo, sendo preciso pensar o país dali "para o futuro, para o ano 2000 em diante, e não para o presente apenas, ou para o passado, ou para o interesse menor". Caberia incorporar novas concepções no campo das ciências econômicas e políticas e construir a democracia na perspectiva de tomar o "rumo da valorização das pessoas e dos grupos sociais". Ao finalizar, vaticinou ser "preciso ficar atento para o fato de que este é o momento histórico para o país".[41] A narrativa compreendia um extenso presente. Findava-se um ciclo, que ali já era passado e a construção de uma futura democracia dependia dos anos que transcorreriam dali em diante. Envolvia ainda a necessidade de decisões lentas e conciliatórias, sem travar mudanças cujos impactos poderiam ser negativos a um processo que deveria vir despido de traumas e casuísmos presentificadores.

---

[41] GIUSTINA, Osvaldo Della. "Construção da Democracia". Correio Lageano, 18 de fevereiro de 1984.

Além de criticar os agentes políticos que, a seu ver, aproveitavam-se da demanda por eleições diretas para ganhos pessoais, posto que "hoje em dia político que quer ficar bem com seus eleitores é só dizer que é a favor das diretas", o articulista Giono Sereti desaprovava o esquecimento dos "reais" problemas do país.[42] Estando o país em campanha eleitoral afirmava que "os partidos e os governos de oposição empossados em março de 1983" encontravam-se "empoleirados nos palanques" e "haviam esquecido como se governava ou não sabiam fazê-lo". Continuava: "ao invés de exigir do PDS o restabelecimento da moralidade política e administrativa em âmbito nacional, diante de tantos e tão graves escândalos denunciados pela imprensa", preferiram o refúgio "nas atitudes patéticas de políticos empoleirados em palanques a defender soluções estéreis como se sem elas os nossos problemas jamais se resolvessem". O autor chamou o movimento de "campanha casuística", pois os partidos de oposição empenharam-se pelas diretas por não terem obtido maioria do Colégio Eleitoral. Buscando então através de um "discurso vazio [...] um meio de desviar a atenção do público, fazendo-o pensar que a solução dos problemas esteja na mudança da fórmula eleitoral".[43]

No mesmo dia, um texto assinado por Jorge Boaventura, reproduzido pelo *Correio*, chamava de "tremendo espalhafato" as eleições diretas serem consideradas condição *sine qua non* para a existência da democracia. Como exemplo de frustração, em termos práticos, Boaventura tomava os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo como "fracassos contundentes e lamentáveis", nos quais "os partidos não contam com a participação popular e que suas decisões são, todas, tomadas por pequeníssimas cúpulas, as quais o eleitor comum não tem o mínimo acesso". Manteve a linha de outros textos ao afirmar que o "cavalo de batalha montado em torno das eleições diretas que não são diretas, constitui-se em puro engodo, através do qual as oposições, que não constam como maioria no chamado Colégio Eleitoral querem elidi-lo para, na crista do descontentamento popular com a crise que estamos passando, conquistar o poder". Sob "impolutas vestais da democracia", Boaventura ironizou o fato de que alguns dos defensores das diretas mostraram-se favoráveis ao candidato de consenso. Considerando a questão no âmbito do partido que detinha a maioria no Colégio, o PDS, para o autor "candidatura de consenso corresponde na prática a pura e simples nomeação do próximo presidente".[44]

Neste repertório narrativo orquestrado pelo *Correio*, relativizava-se a associação entre democracia e eleições diretas, ao defender a legitimidade constitucional do Colégio Eleitoral:

---

[42] SERETI, Giono. Correio Lageano, 20 de março de 1984.
[43] SERETI, Giono. Correio Lageano, 20 de abril de 1984.
[44] BOAVENTURA, Jorge. "A lógica do absurdo". Correio Lageano, 20 de abril de 1984.

“o voto não explicaria a realidade democrática” e os “políticos empoleirados em palanques” defendiam “soluções estéreis” como se a solução de “nossos problemas” estivesse “na mudança da fórmula eleitoral”. Posicionamentos como os que afirmavam ser “tremendo espalhafato as eleições diretas serem consideradas condição *sine qua non* para a existência da democracia” apareciam em ritmo de conta gotas, mas não devem ser desprezados. É significativo que procurassem a imprensa, num momento em que os jornais estavam articulavam os debates políticos.

Há, então, um ponto relevante. O *Correio* noticiava e destacava o movimento *Diretas Já* cujo alcance não poderia ser negado. Mas, diferentemente da *Folha*, não se apresentava como *ator de luta*. Os comícios, que na *Folha* tinham espaço em manchetes de primeira página, letras garrafais, fotografias e textos de personalidades *míticas*, no *Correio* eram noticiados como que à distância, numa linguagem amena. Na *Folha*, as *Diretas* eram a *ordem do ano*, um núcleo narrativo que organizava o noticiário. A narrativa do *Correio* praticamente não mudava o comportamento do jornal verificado desde a década anterior: não se falava ainda em ditadura nem em arbitrariedades, tampouco se *historiava* exílios, repressão, torturas ou em morte e desaparecimentos de presos políticos.

O auge da ditadura militar, o processo de distensão, a abertura e a redemocratização aparecem como o sibilar de um vento calmo que movia algumas folhas sem quebrar galhos. Alguém que no acaso lesse as movimentações políticas brasileiras apenas através daquelas páginas diárias que circulavam no Planalto Serrano catarinense veria um país coeso e uma sociedade *democrática*. Se houve momento em que os anos precedentes foram, mesmo que sutilmente, invocados como *sombrios*, o foi através da reprodução de textos da *Folha*.

A construção do ano-acontecimento de 1984, contudo, não foi ignorada: através dos textos da *Folha*, notícias, manchetes e reportagens eram dedicadas às movimentações sobre as *Diretas*. Isso se fez ancorado na força que alguns discursos valorativos adquiriram. Não se negava o *momento histórico*, a transição e a crise. No entanto, aparentemente, é como se ainda fosse difícil aceitar que os anos anteriores tivessem sido marcados pelas arbitrariedades da ditadura. No entanto o passado não pôde ser ignorado e resvalou no presente com cargas as mais diversas.

2.1.2 "Madrugada dos ausentes, o fim do dia da esperança"

Os significados daquele *vinte e cinco de abril* foram edificados desde o amanhecer brasiliense. A *Folha* reclamava "Congresso soberano já", celebrando que o Brasil havia chegado "finalmente à data histórica", afirmando não haver como "obscurecer o sentido maior deste 25 de abril: a nação inteira aguarda em vigília a decisão soberana do Congresso".

> O anseio de diretas-já é irredutível. Sintetiza de modo simples e exemplar a necessidade premente de mudança institucional, a recusa firme e serena da sociedade civil em continuar dominada por um poder autoritário, o não pacífico e resoluto da cidadania a qualquer forma – direta ou disfarçada – de continuísmo do atual regime. [...] A tradição republicana e a evolução recente deste país, porém, indicam claramente que o Poder Legislativo tem sabido responder com altivez e independência as tentativas de desqualifica-lo como instituição fundamental de cidadania. [...] É enorme a responsabilidade histórica dos congressistas no dia de hoje, reafirmar sua soberania, que é reflexo da soberania popular. Pois se ontem a população manifestou-se por todo o país com fogos de artifício, seu anseio de transformação é bem real. Diretas, quando? Já.[45]

Mesmo com o muro erguido pelo governo "entre poder legislativo e o povo, pretendendo transformar a coisa pública em atividade proibida" vibrava "a nacionalidade por todo território brasileiro".[46] O muro ao qual se referia a *Folha* fazia alusão às medidas de emergência decretadas em Brasília e em mais dez cidades goianas pelo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Octávio Aguiar de Medeiros, com barreiras policiais que impediam o acesso de manifestantes e das próprias emissoras de televisão e rádio, as quais estavam proibidas de transmitirem a votação da Emenda.

O ato era justificado pelo presidente sob a alegação de que manifestantes estavam sendo recrutados em todo o país com o objetivo de "coagir parlamentares". O decreto de emergência permitia: detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns; busca e apreensão em domicílios; suspensão da liberdade de reunião e associação; intervenção em entidades representativas de classe ou categorias profissionais e censura de telecomunicações (televisão e rádio).[47] Logo que foram postas em prática pelo Comando Militar do Planalto, o editorial do jornal acusou a "prisão arbitrária de dois jornalistas da 'Última Hora' e de seis membros do movimento nacional de não violência, além do início da censura às telecomunicações". Tratava-se de "um ataque frontal ao exercício da profissão jornalística e à liberdade de informação. Com tais agressões regridem-se vários anos no curso da normalização democrática do País. Volta-se ao tempo da censura prévia que marcou os anos

---

[45] Editorial: "Congresso soberano já". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 25 de abril de 1984.
[46] Editorial: "Congresso soberano já". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.2. 25 de abril de 1984.
[47] "Emergência de novo em Brasília. O executor da medida, general Newton Cruz". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 19 de abril de 1984.

mais obscurantistas do regime. são atos descabidos que merecem a total repulsa da opinião pública".[48]De acordo com o que o *Correio* noticiava, o General Newton Cruz, do Comando Militar do Planalto, sustentava o conjunto de restrições como "inevitável dada *a frágil beleza da arquitetura de vidraças de Brasília* e para proteger o presidente Figueiredo". (grifos meus)

> Agora, devido à emergência, a votação da emenda não será transmitida ao vivo pelas rádios e televisões [...] todos votarão como quiserem, ou ser for o caso, mudarão seu voto, livres da cobrança incomoda dos eleitores. [...] Do ponto de vista das telecomunicações, o debate das Diretas mereceu das autoridades o tratamento das pornochanchadas, sujeitas obrigatoriamente a censura policial[49].

Na interpretação do jornalista Rubem de Azevedo Lima, da *Folha,* em artigo publicado no *Correio*, além da censura aos meios de comunicação de massas, a emergência também pretendia conter os dissidentes pessedistas pró-Diretas, "em Brasília, estes representantes do PDS estarão seguros, mas o que lhes interessa de fato é a segurança política e moral perante os eleitores". Terminava frisando ser "loucura pensar que se pode esconder a verdade o tempo todo".[50]

Na primeira página da *Folha,* Ulysses Guimarães, condenava, exortava e advertia a medida de emergência: "vi o amarelo vestir de esperança o país, vi a História brotar nas ruas e na garganta do povo"[51]. Carlos Brickmann bem resumia o momento: "um clima estranho, de festa, de medo, de esperança".[52] A data representativa ainda foi ilustrada em um depoimento emocionado e sustentado por seu valor testemunhal, de Fernando Gabeira, afirmando que o resultado deixara de importar, diante de tamanha repercussão social e política que sustentava uma vitória, mesmo que adiada, da luta pelas *Diretas*.[53]

A Emenda Constitucional necessitava de dois terços de votos favoráveis na Câmara Federal (320 deputados) para seguir à votação no Senado. O resultado da votação foi: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, 3 abstiveram-se e 113 não compareceram ao plenário. Abaixo a tabela de votos por partido na votação da Emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados[54]:

---

[48] Editorial "O muro de Brasília". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 21 de abril de 1984.
[49] Correio Lageano. 25 de abril de 1984.
[50] Correio Lageano, 25 de abril de 1984.
[51]ROSSI, Clovis. Folha de São Paulo, 1º caderno, p.1, 25 de abril de 1984.
[52] BRICKMANN, Carlos. "Votação é hoje, mas Brasília aprovou ontem as Diretas". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.6, 25 de abril de 1984.
[53] GABEIRA, Fernando. "O resultado já não importa". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.7, 25 de abril de 1984.
[54] Adaptada de BERTONCELO, Edson. 2007.

	A favor	Contra	Ausência/abstenção	Total
PDS	55	65	115	235
PMDB	200	-	-	200
PDT	23	-	-	23
PT	8	-	-	8
PTB	12	-	1	13
Total	298	65	116	479

As pretensões que agitavam o país foram bloqueadas nas três sessões na Câmara que iniciaram no dia 25 pela manhã e terminaram às duas horas da madrugada do dia seguinte. Desde o *escaldante sol da tarde que se abatia* em Brasília, até *as blusas, calças compridas, pulseiras, crisântemos, tudo amarelo,* que enfeitaram o dia, representaram uma mistura de tensão e expectativa numa narrativa angustiada que terminou com *muito choro e raiva entre os deputados da oposição que engrossavam a galeria*.[55]A *Folha* amanheceu em luto. Lia-se uma frustração narrada página a página, apresentando ainda os "sins" e os "nãos" dos deputados, ensaiando estigmatizá-los.[56]

> Frustrou-se a esperança de milhões. [...] Nunca a sociedade brasileira se erguei com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da História se apresentou palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda e irrefreável. [...] A tudo isso, congressistas cujos nomes publicamos nesta mesma página disseram não. Evitemos insultar a memória do passado e as gerações do amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura. [...] Mas não sabem que o Brasil – felizmente! – mudou. Que a sociedade brasileira resgatará seus compromissos, a população exigirá seus direitos tantas vezes postergados e os eleitores retribuirão na mesma moeda: não mais terá voto quem lhe negou o direito de voto. Esta "Folha" não foi a primeira e nem será a última a exigir diretas-já. Mas não mediu esforços, para que, a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando. É nessa condição que dirigimos agora um apelo aos nossos leitores e a todos os brasileiros, cidadãos desta Pátria renascida. Neste momento de amargura é fundamental preservar aquilo que tem sido a força do movimento. Em lugar da violência, a participação; em lugar do tumulto, a tranquilidade; em lugar do desespero, a persistência. [...] de onde proveio a força moral e política desta campanha senão do seu caráter pacífico, de sua força organizada, de sua natureza unitária, de sua amplitude social e geográfica, de seu propósito radicalmente democrático, de seu estilo generoso, de seu aspecto colorido? [...] colocamos ontem mais um tijolo neste edifício que os homens e as mulheres do futuro, diferentes por suas etnias, interesses e pensamentos, hão de contemplar em dizer: eis aí um belo lugar, eis aí onde queremos viver por anos e onde queremos

[55] "A cor amarela predominou na galeria lotada". Folha de São Paulo, 26 de abril de 1984.
[56] "A nação frustrada". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.1, 26 de abril de 1984.

> que nossos filhos cresçam, ao mesmo tempo trabalhando, aprendendo e divertindo-se.[57]

A semana que sucedeu a votação na Câmara foi de reflexão e interpretação diante daquele acontecimento. Tentava-se definir em linhas gerais quais seriam os jogos políticos a partir de então. Citando Francisco Weffort, naquele momento dirigente do PT, afirmou que os primeiros dias seriam de frustração acompanhada de "uma polarização entre os que querem negociar e os que querem insistir na luta pelas diretas", polarização "apenas aparente porque negociação e mobilização não se excluem". E o jornal ia mais longe: "seja como for, o fato é que a campanha das diretas e o zigue-zague ante a reação do governo, afrouxando aqui e apertando ali, acenando com a negociação e decretando as emergências, demonstrou que o ciclo militar inaugurado em 1964 está virtualmente encerrado".[58]

> Qualquer apreciação do quadro político nacional, feita a partir do comportamento esquizotímico do Presidente João Baptista Figueiredo, esbarra desde logo na imagem difusa do seu governo. Atitudes contraditórias, palavras e atos em desencontro, grupos palacianos em conflito aberto, tudo isso modela o perfil bifronte do chefe desse governo, que não sabe dizer o que quer, e não quer dizer o que sabe e o que pretende fazer. Ainda ontem, em cadeia de rádio e televisão, renovou seu apelo ao entendimento, para romper o impasse político institucional, porém nem sequer aludiu a suspensão das medidas de emergência, com as quais coagiu o Congresso Nacional e vem submetendo a capital do país e outras partes do território nacional a vexames e brutalidades inomináveis. [...] se o comportamento do presidente Figueiredo é reflexo da luta interna dos corredores do Planalto, chegou a hora da fatal decisão. Já não há mais tempo para tergiversações e pequenas manobras de bastidores. Os acontecimentos seguintes dirão se sua fidelidade maior é com o pequeno grupo que o cerca, visando à própria sobrevivência e ao desfrute continuado do poder – e por isso tenta arrastar o País para trás – ou com a maioria esmagadora da sociedade e do seu futuro. Aí residem o centro da crise e a responsabilidade do presidente perante a História do Brasil.[59]

Sob a tensão do *dia seguinte*, o *Correio* noticiava que dirigentes de Lages haviam expedido um documento de repúdio aos parlamentares catarinenses que não votaram a favor da emenda ou que não haviam comparecido à sessão, "para que não se apague da mente dos eleitores os nomes dos deputados Adhemar Gisi, Nelson Morro e outros que não compareceram. Uma cobrança nas urnas e em frente aos palanques de campanha deverá ser pregada pela população, mantendo em evidencia os nomes dos 'traidores do povo'".[60]

As notícias do *Correio* voltavam-se às opiniões de lideranças políticas da região. Dirceu Carneiro havia sido peça chave durante a campanha. Cumpriu roteiro no Sul do país

---

[57] Editorial "Cai a Emenda, não nós". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 26 de abril de 1984.
[58] "Da sucursal de Brasília". Folha de São Paulo, 1º caderno, 26 de abril de 1984.
[59] Editorial "O centro da crise". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 1º de maio de 1984.
[60] Sairá a carta lageana de repúdio. Correio Lageano, 29 de abril de 1984.

viajando com Ulysses Guimarães. Em Santa Catarina participou de concentração pelas Diretas em Araranguá e Florianópolis. Esteve presente em comícios no Rio Grande do Sul e, em Porto Alegre, participou do encontro regional de planejamento na Assembleia Legislativa gaúcha para contar sobre a experiência administrativa de Lages quando fora prefeito. Naquela ocasião Carneiro comentou:

> A experiência comunitária, de participação popular desenvolvida em Lages, durante minha gestão como prefeito, está servindo como modelo para os atuais administradores, isto é, muitos prefeitos tem nos procurado para saber a respeito, embora particularmente eu considere a experiência de Lages, o início de uma profunda modificação.[61]

A experiência lageana também servia como ponto de legitimidade para os discursos da oposição que defendiam mudanças estruturais a partir das cidades de todo o país. Diante desse quadro que dava a Carneiro destaque na maquinação da oposição em favor das Diretas, logo após a derrota da Emenda, sua opinião seria interpelada no Correio. O deputado federal havia solicitado à mesa diretora da Câmara dos Deputados que providenciasse a apuração e a investigação dos responsáveis em função do tratamento dispensado ao Congresso nos dias da votação da Emenda Constitucional. Para o deputado catarinense, o Congresso havia sido tratado como "boliche de periferia, e talvez a arbitrariedade tenha suprido a incompetência desses governantes que estão hoje a desgraçar a pátria brasileira".

> Depois de esta casa ser cercada, de os telefones dos deputados serem bloqueados, censurados, cortados; depois de tanta arbitrariedade que se fez com os deputados, com os membros dessa casa, é inaceitável que diante do clamor nacional, que diante da maior mobilização da história da nossa pátria em função de uma aspiração caracterizada pelo povo nas ruas e nas praças, ainda se encontre nesta casa um segmento razoável daqueles que deveriam ser os representantes do povo com uma sensibilidade de crocodilo, que não foram capazes de vir aqui dizer o seu sim ou o seu não. [...] não aceito como representante do povo brasileiro, de modo particular do meu estado, que nõ dia da votação não pudesse fazer uma ligação para o meu povo. Finalizando, disse o deputado Dirceu: isso é uma velhacaria inaceitável. Este é um mandato a meio pau, um mandato de significado pequeno.[62]

A notoriedade de Dirceu Carneiro e o peso de sua fala derivavam, em grande medida, do alcance da obra-reportagem de Márcio Moreira Alves. A imprensa interessou-se pelo tema e Lages foi incluída nas narrativas da redemocratização. Midiatizar um acontecimento é o equivalente a não deixá-lo cair no esquecimento no tempo presente. De certo modo, segundo Pierre Nora (1988), estar no passado constitui o acontecimento, mas, no tempo presente, é através das mídias que o acontecimento torna-se conhecido e, portanto, histórico. É por meio

---

[61]"Carneiro pelas Diretas". Correio Lageano, 18 de abril de 1984.
[62]"Congresso foi tratado como boliche de periferia". Correio Lageano, 29 de abril de 1984.

da midiatização que o acontecimento integra-se ao escopo da História e, por isso, o que é veiculado pela imprensa escrita não é mero conjunto de informações. Trata-se, pois, daquilo que se quis tornar notícia, acontecimento, e sobre o que se atribuíram diversos sentidos tanto no momento da escrita quanto nas leituras.

O movimento político e social *Diretas-Já* se tornou um emblema na contemporaneidade brasileira. Acabou por demarcar significações específicas à democracia, aos processos eleitorais e às mobilizações da cidadania no conjunto das culturas políticas experimentadas no país. A ação de rememorar fez parte daquele presente historicizado. As memórias narradas pelos jornais evocavam personagens que subiram em palanques e que votaram a Emenda em 25 de abril de 1984, evocavam a sociedade civil que compôs o acontecimento naquele entretempo e também a História que se reinventava diante do *marco*. Desde então, diversos setores da imprensa periódica passaram a considerarem-se peças fundamentais para a consolidação da democracia brasileira.

A ideia de que a mídia é uma espécie de "Quarto Poder", vigilante do próprio governo em benefício da democracia é relativamente recente. Certamente, essa representação social da mídia perpassa os modos pelos quais os próprios veículos constroem seu lugar social. Afinal, "as representações possuem energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é" (CHARTIER, 2011, p.23). Por isso, deve-se perceber que tal representação social assegurou a legitimidade social da imprensa e, também, que a importância dos sistemas de comunicação para a prática dos direitos de cidadania é uma característica das democracias liberais. Isso explica, de certo modo, porque a grande imprensa periódica brasileira teve uma relação com o regime militar que oscilava entre convergência e divergência: no âmbito do liberalismo, concordavam de que o *perigo comunista* deveria ser afastado do Brasil, e também por isso houve a adesão ao golpe civil-militar de 1964 que depôs João Goulart da presidência; por outro lado, as práticas autoritárias do regime, dentre elas a censura aos meios de comunicação e as práticas de tortura aos civis, iam de encontro aos princípios democráticos almejados por esses grupos. Tem-se a historicização da data, a importância atribuída a um acontecimento que, como já se imputava, seria edificado na memória histórica como um entretempo ao autoritarismo e ao horizonte democrático ansiado.

Ao pincelar de forma breve a atuação jornalística do *Correio Lageano* e da *Folha de São Paulo* nos primeiros meses de 1984, encontra-se uma confrontação de consciências políticas e históricas. Assim, 1984 apresentou-se como momento de inflexão, porém não homogêneo. Despertou-se uma nova relação com o passado, mas mantiveram-se outras. Sobrepondo-se às vozes daqueles que apoiaram os governos autoritários, apareceram com

destaque os que se pretenderam como as vozes de grande parte da sociedade civil naquele ano-acontecimento. O encadeamento sequencial do cotidiano jornalístico permite tal observação. As *Diretas-Já* ganharam, assim, inúmeros sentidos, tanto para apoiadores de longa data, quanto para oportunistas e mesmo para os que se mantiveram como sustentação do regime autoritário.

O Grupo Folha conseguiu desvincular-se do apoio editorial que concedeu ao golpe. A *Folha da Tarde*, jornal que, a partir de julho de 1969, chefiado por Antônio Aggio, manteve uma linha editorial de apoio ao regime e corroborou com o ideário autoritário oficial, não mais enquadrada na "nova ordem social", foi tirado de circulação em 1984. Beatriz Kushnir (2007, p.36) pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios, e em muitos outros, a tradição da conciliação. A mobilização política ganhou contornos de campanha publicitária nas páginas da *Folha*. O *Correio*, por sua vez, na condição de jornal local, dividia o espaço para as movimentações nacionais com o cenário local, preocupado em não abalar vinculações políticas antigas.

A ditadura militar foi sentida, vivida e experimentada de diferentes formas ao longo do território nacional e nas diferentes composições sociais do país. A região de Lages sustentava suas tradições e recordações próprias, compartilhadas através das páginas do *Correio*. A democracia era então entendida pelos agentes políticos de formas distintas e variava conforme os campos de experiência, o que se verifica quando são identificados os pontos nodais das narrativas da redemocratização, em especial os relativos aos anos-acontecimento 1964 e 1984. No choque de gerações e na persistência de bases socais ainda perduravam pontos de sustentação ao regime autoritário. Apesar das dinâmicas movimentações, segundo divergências e interesses no interior de cada grupo e de cada camada observada do tecido social, as diferentes redes políticas dependiam do "sim" e do "não" na votação.

2.2 O êxito da obra *"revolução":* viver e comemorar o progresso na narrativa exultante de um enredo

Em 1974, o ano-acontecimento 1964 estava inscrito no repertório jornalístico. Sônia Meneses da Silva entende esse processo de rememoração e reconfiguração das narrativas sobre o golpe civil-militar e seus resvalos ano a ano até que o regime fosse suprimido, como um processo de *monumentalização* do acontecimento (2011, p.137). Seria o notável comparecimento do uso da História como campo legitimador de um passado romantizado, consagrado e vitorioso. As próprias datas comemorativas acabam por ter relevância contínua

na edificação de acontecimentos-monumentos. O decênio do golpe civil-militar de 1964 ritualizou o passado, envolvendo-o no presente, como um símbolo de *evolução* e do *progresso*. Uma *linha progressiva e vertiginosa*, que já permitia algum tipo de *interpretação histórica*.

No dia 31 de março de 1974 a *Folha de São Paulo*, em primeira página, destacava o *modelo brasileiro*. Segunda esta avaliação:

> A partir de 1964, colocando os bois adiante do carro, o Brasil começava a criar condições para a montagem de uma democracia econômica, pressuposto de uma democracia política, na expectativa de que a armação de um sistema econômico e politicamente aberto, consolidasse, fechando o ciclo, uma legitima democracia social.

Era a linha cíclica da democracia que galgava passos, os quais ao vir um a um, mereciam a perseverança paciente da sociedade brasileira. Na esteira do *modelo brasileiro* narrado pela *Folha*, as *democracias* estavam sendo atingidas. E nesse exercício de paciência e otimismo reclamava-se que o futuro dependeria "unicamente de nós, do que façamos ou deixemos de fazer no presente".[63] À *nação* caberia a missão de não deixar que o desenrolar da linha do progresso regredisse. Esse envolvimento bastava para conformar um consenso num discurso cívico-patriótico que acabou por conformar o consentimento de grande parte da sociedade civil perante a ditadura.

De 1973 a 1975, Ruy Lopes foi editor-chefe da *Folha*. O exercício da autocensura não tornava o trabalho na redação do jornal menos dificultoso: inúmeras vezes o jornalista fora convocado à Rua Xavier de Toledo para prestar esclarecimentos, para além dos telefonemas da Polícia Federal, que vinham do mesmo endereço, indicando os temas proibidos (CAPELATO; MOTA, 1980, p.207). Naquele momento, as notórias páginas de opinião de articulistas e de colaboradores sazonais do jornal ainda não faziam parte do repertório do impresso, elas apareceriam no mês de junho de 1975, timidamente assinadas apenas por iniciais. Os editoriais, por sua vez, tornar-se-iam mais incisivos após intrigante morte de Vladimir Herzog. Logo após a realização do culto ecumênico realizado na Sé, em outubro do mesmo ano, o jornal manifestou discordâncias ao regime. No entanto, o conteúdo não era menos opinativo por conta disso. É visível um alinhamento da Folha com a ditadura até aquele momento através da análise das teias narrativas. A prática da autocensura não significava que o jornal fosse apenas omisso. Além de omisso, em muitas circunstâncias as opiniões expressas na Folha de São Paulo condiziam com os ideários do regime. Dentro dessa

[63]Editorial "Modelo Brasileiro". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.1, 31 de março de 1974.

lógica jornalística, os idos de março e abril de 1964 mereciam que fossem recontados em seu primeiro decênio e seis páginas foram-lhes dedicadas.

> Eram pelo menos 300 mil pessoas **gritando, aplaudindo, vaiando**, numa das maiores concentrações que o Brasil já teve, e naquele dia 13 de março de 1964, num gigantesco comício na Central do Brasil, não muito distante do Ministério da Guerra, as pessoas esperavam, atentas e impacientes, a concretização das promessas que lhes vinham sendo feitas há muito tempo [grifos meus].[64]

O texto fazia menção ao Comício de João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, quando o presidente decretou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e a reforma agrária, a partir da desapropriação de terras às margens de ferrovias, rodovias e zonas de irrigação de açudes públicos. As declarações de Jango aprofundaram a crise política em curso. A orientação nacionalista-reformista do presidente desagradava empresários, a UDN, o PSD, as Forças Armadas e foram amplamente noticiadas pela grande imprensa como ameaça comunista:"o Brasil se debatia numa das piores crises econômicas e políticas de sua história", e "toda aquela encenação do comício" em nome de uma reforma que "nunca nem saiu do papel", serviu como "um estopim para a radicalização das forças políticas nacionais tanto de esquerda quanto de direita".

Mas mesmo com tamanho espalhafato ainda havia dúvidas de que era necessário tomar providências diante da crise que tinha como mentor *o perigoso* João Goulart. Segundo a narrativa da *Folha*, as dúvidas quanto às providências que deveriam ser tomadas diante da crise causada pela ameaça comunista tiveram fim quando no dia 30 de março de 1964, no "Automóvel Club do Brasil, no Rio, perante uma assembleia de sargentos, suboficiais e marinheiros, o Presidente João Goulart fez um discurso considerado uma aberta pregação contra a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas". A maquinação contra o Chefe de Estado que ameaçava a ordem e o progresso brasileiros chegou às ruas numa das maiores manifestações populares que o Brasil já conhecera, era a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.[65]

Percebe-se uma orquestração de certos eventos públicos para dotar de sentido as ações que formaram o ano-acontecimento 1964. Não qualquer evento, mas aqueles que fornecessem subsídios para afirmar atitudes militares coerentes, naturais e encadeadas por uma série de pequenos eventos que desaguariam, quase que obrigatoriamente, numa *revolução.* É nesse exercício de inscrição do acontecimento, numa obrigação de memória, que Sônia Meneses da

---

[64]"Os idos de março, a conspiração em poucos dias". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4,31 de março de 1974.
[65]"Os idos de março, a conspiração em poucos dias". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4, 31 de março de 1974.

Silva (2011) entende encontrar-se a operação midiográfica. Então agregada de um sentido histórico, a inauguração de um novo tempo em 1964, permitia sua observação a partir de um ponto pretensamente externo e imparcial: a imprensa. Pinçou-se o significativo: o comício de Jango (como se o evento tivesse gerado uma insatisfação generalizada), seu discurso contra a hierarquia e a ordem no Automóvel Club do Brasil e a grande *e majestosa* Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Todos os três eventos apontavam para a reunião de uma coletividade. Nada que representasse apenas confabulações de pequenos grupos, mas sim uma grande insatisfação generalizada que requeria a *salvação* por intermédio das Forças Armadas.

Do outro lado do Atlântico, no exílio, mesmo Márcio Moreira Alves admitira as ambiguidades da oposição liberal em relação ao golpe. No livro "O despertar da revolução brasileira", no qual aborda as resistências à ditadura e denuncia a repressão, avaliou seu famoso discurso em 1968 como "uma crítica por dentro", pois no início do regime fora "simpático ao governo militar". Considerava o presidente deposto, João Goulart, "oportunista, instável, politicamente desonesto" e manipulado por "cupinchas corruptos". A posterior instauração do regime autoritário teria surpreendido os liberais, pois "ao contrário dos países hispano-americanos, o Brasil não tinha nunca conhecido uma ditadura militar" e o Exército não parecia possuir "ambição política". Até então, a instituição atuara de "forma democrática e nacionalista", com intervenções "curtas e incruentas, e o poder havia retornado sempre às mãos dos civis" (ALVES, 1974, p. 50-53).

Ainda por ocasião da passagem dos dez anos do golpe, a narrativa construía a imagem de Castelo Branco como um líder cauteloso, cuja formação rigidamente democrática confundia-se com a sua liderança na montagem de um plano de ação que apresentou "todas as estratégias e as bases para a rebelião", a qual começara em Minas Gerais e logo se espalharia por todo o Brasil. De forma ambígua, o texto foi finalizado de um modo que demonstra as ressignificações daquela *data histórica*: "a Revolução de Março de 1964 começara com um *contragolpe* às manobras do governo".[66] Por mais que fizesse uso da palavra *contragolpe*, não deixava de afirmar ter sido aquele um acontecimento infausto visando anular os efeitos de um possível *golpe*, este sim *catastrófico*, que poderia estar por vir.

Dez anos depois do ocorrido, permitir-se-ia interpretá-lo de uma nova forma. Um pouco menos, bem pouco, militante talvez. Dando um sentido novo à data, porém com velhos conceitos: uma ação golpista, porém positiva, numa visão maniqueísta dirigida para o *bem da nação*, que buscava resumir historicamente as conjunturas daquele acontecimento.

---

[66] "Os idos de março, a conspiração em poucos dias". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4, 31 de março de 1974.

Luiz Viana Filho, que fora Ministro-chefe da Casa Civil no governo Castelo Branco, considerava que talvez fosse "cedo para construir uma História da Revolução", porém era tempo de "reunir algum material para se avaliar os caminhos do Brasil, nesses dez anos que lhe mudaram o destino." A partir dessa constatação de permissão relativa para se construir uma história oficial dos anos pregressos, adentrava alguns episódios políticos movidos por ações daquele que, segundo Viana Filho, "se recusou a ser um ditador buscando conciliar a Revolução" com a "implantação de uma ordem jurídica inspirada em princípios democráticos".[67]. É possível supor que o jornal se permitia contar o período que ia do golpe de 1964 ao final do governo Castelo Branco sendo que a recém-posse de Geisel significava a herança "de ideais e metas ainda não totalmente alcançados, mas que estão próximos e revelam uma continuidade de aspiração desses longos dez anos". Saliente-se também que Castelo Branco havia falecido em 1967 e construir memórias sobre sua personalidade estava, portanto, permitido, desde que assegurassem uma visão homogênea do personagem: "um liberal por natureza" que percebera que "a hora era de ter mão forte, para conter os primeiros sinais de contestação". Castelo aparece então como "o Presidente revolucionário com a missão histórica de preparar o caminho para o salto econômico que viria depois".[68] Costa e Silva, também já falecido, foi avaliado como o presidente que "não tinha vocação para a ditadura, mas se viu obrigado por várias vezes a impor seu ponto de vista em termos autocráticos, mesmo ambicionando, durante todos os dias, a pacificação dos espíritos".[69] Quanto a Médici, suas benfeitorias recaíram sobre os aspectos e econômicos, e "como um revolucionário, tinha ideia exata dos problemas globais da Nação, e a compreensão de que o Movimento de 31 de março não poderia nunca mais ser estancado".[70] Era a lapidação de uma memória conformada de personagens coerentes.

Geisel, recém empossado presidente, declarou que 1964 "foi um momento fulgurante que nos ilumina até hoje, culminância de um consenso quase geral que, brusca e decisivamente, sem sombreios, como um raio de verdade e de fé, à polarização de doutrinas e de crenças visceralmente antagônicas. Momentos como este têm sido raros em nossa vida republicana, na qual apenas outubro de 1930 representa também, um marco tão decisivo na história da Nação".[71] Essa propensão histórica assumida pelos discursos publicados nos jornais, ajudava a classe média leitora da *Folha* a conservar com orgulho as memórias sobre

---

[67] VIANNA FILHO, Luiz. "Decisões políticas do Presidente Castelo-Branco". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4.
[68] "O movimento tinha raízes profundas". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.5, 31 de março de 1974.
[69] "Costa e Silva quis retomar o diálogo". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.6. 31 de março de 1974.
[70] "Toma forma o Milagre Brasileiro". Folha de São Paulo, p.6, 31 de março de 1974.
[71] "Geisel: resultados são positivos". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4, 1º de abril de 1974.

os dez anos anteriores. Unificava a identidade nacional em torno de um passado pronto para o futuro. Não havia nada do que se envergonhar. Havia esperança de dias ainda mais prósperos. Paul Ricoeur ajuda a deslindar tais operações, quando afirma que "a memória imposta está armada por uma história ela mesma 'autorizada', a história oficial, a história apreendida e celebrada publicamente". E prossegue: "uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim, arrolada em benefício da rememoração de peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da história comum". (RICOEUR, 2007, p.98)

No *Correio*, em Lages, as comemorações pela passagem dos dez anos do golpe ganharam contornos ainda mais efusivos. "1974 – Brasil dez anos em ritmo de progresso" era o título da manchete de primeira página que trazia ainda fotografias dos "quatro presidentes revolucionários" estampando a página toda.[72] No conteúdo interno com letras em negrito, sem assinatura, como de uso, indicando ser uma comunicação da empresa-jornal *Correio Lageano* apenas pelo título "Nossa mensagem", frisava-se que naquela data completavam-se 10 anos em que "o Brasil enveredou pelo caminho certo da ordem, da prosperidade, do desenvolvimento":

> Graças à Revolução democrática de 31 de março do ano de graça de 1964, os destinos dessa nação tomaram um rumo diferente, sem demagogia, positivo, em direção de um porvir que se descortina risonho e venturoso para todos. Não fosse a atitude patriótica de uma plêiade de brasileiros ilustres, que disseram um energético 'não' ao estado de coisas que se verificava antes dêsse importantíssimo evento, talvez hoje o Brasil, de índole essencialmente democrática e cristã, se visse envolvido das malhas de regimes estranhos à formação religiosa do nosso povo. Por isso é com máxima satisfação que registramos, nestas colunas, a passagem do 10º ano da Revolução de março de 1964. E ao fazer esse registro, não poderíamos olvidar a memória dos presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva, bem como de outros brasileiros hoje desaparecidos, que graças ao seu acendrado amor ao Brasil, sobrepujaram-se a si mesmo em prol do nosso desenvolvimento e do nosso bem estar. Aos generais Emílio Garrastazu Médici, que acaba de entregar ao seu sucessor um governo sereno, íntegro, honrado e de grandes realizações, e Ernesto Geisel, que atualmente dirige os destinos de nosso país [...] a nossa homenagem pela passagem do 10º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964 extensiva a todos os brasileiros ilustres que tomaram a iniciativa de livrar o Brasil de um destino que se descortinava sombrio e traiçoeiro.[73]

O progresso do país desde a década anterior aparecia em um balanço histórico que ressaltava ações de grande vulto como a SUDENE, a indústria automobilística, a Transamazônica e as inovações na área das comunicações; uma página inteira foi dedicada a tais obras ressaltando o êxito dos índices de progresso. E então os destrinchava: "a inflação e

[72] "1974 – Brasil dez anos em ritmo de progresso". Correio Lageano, 31 de março de 1974.
[73] "Nossa Mensagem". Correio Lageano, 31 de março de 1974.

a recuperação" mantiveram o Brasil "estagnado e em retrocesso em 1963". Porém aos poucos "com o evento da Revolução o índice foi crescendo e a partir de 1968 começou a escalda para o progresso". Mencionava-se ainda o petróleo, o carvão, o minério e as rodovias: temas que, segundo a narrativa do *Correio*,tiveram como inflexão o ano de 1964 e galgavam passos inigualáveis.

O 1º Batalhão Ferroviário, guarnição militar sediada em Lages, promoveu uma série de solenidades que contava com a presença da oficialidade, sargentos, praças, funcionários e autoridades civis. Nesta ocasião o *Correio* publicou o pronunciamento do ex-prefeito de Lages, Nilton Rogério Neves, que repetidamente atribuía ao regime militar o desenvolvimento, a unidade nacional e uma nova formação cultural que dotara o país da "esperança de um futuro que já não está muito distante".[74] Foi Publicado um texto assinado pela assessoria de imprensa dos Vereadores, que pontuava: "o movimento político-militar abriu ao País novas perspectivas para a realização de seu destino. [...]. O Brasil achava-se em plena anarquia política, econômica e social". O texto afirmava ainda que 1964 apresentou uma escolha: "ou reagir para salvar o regime democrático, ou submeter-se às forças conduzidas de fora do País, que pretendiam colocar-nos sob a tutela do comunismo internacional".

> A escolha foi feita pelo povo, em manifestações memoráveis em praça pública. Centenas de milhares de cidadãos de todo este imenso Brasil reclamavam das Forças Armadas que mais uma vez estivessem em defesa das liberdades públicas, salvaguardando ao mesmo tempo as mais caras tradições da família brasileira e, mais do que isso as próprias bases da unidade nacional.[75]

Dentro da perspectiva criada por estas narrativas, o dia 31 de março era um *marco* usado para reafirmar que o futuro poderia ser dotado de certezas seguramente positivas. Havia um encadeamento de obras e ações exemplares que deveria ser contado constantemente. A narrativa sobre esse ano-acontecimento é um pêndulo entre a memória e a História. Num movimento que não cessa, no entanto perde e ganha forças conforme o toque que o faz deslocar-se, bulir, agitar-se. E em 1974 era hora de mover com ainda mais força o pêndulo estreado em 1964.

O decênio do golpe foi um momento de ebulições políticas. Havia um clima sucessório e apertavam-se os nós para que nada pudesse estremecer as bases do regime que

---

[74] "1º Batalhão comemorou aniversário da Revolução Democrática". Correio Lageano, 31 de março de 1974.
[75]PRASCHER, Nelson de Castro(assessor de imprensa da Câmara de Vereadores). "Revolução em marcha". Correio Lageano, 3 de abril de 1974.

pareciam sólidas. Com a atuação de uma censura ferrenha, apesar de ser um ano de sucessão presidencial, a mídia fora proibida de divulgar qualquer suposição ou hipóteses dos bastidores da escolha do próximo chefe de governo que evidentemente viria da corporação militar. Mas, entre mobilizações memorialísticas e otimismos relativos a um futuro assegurado pelo progresso, o ano de 1974 traria motivos de entusiasmo para os opositores ao regime, mesmo com a sustentação cada vez mais firme dos pilares repressivos.

2.2.1. O entreato da trama: o início do fim da euforia e as eleições de 1974

Como uma se fosse uma usual notícia cotidiana, quando da eleição presidencial via Colégio Eleitoral, em janeiro daquele ano, o *Correio* anunciou a votação que elegia Ernesto Geisel o novo Presidente da República[76]. Em seu primeiro pronunciamento, publicado no *Correio*, Geisel pedira confiança para dar continuidade à *obra* que, há um decênio vinha sendo realizada no País, "sem desfalecimentos, nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos". Destacando a "clarividência e a tenacidade dos governos modernizadores da Revolução", dizia estarem "atingindo sólida e ampla base de partida". No discurso, favorecido pelos supostos êxitos do regime, transmitido por rádio, televisão e reproduzido nas páginas dos jornais, Geisel dirigiu-se a "todos os *bons* brasileiros", os quais "nas reservas profundas de seu civismo e sua fé nos supremos valores ético-sociais, bem se dão conta de que estabilidade e ordem representam como penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo".[77]

Na mensagem - não menos otimista - de Emílio Garrastazu Médici, ao deixar o cargo presidencial, que bem resumia a retórica usada durante todo o período em que esteve no poder,acentuava que o povo brasileiro poderia então "regozijar-se de paz interna em que repousa o presente e encanar, com sólida confiança, o futuro do País". E nesta legitimação do passado no presente, assentado em objetivos futuros, o *Correio Lageano* fazia sua interpretação do tempo pretérito:

> Decorridos dez anos desde que se implantou a nova ordem política, quis o Chefe do Governo analisar, no primeiro capítulo de sua mensagem, a substância desse

[76]Colégio Eleitoral, composto por Senadores, Deputados Federais e delegados das Assembleias Legislativas representantes da ARENA e do MDB Compareceram 497 eleitores, verificando-se 400 votos para a chapa da ARENA, formada pelo General Ernesto Geisel e General Adalberto Pereira dos Santos, enquanto que a dobradinha formada por Ulisses Guimarães - Barbosa Lima Sobrinho, do MDB, recebeu 76 votos, verificando-se 21 abstenções que foram a dos autênticos da facção oposicionista "Geisel é o novo Presidente da República". Correio Lageano, 16 de janeiro de 1974.

[77] "Presidente eleito falou à Nação". Correio Lageano, 17 de janeiro de 1974.

> acontecimento, a esta altura plenamente legitimado não só pelos frutos materiais que têm assegurado à Nação, nos diferentes domínios de atividades básicas, mas, especialmente, pelo sereno e inequívoco apoio do povo. Como acentuou o Presidente Emília Garrastazu Médici, os êxitos colhidos, desde o primeiro momento, nos pleitos eleitorais, pelas forças agrupadas em torno dos ideais revolucionários se acentuaram sensivelmente no decurso dos últimos quatro anos. Em todos os planos – no municipal, no estadual, no federal – ganhou terreno, em termos globais, a ocupação, pela agremiação situacionista, dos postos de comando políticos e administrativos.

O presidente do "Milagre", do "Brasil Potência", mas também do auge da repressão às dissidências ao regime passava a faixa presidencial ao General Ernesto Geisel no início de um ano não parecia indicar nenhuma efervescência fora da rotina política do país. Sobre o processo de sucessão presidencial, o jornal da região lageana afirmava que este havia ocorrido "em perfeita compreensão e entendimento, logrando reunir, em torno de dois nomes ilustres, o consenso unânime das forças políticas que apoiavam a Revolução". Não menos eloquente, o texto jornalístico acentuava o discurso presidencial de Médici no que se referia ao painel econômico somado ao trabalho e ao patriotismo do povo brasileiro, o que resultara no "excepcional crescimento de 63% em seu produto interno bruto, colocando-se desta forma, ao lado dos países que conseguiram na ordem econômica, o crescimento mais rápido que a história moderna conhece".[78]A propaganda do regime, logo incorporada por seus apoiadores nos meios de comunicação, insistia que o governo mantinha uma identificação com o conjunto da sociedade a partir de traços básicos, sendo o mais característico o "otimismo" diante da vida e dos desafios do futuro: "os militares não só teriam inaugurado um novo tempo, mas um tempo caracterizado pelo amor entre os homens, pela solidariedade, sentimentos garantidores da perenidade da nova sociedade que iriam moldando" (FICO, 1997, p. 124).

O projeto desenvolvimentista de Médici que se estendeu até a posse de Geisel, centrado na indústria petroquímica, dos eletrônicos e de uma espantosa rede de obras públicas de infraestrutura, mantinha a concentração de renda, o arrocho salarial e o controle sindical (SILVA, 2009, p.259). O fechamento político estabelecido pelo AI-5, ainda sob o governo do General Costa e Silva, e levado a cabo durante a gestão de Médici, acentuou a repressão aos grupos opositores clandestinos que atuavam sob a forma de guerrilhas urbanas e rurais. As perseguições engendradas pelos órgãos de informação, pela polícia política, pelo apoio do empresariado e, por que não dizer-se, pelo consentimento de parte da sociedade civil, mantiveram o campo político em rédeas curtas. Até mesmo a permitida existência de um

[78] "Mensagem Presidencial". Correio Lageano, 25 de janeiro de 1974.

partido de oposição, mantinha-se em limites restritos. No entanto, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009), Médici e sua cúpula, diante dos índices de crescimento acima de 10% em 1973 (que se viu desacelerado ainda naquele ano com a crise petrolífera que atingiu diversos países), sentiam-se fortes para operar uma transição para um Estado de Direito no país.

A crise internacional do petróleo de 1973 não havia afetado imediatamente as bases de sustentação do governo e na ocasião de definir um nome para a transição dentro da cúpula militar, o otimismo do "milagre" ainda estava em ebulição. Nesse sentido, não foi a crise um condicionante da abertura, ao contrário, havia sido a própria eficiência econômica do governo Médici (SILVA, 2009, p.257). De acordo com as confabulações nos bastidores das Forças Armadas, a escolha de Geisel para a sucessão permitia construir de uma ponte entre as facções militares, mais complexas do que intuem as abordagens que as dividem simplesmente entre *castelistas e linha-dura.* O perfil de Geisel talvez apontasse para a possibilidade de uma abertura política. Apegado à disciplina, seu projeto estabeleceria a "volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa" (SILVA, 2009, p.262).

De acordo com a narrativa da *Folha*, a formação intelectual do Presidente Geisel fora marcada pela evolução universal da democracia formal, sensível à opinião alheia e à opinião pública de um modo geral.[79] No *Correio*, o Deputado Federal catarinense Wilmar Dallanhol afirmou que o novo presidente era um administrador experimentado, "não o acudiam soluções milagreiras, nem o atemorizavam as dificuldades", com um comportamento político de convicções "arraigadamente democráticas". Recordou o pronunciamento do presidente na convenção da ARENA, quando afirmara "que os partidos são veículos e instrumentos da vontade popular, e intérpretes destas".[80] Esta seria o eixo da retórica de Geisel naquele primeiro ano como chefe de estado: as eleições manteriam a legitimidade *revolucionária.*

Na *Folha*, percebe-se, no discurso pronunciado pelo senador Petrônio Portela quando da reunião do Colégio Eleitoral que confirmou ser o General Geisel desde então presidente, a constante necessidade de afirmar a legitimidade daquele momento para o aprimoramento de um regime democrático que ordenava os ditames do país.

Em seu discurso, afirmou que a democracia não seria "um regime do qual se tenha, em linhas rígidas, um modelo acabado, pois nasce de uma realidade tangível e para ela vive", sendo que os mecanismos retificadores a tornavam atual. Para o deputado, democracia era o

[79] "A personalidade humana". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4, 16 de janeiro de 1974.
[80] "Geisel: uma disposição que se reafirma". Correio Lageano, 23 de janeiro de 1974.

diálogo e o entendimento dos que divergem, mas também, ou principalmente, submissão aos comandos. Em sua definição, democracia seria "um governo representativo, não ao gosto de minorias audaciosas, portadores de modelos ortodoxos e imutáveis, mas instrumento de maiorias conscientes". E continuava: "vivemos a democracia representativa. Fizemos a opção pela eleição indireta e temos a tradição e história a demonstrar o acerto de nossa decisão".[81] Havia a constante tentativa de manter a suposição de legitimidade democrática do regime militar, que estaria em processo de aprimoramento, seguramente lento. Era tempo de apaziguar ânimos e evitar qualquer tema que contrariasse a ordem. A retórica frisava democracia. No entanto, o projeto de abertura que começava a ser pensado era de um passo curto sem pressa no caminho ao Estado de Direito, não exatamente à redemocratização (SILVA, 2009, p.263).

Ulysses Guimarães, até então candidato à presidência pelo MDB, junto com Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e Franco Motoro, assumiu o oposicionismo mais franco e congregou em torno do partido as expectativas dos setores contrários ao regime, diante do desmantelamento da resistência armada. Grupos organizados que não possuíam canais de atuação viram então o MDB como único instrumento de dissensão ao regime. No discurso de defesa de sua candidatura, Ulysses exprimiu a necessidade dos setores civis romperem com a "submissão aos comandos", ideia frisada também por Petrônio Portela. Salientou que constitucionalmente o poder emanava do voto e "quando se tira o voto do povo, o povo é expelido do centro para a periferia da história. Perde o pão e a liberdade, o protesto passa a ser agitação e a greve rotulada de subversão". Narrou ser acometido de uma crise de consciência quando não via sentados naquelas cadeiras, "os pré-condenados às cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos", os quais "provaram serem insubstituíveis na predileção de um povo que jamais traíram". Emitiu então *a palavra oracular*, para que surgisse a figura reparadora de justiça: Anistia. E mais: "no tempo da história e não nos hiatos tópicos e encharcados de lágrimas de sua negação pela ditadura, é a potencialidade metafísica e ao mesmo tempo telúrica da democracia que dá respostas aos aflitivos problemas da criatura humana".[82] Com a anticandidatura de Ulysses Guimarães, abria-se algum espaço para manifestações de descontentamento em relação às bases de sustentação do regime, através da criação de condições que permitissem algum tipo de tênue e sutil tentativa de discordância. Estavam escalados os atores principais do processo de redemocratização do Brasil: os militares e seus condicionantes institucionais que visavam um processo lento de abertura,

[81] "Portela: 'vivemos a democracia representativa'". Folha de São Paulo, 1º caderno,p.5, 16 de janeiro de 1974.
[82] "O poder emana do povo: é o voto". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.6, 16 de janeiro de 1974.

enquanto a oposição, representada pelo MDB, apostava no alargamento de espaços para o exercício de uma cultura política democrática (SILVA, 2009, p.249).

Assim como ocorreu na sucessão presidencial, a escolha do Governador de Santa Catarina foi noticiada no *Correio Lageano* no dia 15 de junho, sem qualquer menção prévia em dias anteriores. Os eventos foram apresentados em simples notificações, através de textos sóbrios e formais. Noticiava-se naquela *manhã fria de geada nos campos das Lages* próprias do mês de Junho, apenas a escolha oficial de Antônio Carlos Konder Reis na tarde do dia anterior.[83] O *Correio* abordou a tarefa de Konder Reis em iniciar os primeiros movimentos para a "reunificação da ARENA e partir para o pleito de 15 de novembro com amplas possibilidades de vitória" salientando que a escolha havia sido muito bem recebida em Lages nas hostes arenistas, e o acontecimento chegou a ser comemorado com foguetes.[84] Havia no próprio texto uma expectativa de que para a posição de Vice-governador fosse indicada alguma personalidade lageana da família Ramos. No entanto, o cargo ambicionado pelos tradicionais políticos profissionais da região dos Campos de Lages ficou para Marco Buechler, industrial de Blumenau, o que causou decepção entre os apaziguados da oligarquia lageana: "todos esperavam a indicação de um nome que tivesse afinidade com a nossa região ou talvez um nome da família Ramos". O jornal anunciava que isso poderia gerar uma forte crise arenista no Estado, visto que as regiões da Serra e do Oeste haviam sido relegadas a um plano secundário.[85] Foi então, a partir daquele momento, que as movimentações para as eleições legislativas começam a ser pinceladas.

O Prefeito de Lages, Juarez Furtado (MDB), escrevia ocasionalmente para o *Correio Lageano*, assim como outros membros de sua equipe em colunas que levavam o nome de "Pronunciamento da Prefeitura" e, eventualmente, assinava a *Crônica social*, com uma escrita despreocupada que permitia suas considerações pessoais com relação aos assuntos que o abatessem. Naquele mês, em fervura máxima diante de tal escolha nas hostes arenistas, o prefeito manifestou-se sobre a sucessão do governo estadual: "para nós, há nisto tudo uma certa melancolia". Segundo ele, Lages fora sempre bem representada em todas as facções políticas e que a ARENA tinha sim nomes lageanos de valor, no entanto a situação perdera "sentido político". Konder e Buechler "já vieram embalados para presente" e, em alguns agrupamentos, "quanto mais se apanha tanto mais fiel se torna". Sustentando que os lageanos

[83]"Senador Antonio Carlos Konder Reis indicado Governador de SC". Correio Lageano. 15 de junho de 1974.
[84]"Konder Reis virá ao Estado na próxima semana". Correio Lageano, p.1, 16 de junho de 1974.
[85]"Indicado o candidato a vice-governador" Correio Lageano, 10 de julho de 1974.

não possuíam esta mentalidade, o prefeito solicitava que estes dessem "a resposta condigna àqueles que tão claramente o ignoram. A resposta será dada em Novembro".[86]

As eleições de Novembro para as Assembleias Legislativas, para a Câmara dos Deputados e para o Senado começavam vagamente fazer parte do repertório narrativo dos jornais. Na ocasião em que o Presidente havia sancionado a Lei que estabelecia normas para a realização das eleições no corrente ano, foi publicada em duas páginas inteiras do *Correio* as regras estipuladas para os registros de candidatos e prazos para convenções partidárias apresentarem seus candidatos. Atendendo o que determinava o calendário eleitoral, os partidos poderiam, a partir do dia 15 de agosto, usar amplificadores de som nas suas sedes ou em veículos.[87] Revogou-se ainda uma lei que não permitiria mais, "como sempre ocorria desde os velhos tempos", o transporte gratuito de eleitores pelos partidos político e pelos candidatos.[88]A "Lei Etelvino Lins" transferia para a Justiça Eleitoral os gastos com alimentação e transporte para os votantes do meio rural no dia das eleições, porém garantia aos candidatos gratuidade de propaganda no rádio e televisão[89].As instruções da Justiça Eleitoral sobre a propaganda partidária e sobre candidatos eram as seguintes:

> Art. 1º A propaganda eleitoral no rádio e na televisão circunscrever-se-á única e exclusivamente, ao horário gratuito disciplinado pelos artigos 22 e seguintes da Resolução n° 9609 de 20 de junho de 1974 com a expressa proibição de qualquer propaganda paga (Art. 6.091 art.12).
> Art. 2º Na propaganda realizada por intermédio da imprensa escrita, será permitida apenas a divulgação paga do "curriculum vitae" do candidato e do número do seu registro na Justiça Eleitoral, bem como do partido a que pertence (Lei n° 6.091, art. 12, parágrafo único).[90]

Nada fora do habitual. Diante dessa brisa em águas tranquilas que aparentava permear aquele processo eleitoral, foi disposto que os programas políticos seriam transmitidos pela TV Cultura e pela TV Coligadas em horários coincidentes com revezamento entre um partido e outro em cada canal. O programa vespertino aconteceria às 15 horas e o noturno das 22h30 até as 23h30.[91] Não havia com o que se preocupar e a própria permissão sem desassossegos auxiliaria o regime a manter sua legitimidade *democrático-eleitoral*. Supunha-se piamente que a ARENA ganharia a imensa maioria dos cargos legislativos em disputa. A votação

---

[86] "Crônica social por Juarez Furtado: Lages de fora". Correio Lageano, 28 de julho de 1974.
[87] Correio Lageano, 10 de agosto de 1974.
[88] "Art. 6º da Resolução n° 9.612". Correio Lageano, 12 de setembro de 1974.
[89]Lei número 6.091, de 15 de agosto de 1974. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128451/lei-etelvino-lins-lei-6091-74 Acessado em: agosto de 2012.
[90] Correio Lageano, 10 de agosto de 1974.
[91] "Presidentes dos partidos se reúnem com direções das televisões". Correio Lageano, 14 de setembro de 1974.

alcançada em 1970 deveria ser repetida: naquele ano, o MDB alcançara apenas seis das 46 cadeiras que estavam em disputa para o Senado, enquanto na Câmara a ARENA havia obtido mais da metade dos votos do MDB. 21 dos 22 Estados eram controlados por arenistas, além de 91% das prefeituras e 86% das cadeiras de vereadores.[92] Ainda que esses números acabassem por *massagear o ego* dos dirigentes, filiados e governantes arenistas, por insólito que pareça, este era um dado preocupante *aos cabeças* do regime.

Havia indícios que, não só Geisel, mas também outros importantes formuladores da ditadura pretendessem evitar que o MDB desaparecesse do cenário político eleitoral, a ponto de o regime descambarpara o partido único. A ditadura impunha um roteiro pelo qual sua legitimidade seria assegurada por uma aparente democracia eleitoral. Era um ato teatral, simbólico, alegórico, no entanto fundamental para que não quebrasse a lógica pretensamente *democrática* do regime militar. Ulysses Guimarães e sondagens do próprio SNI apontavam que os choques principais estariam no Rio Grande do Sul, em São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Pernambuco, Santa Catarina e Goiás.[93] Prognósticos sinalizavam crescimento do MDB em alguns Estados. Mas isso não significaria qualquer risco imediato para o governo. Mesmo que o MDB aumentasse suas cadeiras nos legislativos, não atingiria os dois terços dos parlamentares do Senado e da Câmara. Como apenas um terço das cadeiras do Senado em renovação e a necessidade do voto de dois terços das duas casas para mudanças constitucionais, a ARENA permaneceria em vantagem.

Junto às definições de ambos os partidos para o jogo eleitoral — as homologações da ARENA apresentadas em um quadro como manchete do dia, enquanto as do MDB ao lado, de forma discreta —, o *Correio* informou que, desde 1972, ocorrera um crescimento de 10 mil eleitores na 21ª zona eleitoral (que compreendia Lages e São José do Cerrito), a qual contava então com aproximadamente 70 mil eleitores.[94] Apresentava-se uma conjuntura político-eleitoral aparentemente estável e narrativa cotidiana do jornal aparentava uma perfeita ordem. A própria nomeação do governador de Santa Catarina foi noticiada numa absoluta tranquilidade. Com apenas a chapa arenista, não havia o que temer ou prever. Questionava-se apenas a possível reação da bancada emedebista na Assembleia Legislativa: "até o momento não se sabe a posição a ser adotada pela bancada do MDB, se votará em branco ou se vai retirar do recinto na hora da votação". Pronto. Resumia-se a isso. No mais, comemorar-se-ia nos bastidores, por detrás das cortinas, a manutenção da ordem estabelecida.

---

[92] Dados do jornal O Estado de São Paulo, do dia 11 de agosto de (GASPARI, 2003, p.497).
[93] Diário de Heitor Ferreira, 24 de junho de 1974 (GASPARI,2003, p.460).
[94] Correio Lageano, 20 de agosto de 1974.

A *Folha de São Paulo* seguiu publicando currículos de candidatos aos três cargos, a grande maioria da ARENA, durante o decorrer dos meses de Setembro, Outubro e Novembro. No *Correio* apenas o *curriculum vitae* do candidato a deputado federal pela ARENA Nilton Rogério Neves apareceu num único dia, com sua fotografia e dados como escolaridade, atividades públicas e experiência profissional.[95] No entanto, dias após esta divulgação, ficou esclarecido que a publicação de fotografias seria proibida, junto com a proibição de quaisquer entrevistas, comentários e declarações dos candidatos em jornais e revistas. As irradiações de comícios poderiam ocorrer apenas no horário gratuito atribuído a cada partido.[96]

Era um ano eleitoral comum e sem grandes agitações. No entanto, Geisel, *em sete folhas de papel almaço lapidou o seu discurso,* fruto de um projeto escrito por Golbery do Couto e Silva e, aos dirigentes da ARENA, dirigiu as palavras que significariam uma poderosa inflexão nos desdobramentos políticos posteriores: *lenta, gradativa e segura distensão*.[97] O paradoxo dos anos Geisel: 1974 representou o apogeu de mortes e desaparecimentos de presos políticos, junto das primeiras cassações de direitos políticos que começaram a prescrever, ao mesmo tempo em que deflagrou um repertório discursivo de abertura política, que caracterizava mais uma ambígua *abertura de portas fechadas,* essa que era instrumentalizada pelo governo. No entanto, as eleições legislativas de novembro de 1974 tiveram papel-chave na liberalizaçãodo regime (LAMOUNIER, 1980), e a mídia foi coparticipante desse sucesso (ABREU, 2005).

Como bem reforça a autora, "a oposição teve livre acesso aos meios de comunicação, tanto ao rádio como à televisãoe aos jornais, e isso possibilitou uma ampla mobilização do partido de oposição,o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)" (ABREU, 2005, p.59). Além do que, a mídia, como parte da oposição, alguns jornais como *O Globo*, por exemplo, que apoiou o regime militar, deu ampla cobertura à campanha do MDB, o que retrata o apoio do proprietário Roberto Marinho à política de abertura e, de outro lado, acabou por ser um resultado da modernização da imprensa (ABREU, 2005), que buscava se afirmar cada vez com mais ênfase: *democrática, neutra, mediadora.*

No dia 15 de novembro, data da eleição, no *Correio Lageano* os nomes dos candidatos catarinenses e seus respectivos números foram publicados em primeira página. Sem nenhuma notícia afoita, preocupada, com expectativas emocionadas ou inquietações, fossem elas de qualquer ordem. Apenas nomes e números. No entanto este cenário mudaria logo após as

---

[95] Correio Lageano, 22 de julho de 1974.
[96] Correio Lageano, 27 de setembro de 1974.
[97] Ernesto Geisel, Discursos, vol.1, 1974, p.122. (GASPARI, 2003).

apurações do pleito. Na *Folha de São Paulo*, a dedicação ao processo era maior: "o governo quer eleições, e as quer limpas, autênticas e democráticas. Considera mesmo que elas são a base do regime e por isso deseja promovê-las com amplas garantias de espontaneidade e liberdade para o eleitor". Estas foram as palavras do então senador Milton Campos, que acentuava ainda as duas ambições da *Revolução de 31 de Março*: "a primeira, a de ser uma Revolução. Segunda, a de ser uma Revolução Democrática". E através destas considerações de Milton Campos, a sucursal de Brasília ponderava alguns *causos* da política eleitoral do Brasil, remontando aos vícios eleitorais brasileiros, fraudes e inchaço eleitoral artificial, vividos nas décadas anteriores.[98] Neste esforço, uma narrativa memorialística confirmava as evoluções democrático-eleitorais na sociedade brasileira desde o início do século XX, com a pretensão de afirmar que se inaugurava uma nova relação político-eleitoral no Brasil através das ações do regime militar. Porém as notícias do dia recaíam no presente e nas tentativas de analisar como os resultados se definiriam.

A *Folha* relatava que, naquele momento, o MDB era maioria, nas bancadas federal e estadual, apenas na Guanabara (30 a 14 na Câmara e 13 a 7 na Assembleia). Mas salientava que o partido poderia superar a ARENA tanto no Acre quanto no Rio Grande do Sul, o que deveria estender-se ao novo estado do Rio de Janeiro. A narrativa frisava o crescimento da legitimidade democrático-eleitoral do regime, já que apenas no Maranhão o MDB não havia feito candidato para o Senado. Para esta casa legislativa, projeções apontavam a reeleição de doze membros: três emedebistas e nove arenistas. O jornal relatou que os dirigentes arenistas estavam preocupados no tocante ao Senado em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Acre, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Estado do Rio e Guanabara: "nos demais crê o comando nacional da Arena - triunfam os candidatos partidários ao Senado - com relativa tranquilidade". Sobre o pleito à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas, esperava "a direção arenista que o MDB só continuará majoritário na Guanabara".[99] No dia seguinte à votação, além de elogiar a eficiência da Justiça Eleitoral, a avaliação da *Folha* era de que muitas lições poderiam ser tiradas do pleito. Porém, seria possível que em seus resultados viessem a pesar "circunstâncias que a rigor configurem um injusto julgamento da ingente obra de salvação nacional que há dez anos vem sendo realizada no Brasil. As garantias dadas pelo governo, entretanto, para que esse

[98] "Eleições, uma vocação do governo" (sucursal de Brasília). Folha de São Paulo, 1º caderno, p.2, 15 de novembro de 1974.
[99] "O povo elege hoje os seus candidatos". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.6, 15 de novembro de 1974.

julgamento fosse livremente feito, são a melhor demonstração de que o País caminha para os seus destinos entregue a mãos firmes e seguras".[100]

Mas, ao contrário das previsões otimistas ensaiadas na *Folha* e da tranquilidade regular do *Correio*, aquelas eleições de 1974 acabaram por significar uma gama de vitórias do partido oposicionista nas Assembleias Legislativas, na Câmara e no Senado. A supremacia eleitoral do MDB transformou-se, a partir de 1974, num dado político fundamental. O processo eleitoral daquele ano "atuou como acelerador, sinalizando claramente para os círculos dirigentes o crescente descompasso entre sua conduta e os sentimentos de uma grande parte da população, notadamente da população urbana" (LAMOUNIER, 1980, p.7). Tornou-se um elemento substancial, até então discutível, que a partir dos resultados do processo eleitoral de novembro de 1974, a existência de um calendário eleitoral com um mínimo de credibilidade constituiu-se em oportunidade para a redemocratização no país. Quanto ao mecanismo eleitoral, "exatamente por ser altamente formal, abstrato e, neste sentido, *incerto,* ele permitiria o início cauteloso de um realinhamento". (LAMOUNIER, 1980, p.7) Em números, o MDB obteve dezesseis das vinte e duas cadeiras do Senado, crescendo também na Câmara dos Deputados, passando de 97, nas eleições de 1970, para 171, em 1974, enquanto a Arena que tinha 233 passou a ter 203.

Antes mesmo dos resultados oficiais, buscava-se algum consenso interpretativo acerca das surpresas que se avizinhavam conforme as apurações iam chegando ao fim. Uma súplica feita na *Folha* era de que "a vitória do MDB não se transformasse numa derrota futura de consequências inapreensíveis", para a ARENA. Desdobrada a frase que estava no meio de uma série de considerações sobre o momento brasileiro a advertência era a seguinte: "o governo acata, em sua plenitude, o resultado da votação de sexta-feira passada, porém não admitirá que a livre manifestação da vontade popular seja desvirtuada para fins de contestação do regime". O mesmo *porta-voz* considerava que a vitória do MDB não significava um mau julgamento dos oito primeiros meses do governo Geisel, ou da *Revolução,* mas sim uma manifestação contra a crise econômica que atingiu o Brasil - e o mundo - naqueles últimos tempos: "votou contra o custo de vida, o alto preço dos gêneros alimentícios e outras consequências do processo inflacionário". Embora admitisse a surpresa entre os arenistas e dirigentes do governo, o que muito possivelmente causaria mudanças políticas, foi taxativo ao

[100] "Com isenção e mão firme". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.1. 16 de novembro de 1974.

afirmar que não haveria alterações administrativas no governo por conta das vitórias oposicionistas.[101]

Cinco dias após a eleição, a *Folha* afirmou que, embora desfavoráveis ao partido governista, "os resultados foram bem recebidos em todos os setores e escalões do Poder Executivo". Naquele momento melhor fazia o governo aceitar e usar os resultados para legitimar seu *caráter democrático*. No entanto, os sobreavisos espalhavam-se em todas as esferas e foram divulgadas pela *Folha* a partir da declaração de uma *alta figura do governo federal*. "O desdobramento do processo eleitoral, segundo essa fonte, será muito profícuo, 'caso como todos desejam as circunstâncias indispensáveis à distensão política estejam maduras: do contrário, com o fortalecimento do MDB, teremos entrado num túnel'". Simultaneamente, "o presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, afirmava que a oposição não pretendia 'criar tropeços nem fazer guerra entre poderes; isso, aliás, seria impatriótico'".[102] Porém os resultados permitiam, com um terço da composição da Câmara, requerer Comissões de Inquérito. Segundo o deputado Freitas Nobre (MDB - SP), havia ali condições de "maior fiscalização dos atos do Governo através daquelas comissões".[103]

Nas narrativas dos arenistas, sintetizadas pelo Presidente da Comissão Executiva Regional do partido, Jacó Pedro Carolo, as interpretações deslocavam-se entre o "clima de inteira liberdade e segurança" no processo eleitoral oferecido pelo governo naquele ano à "grande vocação democrática" da sociedade que compareceu às urnas, o resultaria em um "exame de consciência" que a ARENA deveria fazer dali em diante.[104] Tanto arenistas quanto emedebistas foram interpelados pelo jornal para que fizessem suas apreciações sobre os resultados. A semana do dia 15 até o dia 22 de novembro foi carregada de depoimentos sobre as significações daquele resultado. As especulações eram infindáveis acerca dos procedimentos e ações a serem adotados em cada Estado conforme suas particularidades. Estava formulado o acontecimento na imprensa. Houve quase que uma obsessão interpretativa sobre o presente noticiado.

Se o projeto Geisel-Golbery inaugurou uma cautelosa engrenagem de movimentação rumo à abertura, as movimentações eleitorais de 1974 acabaram por se tornar um *acelerador* da redemocratização política brasileira. Elas transferiram um novo tipo de instrumento de resistência à sociedade civil e à oposição. Daquele momento em diante, poder-se-ia

---

[101] "Evitar que a vitória do MDB se transforme em derrota". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.3, 19 de novembro de 1974.
[102] "Governo não vê problema no aumento do MDB". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.1, 20 de novembro de 1974. (No mesmo dia Boris Casoy assumia a as funções de Editor Político da Folha).
[103] "Repercussão externa é favorável". Folha, 1º caderno, p.6, 21 de novembro de 1974.
[104] "Carolo: 'tirar as lições para o futuro'". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.4, 20 de novembro de 1974.

ambicionar algo além do simples *assistir a abertura movida de cima para baixo*. Porém, evidentemente, isso não foi narrado nem pelo *Correio*, nem pela *Folha*. No *Correio*, na consensual relação com o regime, as narrativas estavam abrandadas. Na *Folha*, muitas eram as menções sobre aquele presente e a ordem era evitar turbulências com uma possível censura, no entanto, apenas pela presença constante da significação da eleição de 1974 nas páginas do impresso, já se percebia uma reordenação no que se refere às práticas democráticas.

A valorização do processo eleitoral pela sociedade civil e uma oposição mais ferrenha e arguta iria tomar forma definitiva dez anos depois, durante as *Diretas-Já*. Mas ainda não havia menção aos desmandos de uma ditadura que se desdobrava em arbítrios diversos, havia o acontecimento-notícia. Notícia entendida aqui como produto simbólico que faz parte da consciência pública, permitindo múltiplas interpretações acerca de suas significações.

No que se refere à Santa Catarina, para Yan de Souza Carreirão, as eleições de 1974 representaram "uma ruptura na história eleitoral" no Estado porque "um partido de oposição às oligarquias dominantes pelo menos desde 1930, vence as eleições justamente no cargo mais elevado em jogo: o de Senador": o emedebista Evilásio Vieira foi eleito neste ano, contra o ex-governador Ivo Silveira.O MDB foi beneficiário da "insatisfação generalizada da população". Pode-se acentuar que, em particular, as camadas médias passavam a perceber uma queda em suas perspectivas de consumo. Além disso, "o processo de urbanização que se efetua na década de 70 em Santa Catarina" contribuíram para mudanças socioculturais que minaram "progressivamente as bases do arenismo" (CARREIRÃO, 1990, p.121). O eleitorado de Santa Catarina seguiu a tendência nacional. Dada a magnitude do alcance da votação no partido oposicionista, as lideranças do regime militar foram obrigadas a conviver com um cenário desfavorável, no qual a "descompressão" passou a ser uma perspectiva clara, dado que houve o "retorno a eleições mais competitivas" e a existência de "uma imprensa mais autônoma" (LAMOUNIER, 1985, p.88).

O país experimentou, naquela década, um processo de urbanização acelerado e Lages, assim como outras cidades de médio porte, não contava com a infraestrutura necessária para receber os grandes contingentes de pessoas que passaram a migrar do meio rural para as grandes cidades. Isto desencadeou, ao longo do tempo, uma série de demandas sociais e políticas que, de certo modo, pressionavam a estabilidade do regime, ao mesmo tempo em que abriam oportunidades políticas para prefeitos de oposição. O prefeito de Lages, Juarez Furtado, atribuía à vitória do MDB na zona eleitoral de Lages "à administração do povo, pelo povo e para o povo". Em seu breve pronunciamento ao *Correio*, enfatizou que sua administração governava em "estreita colaboração com a comunidade através dos seus líderes

mais autênticos".[105] Em Lages o MDB venceu a eleição amplamente.[106] O partido vinha se legitimando como oposição e adquirira representatividade, apesar de todas as restrições. Francisco Küster foi eleito Deputado Estadual e Laerte Ramos Vieira conseguiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, ambos lageanos. Numa semana de avaliações, o colunista do *Correio Lageano* que assinava como *Frecheiro das Neves* lançou suas impressões:

> Meu prezado leitor e minha adorável leitora, o cômputo final dos votos causou não só surpresa como espanto em todo o território nacional. De ambos os lados os políticos estão chocados. De um lado a ARENA, incrédula, entorpecida, aparvalhada com uma derrota que mais se assemelha ao impacto violento de um terremoto que, sem aviso prévio, sacode o solo da Nação. Não é mais uma simples derrota. De tão grande mais parece um repúdio. Na outra bancada fica o MDB boquiaberto, espantado, aterrorizado com os milhões a seu favor. Não é para menos, pois a vitória do partido oposicionista coloca em cheque o MDB – é que os eleitos vão ter que cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral. No meu entender, prometeram demais. (...) Com promessas mirabolantes conseguiram como que uma sublevação eleitoral[107].

Na campanha eleitoral de 1974 os candidatos aos cargos de Senadores, Deputados Federais e Estaduais tiveram o direito de ocupar os meios de comunicação para a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5. O aumento da população urbana significou um aumento do acesso à televisão. Salienta Alzira Abreu (2005, p.59) que se em 1964, 10% dos domicílios brasileiros tinham aparelhos de televisão, em 1984, essa porcentagem já atingia 75% das residências.

A bancada oposicionista aumentou em todas as casas. Claramente o impacto das *medidas relativamente liberalizantes* do presidente foi efetivo. A escalada oposicionista configurou duas importantes dimensões conexas: de sua parte, o MDB legitimava as eleições como meio de subverter a ordem das coisas, enquanto que a insatisfação social em relação ao regime encontrava um canal de expressão privilegiado através do voto popular, o que influenciou as ações seguintes do governo e da própria imprensa.

O levantamento de algumas questões sobre esse processo eleitoral dez anos depois do golpe e dez anos antes das *Diretas-já* aponta relações caras a este trabalho: a ressignificação dos processos eleitorais desde então reconfigurou as ações posteriores do governo, da

---

[105] "Prefeito de Lages fala sobre os resultados do pleito". Correio Lageano, 17 de novembro de 1974.

[106] Para o senado Evilásio Vieira (MDB) recebeu 30.366 votos e Ivo Silveira (ARENA) 18.606. Na Câmara dos Deputados Laerte Ramos Vieira (MDB) recebeu 25.919 votos e Luis Benjamin Pereira (MDB) 869. Já os candidatos da ARENA Evaldo Amaral 9.960 e Nilton Rogério Neves 6.468. Na Assembleia Legislativa do Estado Francisco Kuster (MDB) com 11.854 foi o único eleito, sendo que seu adversário mais, da ARENA, Newton Borges da Costa angariou 6.547. Correio Lageano, 17 de novembro de 1974.

[107] "Frechadas." 17 de novembro de 1974.

oposição, de organizações da sociedade e da imprensa. Uma nova postura da sociedade no que se refere ao regime e também uma possível identificação do eleitorado com o MDB, diante também da exaustão do "milagre econômico" já no início do governo Geisel. A estrutura demográfica do país apresentava, em 1960, 55% da população habitando áreas rurais, o que sofreria mudanças até 1980, quando a população urbana alcançou a proporção de 67%. Há uma *complexificação* das relações político-sociais e, particularmente, eleitorais na sociedade com a erosão das bases de sustentação até então predominantes. Desde então, é possível verificar o curso de "um relaxamento progressivo dos controles" e de uma "gradativa redistribuição do poder, impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral" (LAMOUNIER, 1980).

André Teixeira Jacobina (2011) fez um balanço da produção acadêmica da área das Ciências Sociais acerca dos resultados eleitorais de novembro de 1974. Na interpretação de Bolívar Lamounier, houve a identificação de um segmento assalariado e "mais pobre da sociedade com o MDB" (1980, p.39). Por outro lado, Eliézer Rizzo Oliveira e Raymundo Faoro seriam os adeptos da tese de que as eleições parlamentares de 1974 sinalizavam "muito mais um protesto contra o regime do que identificação com o MDB. O MDB estaria canalizando votos de insatisfação com o regime, e não aprovação do partido de oposição em si" (apud JACOBINA, 2011, p.3). Percepção esta que se aproxima da defendida por Fernando Henrique Cardoso quando afirma que as vitórias emedebistas "simbolizaram um protesto" (apud SANTOS, 1978, p.57). Wanderlei Guilherme dos Santos sustentou que as eleições de 1974 não tiveram um caráter atípico, mas sim as ocorridas em 1970 quando, sob uma "intimidação generalizada" e uma apatia política disseminada, estimativas não oficiais comprovaram que as taxas de abstenção, votos brancos e nulos alcançaram um percentual de 50%. Para o autor, em 1974 as eleições foram normais, com base no comportamento histórico eleitoral dos brasileiros (SANTOS, 1978).

Não cabe aqui ignorar ou eleger uma destas interpretações, mas não é possível desconsiderá-las, pois não são excludentes. Contudo, o que interessa é o seu sentido histórico, na condição de mediação e organização narrativa para a imprensa e para a própria memória então construída sobre os processos políticos.

O processo que iria desaguar na democratização brasileira inicia com vitórias marcantes do MDB nas eleições legislativas de 1974, aqui entendidas como combustor do processo de redemocratização no país. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009), no final da década de 1970 a política externa norte-americana, na administração de Jimmy Carter, tornou-se mais precisa no tópico dos direitos humanos, de modo a condenar violações

e defender o universalismo dos valores éticos e morais, com o intuito de pressionar os países liderados pela União Soviética. Este discurso veio a impactar, involuntariamente, a situação dos países latino-americanos, cujos regimes autoritários notoriamente cerceavam as liberdades políticas, sociais e culturais de suas populações e, também, passaram a quebrar os alicerces dos pilares da ditadura. Aliado a isso, a fragilidade da economia brasileira com a crise internacional do petróleo, em 1973, agravada com a guerra Irã-Iraque, redundou em estagnação e aumento de problemas sociais, modificando a percepção de parte da sociedade sobre a ditadura militar, desencadeando um descontentamento generalizado. Tais fatores combinados, entre outros, culminaram em um início do fim da euforia econômica e início do fim da legitimidade do regime que até então se propagandeava inabalável. Aos poucos a crise atingiu o cotidiano *consumista* das famílias da classe média brasileira, o que contribuiu para canalizar tal insatisfação através das urnas.

Porém, recaídas autoritárias manifestavam-se sempre que necessário. A repressão, a censura e a própria polícia política continuavam atuantes. A morte do jornalista Vladimir Herzog, inicialmente divulgada como suicídio, em 1975, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo retirou ainda mais a credibilidade do governo e aprofundou os contatos entre diferentes setores da sociedade contra o regime. A imprensa, a partir das manifestações públicas de indignação de parte da sociedade civil, ressignificou sua própria atuação diante desse acontecimento. Claramente as coisas não iam bem para os apoiadores do regime. O MDB que havia sido criado como estratégia do regime começa a caminhar com as próprias pernas e as denúncias contra os direitos humanos passam a ser uma rotina. Há uma espécie de contra-ataque vindo de diversos âmbitos e que podem ser visualizados, mesmo que em suas deformações, através da produção dos acontecimentos pela imprensa.

Visando conter os estragos, em 1976 foi instituída a Lei Falcão, alterando as permissões sobre a propaganda eleitoral. Ficou proibido aparecimento de candidatos, ao vivo, no rádio e na televisão, mas apenas através de imagens estáticas. Nesse ritmo, ocorreu o fechamento do Congresso Nacional por 14 dias, em 1977, devido a não aprovação de uma reforma do poder judiciário que interessava ao governo. Na condição, foi editado o chamado “Pacote de Abril” que visou conter o crescimento da oposição no parlamento, através de medidas que mantiveram eleições indiretas para executivos estaduais e previam escolha indireta de um terço dos membros do Senado, por meio do Colégio Eleitoral (na figura dos “senadores biônicos”), além da ampliação das restrições da Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos.

A produção jornalística do presente mantém uma correlação constante com o passado e o futuro. As *(co)memorações* de 1964, a produção de interpretações sobre a vitória oposicionista de 1974 e a fabricação de 1984 como um ano-acontecimento, tornaram necessárias as correlações ziguezagueantes entre historicidades para inseri-los numa ordem de significações e verificar os grandes ciclos narrativos engendrados no processo. Não há como negar a influência da construção narrativa que tem a imprensa como agente privilegiado. A partir de determinadas tomadas de posição, verifica-se na *Folha* e no *Correio*, no curso da semana seguinte à eleição, um esforço para reduzir o impacto do resultado eleitoral, tentando acalmar os ânimos e inventar uma atmosfera de tranquilidade do regime perante o *fato*, o mesmo que reabilitara as eleições como meio para forçar a queda da ditadura, o que desaguaria em 1984.

O ano-acontecimento 1984 além de ser fabricado no seu presente como um *marco* da política brasileira, é conformado pela memória histórica como um ano-chave de unificação da sociedade civil a favor da redemocratização. Contudo, junto a esta produção, as vitórias do MDB também marcaram um ponto de inflexão para o futuro e a própria historiografia tem destacado a importância daquele processo eleitoral. Mas, na *historicização* levada a cabo pela imprensa, o resultado eleitoral de 1974 aparece entrelaçado em meio a outros anos-acontecimento, *fatos* e datas que realçam a *aliança* sociedade civil e imprensa, estes também considerados fundantes de uma narrativa da redemocratização.

Instrumento fundamental do laço social, a memória é um dos objetos centrais de análise dos historiadores do tempo presente. Praticada, sobretudo, em países como a França, onde os atores históricos são os sobreviventes das tragédias do século XX, a chamada "história social da memória" vem tentando problematizar a memória através da sua inscrição na história (SILVA, 2002). Nesse sentido, ao passo que reforçam um laço social, apagam-se da lembrança as situações constrangedoras como, por exemplo, "nos "500 anos do Brasil", os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história, e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o 'paraíso tropical' e o 'país do futuro')" (SILVA, 2002).

Instrumento fundamental do laço social, a memória é um dos objetos centrais de análise dos historiadores do tempo presente. Praticada, sobretudo, em países como a França, onde os atores históricos são os sobreviventes das tragédias do século XX, a chamada "história social da memória" vem tentando problematizar a memória através da sua inscrição na história (SILVA, 2002). Nesse sentido, ao passo que reforçam um laço social, apagam-se da lembrança as situações constrangedoras como, por exemplo, "nos '500 anos do Brasil', os

massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história, e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o 'paraíso tropical' e o 'país do futuro')" (SILVA, 2002).

Ainda assim, o valor simbólico do acontecimento dito "fundador" — a "revolução" de 1964 —, foi vivido em seu entrelaçamento com outras memórias e construções simbólicas de acontecimentos específicos ligados aos movimentos de resistência. Foi assim que as mortes dos estudantes Alexandre Vannuchi Leme (aluno da Geologia da USP e militante da ALN), o 'desaparecimento' de Honestino Guimarães (último presidente da UNE na clandestinidade) e a morte do estudante secundarista Edson Luís em 1968, traçaram um calendário de (co)memorações próprio das dissidências da ditadura em vista de torná-los atos políticos simbólicos no combate ao regime (MÜLLER, 2011). Maria Helena Capelato afirma a existência de "uma luta da memória contra memória". As memórias "são objetos de disputas e conflitos nos quais os participantes desempenham papel ativo como produtores de sentidos nessas lutas". Nesse caso, na medida em que o passado é *(co)memorado*, a intenção é "estabelecer, convencer, transmitir uma narrativa que possa ser aceita". (CAPELATO Apud MÜLLER, 2011).

As datas das mortes dos estudantes que serviram como pontos de referência para a militância de combate à ditadura, foram ressignificadas: "a memória histórica sobre a morte dos estudantes foi construída a partir de seu 'peso', e a escolha e a maneira de utilizar esse passado oscilaram entre momentos de maior ou menor visibilidade de acordo com a situação vivida" (MÜLLER, 2011). Destarte, a ressignificação de memórias e da própria "ordem do tempo" das datas comemorativas, é constantemente reelaborada e tem atribuições diversas dependendo do grupo e da conjuntura que a percebe.

Retomar as *(co)memorações* nos dias 31 de março e 1º de abril no primeiro decênio do golpe e no seu aniversário de 20 anos, deu vazão a que procurássemos indícios, nessa janela ampla que é a data comemorativa, para entendermos as representações de um passado que fornecia bases legitimadoras ao presente. Em 1974, a abordagem positiva da *Folha* e do *Correio* para com o tempo inaugurado em 1964 é inegável, mas em 1984 a *Folha* buscou encerrar aquele passado, enquanto o *Correio* manteve-se respeitoso para com a "revolução". Imprescindível chamar atenção para as centenas de jornais regionais que circulavam no Brasil e que talvez seguissem a mesma lógica do *Correio*: as campanhas pelas *Diretas-Já* conformaram um *momento histórico*, mas nem por isso o passado sofreu alterações.

A contendo, as comemorações buscam, pois, "nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro". Em outros termos, como adverte Helenice Rodrigues da Silva (2002), "a comemoração das datas

nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica". *1964*, antes alvo de exaltações, passou a ser um passado hostilizado. Da mesma forma como havia iniciado um ciclo, deveria ser encerrado pelo futuro inaugurado por *1984*: a redemocratização brasileira. Nesses termos, *1974* serviu como inflexão da construção da memória de *1964*. A partir dali, a data comemorativa *31 de março* seria, em determinados meios de comunicação, a passos largos, ressignificada. Mas, como foi possível perceber através do *Correio Lageano*, em certos veículos, *1964* continuaria a evocar uma memória história laudatória, mesmo após os resultados eleitorais de 1974, porém, os arranjos da redemocratização, a ressignificação do processo eleitoral e a reconfiguração narrativa, mesmo de modo ambíguo, também passariam a fazer parte do repertório do jornal.

3. Capítulo 2: Sob a feitura dos nós: Os ritmos e as narrativas da redemocratização em escala municipal

As trajetórias políticas em Lages, nos anos da chamada redemocratização, foram a primeira vista, paradoxais. Mas, um olhar mais detido sobre o que se passou na cidade durante a década de 1970, pode servir como meio para, em escala reduzida, compreender a complexa trama deste processo cujo ritmo histórico dependeu em certa medida da convivência entre mecanismos de controle social através de redes político-familiares mantidas no município, da importância crescente dos processos eleitorais no decorrer da transição da ditadura para um regime político-democrático e da própria participação popular no decorrer das mudanças institucionais e, também, narrativas que se manifestavam em diferentes níveis. Neste capítulo, tendo as movimentações políticas de Lages como bússola, aborda-se a engrenagem político-eleitoral da cidade a fim de compreender a dinâmica da redemocratização a partir de outro ângulo de observação.

Jacques Revel propõe uma estratégia de conhecimento que privilegia o jogo de escalas, afirmando que o historiador precisa ter "a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da grande história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa". O problema aqui não seria "opor um alto e um baixo, o grande e o pequeno, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise", ou da escala de observação (REVEL, 1998, p.12). Por esta variante, buscando alguns indícios sobre as diferentes narrativas que envolveram a transição política brasileira e a crescente importância das eleições no que se refere às movimentações nacionais, como salientado no capítulo anterior, adentraremos em particularidades de uma *pequena política* em uma cidade de porte médio da região serrana de Santa Catarina, numa análise que assinala o calendário eleitoral como fenômeno estratégico da trama da redemocratização. Tal ressignificação envolveu mudanças das ações do Estado e na atuação da imprensa de abrangência nacional no que se refere às modificações acerca da percepção que se construía sobre o *tempo inaugurado* pelo ano-acontecimento 1964.

Dentro da perspectiva dos jogos de escalas, uma das direções de pesquisa sugeridas por Revel é aquela que convida a reformular a análise sócio-histórica em termos de processo ao retomarmos as linguagens dos indivíduos e que façamos dela "um indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o da construção de identidades sociais plurais

e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança, etc.)". Segundo o autor, isso "impõe de fato um recolhimento de observação" (REVEL, 1998, p.25).

Nessa *rede cerrada de relações*, a permanência do patronímico Ramos em posição central na correlação de forças políticas e os laços de compadrio daí formados são temas inseridos no âmbito de consagrados estudos acerca do chamado Brasil tradicional. A hierarquia familial, própria da estrutura do patriarcalismo latifundiário e que fora mantida independente e autossuficiente desde os tempos coloniais, sofreria transformaçõesdurante o século XX com a ocupação de funções políticas, estabelecendo uma marcante fluidez entre as dimensões do público e do privado. Nesta órbita, despontaram em Lages, como lideranças políticas, grandes proprietários rurais, tendo à frente uma rede de compadrios que circundava a família Ramos.

De acordo com o estudo genealógico publicado sob a encomenda de integrantes da própria família, o tronco principal iniciou no século XVIII, na freguesia de São Miguel da Terra Firme (hoje no município de Biguaçú – SC), quando do nascimento de Laureano José de Oliveira Ramos, filho de emigrantes do Arquipélago dos Açores. No início do século XIX, Laureano Ramos deslocou-se com esposa e filhos para a região campeira de Lages. Junto com Maria Gertrudes de Moura teve nove filhos, quarenta e um netos e mais de quatrocentos bisnetos. A família enriqueceu com a posse de terras nas quais mantinham uma numerosa criação de gado, tornando-se o patriarca uma liderança socioeconômica na região (RAMOS FILHO, 2002).

No decorrer do século XX, a atuação política da família fora bastante intensa, seja no âmbito regional e/ou estadual, mantendo-se através de lideranças com sólido respaldo eleitoral em circunstâncias político-partidárias diversas. Tanto durante a Primeira República, no transcorrer do Estado Novo (1937-1945) ou na experiência democrática subsequente (1946-1964), a presença do patronímico nos ditames político-eleitorais em Santa Catarina e, mais precisamente, no município de Lages, sempre esteve em destaque. Respaldo solidificado, ademais, pela atuação a nível nacional do lageano Nereu Ramos, Vice-presidente da República de 1946 a 1951 e Presidente da República por algumas semanas no final de 1955, quando da deposição do então presidente Carlos Luz, que substituíra Café Filho. Naquela circunstância o cargo coube a Ramos, então Vice-presidente do Senado.

Em Lages, os representantes de seus interesses alternaram-se no cargo executivo municipal durante o decorrer do século XX. Apesar desta constante rotatividade, o resultado das eleições municipais ocorridas em 1972 com a vitória do MDB sobre a ARENA, partido

este que congregava a maior parte dos integrantes da família e seus apoiadores, acabou por modificar um quadro político que parecia sólido e bem articulado na região. Durante a campanha eleitoral de 1972 esmaeceram-se em dissensões intrapartidárias as linhas que formavam a urdidura da rede de atuação da família Ramos dentro da ARENA. As antigas práticas apoiadas na força política dos fazendeiros da região foram dificultadas pelas novas condições criadas através das transformações industriais e urbanas, que permitiram o advento de novos atores no cenário eleitoral, impulsionando também a composição de oposições em diferentes níveis às práticas clientelísticas que prevaleceram na cidade e que enraizaram os laços políticos da família Ramos no executivo lageano.

Um movimento denominado de *Lages Pró-Lages*, amplamente noticiado pelo *Correio Lageano*, fez parte das estratégias de articulação da ARENA para a escolha de nomes que representassem o partido nas eleições municipais que se aproximavam. Pretendia produzir uma rede de apoios mútuos entre "grupos de empresários, homens de negócios, profissionais liberais, estudantes e operários", tornando possível a adesão de classes diversas aos objetivos do partido. Além de "formar grupos comunitários em cada bairro, constituídos de pessoas de destaque", as quais auxiliariam na atuação esparsa do partido[1]. Até o mês de junho, segundo o *Correio Lageano*, o movimento, iniciado em fevereiro, contava com aproximadamente 170 empresários e inúmeros profissionais liberais.[2] Através do jornal, Áureo Vidal Ramos convidava que mais pessoas aderissem e destacava que o movimento era feito "verticalmente visando atingir TODA a coletividade". Dentre os objetivos, narrava-se:

> 1. Uma coletividade melhor. 2. Uma Lages maior. 3. Uma posição melhor para Lages na comunidade catarinense. A dinâmica se processa nos seguintes moldes: 1. descer às camadas inferiores e fazer com que elas subam em têrmos de idéias e ideais até um nível que permita um crescimento ordenado e sério. 2. Descobrir líderes com os requisitos acima referidos e permitir que eles se afirmem ao meio em que vivem[3].

Os dirigentes da ARENA buscavam adequar-se às necessidades e aspirações de uma Lages em transformação, com o aumento expressivo da população da área urbana, que passou de 33% na década de 1960 para 70% em 1970 (SILVA, 1994, p.33). Os trabalhadores urbanos aumentavam sua importância demográfica e política, o que diluía as velhas relações interpessoais e até mesmo afetivas entre os personagens que ditavam os destinos da política eleitoral e os eleitores.

---

[1] Correio Lageano, 31 de maio de 1972.
[2] Correio Lageano, 8 de junho de 1972.
[3]Correio Lageano, 10 de junho de 1972.

Quando da homologação dos candidatos, cada um dos partidos lançou duas sublegendas.[4] A ARENA sancionou os nomes de Newton Borges da Costa, conhecido como Tom Costa, junto com João D'Ávila Vieira, além de Remi Goulart com João Argom Preto de Oliveira.[5] Quanto às movimentações partidárias emedebistas, eram poucas as notícias produzidas. Sempre muito discretas ganharam maior amplitude quando foram decididas as candidaturas: em uma sublegenda, Laerte Ramos Vieira e ClitoZapelini Neto e, na outra, Juarez Furtado e Dirceu Carneiro.[6]

A oposição decidiu utilizar então o sistema da sublegenda "mesmo a 'contragosto', mas sem escrúpulos, com uma arte de combate à ARENA". A informação está presente no *Correio Lageano*, quando divulgou a participação do partido oposicionista em 130 municípios de Santa Catarina. DejandirDalpasquale, presidente do Diretório regional do MDB, afirmava que o partido tinha a expectativa de vencer as eleições em "cerca de 50 prefeituras", o que dobraria o número de cidades sob seu comando, "dentre elas algumas estratégicas".[7] O MDB pretendia crescer, mas as possibilidades de sucesso justamente em Lages, reduto dos Ramos, pareciam remotas.

No jogo de palavras difundido pela propaganda do governo, o *Correio Lagean*o, casava as dinâmicas políticas arenistas do município com as propagandas vinculadas pelo governo federal. A publicidade eleitoral que circulava quase que diariamente durante o processo de 1972, em favor das sublegendas da ARENA, durante a campanha, contava com a imagem de placas de trânsito com indicações de "siga em frente". Naqueles idos de 1972, em plena ebulição do "milagre econômico" - baseado em notícias cada vez mais otimistas - havia uma narrativa consensual no *Correio Lageano* que enaltecia o partido do governo.

A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) era então órgão responsável pela propaganda ideológica do regime, dando os contornos à feição do *Brasil Potência*. O trabalho da AERP mostrava um país diferente daquele que, àquela altura, vivenciava ações de repressão contra mobilizações de resistência e, particularmente, contra os grupos clandestinos em luta armada. O aparato repressivo do Estado, por sua vez, esteve em franca atuação justamente durante o governo Médici. Mas o que se destacava em grande parte da imprensa brasileira, incluindo aqui o *Correio Lageano*, não era a versão brasileira desta "guerra suja",

---

[4]As sublegendas foram um recurso eleitoral utilizado no Brasil pelo regime militar, que permitia que um partido político apresentasse mais de um candidato pela mesma agremiação, computando-se os votos a eles dados para a legenda partidária. Este recurso foi uma estratégia para que as correntes divergentes que se uniram em torno da ARENA pudessem coexistir dentro de um único partido, entretanto o MDB também fez uso do mesmo artifício.
[5] Correio Lageano, 25 de agosto de 1972.
[6] Correio Lageano, 29 de agosto de 1972.
[7] Correio Lageano, 19 de agosto de 1972.

mas sim o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a consolidação de uma classe média com alto poder de compra, além do comemorado controle da inflação (embora na casa dos 20 a 25% ao ano). Progressos estes aventados pelas narrativas sobre golpe civil-militar, segundo o *Correio Lageano*, "acontecimento de grande relevância para a nossa pátria":

> É preciso que tenhamos presente o quadro de angústia e ameaçador que vivia antes o Brasil, com a pregação do ódio, da inversão de valores, e degradação dos costumes e a desmoralização das autoridades. A lembrança daqueles dias tenebrosos antes de 31 de março de 1964 é lição que nos deve estar presente, sobretudo agora, quando a nação está caminhando firme e determinantemente rumo ao progresso e aos seus ideais de nação rica e desenvolvida.[8]

Diante do quadro otimista, percebe-se que o aniversário do golpe civil-militar mais uma vez permitiu o uso político do passado e dotava o presente de sentido histórico em direção ao futuro. Não o futuro incerto da redemocratização, mas a consagração de um progresso que remontava a 1964. O quadro anterior ao golpe compunha uma narrativa em tons obscuros e tenebrosos. Aquele sim, passado a ser esquecido naquela conjuntura:

> No Brasil depois de 1964, as mudanças profundas e necessárias que ocorreram vieram libertar os impulsos criadores do povo, fazendo o país ingressar nas correntes de um processo histórico evolutivo, que ninguém mais pode barrar e que requer permanente revisão na escala das prioridades e exigências nacionais. [...[O regime de 31 de março veio para desengajar o Brasil de hábitos negativos e que se enraizavam no passado e que ainda procuram estorvar o esforço de tornar o País contemporâneo de seu próprio futuro. Veio também para atender aos reclamos da segurança social, segurança econômica e segurança política que estão sendo equacionados e resolvidos, um a um dentro de uma filosofia de desenvolvimento com justiça que caracteriza as sociedades progressistas. O regime tem cumprido o ideário da Revolução de março. E por isto, não abre mão de nenhum de seus instrumentos de ação, nem permite a alteração das regras que o compõem. O povo brasileiro confia no regime que está promovendo a modernização das estruturas nacionais e fazendo o Brasil surgir no panorama internacional como nação digna e respeitada. E confia no governo que o representa e que promove a segurança econômica, aumentando a produção agrícola e industrial, diminuindo o surto inflacionário, expandindo o comércio externo, ampliando as reservas de divisas e aumentando o volume de emprego. [...] Essas premissas de democracia econômica e social dão ao povo a indispensável segurança política, desvendando-lhe horizontes tranquilos, para trabalhar em paz.[9]

Entrelaçada a essa retórica que engrandecia o regime e qualificava o golpe de 1964 como um salvador daquele passado de *sombras*, a frase "Lages vive um momento histórico", acentuava no *Correio* a propaganda política arenista. A cidade teria um único caminho a seguir: "afinado com o governo federal e estadual, a revolução que trouxe um clima de paz e

---

[8] Correio Lageano,30 de março de 1972.
[9] O Brasil emergente. Correio Lageano, 23 de julho de 1972.

tranquilidade para todo o país".[10] A narrativa construída era aquela vinculada à revolução, aos dias inaugurados em 1964, heroicizada pelos resultados do "milagre". Naquele ano, com as comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil, reminiscências foram amplamente mobilizadas, envoltas a um *presente-progresso*. O *Correio Lageano* também orquestrou as memórias que legitimavam um passado consagrado específico:

> A figura de Tiradentes encarnou a expressão mais legítima dos anseios de justiça e de liberdade do povo brasileiro. Todavia, estes anseios vinham de mais longe, já estavam latentes nas manifestações nativistas, na expulsão do invasor estrangeiro ou nas lutas fronteiriças. E todos esses movimentos que já detonava a formação de uma consciência nacional brasileira bem nítida, deixaram como ensinamento que a soberania de um povo não é um simples ato de volição. Ela precisa ser conquistada e depois disso preservada e ampliada, pelo trabalho, pelo talento, pela capacidade de renuncia e se preciso for pelo holocausto. [11]

O uso da palavra holocausto fornece indícios das narrativas construídas para que reafirmar a ideia de que *o mal vinha para o bem.* Janaína Cordeiro salienta que aquele ano de euforias "oferecia uma determinada visão do passado e expectativas de um futuro promissor, a partir de um presente no qual as pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas". E enfatiza: "o trabalho e a obediência às normas e às instituições do presente significavam o respeito pela Pátria, pela sua história e pelos grandes homens da Nação e ao mesmo tempo, a construção de um futuro próspero" (2012, p.303).

> O encontro cívico nacional da tarde de vinte e um de abril marcou a magnitude do momento histórico que o povo brasileiro está hoje vivendo, pela invulgar capacidade de trabalho que tem demonstrado e pela mobilização da inteligência nacional entorno dos objetivos superiores da Pátria. A coesão do povo em torno destes objetivos responde pelos resultados de que todos nos orgulhamos. [...] Este é o verdadeiro sentido de uma Nação, aquela que estamos construindo dentro de nosso espaço geográfico e com a qual já sonhavam os precursores de nossa independência. E foi com este compromisso que o Presidente Médici pediu a todos os brasileiros, para que possamos legar às gerações futuras uma Nação ainda mais engrandecida.[12]

Um texto do jornalista Murilo Marroquim, publicado no *Correio*, destacava a "nova fisionomia da política brasileira", na qual seria possível perceber "uma espécie de conflito entre militares políticos e civis políticos".

> A revolução de 1964 é militar, mas não é militarista, guarda as proporções inerentes ao espírito do povo e às tradições democráticas do país. Jamais a palavra democracia terá sido tão empregada pelos chefes militares. Uma democracia para os tempos

[10] Correio Lageano, 10 de outubro de 1972 e 8 de novembro de 1972.
[11] "Garantia das liberdades". Correio Lageano, 17 de maio de 1972.
[12] Correio Lageano, 23 de abril de 1972.

> novos, auto-defendida, disciplinadora, de modo a alcançar em menor prazo, sua plenitude jurídica. [...] a limitações dos poderes dos parlamentares é um fenômenos natural de todos os processos revolucionários em qualquer parte do mundo[13]

Nesta lógica de consenso e de otimismo, as eleições apareciam como meio para sublinhar a efetividade daquele presente e sua consolidação futura. Filinto Muller, presidente da ARENA, em meados daquele ano, pedia que o quadro eleitoral fosse "cuidadosamente examinado", afim de que as estacas políticas não encontrassem "ao invés de rochas, um sorvedouro fatal", ao defender a participação em contraposição ao imobilismo político:

> Vimos assistindo o fluir das águas políticas, às margens delas, indiferentes, como massa popular. Ora, é evidente que este comportamento é errado, e que nossas perspectivas históricas começam a exigir a ação do povo, através de uma ampla participação. [...]. O processo revolucionário visa reformar os quadros de comando. Cumpre ao esquema do poder, com a colaboração partidária, desencadear um novo processo político brasileiro.[14]

O processo eleitoral servia como meio para que a democracia permeasse a retórica das lideranças ditatoriais. Manter o partido consentido vivo era de amplo interesse do regime. O partido de oposição não aglutinava forças políticas que ameaçassem a ditadura até então, mas sua existência era nota fundamental para a orquestração da ditadura que se dizia contra o *imobilismo político*.

> Por paradoxal que pareça, o governo revolucionário necessita de uma oposição e gostaria mesmo que ela crescesse um pouco mais. É a oposição através das tribunas parlamentares que dá ao governo sua feição democrática a contrapor-se às limitações conhecidas. Quando em reuniões internacionais a oposição de faz representar e esses representantes mantendo a coerência quanto à política interna, têm colaborado para desfazer muitas lendas a nosso respeito, propagadas no exterior. [...] o governo está inteiramente tranquilo, com obras de vulto aqui mesmo e com uma política externa agressiva e fecunda. A ARENA controlada e sob a liderança experiente do Sr. Filinto Muller dará o seu recado político aos municípios. E o MDB? A oposição possui uma tremenda responsabilidade perante a nação: a de não morrer. Os desencantos, as frustrações, a incapacidade de vitórias próximas sequer razoáveis, não devem mutilar o partido. [15]

Certa segurança permeava as hostes governistas, o que incluía os partidários em Lages. A ARENA era favorecida pela propaganda do regime e pela própria presença dos tradicionais líderes políticos lageanos em seus quadros. Porém, naqueles idos de processo eleitoral, fora publicado um ofício encaminhado pela sublegenda de Remi Goulart ao Presidente do Diretório Regional da ARENA, com a renúncia dos candidatos. Em tal ofício,

---

[13] MARROQUIM, Murilo. "Política". Correio Lageano, 1º de novembro de 1972.
[14] "Participação". Correio Lageano, 25 de julho de 1972.
[15] "Congresso". Correio Lageano, 18 de agosto de 1972.

os então ex-candidatos afirmaram terem sido burladas suas "esperanças e ideais por injustificadas indecisões e atitudes protelatórias do apoio de alguns companheiros e paralelamente pela ação de interesses pessoais e de grupos que, sem medir meios e consequências, objetivam chegar ao poder". Afirmavam serem úteis e benéficas suas renúncias aos "altos desígnios da Revolução redentora de 1964".[16] Ficou então a ARENA com o desfalque de uma sublegenda, o que poderia gerar dificuldades para agregar a diversidade de interesses que circundava o partido na cidade, em benefício das duas sublegendas emedebistas.

Ainda no decorrer dos meses que antecederam o processo eleitoral, curiosamente dois dias após um almoço repleto de pompas que havia reunido personalidades da ARENA, com a presença do governador Colombo Sales no município, na primeira página do *Correio*, a pedido, foram noticiadas mais renúncias no Diretório Municipal da ARENA:

> "Exmo. Sr. Dorval Macedo Diretor do Diretório Municipal da ARENA. Prezado Senhor: Profundamente consternado com a atitude que vem tomando a maioria dos Membros do Diretório Municipal da ARENA, sobretudo a hostilidade e marginalização de velhos e denodados companheiros de inúmeras lutas em prol da nossa causa política, apresento com este, a minha renúncia em caráter irrevogável do cargo de delegado político. Cordiais saudações, Ary Candido Furtado".

Sebastião Muniz dos Santos, Ruy Zapelini e Renato Vieira Valente renunciaram pelos mesmos motivos.[17] Em resposta a tais atitudes, um mês depois, a ARENA informava, através do jornal, que suas fileiras estavam fortalecidas com a conquista de novas e decisivas adesões para assegurar uma "plataforma planificada de desenvolvimento de 20 anos em Lages em apenas 4 de governo". Foi publicada uma carta do senador Filinto Muller, dirigente máximo da ARENA, indicado pelo presidente Médici que, desde janeiro de 1972, anunciava ser a "unidade partidária e a reunião de todos num bloco sólido sua meta prioritária" [18], insistindo que fossem redobrados os "esforços de campanha na última semana".[19]

A artificialidade dos partidos criados após o bipartidarismo insuflava as disparidades internas. Quanto à ARENA, se o partido foi inventado pelo regime militar, Lúcia Grinberg ressalva que "seus membros não o foram" (GRINBERG, 2004, p.181). Grande parte das lideranças que formavam o partido vinha do período anterior ao bipartidarismo e seus integrantes mantinham vínculos e redes de sociabilidade que remontavam ao sistema partidário anterior, quando o UDN e PSD dominavam o cenário político. Antigos chefes

[16] Correio Lageano, 1º de setembro de 1972.
[17] Correio Lageano, 8 de novembro de 1972.
[18]Correio Lageano, 25 de janeiro de1972.
[19] Correio Lageano, 12 de novembro de 1972.

partidários dissentiam de uma nova geração que pretendia “modernizar Lages” (SILVA, 1994).

Mas as divergências ocorriam em ambos os lados. Um mês depois da renúncia da segunda sublegenda da ARENA, foi publicada, também a pedido, uma declaração de Álvaro Ramos Vieira, irmão do candidato pelo MDB à prefeitura, Laerte Ramos Vieira, que mesmo com tal sobrenome, por divergências que haviam sido criadas décadas antes, nos desdobramentos da Revolução de 1930, mantinha uma atuação partidária desvinculada da família Ramos. Álvaro Ramos declarava publicamente seu alinhamento à candidatura de Tom Costa, da ARENA.

É possível notar a existência de uma poderosa máquina eleitoral na região lageana baseada em uma organização política de base familiar e que atuava em ambos os partidos a partir de divisões que ocorreram décadas antes. As discórdias internas da família formavam um cenário bastante singular para o posterior desdobramento da política partidária em Lages. As relações estabelecidas no seu interior não permaneciam sem desavenças e as polarizações extrapolavam a relação familiar, perpassando a composição política. As dissensões internas iniciaram entre os irmãos Vidal de Oliveira Ramos e Belisário Ramos no inicio do século XX e foram agravadas com o rompimento entre os primos Nereu e Aristiliano Ramos, filhos de Vidal e Belisário, respectivamente, quando da disputa para o governo do Estado em 1935.

Após tais desavenças, uma parcela da família manteve-se em organizações partidárias distintas do grupo ligado diretamente a Nereu Ramos (FÁVERO, 2010). Tais dissidências familiares influenciaram os arranjos políticos por ocasião das reformas partidárias ocorridas no século XX. No pós-1945, por exemplo, Carlos Alberto Silveira Lenzi sustenta que tanto o PSD quanto a UDN firmaram-se “pelas bases sólidas do poder local”, ou seja, foram “montados nas estruturas do republicanismo (e dissidências) onde o mandonismo coronelístico predominava” (1983, p.137). O PSD foi, na época, o partido controlado pelo seguimento mais influente da família Ramos, tendo à frente Nereu Ramos. Mas também a UDN teria a participação daquela rede familiar. Posteriormente, apesar das mudanças no palco político nacional, com a imposição do bipartidarismo em 1965, as características peculiares das redes de relações políticas de Lages continuaram a influenciar o cotidiano do poder público do Estado, tanto na ARENA quanto no MDB, embora neste com muito menor destaque.

Os bastidores da campanha acentuavam as divisões históricas dos Ramos. No jornal, Álvaro Ramos Vieira procurou, à sua maneira, delimitar os questionamentos à sua postura: “O Alvinho [Álvaro Ramos Vieira] não é irmão do Laerte [Ramos Vieira], e este não é agora, um

dos candidatos à Prefeito? E não é bom candidato? O que aconteceu? Brigaram? O Alvinho está contra o Laerte?"

Respondia então dizendo que Lages deveria vir primeiro e seria necessário que Laerte não descesse da posição que ocupava na Câmara dos Deputados, pois deveria concentrar seus esforços na continuidade do asfaltamento da BR-282.[20] Afirmava então estar "com o único candidato que não tem interesse de fazer de Lages e de sua gente um escoro, um degrau ou um trampolim político, com vistas às eleições futuras". Convidou os lageanos a perfilar-se com o único candidato que "se articulou com a classe empresarial pleiteando e conseguindo sua colaboração, para poder solucionar os sérios problemas oriundos da falta de mercado de trabalho com a implantação de um parque industrial" que dará vagas e melhores condições de vida às famílias pobres e aos desempregados dessa região.[21]

E pronunciava que a população deveria estar com o único candidato cujo voto, "não corra o grave risco de se transferir a quem não reúne as condições mínimas e indispensáveis para governar o nosso Município". Para Álvaro Ramos Vieira, seu irmão Laerte, não deveria deixar o cargo de Deputado Federal, principalmente sabendo "que a sua participação como candidato neste pleito, foi colocada somente para fazer a vontade dos políticos, que fizeram esta trama invocando a fidelidade partidária, apenas para que seus votos fossem somados a outrem". Perpassa no discurso de Álvaro o receio de que os votos de Laerte pudessem servir para eleger Juarez Furtado, o qual não apresentaria "as condições mínimas e indispensáveis para a ocupação da chefia do nosso Poder Executivo".[22]

As desavenças foram infladas quando ocorreu a renúncia da sublegenda de Remi Goulart da ARENA, por sua vez, ligado ao esquema oligárquico da família Ramos, de acordo com informações de Francisco Küster e Dirceu Carneiro (SILVA, 1994; FÁVERO, 2010). Sem espaço na ARENA, Emília Ramos, viúva de Vidal Ramos, o Vidalzinho, prefeito de Lages entre 1947 e 1951, passa a apoiar o candidato do MDB, Juarez Furtado. Juarez Furtado era filho de Dorvalino Furtado, antigo cabo eleitoral de Vidal Ramos - o tio Vida - e compadre de Nereu Ramos.

Após os impasses que atingiram ambos os partidos, Juarez Furtado foi eleito novo prefeito do município de Lages. Com diferença de 5.651 votos. O MDB obteve o total de 23.795 votos. Juarez e Dirceu: 13.132; e Laerte e Clito: 10.663. A ARENA obteve 18.144 votos, todos referentes à única sublegenda. O total de votantes foi de 44.222, sendo 773 votos

[20] Correio Lageano, 1º de outubro de 1972.
[21] Correio Lageano, 1º de outubro de 1972.
[22] Correio Lageano, 1º de outubro de 1972.

em branco e 849 nulos. Foi a primeira vez que a oposição venceu as eleições em Lages, "como não poderia deixar de acontecer, foi ruidosamente festejado durante toda a noite de ontem", acentuava o *Correio*.[23]

A vitória de Furtado, dadas às condições sob as quais ocorreu, pode ser compreendida a partir da interpretação de José de Souza Martins, para quem as relações de poder no Brasil são perpassadas por mecanismos de negociação entre "os poderosos e os ricos" e que se exprimem, segundo o autor, na ambiguidade entre formas de ação política tradicional e demandas por inovação. Em suma, "os políticos tradicionais e oligárquicos fazem política e se revigoram politicamente tornando-se indispensáveis através de instituições modernas". O acesso ao poder depende do pagamento de determinados "pedágios" às práticas tradicionais. As mudanças, quando ocorrem, são levadas a cabo justamente pelos que não as propuseram inicialmente e que determinam um ritmo próprio para a realização de qualquer programa de reformas políticas e sociais (MARTINS, 1999, p. 28-49).

Remi Goulart e João Argon Preto de Oliveira possuíam fortes vínculos com a família Ramos: eram antigas lideranças do extinto PSD, com influência na ARENA. Ao retirarem-se da campanha, de certo modo, afastavam parte da influência dos Ramos no pleito. Em depoimento concedido em 2010, Francisco Küster, um dos dirigentes do MDB lageano à época, mencionou que se não houvesse a renúncia de Remi Goulart, a chance de vitória emedebista seria pequena. Mas, com a renúncia de seus prepostos no interior ARENA, os mais influentes integrantes da família Ramos passaram a apoiar aberta e publicamente a candidatura de Juarez Furtado (FÁVERO, 2010). O alinhamento de Emília Ramos, viúva de Vidal Ramos Júnior, o Vidalzinho, ex-prefeito de Lages e muito *afamado* politicamente na cidade, foi um dos elementos decisivos para os desdobramentos eleitorais.

Cabe aqui referir-se ao estudo de Jeremy Boissevain (1987), acerca das formas através das quais as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas. Certos indivíduos, vistos como empreendedores sociais procuram manipular suas relações para atingir metas e resolver problemas na organização e na dinâmica de coalizões que constroem para atingir seus fins. Ou seja, estas relações são construídas por indivíduos e devem ser encaradas não apenas através da estrutura partidária, mas sob os signos de comportamento que movem questões pessoais. Porém, sem esquecer que "os motivos confessados de um puro interesse próprio não podem ser revelados para justificar uma ação perante os outros", pois a "ação pragmática é revestida de roupagens normativas para se tornar aceitável" (BOUSSEVAIN, 1987, p.197 - 200).

[23] Correio Lageano, 17 de novembro de 1972.

A integração de vínculos e interesses familiares contribui para sustentação de atores que se revezam no ambiente político. Esta complexa trama de interesses pessoais, sociais, econômicos e políticos manifestam-se em laços estreitos entre os atores que fazem parte da cena política, onde os espaços confundem-se e delineia-se a imbricação entre o público e o privado. Neste sentido nota-se que, segundo Eric Wolf, "a estrutura formal de poder político e econômico existe em justaposição, ou entremeada com vários outros tipos de estrutura informais que lhes são intersticiais, suplementares e paralelas". Ou seja, são arranjos que se mantêm junto ao sistema, "na medida em que a integração da sociedade é promovida por certos grupos que arrastam atrás de si um grande número de outros alguns grupos dão o ritmo e o tom da formação de novos padrões". (WOLF, p.94)

Tal permanência resultava das relações sociais que se estabeleciam tanto no âmbito privado como nas lógicas próprias da competição partidária. O comportamento coletivo e as iniciativas individuais somavam-se para desdobrar-se nos processos políticos. As dissensões intrapartidárias esmaeceram, durante a campanha eleitoral, as tramas que formavam a urdidura da rede que favorecia a atuação da família Ramos. Mesmo debilitada, esta estrutura de poder foi decisiva para a candidatura de Juarez Furtado. Acentue-se que isso não se constituía em algo inusitado, pois a família de Furtado também tinha ligações com o antigo PSD, devido à atuação do seu pai no extinto partido de Nereu Ramos. Inclusive Áureo Vidal Ramos, prefeito em atividade naquele momento, transferiu seu apoio a Furtado. No próprio *Correio Lageano*,uma nota informava que "Tom Costa é de família ilustre, mas nada fez pela terra".[24] Ou seja, a primeira grande vitória da oposição em Lages ocorreu por intermédio de um sistema de distribuição do poder político que, ao fim e ao cabo, continuava a atuar e a ser decisivo. O prestígio dos Ramos mantinha-se através das suas bases firmadas décadas atrás na política regional, mas também estadual e federal. Juarez Furtado fora um dos muitos, pelo país afora, que se filiara ao MDB por não encontrar oportunidade na ARENA (ALVES, 1980). Os irmãos Álvaro e Laerte Ramos Vieira, que fizeram parte do início da organização da oposição em Lages, tinham bases udenistas, o que remetia às dissensões familiares do início do século XX. A vinculação partidária anterior ao Ato Institucional Número 2 (AI-2) afetou o comportamento político do MDB, mantendo práticas advindas das antigas tradições.

Áureo Vidal Ramos, Renato Vieira Valente (vice-prefeito), Manoel Antunes Ramos e Hildebrando Nilton Reis foram excluídos da ARENA em função de sua alegada infidelidade partidária, após apoiarem o candidato Juarez Furtado do MDB. Além disso, "a pedido", foi

[24] Correio Lageano, 18 de agosto de 1972.

publicada uma mensagem aos arenistas, na primeira página do *Correio Lageano*, segundo a qual, na apuração do pleito do dia 15 de novembro havia encerrado "uma página triste da História Política de Santa Catarina", pois alguns filiados haviam cometido "infidelidade partidária" e mesmo "chegaram a trabalhar ostensivamente pelos adversários", o que significava "em última palavra, TRAIÇÃO AO PARTIDO". Newton da Costa, o candidato derrotado, afirmava que prosseguiria a luta "para que Lages volte a dar a Santa Catarina, um exemplo de dignidade política [...] de espírito cívico, de firmeza ao lado da Revolução de Março e de amor ao Brasil".[25] Ao abordar a questão, o colunista "Frecheiro das Neves" afirmou que, ao contrario do que declarara Juarez Furtado após sua vitória eleitoral, de que Lages havia dado um exemplo de democracia, para ele o exemplo havia sido de *brigocracia*. Na falta de acordos "uma facção almoçou a outra e Juarez jantou as duas".[26]

Mesmo com a *falha* da ARENA em um dos seus redutos políticos, o partido elegeu 144 prefeitos em Santa Catarina, enquanto o MDB acabou por conquistar 41 prefeituras. Até então, o MDB mantinha 25 no Estado. Assim, passou a governar cidades importantes como Lages, Blumenau, Joinville, Joaçaba, Brusque, Campos Novos e Rio do Sul. Para a ARENA, à exceção de Tubarão, Criciúma, Chapecó, Itajaí e Porto União, restaram vitórias em município de pouca expressão. A ARENA concorreu sem adversários em 50 municípios, enquanto o MDB em apena um, Xaxim.[27] O MDB começava a alçar voo na política partidária do Estado, apesar de ainda permanecer inexpressivo em algumas cidades e, evidentemente, estar impedido de influenciar as decisões do Governo Federal.

3.1 Tempos de redemocratização, tempos de curvaturas em escala municipal

O calendário da redemocratização brasileira passou a ser organizado em torno de 1974, ano da vitória do MDB nas eleições legislativas, quando os embates e negociações entre o regime e a oposição ganhavam alguma previsibilidade. Contudo, apesar de não ocorrerem nas capitais estaduais, as eleições municipais tiveram papel fundamental no enredo da transição e, em seus meandros, é possível localizar o quanto a redemocratização passava a ser uma narrativa compartilhada e dotada de sentido por uma rede de agentes políticos em todo o país, seja em nível nacional, estadual ou municipal. Em 1976, em nova eleição municipal, os

[25]Correio Lageano, 22 de novembro de 1972.
[26] Correio Lageano,8 de abril de 1972.
[27] Correio Lageano, 22 de novembro de 1972.

eleitores de Lages deram a vitória ao então vice-prefeito eleito em 1972 pelo MDB, Dirceu Carneiro, nome que havia se tornado popular na altura da sucessão de Juarez Furtado.

O MDB demonstrava capacidade de espalhar-se por todo o país e sua capilaridade consolidava a formação de lideranças. Nas eleições, no que se refere ao MDB, a sublegenda de Dirceu Carneiro recebeu 27.848 votos, a de Francisco Küster recebeu 1.231 e, apesar de não serem computados, por nova desistência de candidatura no decorrer do processo eleitoral, Aristiliano (Nenê) Melo de Moraes recebeu 523 votos.

Quando às sublegendas arenistas, a de Paulo Duarte recebeu 11.462 votos, enquanto que Evaldo Amaral recebeu 8.301 e Aderbal Andrade 4.621 votos.[28] É visível a predominância de Dirceu Carneiro frente os outros candidatos. Mais visível ainda, sua capacidade de aglutinar os votos do MDB, enquanto que os recebidos pela ARENA foram dispersos, em bom número, pelas três sublegendas. Uma vez mais é possível perceber que o partido que aglutinava os "grupos tradicionais" da cidade estava dividido e não conseguia interpretar a contento, àquela altura, o que se passava no município.

Com o processo de urbanização, as relações de "compadrio" que se mantiveram no decorrer do século XX tornaram-se insuficientes para responder às demandas de uma população urbana e crescente. Para o melhoramento da cidade, que havia praticamente quadriplicado sua população da década de 1950 para a década de 1970, havia a necessidade de aperfeiçoamento de serviços públicos como transporte, habitação, saneamento básico, educação e geração de empregos. Metamorfoseavam-se as demandas, as agremiações, os "líderes políticos" e o próprio eleitorado.

> Existem, com a urbanização, probabilidades de novas lideranças emergirem, calcadas em novas roupagens; uma nova relação entre eleitos e eleitores é delineada, o tipo de favor exigido pela nova clientela é diferente das necessidades dos eleitores do interior. A coerção física torna-se mais difícil, dadas as maiores dificuldades de divulgação e comunicação. Além disso, com o acesso a maiores informações, o eleitor tem mais possibilidades de escolha e inclusive de tornar ideológico o seu voto, sem maiores coações (SILVA, p.33).

Durante a campanha eleitoral de 1976, uma notícia publicada no *Correio Lageano* mereceu destaque. Informava haver sido aprovada pela Câmara Federal a Lei que regulamentaria a propaganda eleitoral aplicada no rádio e na televisão. O próprio texto da nota trazia a pergunta: "e os jornais como é que ficam? Estamos às ordens".[29] A resposta ensaiada pelo articulista é bastante emblemática. A nova lei, de número 6.339, de 1°. de Julho de 1976,

[28] Correio Lageano. Lages, 17 de novembro de 1976.
[29] Correio Lageano. Lages, 29 de julho de 1976.

criada pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, tinha o objetivo de evitar o uso da propaganda política na televisão e no rádio para criticar o regime. Determinava que, na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, podendo divulgar pela televisão sua fotografia e mencionar o horário e o local dos comícios. O jornal tornava-se, então, a principal fonte de informações sobre as eleições.

O quadro eleitoral de 1976 fazia parte de um processo mais amplo que, naqueles anos, transformara a cidade num palco de conflitos importantes. As transformações sociais e políticas faziam parte das preocupações de ambos os lados, mas prejudicavam especialmente os seguidores das tradicionais estruturas de poder em Lages. Laerte Ramos Vieira, líder do MDB na cidade, ao lembrar a campanha eleitoral anterior, salientava que, novamente, prevalecia a "absoluta e integral unidade partidária", o que seria a base para nova vitória emedebista, visto o preenchimento do número total de candidatos à chapa de vereadores, para "dar continuidade à grande administração emedebista dirigida por Juarez Furtado e Dirceu Carneiro".[30] Na mesma matéria o jornal reportava às opiniões de arenistas, para os quais a campanha de 1972 servira como "uma lição dura" e diante desse quadro, naquele momento, unia-se em torno de "três candidatos" que concorriam "na mais perfeita harmonia com um único objetivo: recuperar a prefeitura".[31]

A necessidade de evitar nova derrota eleitoral e propiciar ainda maior espaço para a oposição na política lageana levava os arenistas a forçar uma homogeneidade de ações em seus quadros. No final do mês de Agosto, em entrevista cedida ao jornal, Áureo Vidal Ramos, representante do clã dominante na cidade, manifestava o otimismo arenista:

> Estamos entusiasmados porque sentimos que os companheiros arenistas lageanos estão imbuídos dos melhores propósitos no sentido de fazer uma campanha à altura das tradições de nossa terra, para que a prefeitura de Lages venha a ter em breve uma administração com os pés no chão. Uma administração correta. Uma administração firme, para Lages voltar ao progresso e desenvolvimento que ela sempre teve. Naturalmente vamos respeitar as tradições lageanas, vamos convocar o povo lageano, vamos dizer a ele das vantagens do Governo, das vantagens da ARENA, das vantagens da revolução.[32]

Áureo Vidal Ramos mantinha-se como um personagem político com respaldo na cidade e seu grupo político deveria ser levado em conta em suas posições. Faz-se notar no seu discurso o apoio integral à ARENA, porém sem mencionar nenhum dos nomes de candidatos

[30] Correio Lageano. Lages, 26 de agosto de 1976.
[31] Correio Lageano. Lages, 26 de agosto de 1976.
[32] Correio Lageano. Lages, 28 de agosto de 1976.

ao cargo de prefeito de Lages. Em 1976 não poderiam ser repetidos os erros anteriores, quando parte da família Ramos, ainda que sub-repticiamente, havia apoiado o candidato vencedor, do MDB. De todo modo, a família não esteve diretamente envolvida nas eleições. Chegou a ser aventada a candidatura de Manoel Antunes Ramos, que fora Presidente do Diretório Municipal da ARENA durante as eleições de 1972, mas isso não se concretizou. O afastamento da família Ramos estava a indicar dois processos simultâneos: por um lado, sugeria uma transformação importante e um provável desgaste dos nomes históricos que estaria a exigir novos atores entre aqueles que pretendiam defender o "status quo" num município que passava por importantes transformações sociais, com a presença marcante de novos e numerosos grupos populares em suas periferias, os quais formavam um eleitorado de difícil abordagem.

O partido do Governo Federal, durante a experiência do bipartidarismo, teve dificuldades para se afirmar eleitoralmente nas áreas urbanas de Lages, quando passou a ocorrer perda sistemática de base eleitoral da ARENA. Um artigo analítico publicado na *Folha de São Paulo*, depois que a experiência de democracia participativa da cidade ganhou repercussão nacional, fazia um diagnóstico da situação social do município:

> O êxodo rural, fenômeno comum à maioria dos municípios do interior brasileiro, tem em Lajes, suas origens situadas logo após a 2ª Guerra Mundial, quando diversas multinacionais de papel e celulose instalaram-se no município e aos poucos, devastaram a imensa floresta de araucária ali existente. Mais recentemente, quando sentiram que os recursos das áreas estavam terminando, as grandes empresas começaram a deixar Lajes, que de um momento para outro, viu-se desprovida de atividades econômicas que absorvessem a mão-de-obra da população rural. Milhares de trabalhadores e lavradores se deslocaram para a periferia da cidade, onde continuaram marginalizados, sem terras e sem trabalho.[33]

Segundo consta na pesquisa realizada por Elizabeth Farias da Silva acerca do MDB, ocorreram conflitos no interior do partido durante a gestão de Juarez Furtado, quando o partido foi polarizado em duas frentes. De acordo com esta autora, o clímax dos conflitos ocorreu em julho de 1975, quando foram realizadas eleições para o novo Diretório do partido em Lages (SILVA, p.86). As divergências ocorridas foram importantes elementos para as escolhas dos candidatos à prefeitura em 1976, ao opor os setores que exigiam um maior combate político do MDB no contexto de lutas contra a ditadura civil-militar e os que defendiam posições moderadas, se não abertamente conservadoras. Essas posições haviam se

[33] BELIK, Hélio. "Por traz do esforço comum de Lajes, a procura do modelo político possível". Folha de São Paulo, 1º Caderno, 17 de fevereiro de 1981, p.15.

cristalizado na época em que o partido estava na oposição no município e foram reiteradas quando chegou ao poder. Em Lages, Juarez Furtado liderava a ala dos "moderados" do partido, enquanto Dirceu Carneiro era a face visível da ala dos "autênticos" (SILVA, p.59). Quanto às divergências entre estas duas correntes, Carreirão destaca a seguinte descrição feita em entrevista cedida a ele por Roberto Motta, dirigente do MDB, quanto à distinção entre as duas alas:

> Uma (tendência) de conciliação permanente com o regime... tendência que não era de combate sistemático, era de uma oposição... sem grandes diferenças essenciais (em relação ao regime). Se refletia mais por questões locais, por brigas de lideranças. Havia gente do MDB que... se não publicamente mas nos bastidores, pouco fazia para combater o regime autoritário.Em contraposição a isso, o nível nacional e que refletiu aqui..., uma tendência que queria a substituição do regime autoritário o mais rápido possível, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e – grande divisor de águas... é que a substituição do regime autoritário teria que se dar não só no plano das liberdades formais e democráticas, mas também que teria que se passar por um processo de distribuição de renda, de defesa das riquezas nacionais... enfim, que as mudanças se dessem também no plano social e econômico e não só no plano político" (CARREIRÃO, p.100).

Estas disputas acirraram-se no decorrer dos anos da administração de Juarez Furtado. Em 1976, tais dissensões estavam ainda mais polarizadas, alimentadas também por diferenças pessoais dos dirigentes do MDB. O ambiente político nacional beneficiou o candidato que representava naquele momento maiores possibilidades de mudanças na política da cidade. Dirceu Carneiro havia concentrado sua atuação, ainda como vice-prefeito, junto à população mais pobre, quando exerceu o cargo de secretário de Obras e Viação, no qual utilizou sua formação em Arquitetura para formular estratégias para o melhoramento da cidade, no que angariou certa popularidade. Mas também era importante reunir os conhecimentos acerca do saber-fazer político tradicional, acerca do tipo de mensagem retórica necessária para atrair o eleitorado do interior do município. Em depoimento oral, Dirceu Carneiro narra suas estratégias durante o processo eleitoral:

> Como eu sabia que nós ganhávamos na cidade, eu comecei a cuidar melhor do interior, mas perdíamos no interior e, como eu sou do interior, conheço a linguagem, a cultura do interior, aí entrei direto no interior. E também no mesmo sentido, organizando todas as comunidades em diretórios partidários e tal. [...] Fazendo a campanha eu durante o dia trabalhava no interior, o dia inteiro e andava por tudo e daí de noite eu vinha *pra* cidade *pra* participar dos comícios, eu já fazia as organizações de bairro, já tinha bastante conhecimento nessa área e então eu tratava das questões urbanas durante a noite e de dia eram as coisas do campo.[34]

[34] CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

Percebe-se sua estratégia a partir de uma percepção dos mecanismos eleitorais que prevaleciam na cidade e das culturas políticas, entendidas como representações "portadoras de normas e valores", como um "sistema coerente de visão de mundo" cuja dimensão vai "muito além da noção reducionista de partido político" (BERNSTEIN, 2009, p. 31-33). Juntamente com as experiências da população e suas redes de sociabilidades, uma campanha eleitoral as mobiliza e põe em cena. A compreensão sobre a formação social do eleitorado, de suas importantes diferenças, das nuances que envolviam uma cidade em transformação, propiciava ao então candidato meios para interpretar possíveis demandas da população, bem como desenvolver estratégias para sua trajetória na corrida eleitoral.

A profissão de arquiteto auxiliava na imagem de bom administrador. Neste caso, é significativo que o discurso de valorização da tecnocracia em relação à política tradicional que o próprio regime militar construíra para legitimar-se, passava a ser uma bandeira da oposição. Segundo Luís Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, o momento de maior respaldo social da ditadura militar, na primeira metade da década de 1970, quando do chamado "milagre econômico", caracterizado pela grande expansão da economia brasileira, teve como fator importante a opção do regime pela chamada "legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados" (EARP; PRADO, 2003). Isso favoreceu a busca do crescimento através da ação de técnicos e planejadores governamentais com formação acadêmica, em concorrência aos políticos tradicionais. Este aspecto merece ser ressaltado: na mesma época, por exemplo, o Prefeito da Capital do Estado, Esperidião Amin, da ARENA, administrador de formação, apresentava um Plano Diretor para a cidade e construía uma imagem de competência administrativa que seria constantemente ativada nas décadas seguintes.

No início da gestão de Juarez Furtado, o anúncio da decisão do executivo lageano, "muito aplaudida pelos subdiretórios emedebistas", de "governar periodicamente dos bairros da cidade, para sentir os problemas que atingem as regiões periféricas"[35], criou um mecanismo político eficiente para dotar o discurso político do MDB de consistência administrativa. Criava-se uma aproximação entre população e prefeitura, o que favoreceria o desempenho eleitoral do MDB em 1976. Além disso, o conjunto de obras urbanas realizadas durante a gestão de Furtado ampliou o alcance do partido em um eleitorado tradicionalmente indeciso: a classe média (SILVA, 1994, p.69).

[35] Correio Lageano. Lages, 14 de março de 1973.

Não havia possibilidade de uma campanha eleitoral mais ferrenha e aberta de críticas ao regime militar, por parte do MDB, visto que os ares autoritários do regime pairavam em Lages de modo acentuado. O depoimento de Dirceu Carneiro para as táticas políticas possíveis numa de uma corrida eleitoral marcada pelo rígido controle autoritário:

> Nós sabíamos que a ditadura não era moleza. Nós sabíamos que se eles pudessem eles pegavam. Mas os que eles pegavam? O discurso político. Então ela enquadrava os agentes políticos, os deputados, prefeitos e vereadores pelo discurso. Então se e o cara começasse a dizer aquelas palavras, aquelas coisas ele já era suspeito aí qualquer coisa ia pro saco. E aí o que nós fizemos: nós estudamos bem direitinho esse negócio. E aqui o lema era o seguinte: língua de veludo e mão de ferro. Porque nós fazíamos as ações mais radicais que tu pode imaginar e o discurso mansinho e mole. Nunca nos pegaram e olha que nós fizemos subversão do primeiro ao ultimo dia e eles não conseguiram nos pegar, porque eles não compreendiam essa ação que você faz que ela é radical ação é radical, o discurso é molenga.[36]

Quando da posse no cargo, Dirceu Carneiro dava indícios de suas pretensões como administrador no discurso que fora publicado pelo *Correio Lageano*:

> A nova era já começou, e sua caminhada aqui no planalto não vai parar aqui, pois haverá de continuar sempre e haverá de espalhar e irradiar para o oeste do estado de Santa Catarina, para o nordeste, para o sul do estado e para o litoral de nossa querida terra. O município brasileiro, administrá-lo é uma tarefa muito difícil, mercê de suas limitações econômicas, mercê de seus problemas que se agigantam a cada dia que passa, mas que pesem as limitações, em que pesem a estreiteza de possibilidades, haveremos de encontrar a porta larga de saída para os problemas que se antepõem. [...] Haveremos de propor um município a guisa de um laboratório, que se identifica ou proponha alternativas de solução e que viva plenamente aquela velha figura que se usa nos campos, pela agricultura, quando um ruralista não consegue fazer a sua roça num dia, convoca sua vizinhança, os seus parentes, os seus amigos e exercem o mutirão, que um dia faz o trabalho de trinta. É dentro dessa fórmula popular que queremos propor aos lageanos uma nova fórmula de trabalho, que lembra bem as origens dessa pessoa, que nasceu nas humildes paragens desse estado e que veio de uma família humilde que mora e trabalha no campo, que aprendeu a arrancar o sustento da sua vida e dos seus pelo esforço dos braços e aprendeu a regar as plantas com o suor de suas lágrimas.[37]

Dirceu Carneiro afirmava a busca em desenvolver um trabalho que contasse com a abertura e a participação das massas populares -"única forma de fazermos a democracia vencer o tempo".[38] As mudanças na estrutura econômica e populacional e a própria falta de recursos exigia alguma solução sem *utopismo* e que respeitasse as peculiaridades da cidade. Para propulsar a busca por soluções, a equipe Dirceu Carneiro descentralizou a administração do município e, em paralelo à solução experimentada por Miguel Arraes em Recife e Djalma

---

[36] CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.
[37] "Ainda a transmissão de cargo do prefeito". Lages, 3 de fevereiro de 1977.
[38] "Ainda a transmissão de cargo do prefeito". Lages, 3 de fevereiro de 1977.

Maranhão em Natal - experiências recordadas por Márcio Moreira Alves (1980, p.29) - organizou a própria população na mobilização de recursos e desconcentrou a administração de Lages. Primeiro, por intermédio dos subnúcleos do MDB e, em seguida, com o incentivo ao associativismo, tanto nos bairros urbanos quando nos núcleos agrícolas e distritos da cidade. Dada a extensão territorial do município - "de uma ponta a outra, a distância entre as fronteiras municipais é maior que a largura máxima de Portugal" (ALVES, p.35) -, através de intendentes que funcionavam como subprefeitos, cargos que algumas vezes eram preenchidos pelos vereadores, intermediou a execução de obras e problemas imediatos nas diversas áreas para que as soluções não ficassem presas na burocracia.

Desde o inicio da gestão, o *Correio Lageano* noticiava as dinâmicas da equipe Dirceu Carneiro. Ainda que as narrativas laudatórias acerca do golpe de 1964 estivessem presentes, o jornal abriu amplo espaço à prefeitura e ao desenvolvimento de soluções comunitárias, à divulgação de eventos e organizações diversas da equipe Dirceu Carneiro, que comandava a administração intitulada *A Força do Povo*.

A democratização de práticas sociais, culturais e políticas ganhou espaço no impresso. Em Lages, Márcio Moreira imaginava deparar-se com as peculiaridades das cidades brasileiras, segundo as quais seria de esperar que "uma administração que mexe tanto com as estruturas de uma cidade como a da Equipe Dirceu Carneiro, provocasse por parte da velha oligarquia e das classes dominantes uma oposição ferrenha". Contudo, segundo afirmava, "a crise sempre favorece a abertura dos conservadores mais lúcidos a experiências novas" (ALVES, p.116 - 117). Desde o início da gestão, os problemas habitacionais de Lages eram sublinhados diante de um quadro agravado nacionalmente:

> Lages, não é uma exceção à regra. Pelas suas próprias condições naturais, pela estrutura com que se apresenta e ainda por ser o centro maior de toda a região Serra e Oeste de Santa Catarina, recebe em seu seio famílias que emigram de outras regiões em busca de emprego. Além disso, o fenômeno do êxodo rural que se verifica em toda a região, em grande escala, encontra seu ponto final nas redondezas da cidade.[39]

Diante das debilidades que se apresentavam com o crescimento da população urbana de Lages, o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Companhia de Habitação do Estado (COHAB), determinara a construção de 1044 casas de alvenaria para serem vendidas aos operários e famílias de baixa renda num local havia se transformado em uma favela, sem infraestrutura básica de água-esgoto, ruas ou calçamento. A prefeitura, em convênio com

[39] "Ainda a transmissão de cargo do prefeito". Correio Lageano, 3 de fevereiro de 1977.

aquele órgão, havia aprimorado a estrutura do núcleo e estavam sendo construídas, desde a gestão emedebista anterior, centro de assistência social, escola e posto de saúde.[40] As obras foram anunciadas pela prefeitura através de uma matéria oficial da Câmara de Vereadores no *Correio Lageano*. A retórica das democracias ganhava espaço num novo tipo de relação que se construía na cidade, envolvendo os veículos de comunicação. Desde o início da gestão Dirceu Carneiro a produção de notícias sobre a experiência democrático-participativa multiplicou-se:

- "Horta comunitária",5 de maio de 1977.
- "Seminário de estudos da comunidade", 25 de junho de 1977.
- "Operação 'Viva sua cidade'", 24 de setembro de 1977.
- "O salto é do povo", 26 de outubro de 1977.
- "Feira de artesanato já está no calçadão", 26 de novembro de 1977.
- "'Viva seu bairro' – participação popular", 23 de março de 1978.

Segundo Márcio Moreira Alves, a "democracia experimental em Lages" era baseada num processo permanente de "ensinar e aprender". Nesta dinâmica, o processo educacional formal era apenas um dos aspectos da pedagogia geral. A "Escola de Pais" desempenhava um papel fundamental na comunidade. Pela narrativa articulada no *Correio*, a experiência democrático-participativa apostava no futuro, sendo assim, a educação acabava tendo papel-chave na dinâmica adotada pela administração da equipe Dirceu Carneiro.

> Lages é uma cidade de boas ideias e por isso tem futuro. Inúmeras são as iniciativas públicas e particulares para enriquecê-la e colocá-la em igualdade de condições com os centros industriais do País. O trabalho de infraestrutura desenvolvido pelos clubes de serviço, pelas associações de classe e agora pela Escola de Pais, tem contribuído de forma expressiva com o executivo municipal para a solução dos problemas sociais de Lages. A Escola de Pais já promoveu o encontro de mais de mil pessoas. Liderou campanhas de apoio à criança -, principalmente no que se refere à educação, equilíbrio dos lares, e atividades comunitárias. O reconhecimento público do trabalho da Escola de Pais se faz notar pela quantidade cada vez maior de pessoas interessadas em fazerem o curso, bem como das autoridades que compareceram às solenidades promovidas pela Escola, prestigiando-as e estimulando o povo a continuar unindo esforço em projetos desse gênero para ajudar a tarefa administrativa".[41]

Nesta dinâmica comunitária, o projeto de habitação para a população de baixa renda utilizava materiais de demolição doados pela comunidade e complementados pela prefeitura e beneficiários, os quais também entravam com a mão de obra. Em regime de mutirão, os beneficiários, mestres de obra e engenheiros da prefeitura erguiam as casas que, na fase de

[40] Câmara do município de Lages, presidente Carlos Camargo Vieira problemas habitacionais na cidade de Lages. 23 de junho de 1977.
[41] CARVALHO, Pedro Peixoto de. O futuro de Lages. 24 de novembro de 1977.

acabamento, seriam sorteadas entre dez famílias. Na ocasião do lançamento do projeto, Francisco Küster afirmava ser aquela uma "iniciativa pioneira no país, pois desafia uma estrutura que ainda não permite programas dessa ordem, buscando atender pessoas de mais baixa renda". Dirceu Carneiro dizia que aquele era "um momento histórico para sua administração e para Lages, pois talvez seja o mais profundo no sentido de resolver os problemas das pessoas".[42]

Para Márcio Moreira Alves, o "Mutirão da Habitação" era a "grande vitrina da equipe Dirceu Carneiro". Segundo consta no relato do jornalista era através dele que se concentravam "amostras de quase todas as experiências inovadoras em curso no município" (ALVES, p.51). Um ano após o início do projeto, havia sido iniciada a construção de 221 unidades habitacionais, sendo que 72 já estavam ocupadas por 503 moradores. Na comemoração de aniversário do projeto, Dirceu Carneiro afirmou à imprensa o objetivo de sua equipe: "a defesa intransigente dos pobres, daqueles desprezados do regime que, conforme ele, está a impor suas condições e não ouve a voz de nossa gente". O texto transcrevia as palavras do prefeito: "porque não nos deixa votar para todos os cargos, e é preciso votar, nós temos o direito de votar; governo que não nos deixa ser informados. Acabamos uma campanha política em que a opinião pública não foi informada sobre as ideias dos candidatos em quem tinha que votar e escolher".[43]

O prefeito referia-se às eleições de 1978, que definiram a composição do Congresso Nacional, sob a vigência do "Pacote de Abril" e da Lei Falcão. O próprio Márcio Moreira Alves, ao analisar os resultados da eleição de 1978, considerava que apesar de conservar a maioria arenista nas bancadas legislativas, houve uma vitória oposicionista devido ao aumento de sua bancada na Câmara de Deputados e nas Assembleias Legislativas, bem como a eleição de um conjunto de deputados atuantes no combate à ditadura do chamado grupo dos "autênticos", com uma maior definição ideológica (ALVES; BAPTISTA, 1979). Mesmo assim, os cerceamentos do regime mantinham-se acesos e intransigentes, obstinados em frear os avanços oposicionistas. Contudo, é possível perceber que a democracia política fazia parte do conjunto de operações estratégicas de Direceu Carneiro. A partir da abertura ensaiada em 1974 por Geisel, as exigências pela redemocratização canalizavam-se em narrativas diversas que atravessavam o país. Dirceu Carneiro usava o direito de voto e de informação como pontos acentuados para repensar a conjuntura ditatorial que envolvia o Brasil.

---

[42]"Iniciado o projeto lageano de habitação". Correio Lageano, 12 de fevereiro de 1978.

[43] "Lagrimas e emoção no primeiro aniversário do projeto lageano de habitação". Correio Lageano. Lages, 6 de fevereiro de 1979.

3.2"*Caminhante, não há caminho. Faz-se caminho ao andar*": narrativas da conciliação

Nos meandros da "questão democrática" (NAPOLITANO, 2002),aos poucos a experiência lageana passou a ser conhecida e Dirceu Carneiro, à frente dos "animadores sociais" que faziam parte da sua equipe, tornou-se uma referência para administradores municipais de outras regiões. Em Porto Alegre, palestrou sobre a participação do planejador na vida das cidades a prefeitos e arquitetos na abertura do I Curso de Administração Municipal. O *Correio Lageano* complacentemente noticiava a atuação da *Força do Povo*:

> O painel apresentado pelo prefeito de Lages, Dirceu Carneiro, expõe detalhadamente os programas essencialmente comunitários que estão sendo desenvolvidos no município para sanar os problemas sociais gerados pelo êxodo rural, carência de moradias, e empregos para uma população em sua maioria sem qualificação profissional, e que, em Lages, vem dobrando a cada dez anos. Atualmente a população urbana do município é estimada 130 [mil] habitantes. Os principais programas apresentados nessa palestra são as hortas comunitárias, núcleos agrícolas e o projeto lageano de habitação.[44]

Destarte, com uma multiplicação de notoriedade que abrigava as feições daquele governo, a visibilidade da experiência administrativa de Lages ganharia ainda, os holofotes da grande imprensa quando da publicação do livro de Marcio Moreira Alves. O jornalista e ex-deputado, recém retornado do exílio, havia iniciado sua carreira profissional aos 17 anos no *Correio da Manhã*. Como repórter, ganhara o *Prêmio Esso* em 1958, após cobrir a crise política em Alagoas, quando a Assembleia Legislativa decretou o *impeachment* do governador Muniz Falcão, em 1957, acusado de assassinar um deputado oposicionista. Durante a sessão, ocorreu um tiroteio entre os deputados e o jornalista conseguiu enviar a matéria ao jornal mesmo ferido após ter sido baleado.[45]

No mesmo ano, participou da comitiva do ex-governador paulista Jânio Quadros em sua visita a Cuba. Logo depois assessorou o Ministro Francisco San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores, entre 1961 e 1962, e no Ministério da Fazenda, em 1963. Nesse mesmo ano bacharelou-se em ciências jurídicas. Com a decretação do Ato Institucional Número 1 (AI-1), logo depois do golpe de 1964, Márcio Moreira Alves saiu em defesa dos presos políticos, quando passou a denunciar as práticas de torturas em prisões brasileiras juntamente com Oto Maria Carpeaux, Edmundo Muniz, Hermano Alves e Carlos Heitor

---

[44] "Dirceu Carneiro profere palestra em porto alegre". Correio Lageano. Lages, 11 de janeiro de 1979.
[45] Disponível em: http://www.marciomoreiraalves.com/

Cony. Escreveu dois livros nessa época: “Torturas e Torturados” e “O Cristo do Povo”, ambos apreendidos. Eleito Deputado Federal em 1996, pelo MDB do antigo Estado da Guanabara, assumiu uma postura de oposição aberta ao regime, o que culminou em 1968, quando as movimentações de oposição à ditadura se multiplicaram e, com elas, as reações repressivas.

Em protesto à invasão da Polícia Militar na Universidade de Brasília no final de agosto de 1968, Márcio Moreira Alves pronunciou o discurso na Câmara que o celebrizaria, conclamando o povo a realizar um “boicote ao militarismo”, não participando dos festejos comemorativos da Independência do Brasil do dia 7 de Setembro. O Deputado convocou a “Operação Lisístrata” pela qual “as mulheres brasileiras, como suas antepassadas na comédia de Aristófanes, boicotariam seus maridos até que o governo suspendesse a repressão” (SKIDMORE, 1988, p. 162). Moreira Alves, naquele momento com 42 anos, transformou-se em um dos pivôs da crise institucional quando o governo decidiu assinar o AI-5 em vista da negativa da Câmara em conceder licença ao Executivo para processar o deputado.

> O pronunciamento de Marcio Moreira Alves foi considerado pelos ministros militares como ofensivo “aos brios e à dignidade das forças armadas”. Diante das reações nos círculos militares, o procurador-geral da República Décio Meireles Miranda, com base no parecer do ministro da Justiça Luis Antônio da Gama e Silva, deu entrada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 12 de outubro, ao pedido de cassação do mandato do deputado emedebista e de seu enquadramento no artigo 151 da Constituição, por “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento e injúria e difamação das forças armadas, com a intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituída pela Constituição”.[46]

Apesar de afirmar que “quando pronunciou o discurso”, não tivesse “intenção de gerar uma crise” (REGO, 2008, p. 109), em Novembro, o STF enviou à Câmara um pedido de licença para processar o deputado, pois, em seu entendimento, “os militares estavam procurando algo que provocasse uma reação irracional nas suas próprias fileiras” (ALVES, 1974, p. 33). Apesar de aprovada pela Comissão de Justiça, o pedido fora recusado pela Câmara, por uma diferença de 75 votos (216 votos contra e 141 a favor). A recusa da licença foi usada como pretexto para que o presidente Costa e Silva editasse o AI-5. Logo em seguida, Márcio Moreira Alves teve seu mandato cassado e, clandestinamente, deixou o Brasil ainda em dezembro de 1968, com destino ao Chile. Viajou para alguns países do continente americano e seguiu para França, onde se doutorou. Em abril de 1974, por ocasião da Revolução dos Cravos, transferiu-se para Lisboa, ficando lá até seu retorno ao Brasil em setembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia.

---

[46]Disponível em: http://www.marciomoreiraalves.com/

Na ocasião da reforma partidária, que restabeleceu o pluripartidarismo, filiou-se ao PMDB e manteve algumas funções de destaque em cargos públicos no Estado do Rio de Janeiro. Na década de 1990, atuou como jornalista-colaborador do *Jornal do Brasil* e do jornal *O Estado de São Paulo*. Mas foi em *O Globo* que assinaria uma coluna diária.

> Nesta linha, passou a dedicar as colunas dos dias de sábado a projetos de execução bem sucedidos em todos os níveis de governo – municipal, estadual e federal – e em todo o país. Nessa perspectiva de buscar "o Brasil que dá certo" foram publicadas três coletâneas de artigos: Sábados Azuis (1999), Brava Gente Brasileira (2001) e Histórias do Brasil Profundo (2003). A partir de 2003, mais uma vez com o irrestrito apoio da direção de *O Globo*, retomou a sua vocação inicial de repórter, passando a publicar matérias duas vezes por semana.[47]

Essa busca pelo "Brasil que dá certo" era interesse do jornalista desde que, anistiado, voltara ao Brasil. Em seus escritos sobre Lages sublinhava que o importante seria "abrir perspectivas inovadoras" que aprimorassem a abertura política e a democracia brasileira. Neste caminho, utilizou como inspiração os versos do poeta espanhol Antonio Machado, que diziam: "caminhante, não há caminho. Faz-se caminho ao andar" (ALVES, 1980, p.76).

Perceba-se o enlace entre a retórica do político local que criticava as faces do regime ditatorial com as demandas de uma oposição mais ampla a nível nacional. A competição eleitoral foi usada como base para pensar a democracia que, naquele momento, passava por uma ressignificação. Por essa época, o ensaio pioneiro de Carlos Nelson Coutinho, "A democracia como valor universal", editado pela primeira vez na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* de 1979, denotou uma significativa mudança na percepção sobre democracia entre as esquerdas. Coutinho acentuou a universalidade da democracia, encetando um novo rumo ao que até então fora uma acesa polêmica entre forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta democrática. Mesmo com "a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõe representar os interesses populares e, em particular, o das massas trabalhadoras", todos estariam unidos na "luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção" (1979, p.34).

Coutinho afirmava que a "renovação democrática no conjunto da vida nacional - enquanto indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo - não pode apenas ser encarada como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira" (p.34). Embora restrito aos debates da esquerda marxista, o artigo serve como evidência das novas percepções que envolviam uma sociedade com uma

[47]Disponível em: http://www.marciomoreiraalves.com/

pluralidade de sujeitos políticos, entre os quais a demanda por autonomia, a liberdade de organização e a legitimação ganhavam contornos cada vez mais nítidos (1979, p.36).

O cientista político denunciava ainda a tendência dominante na evolução política, econômica e cultural no Brasil, mesmo em seus breves períodos democráticos, cujas transformações foram efetuadas no quadro de uma "via prussiana", ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de "cima para baixo". Nesse sentido, para o conjunto das forças populares havia uma tarefa de amplo alcance: "a luta para inverter essa tendência elitista ou 'prussiana' da política brasileira". Sugeria que diante da debilidade histórico-estrutural do país, mesmo com a renovação democrática, as forças hegemônicas continuariam a serem os monopólios nacionais e internacionais, ainda que esta hegemonia fosse menos despótica que a do regime vigente (p.42). Coutinho apontava a necessidade de articulação entre os organismos populares de democracia direta e os mecanismos "tradicionais" de representação indireta (partidos, parlamentos, etc.), articulação que faria com que esses últimos pudessem adquirir uma nova função — ampliando o seu grau de representatividade — na medida em que se tornassem o local de uma síntese política dos vários sujeitos coletivos (1979, p.38).

A repercussão do ensaio e do posterior livro de Carlos Nelson Coutinho foi imediata nos setores de esquerda, posto que publicada no mesmo ano em que se estreava a nova legislação partidária. No entanto, a democracia passou por uma ressignificação na sociedade brasileira não apenas nos setores influenciados pelo pensamento marxista e as novas reflexões sobre as práticas democráticas exigiam uma ruptura com o regime. A assimilação por parte da sociedade civil da necessidade de inventar espaços públicos de expressão constituiu uma novidade desde meados da década de 1970. Francisco Weffort aponta que a defesa da democracia surgiu como necessária diante de um quadro de violência institucional, explicitado através de perseguições e torturas e praticado com clareza desde, pelo menos, 1968. A ditadura possibilitou uma convergência rara no Brasil: "o 'terror de Estado' havia reduzido todos os seus oponentes - em geral da esquerda, mas também muitos liberais - a um denominador comum de seres humanos desprotegidos e assustados" (WEFFORT, 1988, 516). Daí o porquê das mobilizações de 1984, salientadas anteriormente, não serem meras repetições das de 1968, às vésperas AI-5, quando foram suspensas todas as garantias democráticas.

Começava-se a discutir os limites da própria democratização e até onde, dentro das exigências de conciliação, poder-se-ia avançar. Aproveitando o espaço conquistado, como mediador entre dois tempos, como se representasse por si só o ciclo histórico brasileiro, entre

o acirramento do autoritarismo e a esperança da abertura conciliatória, Moreira Alves trouxe à cena pública a experiência de Lages como um símbolo de uma possibilidade de democracia renovada para o país. Em entrevista ao *Folhetim*, o jornalista, já ensejado por uma memória histórica que estava sendo construída, era sublinhado como "centro da crise que resultou no AI-5". Naquela entrevista, defendia a imunidade parlamentar e a autoridade do parlamento, mas salientava maior importância à organização social: "o fortalecimento da representação de classe dos sindicatos, da população nas associações de bairros, da representação do poder local e do exercício político do poder local nas prefeituras".[48]

Através de Moreira Alves, a experiência de gestão democrática de Lages ganhava então repercussão nacional e, nas páginas da *Folha de São Paulo*, primeiro no *Caderno Especial* e logo depois nas páginas de opinião do jornal, vários articulistas revezaram-se nas análises sobre o novo momento vivido pelo país e o significado da renovação social e política representada por Lages e outras congêneres pelo país afora. O sociólogo Maurício Tragtenberg apostava na "mobilização e organização popular" e na "solidariedade" demonstrada pela população de Lages:

> A "equipe Dirceu Carneiro" administra o município de Lages em Santa Catarina, que atualmente conta com 200 mil habitantes, partindo da idéia básica de que administrar consiste em mobilizar a população deixando que ela mesma encontre as soluções que atendam as suas necessidades mais prementes. Dirceu Carneiro, prefeito eleito pela legenda do PMDB, arquiteto de profissão, chefia uma equipe de antiburocratas, onde seus membros funcionam como "animadores sociais", procurando de todas as formas congregar a população na utilização de recursos locais e na busca de alternativas econômicas independentes do consumo do petróleo. Em suma, mostrar ao povo a força que ele tem e desconhece. [...] Essa é a contribuição da "Equipe Dirceu Carneiro" ao Brasil. É a mensagem de Lages à comunidade nacional: mobilização e organização popular, respeito às regras democráticas de participação, trabalho solidário e comunitário. Tudo isso mostra a capacidade construtiva do povo. Isso num país onde seus pretensos representantes penalizam o povo desativando centros de saúde, investindo irrisoriamente na educação. Porém, são muito eficientes em punir aqueles cujo crime é representar suas categorias profissionais, cassando lideres sindicais autênticos, intervindo em sindicatos que não se dobram ao poder econômico e político dominante, agredindo o povo com 'soco inglês' (Freguesia do Ó). Apesar disso Lages existe. É isso aí."[49]

É nesse sentido que Carlos Arturi (2001) sublinha que sob a conjectura do processo de transição para o regime democrático no Brasil, desde 1974, houve uma inflexão nas perspectivas analíticas sobre mudanças de regime. Segundo o cientista político, "as análises centradas em variáveis macroestruturais, que haviam sido predominantes até o fim da década de 1970, foram fortemente contestadas por outras perspectivas que privilegiavam fatores

---

[48] "Um cala boca na tribuna". Folha de São Paulo, Folhetim, p.5. 20 de julho de 1980.

[49] TRAGTENBERG, Maurício. "Lages, a cidade onde o povo tem o poder". Folha de São Paulo, Caderno Especial, p.9, 26 de dezembro de 1980.

eminentemente políticos e institucionais no estudo das transições de regimes autoritários" (ARTURI, 2001, p.11).

A experiência lageana entornava a atenção de estudiosos logo após essa reorientação de análises que adveio logo após a terceira onda de democratizações, que reordenou os estudos que privilegiavam "macrovariáveis de ordem econômica (grau de desenvolvimento econômico), social (modernização) ou cultural (cultura cívica) como pré-condições para a existência de democracia". Em contraposição, os estudiosos que se voltaram à Lages, tinham como enfoque a análise do "micro", onde partiam do pressuposto de que "a transição de um regime autoritário à democracia é um processo que depende predominantemente de variáveis que se referem à intervenção e ao voluntarismo dos atores políticos que participam da transição" (ARTURI, p.13).

Para Flávio Bierrenbach, à época Deputado Estadual por São Paulo, a redemocratização promovia o retorno de antigos conceitos de participação popular, em suas várias versões: participação comunitária, participação democrática de comunidade, comunidades de base, etc." Algumas palavras-chave do processo político brasileiro desde então estavam presentes nessas análises: os "movimentos sociais", o "exercício da cidadania" e a "participação coletiva da sociedade" pela base, a partir da constatação de que naquela conjuntura haveria espaço para a "observação crítica da realidade e a reflexão constante na ação empreendida", através da qual as ações comunitárias poderiam "ser um instrumento eficaz de mobilização e conscientização do povo".[50] Estes primados, segundo o jornalista Hélio Belik, teriam sido ativados, como "uma nova alternativa" na cidade de Lages, na qual o prefeito Dirceu Carneiro deixara "perplexos aqueles que visitam o seu município, apresentando uma administração revolucionária, cujo princípio fundamental é a participação do povo". Num momento de descrença em iniciativas de gestão centralizada, incluindo os regimes do chamado socialismo real, em relação aos quais as análises críticas tomavam corpo entre a esquerda brasileira, os métodos de gestão em Lages seriam "mais diretos, mais democráticos, em busca de um modelo político, que há alguns anos, parecia utópico no Brasil".[51]

Mas, o substrato de cultura política conciliatória, ativado naqueles tempos de abertura, não passava despercebido e mesmo as novidades não deixavam de obedecer a certa lógica de exercício do poder reconhecida e compartilhada entre população e governos. É nesse sentido

[50] BIERRENBACH, Flavio. "Comunidades emergem como uma nova força de participação". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.11. 31 de dezembro / Tendências e Debates "A força do povo", p.3, 6 de abril de 1981.
[51] BELIK, Hélio. "Por traz do esforço comum de Lajes, a procura do modelo político possível". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.15, 17 de fevereiro de 1981.

que as culturas políticas são lidas no plural, já que elas coexistem e se sobrepõe umas as outras coabitando mesmos espaços temporais.

Mesmo a clássica abordagem proposta pelos antropólogos Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), que classificou as culturas políticas em cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa, apontava para a coexistência de formas heterogêneas. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2009), o esquema proposto "não era tão simplório como muitas vezes se pensa, pois eles apontavam a complexidade do fenômeno e a presença de situações híbridas, sociedades em que vigoravam simultaneamente dois ou mesmo três tipos de cultura política" (MOTTA, p.17). O historiador adverte que "as culturas políticas não devem ser encaradas como realidades estanques, como se estivessem encerradas em si mesmas e imunes ao contato com outras" (2009, p.22). Os "vetores sociais", abarcados por famílias, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos, envolvem ações políticas determinadas por crenças, mitos e pela própria força das tradições, hábitos e costumes, que se transmutam no decorrer do tempo. Nesse sentido, "as culturas políticas se reciclam, adequando-se às novas demandas das relações população x governo, buscando evitar esclerosar-se" (MOTTA, 2009, p.22 -23).

Quando foi convidado a relatar como vinha desenvolvendo sua administração em Lages no curso "Urbanização, classes populares e participação: poder local e democracia", promovido pelo Instituto de Planejamento Regional e Urbano, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), o prefeito Dirceu Carneiro admitiu que "para se tentar modificar a estrutura social e solucionar problemas mais graves da cidade", não pode deixar de iniciar sua intervenção "de forma paternalista". Isto porque, o município "sempre foi uma oligarquia rural, na qual imperava o paternalismo. E essa herança é terrível. A linguagem não muda de repente. A forma de ver as pessoas que estão na prefeitura também não".[52] Os modos e usos da política brasileira envolviam aquela experiência e a própria *Folha* constatou o conjunto de desafios derivados das negociações e acordos necessários em uma cidade como Lages.

> Os adversários políticos do PDS não concordam com a sua política, principalmente a de se opor à instalação de indústrias na cidade. Dirceu tem resposta pronta e, com seu jeito calmo, explica que as críticas são inconsistentes: "eles são incapazes de apresentar proposta melhor. Quanto às indústrias, não sou contra a instalação de determinados setores que não venham a interferir na vida do homem da zona rural e no meio ambiente. [...] Sempre acreditamos, nesses anos, que não seria possível começar pelo conto o qual deveríamos chegar. Explico melhor: ao invés de discutir reforma agrária ou partilha de terra, estamos muito mais interessados em evitar o

[52]CAPONI, Helô. A força do povo cresce em Lajes: a mobilização de uma cidade em Santa Catarina. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.12, 13 de junho de 1981.

> êxodo rural". [...] Uma das preocupações da população, fácil de ser detectada nas conversas de bar ou nas praças, refere-se à sucessão da prefeitura. "O que poderá acontecer ao processo de Lajes?", costuma-se indagar. Dirceu Carneiro deposita suas esperanças nas mãos das organizações: "caberá a elas tomar posicionamento. Aliás, ninguém melhor do que o próprio povo para decidir seu destino". O prefeito sabe, contudo, que seis anos não são suficientes para a transformação da sociedade.[53]

Moreira Alves também verificou que as experiências novas não apagaram ou extinguiram as antigas práticas: "o telegrama de aniversário, a nomeação da folha do cabo eleitoral, o tapinha nas costas, tudo isso ainda tem seu lugar no processo eleitoral brasileiro". Esses costumes seriam aspectos da *politique politicienne*, expressão pejorativa usada pelos franceses para "definir as manobras e negociações entre partidos e, no interior dos partidos, entre grupos, com o objetivo de negociar questões de posição pessoal ou coletiva dentro do esquema de poder" (ALVES, p.117). Mas o jornalista destacava que isto não diminuía a importância da experiência democrático-participativa de Lages. Mesmo que considerada "idealista" pelos políticos que se julgavam "pragmáticos" - políticos estes que faziam carreira, mas não fariam História - "esta força, que é a impulsora do futuro, é a única capaz de transformar o sonho em realidade. Em consequência, a sua mobilização é a razão pela qual pessoas interessadas na construção do futuro da sociedade em que vivem deixam de lado os seus afazeres privados e entram na vida pública" (ALVES, p.119).

Mas os resultados das eleições de 1982 trariam perplexidade tanto para os cidadãos de Lages, quanto para os estudiosos da experiência democrático-participativa do município.O MDB, ao vencer a eleição de 1972, favorecido pela nova correlação de forças e pelas contradições no âmbito da família Ramos, animou a opinião pública de Lages durante a gestão Juarez Furtado/Dirceu Carneiro, que permitiu uma vitória tranquila de Carneiro na eleição subsequente. A experiência inaugurada por este, posicionou Lages no centro das discussões que envolviam a redemocratização, despertando a atenção de intelectuais e gestores democratas de todo o país. Mesmo assim, a *equipe* não conseguiu firmar um sucessor que pudesse dar continuidade à gestão *Força do Povo* nas eleições de 1982. Um ano antes, o PMDB anunciara que Lages seria modelo do partido para as próximas eleições.Sugerido nacionalmente "como exemplo de compatibilização entre ação administrativa e o programa partidário". Lages representava "um dos raros casos" de êxito da oposição "como executivo" e fora "enaltecido" no livro de Márcio Moreira Alves, "que relata a experiência lageana em matéria de construção de casas populares, saúde, educação,

[53] NATALE, Denise. Lajes integra moradores em movimentos populares. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p. 13, 1º de agosto de 1981.

saneamento, dentro das limitações orçamentárias de todos os municípios brasileiros".[54]Apesar disso, nas eleições daquele ano, "a experiência de Lages havia sido colocada à prova e o PDS ganhou a prefeitura com uma diferença de 1.830 votos".[55] Aquelas eleições fixaram-se na memória política do país como momento de consolidação da derrota popular do regime.

A unificação do calendário eleitoral e a escolha direta dos governadores de Estado, fez com todos os níveis de poder legislativo e executivo, à exceção da Presidência da República, estivessem em disputa. Foi a maior campanha eleitoral desde 1964. A reforma partidária de 1979 havia restabelecido o pluripartidarismo no país, forçando a reorganização dos agentes políticos. A grande frente de oposições representada pelo antigo MDB apresentava-se agora dividida em vários partidos, mas com destaque notório para o PMDB, o que assegurava certa continuidade. A ARENA foi reorganizada sob a legenda do Partido Democrático Social (PDS).

Pessoalmente vitorioso, por sua eleição para Deputado Federal, Dirceu Carneiro, avaliou a derrota como decorrência de erros do PMDB na campanha. Atribuiu o resultado em Lages ao "'acomodamento' do partido, que considerava impossível perder a eleição e a um 'certo desacerto' na convenção que indicou dois candidatos que não incorporaram a experiência de democracia participativa. Culpou também a vigorosa campanha do PDS, 'que não mediu ética, nem moral, nem recursos; foi uma violência a campo aberto e nós não tínhamos tanta resistência'".[56]

No mesmo ano das eleições foi lançado o longa-metragem "Lages, a Força do Povo", dirigido por Tetê Porciúncula Moraes, jornalista e cineasta que também vivera a experiência do exílio entre 1970 e 1979. Com setenta minutos de duração, financiado pela Embrafilme, o filme foi exibido em São Paulo no ano seguinte, no auditório da *Folha*, na Alameda Barão de Limeira, por ocasião do debate "Lages, um modelo para o Brasil da abertura?". A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do jornalista Odon Pereira, com os debatedores Tetê Porciúncula, o secretário do interior paulista Chopin Tavares de Lima, o escritor Márcio Moreira Alves e o agora deputado e ex-prefeito Dirceu Carneiro. Segundo a descrição que se fazia na *Folha*,

> As cenas situam desde músicos, contadores de 'causos', trovadores, artesãos das "mostras do campo", até o pessoal das associações de moradores, dos núcleos agrícolas e hortas comunitárias. Tetê não esqueceu os que agilizam o programa de medicina comunitária (os agentes da saúde formados pela prefeitura), os do

[54] Administração de Lajes será modelo do PMDB. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.4, 19 de janeiro de 1981.
[55] Experiência comunitária em Lajes discutida hoje. Folha de São Paulo, 1º caderno, p.15, 16 de março de 1983.
[56]Lajes, experiência pioneira. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.23, 20 de março de 1983.

> programa de habitação, e do programa de educação, onde se ensina por métodos como o de Paulo Freire e expandem-se as atividades para teatros e hortas.[57]

Mas a derrota eleitoral chamou tanta atenção quanto a própria experiência de gestão democrática. Afinal, por que a democracia participativa não havia obtido sucesso nas urnas? A cidade ganhara visibilidade nacional e a situação despertou questionamentos quanto aos desdobramentos daquele resultado para a compreensão da questão da democracia no país. A *Folha* organizou outro debate para discutir o assunto que envolvia a derrota eleitoral do PMDB em Lages, do qual participaram deputados federais, prefeitos do interior, sociólogos, estudantes, entre outros.

> Dirceu Carneiro iniciou o debate explicando que o trabalho realizado nesta cidade partiu da constatação de que 'toda a realidade atual brasileira está estabelecida em função de uma correlação de forças', demonstrada pela concentração em 10 por cento da população, de 50 por cento da renda nacional, e de que isso precisa ser modificado a nível municipal. [...] A participação deve ser institucionalizada. A cada prática que estas pessoas conseguem estabelecer na sociedade, deve haver um ancoradouro institucional.[58]

O professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Carlos Estevam Martins, pesquisador dos processos de participação política comunitária em Lages (SC), Piracicaba (SP) e Boa Esperança (ES), ao analisar as derrotas, nas eleições recém acontecidas, dos prefeitos que haviam implantado a democracia participativa naqueles municípios, afirmou que a experiência deveria ser vista de dois ângulos: "o político, cerrando fileiras em defesa da democracia participativa, e o da reavaliação, para a verificação onde foram cometidos erros". O processo de transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas poderia ser visto como obra dos detentores do poder ou como obra dos próprios grupos e classes sociais interessados na promoção dessas transformações.[59] O partido político - e não o Estado - deveria ter animado a experiência de Lages e que faltara às experiências de democratização pela base "foi uma tentativa, por parte da população por um lado, e por parte da administração, por outro lado, de revalorizar o partido político e de vitalizar a importância do partido político dentro do processo do poder no caso de Lages, como nos demais casos, os partidos deveriam ter sido objeto de um reposicionamento no espectro político e na relação com a prefeitura , e sociedade e a câmara dos vereadores".[60]

---

[57] Ilustrada a experiência de Lajes no documentário de Tetê. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.8, 15 de março de 1983.
[58] Experiência comunitária em Lajes discutida hoje. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.15, 16 de março de 1983.
[59] Lajes, experiência pioneira. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.23, 20 de março de 1983.
[60] Lajes, experiência pioneira. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.23, 20 de março de 1983.

A existência de eleições e a sobrevivência de instituições políticas liberais, no decorrer do regime ditatorial, devem-se, segundo Carlos Arturi (2001), a uma característica tradicional do sistema político brasileiro, desde a independência do país, qual seja, a competição intraelites pelo poder político através de eleições. Todavia, a competição entre atores que envolvem relações pré-existentes com novas dinâmicas que foram insufladas pela própria transição política e pela experiência inédita na cidade retiraram a previsibilidade dos resultados eleitorais.

No processo eleitoral de 1982 em Lages, verificam-se com clareza as tramas conciliatórias que se desenvolveram no âmbito do PMDB, bem como as cisões daí desdobradas, o que ilustra ambiguidades dos movimentos político-partidários brasileiros, osquais envolvem dissensos pessoais nas cúpulas dirigentes. Os nomes cogitados dentro para sucessão de Dirceu Carneiro giravam em torno de Juarez Furtado (então presidente do partido), Francisco Küster, Celso Anderson de Souza e Cosme Polese figuras amplamente conhecidas na vida pública da cidade. Negociavam-se quais seriam os candidatos a uma cadeira na Assembleia Legislativa e quais disputariam a sucessão municipal. A decisão arrastou-se e a escolha que foi tomada apenas nos meses próximos à eleição. Dirceu Carneiro homologou sua candidatura a Deputado Federal, Francisco Küster a Deputado Estadual e Juarez Furtado candidatou-se à prefeitura de Lages, competindo com outra sublegenda peemedebista representada por James Gilson.

Em números absolutos Juarez Furtado recebeu mais votos que Paulo Duarte, pela legenda do PDS, 25.722 contra 22.918, mas a sublegenda deu a vitória ao pedessista. James Gilson somou apenas 1.986 para o PMDB, enquanto Newton Borges da Costa (PDS) recebeu 6.620. A diferença acabou sendo de 1.830 votos a favor do PDS.[61] Ao longo da campanha as contradições de um partido que se movia entre as ambiguidades e conciliações de tradições políticas familiares e práticas inovadoras, fez-se presente. Juarez Furtado não permitia que se falasse sobre o governo da *Força do Povo* e rompeu publicamente com Dirceu Carneiro. A *equipe Dirceu*, por sua vez, não lançou candidatura, numa estratégia que objetivava manter um *espírito conciliatório* diante das divergências no partido.

Esta é a interpretação apresentada pelo próprio Dirceu Carneiro, em documento no qual explicou as causas da derrota peemedebista em Lages. A perplexidade abateria os adeptos da *Força do Povo*, que incluía universitários, ideólogos, escritores e simpatizantes que haviam visitado a cidade naqueles anos democrático-participativos, além dos próprios

[61] "Lages viveu em clima de festa com a vitória de Paulo Duarte". Correio Lageano, 17 de novembro de 1982.

dirigentes peemedebistas. Mesmo recebendo mais votos que Paulo Duarte, Juarez Furtado foi traído pela sublegenda.[62]

Para Elizabeth Farias da Silva, em estudo sobre as dinâmicas do MDB/PMDB lageano, em 1979, com a reforma partidária, o PMDB aglutinou, em sua maioria, membros do então extinto MDB, e quando da votação do diretório do partido, para não aprofundar as divergências entre setores mais novos e os antigos membros vinculados às tradicionais famílias políticas da cidade, Carneiro assentiu a escolha de Furtado como presidente municipal como estratégia para "impedir o esfacelamento do partido, dividindo-o ainda mais" (SILVA, p.94). Embora as principais forças estivessem aglutinadas em torno do PDS e do PMDB, o pluripartidarismo permitiu o estabelecimento de outros partidos na cidade, como o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Particularmente os setores progressistas e mais à esquerda fragmentaram-se diante da dificuldade de uma candidatura do PMDB notoriamente conservadora, o que não explica o resultado final, dada a quantidade de votos inexpressiva dos candidatos do PDT e do PT, 116 e 51, respectivamente.[63] Mas, pode-se interpretar que a chapa do PMDB teria encontrado dificuldades para acirrar diferenças com o PDS, dado que as identidades políticas de ambas não eram fundamentalmente divergentes.

A organização da campanha peemedebista foi pontuada muito mais pelas negociações entre facções diferenciadas do partido do que pela defesa da gestão democrático-participativa. A *equipe* não tomou partido, literalmente, e não construiu um sucessor que pudesse fortalecer a experiência que animava *turistas ideológicos* de todo o país. As conciliações partidárias mais uma vez ganharam prioridade ao manter o poder de decisão apenas em uma pequena cúpula partidária. A conscientização da participação popular na vida pública da cidade talvez não envolvesse a participação ativa no interior da agremiação partidária.

O fato de as organizações criadas na gestão Dirceu Carneiro, as quais somadas ultrapassavam trezentas, não terem relação direta com o partido (SILVA, 1994), edificou a barreira entre os dirigentes (destacadamente com Furtado) e a equipe Carneiro, enfraquecendo politicamente a defesa da participação popular. Segundo Carneiro, pesaram significativamente para o resultado, "a situação do partido, a falta de candidato a prefeito, produto das organizações populares, a hostilidade da sublegenda favorita às organizações populares e a

---

[62] CARNEIRO, Dirceu. "Por que perdemos as eleições em Lages". (SILVA, 1994, p.133)

[63] Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/eleicoes/eleicoes-anteriores/1982-estadual-e-municipal/index.html

chapa concorrente, excesso de confiança, divisão interna do partido, corrupção eleitoral, etc."[64] Avaliou ainda que um "nome forte não surgiu, não por falta de consciência, e sim pela permanente ocupação deste espaço político pelo ex-prefeito, embora hostil, mas já testado nas urnas, o povo o considerava mais seguro para o pleito." Entendeu que "o rompimento do ex-prefeito comigo e sua imediata hostilidade, e por extensão os que me acompanhavam" tinha um sentido claro: "aqui vai por terra a ideia equivocada da conciliação em Lages".

Dos dez vereadores eleitos, sete tinham ligações com as organizações populares criadas durante a gestão de Carneiro. Isto, em princípio, sugere que não houve uma aversão por parte da maioria do eleitorado para com as práticas participativas da gestão anterior. Mas, devido à falta de um nome que aglutinasse os interesses da gestão participativa, não foram criadas condições políticas para dar continuidade às ações. Mesmo que Juarez Furtado (MDB) vencesse as eleições, muito possivelmente as instâncias criadas no processo de participação popular seriam enfraquecidas. Marcio Moreira Alves acreditava que na "experiência de democracia participativa", com "a ascensão do povo ao processo de decisões da municipalidade", houvesse a redução da "possibilidade de manipulação, de desinformação, de compra de votos através de promessas de favores ou, simplesmente, de dinheiro, os instrumentos classicamente usados pelos donos do poder para obter vitórias eleitorais". Mas, ao contrário do ele mesmo intuía, em Lages prevaleceu o "mudar para conservar" e prevaleceu a pequena política dos contatos e favores pessoais (ALVES, 1980, p. 116-118). Os movimentos sociais, por si sós, foram incapazes de enfrentar as redes políticas estabelecidas na cidade e a renovação de quadros dos partidos tradicionais, sem alteração nas práticas. As complexas dinâmicas políticas em Lages permitem, assim, num outra escala de observação, depreender desdobramentos inusitados do processo de redemocratização brasileiros e suas ambiguidades e contradições, além de apontar para o aprofundamento da análise sobre as práticas eleitorais e suas interações com as culturas políticas no Brasil.

[64] CARNEIRO, Dirceu. Por que perdemos as eleições em Lages. (SILVA, 1994, p.133)

4. Capítulo 3: Os tripés das reconfigurações democráticas:acontecimentos-memória e os resvalos do regime

Nesta parte do trabalho, adentramos pontos importantes de narrativas construídas sobre o processo de redemocratização brasileiro. Os anos-acontecimento 1974 e 1984 foram momentos de ressignificações das demandas eleitorais. O primeiro, representando uma ressignificação do voto popular, como meio de burlar os ditames de um regime que passava a ser contestado. Um divisor de águas tanto para o regime que afrouxava cordas com o projeto de distensão e apertava cintos com a Lei Falcão e o Pacote de Abril, por consequência da ampla vitória emedebista nas eleições legislativas de 1974, quanto indicador de novos movimentos de opinião popular em relação ao partido da ditadura. Os valores democráticos, por sua vez, ganhavam o proscênio nas narrativas da imprensa e na dinâmica política.

A grande imprensa, por sua vez, a partir da metade da década de 1970, acabou sendo *curvada* por acontecimentos específicos que, por sua vez, moldaram as narrativas de memória e opinião do ciclo militar. O acontecimento-memória caso Herzog e o acontecimento-esquecimento promulgação da Lei da Anistia, amplamente destacados pela *Folha de São Paulo*, reorganizavam a *História da redemocratização* e arquitetaram uma memória histórica específica. É nesse sentido que fizemos uso da perspectiva da historiadora Sônia Meneses da Silva, que opera com a categoria da operação midiográfica, a qual deve ser entendida como "um modo de escrever a história que se manifesta na fronteira dos dois campos [mídia e historiografia], realizando uma ação difusa que, embora seja ordenada em determinadas rotinas de trabalho e enquadramento disciplinar, constrói conteúdos polissêmicos" (SILVA, 2011, p.50).

As narrativas construídas pela imprensa fazem parte das culturas políticas ao passo que tecem tramas no tempo quando exploram crenças, valores e símbolos, além de operar como veículos das memórias partilhadas pelas sociedades que as elaboram. Neste capítulo continuaremos a transitar pelos diferentes ritmos imprimidos pela grande imprensa às narrativas da transição política. Tanto a construção de memória histórica, a produção de acontecimentos, quanto *escalas de importância* e *autoridade* na menção a determinados assuntos durante o período, assinalam as *diferentes ditaduras* e *diferentes redemocratizações* vividas e narradas nos jornais.

A vitória da oposição em 1974, atribuída como *ressaca cívica nacional* (SILVA, 2009), acabou por mover as enunciações que se somavam no que se refere à transição política.

No entanto, a redemocratização ganharia institucionalidade apenas em 1988, quando promulgada a chamada *Constituição cidadã*, que eliminaria o entulho legislativo do ciclo autoritário. Nesses catorzes anos, as memórias da ditadura e as narrativas da redemocratização estavam sendo edificadas. As produções fílmicas, os dossiês, as biografias, as entrevistas, os jornais e suas articulações de opinião, manipulavam memórias a serviço da busca da reivindicação por uma identidade política para a democracia brasileira. As expressões públicas de memória construídas pela cobertura da imprensa a acontecimentos específicos ajudariam a peneirar lembranças e esquecimentos, a fim de consagrar uma determinada identificação da sociedade com *uma história que estava sendo construída*.

Neste capítulo serão analisadas, a partir da *Folha de São Paulo*, o que podemos chamar de memórias conciliadas. Alguns acontecimentos amplamente noticiados e interpretados durante a transição política brasileira, ao servirem como pontos de curvatura na narrativa da redemocratização e na própria construção de memórias e de esquecimentos sobre a ditadura civil-militar, foram partilhados e edificados pelos impressos, pelos testemunhos daqueles anos, pelas gerações posteriores e pelas novas mídias, num concerto de conciliação com o passado. Ajustamento, concordância, assentimento, conformidade ou entendimento: "o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação da identidade, de um catalisador de reconhecimento social" (POLLAK, 1989).

Um momento de condensação de tais operações narrativas ocorreu quando da morte de Vladimir Herzog dentro das dependências do II Exército em São Paulo, amplamente noticiada, questionada e interpretada pelos veículos de comunicação de todo o país. A comoção enternecida pela realização de um Ato Ecumênico em memória do jornalista, que reuniu cerca de oito mil pessoas, acontecido na Praça da Sé em São Paulo, reorientou a atuação da imprensa perante as ações do regime, burlando a censura e levantando as denúncias de desaparecidos e mortos políticos sob a responsabilidade dos aparelhos do Estado. No segundo subcapítulo trataremos das notícias-acontecimento produzidas acerca da promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, já com o AI-5 extinto, além da reforma partidária, num momento de afirmação de narrativas da redemocratização no âmbito das movimentações político-partidárias. No terceiro subcapítulo serão abordadas as narrativas conciliatórias logo após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira e as ressignificações da luta pelas *Diretas* e pela eleição do civil Tancredo Neves em janeiro de 1985.

As lacunas na abordagem histórica desses processos são bastante notáveis, as quais não se pretende que sejam preenchidas por este trabalho, mas não deve esmorecer o esforço por atribuir densidade ao tempo presente e ao estudo sobre a operacionalidade das culturas

políticas no Brasil contemporâneo, a partir dos suportes analíticos disponíveis. Através desse enredo, pode-se talvez cumprir a dupla tarefa dos historiadores segundo Henri Rousso: "satisfazer a necessidade de estabelecer ou restabelecer verdades históricas, com base em fontes de informação tão diversas quanto possível, a fim de descrever a configuração de um fato ou a estrutura perene de uma prática social", mas também "expor e explicar a evolução das representações do passado, como sempre se tentou escrever a história dos mitos e das tradições que são as formas mais evidentes de presença do passado" (ROUSSO, 2006, p. 97).

4.1 As conciliações: o acontecimento-memória Herzog

> O instante decisivo na vida do fotógrafo santista Silvaldo Leung Vieira foi também um instante decisivo para a vida política brasileira. Aluno do curso de fotografia da Polícia Civil de São Paulo, Silvaldo fez em 25 de outubro de 1975, aos 22 anos, ***a mais importante imagem da história do Brasil naquela década***: a foto do corpo do jornalista Vladimir Herzog, pendurado por uma corda no pescoço, numa cela de um dos principais órgãos da repressão, o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna).[1]

O trecho acima faz parte de uma reportagem assinada por Lucas Ferraz da sucursal de Brasília, na edição do quinto dia do mês de fevereiro de 2012 do caderno *Ilustríssima* da *Folha de São Paulo*, ao localizar em Los Angeles o ex-estudante de fotografia da Polícia Civil que, "em aula prática" no mês de outubro de 1975, registrou o cadáver do jornalista Vladimir Herzog. A repercussão de se ter encontrado "o fotógrafo da mais importante imagem da História do Brasil naquela década" foi imediata. Num exercício de rememoração, salientava-se que "no Brasil de 1975, os 'suicídios' nos porões da repressão eram quase uma rotina". O comentário foi corroborado pela lembrança do também forjado suicídio do militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), José Ferreira de Almeida, o Piracaia, morto no mês de agosto do mesmo ano após sua detenção no DOI-Codi. Assim como ocorrera após a morte de Herzog, em nota oficial, afirmava-se que ele havia se enforcado amarrando o cinto do macacão à grade da cela.

A morte de Herzog não foi um caso singular. Em meio a tantas outras fez parte de uma rotina repressiva e intencionalmente orquestrada. Todavia, a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, dois meses depois da morte de Herzog, também fotografado por Silvado Leung Vieira, igualmente com a versão oficial de suicídio, num momento em que os questionamentos sobre a morte de Herzog eram intensos, serviria como prova

[1]Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml

circunstancial de que os suicídios vinham sendo mal explicados e que o Estado ludibriava sobre suas ações. A morte de Manoel Fiel Filho acabaria, consequentemente, por pressionar ainda mais a máquina repressiva e os órgãos de segurança do Estado, desaguando na tumultuada demissão do comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello, pelo presidente Ernesto Geisel.

Iniciamos, aqui, dando atenção à inscrição do acontecimento no tempo. Enquadrado na memória histórica, o caso Herzog tornou-se um emblema da repressão e da luta contra a ditadura. No ano de 2012, em plena ebulição dos debates em torno da Comissão da Verdade, a produção de notícias entrelaça-se com um passado que está longe de ser encerrado em meio ao processo de democratização político e social brasileiro. *Memorialisticamente* presente como tema de reportagens, dossiês, biografias e produções fílmicas; e *historiograficamente* destacado em obras diversas, como um passado presente, cuja historicização pressupõe refletir as relações problemáticas entre memória e história. Manejadas politicamente de acordo com os intentos do presente, as memórias veiculadas passam a integrar o "território do historiador". Em outras palavras, neste processo, cabe à historiografia "a tarefa da apreensão da relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado" (SILVA, 2002).

A memória, coletiva ou individual, integra-se às tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento, que devem satisfazer a certas exigências de justificação (POLLAK, 1989, p.9). Nesse sentido, o enquadramento da memória operado por atores profissionais, como os jornalistas, está vinculado a uma "produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens". Por sua vez, ainda fazendo uso da perspectiva de Pollak, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus e bibliotecas, que se encaixam nas engrenagens dos *deveres de memória* (RICOEUR, 2007). Como reforço aos sentimentos de pertencimento, no tempo presente os *mass media* assumiram a tarefa de construir símbolos, emblemas e memórias históricas consensuais: "o trabalho de veiculação de uma determinada memória, intervêm na definição de um consenso social e dos conflitos de um determinado momento conjuntural" (POLLAK, p.11). O constante reforço em sustentar a fotografia de Herzog como *a mais importante imagem da História do Brasil naquela década* reforça a identificação da sociedade com um acontecimento que se tornou a chave nas reminiscências sobre o fim da ditadura. Todas as testemunhas da repressão tornaram-se *potenciais Herzogs*, enquadrando uma memória da sociedade-vítima, do regime obscuro e da imprensa obstinada pelo direito à informação. *Voltemo-nos à escritura do acontecimento na Folha.*

Numa segunda-feira de outubro de 1975, lia-se na página 3 do *1º Caderno* da *Folha*, na coluna vertical do lado direito, uma discreta e comedida notícia:

> O jornalista Wladimir Herzog, de 38 anos, diretor do Departamento de jornalismo da TV Cultura - Canal 2 que se suicidou na tarde de sábado nas dependências de um órgão do II Exército, segundo nota oficial deste, será sepultado hoje no cemitério israelita do Butantã no km 13,5 da rodovia Raposo Tavares.[2]

O texto fazia uma breve descrição da trajetória pessoal e profissional do jornalista e, logo abaixo, era apresentada a nota oficial daquele órgão de segurança dando seu parecer ao caso. Nela, expunha-se a data em que Herzog havia se apresentado "ao ser convidado a prestar esclarecimentos". Foi apresentada uma suposta declaração escrita de próprio punho em que o jornalista confessava sua ligação e militância no PCB e descrevia-se ainda que "as atitudes do Sr. Vladimir Herzog, desde sua chegada ao órgão do II Exército não faziam supor o gesto extremado por ele tomado". Para finalizar, como numa justificativa antecipada, salientava-se que as prisões até então efetuadas "se enquadravam rigorosamente, dentro dos preceitos legais, não visando atingir classes, mas tão somente salvaguardar a ordem constituída e a Segurança Nacional".

A notícia expressava uma fatalidade que não era inédita. Outros *suicídios* já haviam sido narrados nos jornais - mesmo que sutilmente e em pequenos espaços laterais e cantos de páginas - e outras prisões de jornalistas, estudantes, militantes das esquerdas e opositores ao regime, de modo geral, eram de conhecimento público desde que alguns dos principais jornais da grande imprensa estavam livres da censura prévia. Suicídios estes apresentados em números pela reportagem da *Folha* de 2012, ao citar as contas encontradas na obra-reportagem do jornalista ElioGaspari (2003): Manoel Fiel Filho, fora o suposto 39º suicida do regime. O 19º a enforcar-se. Como Cláudio Manuel da Costa, com as meias, sem vão livre.[3] Todavia, de alguma forma, a identificação e o enternecimento da maioria dos principais veículos da grande imprensa com a morte de um dos seus, daria ao caso uma repercussão ainda não vista até então. O apelo social despertado pelo caso acabou por transformá-lo em fonte de capital simbólico. Na ordenação narrativa o assunto ganhou variáveis que o tornavam ainda mais potente em suas funções simbólicas e emblemáticas.

Incorporada aos primeiros escritos e indícios sobre as significações daquela morte, uma nota do Sindicato dos Jornalistas detalhou de forma mais cuidadosa a sequência dos fatos. Ao pedir esclarecimentos, denunciava e reclamava:

---

[2] "II Exército anuncia suicídio de jornalista". Folha de São Paulo. 1º Cadernos, p.3, 27 de outubro de 1975.

[3] "O poeta e inconfidente mineiro Cláudio Manuel da Costa foi o patrono dos "suicidas" nas prisões brasileiras. Morreu enforcado com uma meia comprida em 1789".

> Um fim a esta situação, em que jornalistas profissionais no pleno, claro e público exercício de sua profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida, permanecem sujeitos ao arbítrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas ou de seus locais de trabalho, sempre a pretexto de que irão apenas prestar depoimento, e os mantêm presos, incomunicáveis, sem assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei.[4]

As notícias de inúmeras prisões chegavam até o Sindicato vindas das próprias famílias que buscavam contato com os prisioneiros. Na manhã do dia 24 de outubro, os jornalistas Rodolfo Konder e George Duque Estrada haviam sido encarcerados e tantos outros haviam escapado do cerco. Contudo, Vladimir Herzog, ao ser interceptado naquela mesma noite na sede da *TV Cultura*, concordou em apresentar-se na manhã do dia seguinte. Adentrou pelos portões da Rua Tomás Carvalhal, n° 1030, para de lá não sair com vida.

A intervenção do Sindicato desde o primeiro momento dava forte indício de que o assunto seria tratado com afinco pela classe. Herzog era figura pública e largamente conhecido pela sua atuação no telejornalismo. Desde 1972 trabalhava como editor do programa *A Hora da Notícia* da *TV Cultura*, concebido, segundo o jornalista Audálio Dantas - que testemunhou à proporção que os enlaces do caso tomaram e biografou recentemente a vida de Herzog - como uma possibilidade de "jogar luz na escuridão da informação", com um projeto inovador e dinâmico dentro da telereportagem brasileira (2012, p.64). Diante de tal ousadia, os telefonemas da Polícia Federal faziam parte da rotina da equipe de redação do programa. Tantas eram as proibições que fora criado um mural denunciando o autoritarismo e a censura (DANTAS, 2012, p.95). Na medida em que o programa conseguia repercussões, a suposição de que aquele era um canal guiado por *subversivos* desaguou na demissão da equipe de Fernando Jordão, a qual incluía Herzog, em fins de 1974.

Paulo Egydio Martins, Governador do Estado de São Paulo por indicação de Geisel, objetivava um projeto de comunicação mais desenvolta e liberalizanteem meio à *distensão* anunciada pelo presidente, o que incluía o investimento na qualidade da informação produzido na *TV Cultura*. Para tanto, Herzog em agosto de 1975, fora recontratado e convidado a dirigir o Departamento de Jornalismo, fato que desagradou setores militares que viam em sua atuação televisiva uma *ameaça constante ao regime*. Estava declarada a guerra entre Egydio, que o recontratara, e o chefe do II Exército Ednardo D'Ávilla. O jornalista permaneceria neste fogo cruzado até sua ida sem volta à Rua Tomás Carvalhal.

---

[4]"II exército anuncia suicídio de jornalista". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 27 de outubro de 1975.

Vladimir Herzog havia iniciado sua carreira como repórter do jornal *O Estado de São Paulo* em 1959. Desde então trabalhou na sucursal de Brasília do mesmo periódico, foi secretário e editor no *Show de Notícias* (telejornal diário da *TV Excelsior*) e, em 1965, foi contratado pela BBC de Londres, onde estabeleceu moradia e teve dois filhos com Clarice Herzog, retornando em 1968 ao Brasil, onde, como articulista da revista *Visão*, manteve-se até meados de 1974, emprego intercalado com as aulas que ministrava na Fundação Armando Álvares Penteado e na Escola de Comunicação e Artes da USP. Segundo consta na obra de Audálio Dantas, na *Visão* funcionava uma base do PCB e, apesar de não ser militante, Herzog "acompanhava com interesse as reuniões do grupo" e, mesmo com restrições com aos dogmas do socialismo soviético, cedia sua casa para os encontros. Após um longo tempo de análise, acabou por filiar-se ao partido (DANTAS, 2012, p.89).

Desde que assumiu a chefia do departamento de jornalismo da *Cultura*, em setembro de 1975, seu nome circulou nos órgãos de segurança. A ressaca eleitoral de Novembro de 1974 e os anúncios de distensão política da parte do Governo alertaram os setores mais comprometidos com o regime autoritário e a repressão política. Houve suspensão da censura prévia aos jornais *O Estado de São Paulo*, que celebrava cem anos de existência em 1975, e ao *Jornal da Tarde*, pertencentes ao mesmo grupo empresarial, mas paralelamente ocorria a execução da Operação Radar de caça aos comunistas, particularmente contra o PCB, desde 1973. Para Tomas Skidmore (1994, p.339), a caça aos comunistas liderada pelo Ministro da Justiça Armando Falcão aprofundou-se após o processo eleitoral de 1974 por causa da convicção de que teriam sido peça-chave na vitória do MDB. Por todo o país, lideranças do PCB, particularmente as vinculadas ao MDB, foram presas e, em casos comuns, desapareceram.

Na segunda metade daquela década, segundo Maria Paula Nascimento Araújo, as esquerdas brasileiras, após a derrota da luta armada, compuseram-se "em torno da luta por liberdades democráticas", o que permitiu "esta esquerda se somasse e, em muitos casos, liderasse o movimento civil contra a ditadura militar que começava a ganhar expressão". Estava lançada a operação que repreenderia qualquer vestígio de vínculo entre imprensa e comunismo e Herzog seria uma das vítimas daquela *caça*. Além de sua morte, fizeram parte daquele ciclo repressivo diversos ataques contra a esquerda envolvida com a redemocratização, incluindo o assassinato de membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1976 (ARAÚJO, 2004, p. 166-167).

Publicamente conhecido por sua presença constante no telejornalismo do país, a morte de Herzog abalaria a relação entre a ditadura e os órgãos de imprensa. Além do Sindicato dos

Jornalistas, a intervenção da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) pedindo vistas ao caso foi amplamente noticiada e, com o passar dos dias, a também atuação da comissão executiva do MDB, do Episcopado e dos estudantes da USP. A morte de Herzog canalizou descontentamentos ao passo em que levou a questionar as liberdades civis e da imprensa. Considerava-se que a prisão de jornalistas em São Paulo e a morte de Vladimir Herzog representavam "o cerceamento da liberdade de imprensa no país" e apelava-se a todos os meios de comunicação do Brasil que cerrassem "fileiras em defesa da liberdade de imprensa como patrimônio permanente do povo brasileiro".[5]

O acesso à informação e a importância desse *organizador do cotidiano*, intérprete e vigilante das ações políticas - postura esta firmada pelo *mass media* no decorrer do século XX -fez com que a imprensa atribuísse a si "o papel central na defesa dos interesses dos cidadãos contra quaisquer tipos de violações e abusos cometidos pelo Estado". (DE LUCA; MARTINS, 2009, p.124) Esta vigília ensejou uma relação de credibilidade com os leitores. As liberdades de expressão e da imprensa instituíram-se como signos da cultura política de regimes democráticos. Confiabilidade assegurada pela própria defesa, por parte dos jornalistas, de que a informação impressa seria um patrimônio público. Portanto, não só a fragilidade da tese de suicídio, mas também as reações desassossegadas dentro do Congresso, da grande imprensa e das classes médias urbanas construíram a narrativa dos dias subsequentes à morte de Herzog.

> As áreas governamentais, surpreendidas pelo vulto das reações provocadas pela morte de Vladimir Herzog, começam a articular medidas visando neutralizar o impacto negativo sobre a opinião pública. [...] Na verdade, o cadáver de Vladimir é exatamente igual às centenas e talvez milhares de cadáveres de presos assassinados pelos esquadrões da morte, e Vladimir, quando vivo, tinha exatamente os mesmos direitos fundamentais da pessoa humana que nunca reconhecemos à camada mais baixa da nossa sociedade. [...] Por que o escândalo, então, com mais um cadáver? Sem desprezar a hipótese da exploração esquerdista, levantada pelas autoridades, poderíamos lembrar também, que Vladimir era um membro de classe média, e que esta demonstra uma extraordinária capacidade de comover-se ante a violência, principalmente quando atinge um dos seus integrantes. Ao final da guerra, os alemães faziam filas para ver com os próprios olhos – porque se recusavam a acreditar – os resultados da violência nos campos de concentração. E viam cadáveres. Apenas cadáveres.[6]

Para Décio Saes, o regime militar deu um tratamento complexo à questão da cidadania política, ao buscar confina-la e reduzir os efeitos práticos do exercício do voto ao mesmo tempo em que preservava a "simbologia liberal-democrática". Isso ocorria porque "o regime

[5]"ABI pede total esclarecimento". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 29 de outubro de 1975.
[6] R.L. "O Espanto ante a morte". Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 30 de outubro de 1975.

militar não poderia deixar intactos o alcance e o modo de organização do processo eleitoral, bem como a configuração do sistema partidário, sob pena de trazer de volta ao governo forças políticas que se oporiam à nova configuração da hegemonia política". Por outro lado, também era seu interesse "prestar culto à liberal-democracia, caso quisesse conservar a classe média urbana - ou pelo menos a parte mais importante dela. os chamados "formadores de opinião" - como a sua base social de apoio" (SAES, 2001). Isto servia como forma de mostrar o regime como um defensor da sociedade contra as iniciativas de uma esquerda que procuraria acabar com a democracia e as liberdades individuais, através do discurso anticomunista recorrente. Contudo, o ambiente político de meados da década de 1970, desnudou tal estratégia. As vitórias eleitorais da oposição criaram mais do que meros problemas habituais, pois houve uma importante repercussão social que se aliou à crise econômica nascente. Finalmente, a morte de Vladimir Herzog, nas circunstâncias em que ocorreu, acabou com qualquer formalismo pretensamente legal do regime. As camadas médias urbanas deixavam aos poucos de garantir a legitimação política do regime.

Quando o velório reuniu representantes de entidades diversas no pátio do Hospital Albert Einstein, as tensões se ampliaram. Centenas de pessoas também compareceram ao cemitério israelita do Butantã, localizado à margem da rodovia Raposo Tavares. Daquele momento em diante, reuniões na sede do Sindicato dos Jornalistas seriam organizadas, avolumando-se a adesão de setores da sociedade e o silêncio em tornodas ações de torturadores nos órgãos de segurança do Estado foi rompido. Um momento crucial de compartilhamento amplo por parte de diversos representantes da sociedade ocorreu quando da realização de um culto ecumênico na Catedral da Sé, em memória de Herzog, ao amplificar as vozes dos que denunciavam o regime para que ecoassem em todo o país (DANTAS, p.257 - 258).

Percorrendo toda a grande imprensa, as notícias sobre o culto em homenagem ao jornalista mostravam as hostes governistas desassossegadas, ao mesmo tempo em que pressionavam os setores que envolviam a chamada *linha dura*. Nas páginas da *Folha*, as autoridades encarregadas pela Segurança Nacional diziam não permitir, em hipótese alguma, "que a morte do jornalista Vladimir Herzog fosse transformada em bandeira de luta de interesse do Partido Comunista", asseguravam "fontes governamentais".[7]

> A linha de raciocínio que vem sendo seguida nos mais altos escalões de Brasília é a seguinte: as manifestações de caráter classista que vêm ocorrendo (no caso, o dos

[7]"Governo adverte: agitação será coibida". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.3, 30 de outubro de 1975.

> jornalistas) são justas e compreensíveis na medida em que refletem, inclusive, um clima emocional exaltado. O que não poderá ser tolerado é que estas manifestações extrapolem o conteúdo emocional e classista, estendendo-se para outros setores com o claro sentido de propagar um clima de agitação por todo o País.[8]
> Existe tolerância quanto a manifestações pacíficas, despidas de caráter político. Essas manifestações, no entanto, são acompanhadas de perto pelas autoridades, que agirão tão logo o seu sentido seja desvirtuado com o objetivo de se fazer agitação. Quanto a isso, ressaltam as fontes, a circular enviada pelo ministro da Justiça aos governadores é bastante oportuna, pois uma escalada de violência, no ciclo manifestações-agitação-repressão, só interessa aos comunistas, ansiosos por outros mártires que favoreçam sua luta pela derrubada do regime.[9]

Havia espaço para a articulação dos setores mobilizados com a morte do jornalista e, através de pequenas fendas, construíam-se tentativas de interpretar aquele presente incerto. Porém, precavidamente, havia uma brandura na narrativa e mantinham-se constantes as advertências de que a comoção da sociedade não ganhasse *caráter político,* além das até então precauções que envolviam a *ameaça comunista*. A situação gerava, ainda, opiniões conflitantes entre os que compunham o Senado e a Câmara, conforme registrado pela *Folha.* Houve publicação do posicionamento do Senador arenista Petrônio Portela que reclamava o combate à *subversão* com todo rigor, mas também do líder do MDB Roberto Saturnino e do Senador Leite Chaves defendendo os direitos fundamentais da pessoa humana e a desaprovação à atuação das Forças Armadas em atividades repressivas.[10]

Tais posicionamentos dão indícios de que o debate público sobre a natureza repressiva do regime ganhava a imprensa. Contudo, nas sessões de articulistas de opinião, havia ainda um espaço amplo às narrativas oficiais, que mantinham a tentativa de suavizar o caso. Talvez por precaução, as versões de suicídio eram sempre contundentes. Agarrado a uma tentativa de objetividade, as aspas davam alguma segurança às narrativas que a *Folha* apresentava. Mas o caso, pela repercussão, não poderia ser omitido em meio ao mercado de notícias-acontecimento dirigido a leitores mais atentos.

O culto ecumênico reuniu cerca de oito mil pessoas e traduziu-se em divisou de águas na relação entre a imprensa e a ditadura. O editorial do dia 1º de novembro da *Folha de São Paulo,* após seis anos de abstenção voluntária e de autocensura, defendia que o episódio encerrava uma lição e sugeria ponderação, recomendada "a todos os radicais, de um e de outro lado". Salientava que o evento havia terminado sem que os presságios se tivessem concretizado: "manifestaram-se todos os que sentiram o alcance do acontecimento. Porém tais manifestações decorreram tranquilamente e sem nenhum incidente". Acautelava-se ainda que os jornalistas haviam formulado "protestos dentro da ordem e dos limites permitidos pela

---

[8] "Governo adverte: agitação será coibida". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.3, 30 de outubro de 1975.
[9] "Governo adverte: agitação será coibida". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.3, 30 de outubro de 1975.
[10] Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 29 de outubro de 1975.

legislação em vigor", os estudantes "pronunciaram-se com aquela inconformação peculiar aos jovens, todavia sem exageros ou violência" e "as diversas camadas da população, comovidas com o lamentável acontecimento, tiveram os seus intérpretes naturais nos parlamentares que, no Congresso Nacional, deixaram consignadas veementes orações repudiando a insegurança".[11] Fleuma a apaziguamento presentes também nos artigos de opinião que dividiam a página com o editorial.[12] Respirou-se com alívio, pois um possível protesto armado poderia fazer com que o governo apertasse os cintos e regredisse o já lento processo de distensão.

Na sequência de páginas, em matéria seccionada por intertítulos, narrava-se a sucessão das horas na Praça da Sé. Houve entre os celebrantes uma visível preocupação com as *consequências* daquela reunião que ganhara tamanha proporção, ao solicitarem aos presentes que a calma e a ordem fossem mantidas para evitar *confrontos indesejáveis*:

> D. Paulo, retomando a palavra, põe o ponto final da cerimônia, renovando o apelo a ordem, reiterando o que fizera o presidente do sindicato: "vamos sair em silencio, em pequenos grupos, de cinco ou dez pessoas que se conhecem. Ninguém grite, ninguém ouça quem queira gritar".[13]

No geral, foram apontadas apenas duas falhas: não havia chegado o ministro presbiteriano até o início da celebração, nem o coral da escola de biologia da USP, que se encarregaria dos acompanhamentos musicais.[14] Falhas estas resultantes da Operação Gutemberg, coordenada por Sérgio Paranhos Fleury, organizada para impedir ou tardar a chegada de mais pessoas até o local e acompanhar o ato com agentes infiltrados nas proximidades da Catedral. Barreiras montadas em pontos específicos da cidade paravam os veículos para o exame de documentos. Em alguns minutos as ruas estratégicas que levavam até a Sé estavam congestionadas (JORDÃO, 2005; DANTAS, 2012). No entanto, quanto a esta operação, nenhuma menção. Eram apenas apontadas *as duas falhas.*

O ato na Praça da Sé foi amplamente dotado de significações. O fato de não ter sido necessária a intervenção dos agentes de segurança, que ultrapassavam uma centena naquele espaço público, não significou que o regime tivesse sido poupado de hostilizações. A proporção da repercussão que a morte de Vladimir Herzog ganharia após o Ato seria de longo alcance, ao contrário do que criam algumas manifestações publicadas na *Folha*, quando o

---

[11] Editorial: lição e ponderação. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 1º de novembro de 1975.

[12] "Abaixar as Armas" da sucursal de São Paulo, "Do ecumenismo à distensão", da sucursal de Brasília; "Políticos e Compreensão" da sucursal do Rio de Janeiro. Folha de São Paulo, 1º caderno, p.2, 1º de novembro de 1975.

[13] "8 mil assistiram o culto ecumênico na Sé. Folha de São Paulo". 1º Caderno, p.3, 1º de novembro de 1975.

[14] "8 mil assistiram o culto ecumênico na Sé. Folha de São Paulo". 1º Caderno, p.3, 1º de novembro de 1975.

jornal *pedia que as feridas fossem cicatrizadas*. As opiniões emitidas pelo oficialismo ganhavam maior destaque e espaço em relação à tímida cobertura das ações de setores da sociedade organizada. Os comentários elogiosos à atuação do presidente buscavam *restringir a culpa* a uma parte bem específica das Forças Armadas. Na lógica de apaziguamento, a visita do General-presidente Geisel a São Paulo foi descrita pelas narrativas de opinião como um *desarmamento dos espíritos exaltados*:

> A presença do Presidente da República no nosso Estado, quando mais incertas eram as expectativas, constituiu, sem dúvida, um elemento apaziguador dos ânimos mais acirrados. A serenidade de que deu mostras o chefe da Nação, lamentando a ocorrência, e comportando-se com aquela gravidade e comedimento que todos esperavam, contribuiu de maneira incontestável para o clima de confiança que se veio agora estabelecer. Passado o tufão com que nos ameaçavam os mal intencionados cicatrizem-se as feridas e aquietem-se os espíritos mais exacerbados. [...] mais do que nunca impõe-se a união, a compreensão e a ordem[15].

Audálio Dantas (2012) descreve o tratamento dado pela imprensa ao presidente durante o caso como "marido traído". Exposição corroborada pela reunião de manifestações na *Folha*, que em geral imputavam a fatalidade unicamente a transgressões dos órgãos de segurança comandados por subalternos, os quais por sua vez *praticavam excessos*.

> No aclive da violência característica de nossos dias, temos visto com frequência nas mais diversas regiões do globo que não são apenas os partidários da subversão e do terror que merecem a mais formal condenação dos que amam as liberdades públicas e a segurança das instituições. Não raro, as dinâmicas das repressões, perdidas as noções de respeito à dignidade do homem tem descambado para ilegalidades flagrantes, envolvendo muitas vezes, em suas representações, personalidades eminentes inteiramente alheias aos exageros dos subordinados. O presidente Geisel inspira e merece confiança. Mas a oposição, no seu conjunto, fez por inspirar e merecer respeito. Este é o saldo da semana que passou. Primeira etapa de uma crise política – a mais grave que o País atravessa desde a candidatura de Geisel. O presidente agiu como estadista e como homem. Soube usar de sua autoridade como chefe da Nação e da sua sensibilidade e consciência como ser humano. A oposição - e todos os setores da sociedade brasileira que assumiram uma atitude crítica no caso Herzog – agiu com sua sensibilidade naturalmente aguçada por uma tragédia deste quilate, mas não permitiu que as emoções superassem as razões.[16]

Geisel sairia beneficiado com o desenrolar dos acontecimentos. Sua presença em São Paulo coibiria a indisciplina dos militares ligados a Silvio Frota que estavam obstinados a discordar do projeto de distensão dos moderados. O que não significava que o presidente estivesse disposto a acentuar o processo de distensão. Desde os resultados eleitorais de 1974, adotara-se a tática de criticar o governo, mas elogiar o Presidente: "tática ditada pela

[15]Folha de São Paulo, 1º Caderno, 2 de novembro de 1975.
[16] As duas forças. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 4 de novembro de 1975.

necessidade de assumir uma atitude crítica, mas salvaguardar a imagem do Presidente, no qual se via 'agente preocupado com a abertura'" (CAPELATO; MOTA, 1980, p.216).

Apesar de ter saído em defesa da Geisel, a comoção da sociedade em torno da morte do jornalista, o destaque da luta pelos direitos humanos e as narrativas que se multiplicavam em entidades diversas nas páginas da grande imprensa brasileira denunciando a perversidade dos órgãos de segurança, serviram como "divisor de águas para o principal jornal do grupo Frias-Caldeira, que embora cautelosamente, passa a assumir, desde então, uma postura mais independente" (PEROSA, 2011, p.166). Dali em diante, o jornal adotaria uma "atitude mais agressiva" e ganharia "mais prestígio ao incorporar jornalistas mais polêmicos como Mino Carta, que trabalharia como articulista do jornal entre 1976 e 1977, e entre 1981 e 1982; e Alberto Dines, que desde 1974 fazia parte da equipe jornalistas da *Folha* por intermédio de um convite feito por Claudio Abramo" (CAPELATO; MOTA, 1980, p.216).

Nas narrativas que envolviam a morte de Herzog, Alberto Dines era, de fato, um articulador ousado na redação da *Folha*. Em sua coluna "Jornal dos Jornais" (JJ), uma semana após o incidente e pelos meses seguintes faria menção ao caso e examinaria detidamente a atuação da grande imprensa no que se referia ao suicídio forjado.

> O único jornal a noticiar em sua edição de domingo a morte de Vladimir foi "O Globo". "O Estado de São Paulo" noticiou apenas a sua prisão. A notícia chegou à redação do "Jornal do Brasil" em tempo útil de ser incluída na edição de domingo, mas o plantonista ficou temeroso e deixou-a de fora. Autocensura embota qualquer jornalista.[17]

Dava-se conta de que aquele era um acontecimento que merecia a abordagem de toda a imprensa. Não abordá-lo deslegitimava a atuação jornalística. A vigília jornalística entre os seus pares permite que percebamos a relevância atribuída à imprensa como instituição central da vida moderna (CRUZ; PEIXOTO). Além do que, como produto de consumo, construir-se como justiceiro perante os concorrentes de mercado constitui uma forma de angariar credibilidade e aparentar objetividade e neutralidade jornalística. Dines criticou a cobertura d'*O Globo* como uma "situação típica do jornal contra a notícia", que mesmo noticiando a morte do jornalista no domingo, ofereceu uma cobertura contida ante a repercussão nacional e internacional do caso. E sem justificativa segundo Dines, sendo que "não havia restrição alguma por parte dos órgãos censórios". Quando aos outros jornais, caracterizava:

[17]Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 2 de novembro de 1975.

> "Veja" que saiu na segunda-feira (fecha no sábado), não pôde incluir nada sobre o assunto. Mas 'Manchete' que se fecha na segunda, quando o caso estava em todos os jornais não deu sequer uma linha. O semanário "Opinião" ficou de fora porque foi censurado. Os censores cortaram inclusive a nota do II Exército esclarecendo a morte.[18]

Como agir diante aquela *constrangedora transgressão*? Foi substancial registrar, comentar, entremear e configurar o caso Herzog. Porém, devido às amarras próprias da imprensa brasileira naquele momento em que a censura, a autocensura - sem falar nos colaboracionismos - interferiam na produção de narrativas de opinião dos jornais, a atuação de cada impresso era manejada de diferentes formas. Além do que, num cenário complexo em que ninguém é apenas espectador e todos atuam, as conjunturas que envolveram a morte do jornalista e seus desdobramentos serviram como base para que se verificasse a extensão do alinhamento, da censura e dos conflitos na relação entre Estado e imprensa desde o golpe.

O Estado de São Paulo e *Jornal da Tarde*, mais rigorosamente próximos a uma postura liberal, eram "aliados da facção castelista que acabava de reconquistar o comando do governo" e empenharam-se numa "luta simbólica para constranger os 'duros', valendo-se da morte do jornalista" (PEROSA, 2001, p.192). No que se refere ao conglomerado dirigido pelo Grupo Frias-Caldeira, a *Folha da Tarde* mantinha-se conivente com os *excessos* do regime, produzindo as notícias a partir das orientações da polícia e a *Folha de São Paulo*, como já salientado anteriormente, cautelosa, ambígua, mas segundo alguns intérpretes demonstrando uma "imparcialidade obstinadamente perseguida" (PEROSA, 2001, p.193).

Porém, mesmo dentro deste espectro ambivalente da *Folha de São Paulo*, Dines mantinha o episódio aceso. Naqueles idos, o senador Jarbas Passarinho havia condenado a atuação da censura e o assessor de imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto, havia declarado que a imprensa comportava-se com *senso de responsabilidade*, desde a morte do jornalista. Estes não eram meros comentários salientava Dines: "em política, como em tudo, não existem fatos desgarrados acontecendo gratuitamente. Um afrouxamento de tensões sucedeu à crise que se prolongou por quase duas semanas". O jornalista referia-se às medidas sociais como a reforma nos critérios e faixas de desconto do Imposto de Renda e ainda uma possível descompressão salarial. Tentou-se um *desaperto na área da política* junto com a repressão sobre certos órgãos da imprensa, notadamente a revista *Veja*, os semanários políticos *Opinião* e *Movimento* e o diário *Tribuna da Imprensa*. A última edição da *Veja*, que deveria tratar da morte de Herzog e da crise política subsequente, fora censurada. Quanto às

[18]DINES, Alberto. Jornal dos Jornais: Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 2 de novembro de 1975.

exceções ao caso, condenava a atuação do *Jornal de Minas* e do *Jornal do Comércio* em Recife, que adotaram a postura de acusadores de Herzog. Diante de tal conjuntura, Dines elogiava a atitude de Mino Carta, então diretor de redação da revista *Veja*, cuja Carta ao Leitor teria sido *antológica*.

> Pela contenção da linguagem, pela força do protesto, pela coragem da simplicidade. Em quinze linhas, Mino diz que não pôde relatar tudo o que aconteceu, mas informa que algo de importante aconteceu comprometendo-se com os leitores a fazê-lo na primeira oportunidade. [...] esta página da "Veja" vai certamente para o álbum de história da censura no Brasil. E certamente não para o capítulo da 'auto-censura'. [19]

A abordagem da imprensa delineou a narrativa que passaria à *história*. O jornalismo tomou para si, nessa veemente preservação do presente como passado para o futuro, a tarefa de alimentar o acontecido de sentido histórico, pinçando no próprio cotidiano do jornalismo, enquanto prática de mediação entre tempos, aquilo que se tornaria conhecimento histórico. É assim que corroboramos com a afirmação de Mateus Henrique Pereira, de que "a promoção do acontecimento é inseparável da afirmação de que não há enunciação histórica que não passe pela construção de uma narrativa na qual o evento assuma o duplo papel daquilo que acontece e do que é inscrito nas transformações na ordem do tempo", o acontecimento "não é força, ruptura, nem banalidade, é um fundamento da identidade narrativa" (PEREIRA, 2009, p.65).

O resultado do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pelo comando do II Exército foi divulgado pela *Folha* na metade de dezembro, um mês e alguns dias após a morte de Herzog. Nele concluía-se a ocorrência de "voluntário suicídio, por enforcamento, não sendo apurado qualquer crime previsto no Código Penal Militar, transgressão disciplinar prevista nos Regulamentos Militares, ou qualquer ilícito penal".[20] O IPM foi divulgado na integra pela *Folha de São Paulo,* isolado, sem artigos de avaliação sobre seu conteúdo. Naquele momento a abordagem sobre o assunto ocorria de modo disperso.

A inscrição do acontecimento tomou novo fôlego quando foi publicado na *Folha* um comunicado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo informando que havia sido encaminhado à 1ª Auditoria Militar de São Paulo um ofício assinado por 467 jornalistas, no qual eram levantadas indagações a respeito do IPM. O ofício foi apresentado na integra, expondo as contradições do inquérito resultante de "uma tragédia que abalou não só a categoria, mas a consciência de toda a Nação".[21] E quem exporia *a pedra que se tentava pôr*

---

[19]DINES, Alberto. "Jornal dos jornais". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.6, 9 de novembro de 1975.
[20]II Exército divulga relatoria. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2 - 3 – 4, 20 de dezembro de 1975.
[21] Sindicato encaminha memorial para justiça. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.5,13 de janeiro de 1976.

sobre o assunto seria Dines, criticando que nenhum dos grandes jornais brasileiros, seja em editoriais, reportagens, ou através de articulistas, dispôs-se a questionar as conclusões do IPM. Completando que, "com a cumplicidade silenciosa da imprensa brasileira, está consagrada a tese de que Vladimir Herzog 'praticou suicídio por enforcamento'. Caso encerrado".[22]

É manifesto que o caso não havia sido encerrado. Apesar da ânsia dos envolvidos no resultado do IPM em virar a página fundamentando a tese de suicídio com base na inexistência de *atitudes-limite* para com os presos políticos, o caso tomou novo fôlego quando o acidente Herzog se repetiu dois meses depois, sem muita imaginação: no mesmo local, no mesmo dia da semana, quase na mesma hora, naquele início de 1976. Apesar de haver um esforço nas narrativas de articulistas da *Folha* em não negligenciar os acontecimentos que se sobrepunham e que expunham a crise iniciada em outubro de 1975, há novamente uma campanha orquestrada em incriminar um setor bem específico no que se refere às mortes dentro das instituições de segurança e ainda uma narrativa que valorizava a salvação da ordem contra a subversão. Respaldado pelo comentário de uma alta fonte governamental, "que se não espelha a realidade, está muito próxima dela", salientava-se que:

> Os órgãos de segurança foram estruturados para o combate à guerrilha urbana, e provaram sua eficiência liquidando o terrorismo. Os meios utilizados nessa luta eram os adequados à emergência, e os excessos se justificavam pela necessidade de salvar vidas ameaçadas pelos subversivos. O terror acabou, mas a estrutura continuou a mesma, e não se deu conta de que os métodos de combate deveriam ser adaptados a nova situação, em que, não havendo guerra aberta, não se podem aceitar certos procedimentos.[23]

O assunto em pauta foi causado pela demissão do comandante do II Exército General Ednardo D'Ávila Mello, considerada, pelos articulistas de opinião da *Folha de São Paulo*, a transferência de culpabilidade à *ala radical/dura* do exército, persistindo na narrativa de um passado consagrado pelo tratamento reto à subversão e que os excessos cometidos nestes últimos casos não tinham o amparo de Geisel e dos apoiadores da transição.

Junto ao episódio Fiel Filho, o relato do jornalista Rodolfo Konder, distribuído pelo Sindicato dos Jornalistas em cópia integral aos integrantes da grande imprensa brasileira, logo após ser posto em liberdade, contando os maus tratos sofridos por ele no DOI e alguns detalhes da breve permanência de Herzog naquela dependência, despertou novamente o caso que criava raízes cada vez mais profundas como notícia-acontecimento e guiava a chamada opinião pública às *sombras* que encobriam o país. No entanto, apesar da condenação às

[22]DINES, Alberto. Coluna Jornal dos Jornais. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 28 de dezembro de 1975.
[23]R.L. Procedimentos inaceitáveis. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 20 de janeiro de 1976.

arbitrariedades do regime, o esforço em fazer reconhecer por autêntico o poder e a atuação do General-presidente Ernesto Geisel, o jornal juntou-se ao governo ao desqualificar denúncias de desrespeito aos direitos humanos feitas na Inglaterra. A comissão executiva do Partido Trabalhista britânico, ora no Governo, havia aprovado uma moção, lamentando o convite ao presidente Geisel, "líder de um dos regimes mais opressivos do Continente" para visitar o país. Outra denúncia encontrou repercussão nos Estados Unidos, em editorial do *The Washington Post*, no qual se afirmava que o Brasil abandonara os ideais democráticos havia uma década e era conhecido por manter "um dos regimes mais brutais do Continente, assim como o Chile". As narrativas que envolviam e circundavam a morte de Herzog e também de Fiel Filho, eram relacionadas a exemplar atuação de Geisel naqueles idos conturbados.

> Só a má fé ou a desinformação poderiam ignorar os progressos feitos nos últimos dois anos em direção á normalidade institucional. [...] Basta ver que nesse período, obtivemos quase integral liberdade de imprensa (os casos remanescentes são exceções que se esperam pouco duráveis), tivemos uma das eleições mais livres jamais realizadas neste país, os direitos humanos - pelo menos dos presos políticos - reencontraram o respeito perdido, e a representação popular igualou ou menos suplantou, em alguns casos, a influência, antes exclusiva, da tecnocracia.[24]

Depois de tamanha obstinação, estava arquivado o inquérito sobre a morte do jornalista. Alberto Dines estampava que, de acordo com a conclusão do juiz-auditor, não haviam sido encontradas razões que justificassem outras versões senão a de suicídio por enforcamento, *por livre e espontânea vontade*. A única novidade foi o trecho no despacho em que o juiz lamentava a "inadvertida entrega ao investigado (Herzog) de um macacão com cinto" o que constituiu para o magistrado "irregularidade administrativa".[25]

> O inquérito está encerrado, mas e o caso está encerrado? A morte do jornalista, seguindo-se a do operário, provocando trauma tão grande em nossa vida institucional, ficam resolvidas com essa simples questão do fornecimento de cintos aos presos políticos? A Justiça Militar arquivou o inquérito, mas está satisfeita a sede de verdade? A opinião pública aceita este encaminhamento? Os jornalistas brasileiros, acostumados com investigações tão mais complicadas, contentam-se com o rumo adotado num caso onde as evidencias saltam os olhos? O caso Herzog será reexaminado, a consciência humana opera milagres.[26]

Conforme a notícia-acontecimento vai sendo esmiuçada pela imprensa e torna-se uma constante em artigos de opinião, cartas de leitores, manchetes e editoriais, é possível alcançarmos, mesmo que sutilmente, posturas políticas, ideológicas, construção de mitos, de discursos e de memórias. A relação veículo midiático/acontecimento tem um traço distintivo

---

[24]R.L. As injustiças flagrantes. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.2, 27 de fevereiro de 1976.
[25] DINES, Alberto. Jornal dos jornais. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.6, 14 de março de 1976.
[26] DINES, Alberto. Jornal dos jornais. Folha de São Paulo. 1º Caderno, p.6, 14 de março de 1976.

em relação às abordagens de outros meios. O caráter multifacetado do acontecimento permite uma série de interpretações de acordo com as particularidades de cada meio de comunicação. Deste momento em diante, serviria como justificativa para acelerar o projeto de distensão e abertura política do Presidente Geisel. Delineia-se, contudo, "um movimento frenético no qual entravam em cena as articulações políticas e sociais de vários grupos que ali transitavam e a necessidade de explicação sobre as ocorrências advindas daquelas ações" (SILVA, 2011, p.98). No que se refere ao mecanismo de introdução do conjunto de narrativas que envolviam Herzog na escritura do acontecimento na cena pública, "é possível identificar, nesse enredamento imediato, várias linhas a se cruzarem, a saber: os arquétipos do cotidiano, as disputas de divulgação, os tipos de agenciamento de sentido as quais eram submetidas e, por fim, a sua escritura de forma a se tornarem notícias" (SILVA, 2011, p.98).

Quase dois anos depois, em 1977, em editorial, as exposições lisonjeiras aos anos Geisel misturavam-se às interpretações da História.

> Os três anos do governo Geisel inserem-se sem sombra de dúvida, entre os mais difíceis do último lustro da História do Brasil. [...] Não obstante e a despeito do denodo e da perseverança com que vem perseguindo a meta da distensão global, o presidente Geisel, [...] foi mais de uma vez obrigado a rever sua linha de ação original. [...] Os azares da História, que muitas vezes se sobrepõem mesmo à mais férrea vontade dos homens, não deixaram de constituir um obstáculo de difícil superação[27].

Salientava-se a existência de um esforço pela renovação das campanhas eleitorais e a dificuldade de impor suas concepções sobre os direitos humanos, às quais teriam deixado de encontrar ressonância nos quadros subalternos[28]. Construía-se a alegação de que Geisel, junto da sociedade, estava lutando pelos caminhos da abertura política. As teias estabelecidas entre as duas eleições acontecidas em 1974 e 1976, onde se presenciou o crescimento da presença oposicionista nos cargos legislativos e nos executivos municipais, bem como a sua aparente prudência perante a morte de Herzog e a punição de Ednardo D'Ávila, serviram como combinação das supostas estratégias de Geisel rumo à abertura.

As notícias envolvendo as conjunturas do caso Herzog permaneceram numa constante na imprensa durante os anos subsequentes, entrelaçadas à ação cível movida pela família do jornalista desde abril de 1976 responsabilizando a União pela prisão, tortura e morte do referido. O andamento da ação foi sublinhado em 1977 a partir da denuncia e acusação por parte do advogado de Clarice Herzog, de que houvera violação do Código Penal pelo médico-legista Harry Shibata, autor do laudo médico junto com o também médico-legista

[27]Editorial "Três anos difíceis". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 15 de março de 1977.
[28]Editorial "Três anos difíceis". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 15 de março de 1977.

Airton Vianna. Naquele momento havia sido expedida uma queixa ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo alegando que Shibata atestara ausência de sevícias quando dois médicos do Exército haviam constatado lesões nos presos políticos Marco Antônio Coelho, Aldo Arantes, Celso Bambrilia, além de outros.

Sob aquela circunstância, Shibata convocou a imprensa e deu uma entrevista coletiva tentando explicar-se. Suas declarações endossaram a contraditória atuação de todos os envolvidos nas mortes de Herzog e Fiel Filho, pois o laudo da morte deste último também fora assinado por Shibata. Segundo declaração de Shibata, o professor de Medicina Legal da USP, Armando Canger Rodrigues, participou do exame, mas não assinou o laudo por ser demissionário do Instituto Médico Legal (IML). Em declaração à imprensa, Shibata relatou ainda que não havia participado do exame necroscópico do corpo e subscreveu o documento dois dias depois do exame. O médico-legista inocentava-se das acusações, transferindo as responsabilidades para os colegas de profissão que fizeram o exame. Entre as contradições, os advogados pediram então o desarquivamento do IPM.[29]

Dines voltou a abordar o assunto e destacou a atuação da imprensa como um *quarto poder*, ao afirmar que os veículos de comunicação estavam sendo o foro onde o caso começava a ser examinado. Lembrou o Julgamento de Nuremberg, instalado pelos aliados logo após a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha e que, de 1945 a 1949, julgou 199 pessoas, sendo 21 líderes nazistas. As acusações foram desde crimes contra o direito internacional até a de terem provocado de forma deliberada a Segunda Guerra Mundial.

> Não foi um instrumento de vingança ou de revanche. Talvez tenha sido intenção dos seus criadores fazer justiça - tanto os criminosos, incontestáveis os crimes. O Tribunal de Nuremberg serviu como um espasmo, convulsão de remorso, confessionário de culpas nem sempre admitidas. Foi um despertar de consciência. Aguçou sensibilidades, espantou, mas também fez sossegar. O horror do nazismo não poderia ser simplesmente espantado ou engolido. Pesadelos esquecidos voltam sempre, agravados por pesadelos piores. Sonhos ruins devem ser exumados, analisados, dissecados e, só então, assimilados e, naturalmente, olvidados. [...] Não pretendiam os juízes de Nuremberg fazer justiça, mas exercitar a memória. [...] O desenrolar de um júri coleciona e arruma os fatos. Aviva lembranças, costura memórias e compõe aquele gigantesco painel da consciência humana. A nossa imprensa, recém-emancipada e ainda presa aos cacoetes e às poderosas impressões das algemas - muito mais perenes que as algemas em si - está em condições de desempenhar esse papel de perplexo indagador. Com serenidade - porque trouxeram do cativeiro aquela paciente disposição em enfrentar o tempo - mas com equidistância - porque é da essência orgânica do jornalismo ouvir os dois lados – estão nossos jornais assumindo sua função de agentes da memória. O ‘caso Shibata’ é o primeiro ‘dossiê’ aberto. [...] Permitiu que aparecessem fiapos de evidências. A

[29] “Shibata violou o Código Penal, diz advogado”. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 20 de agosto de 1977.

> penumbra do esquecimento foi ferida. O esquecimento é a grande injustiça. A criação do Tribunal de Nuremberg foi igualmente ato estratégico – serviu com válvula de escape, suspiro, catarse. Foi simbólico.[30]

A imprensa assumia o gerenciamento da memória política do país, com analogias a atos de justiça. Aqui talvez seja possível mencionarmos o poder de edificação de uma determinada memória coletiva a partir dos *mass media.* O julgamento seria imprescindível, fosse institucional ou através da mediação imprensa. Como *válvula de escape, suspiro, catarse*, tal como sugere o jornalista, o papel indagador da justiça institucional e/ou da imprensa permitiria que a sociedade se desfizesse das amarras arbitrárias. No dia 29 de agosto de 1977 seria decidida pela Justiça de São Paulo a reabertura oficial do caso Herzog. Um dia antes, Dines retoma o texto escrito no domingo anterior e salienta novamente que, pela Justiça ou através das páginas dos jornais, a memória estava sendo reavivada. A peculiaridade da menção ao caso foi a seguinte observação: "lastimamos apenas que o texto do último JJ [Jornal dos Jornais] sobre o assunto não tenha coincidido exatamente com o original enviado. Problemas técnicos".[31]

O Procurador-Geral da Justiça Militar, Milton Meneses da Costa Filho, arquivou a representação da família de Herzog contra o Médico-legista pela "flagrante inconsistência da questão em debate" e para "evitar expedientes supérfluos que em nada redundariam". [32] A audiência da ação movida pela família contra a União, presidida pelo Juiz João Gomes Martins, em 1978 ganharia as páginas da *Folha* novamente, com os depoimentos de George Duque Estrada, Anthony de Cristo, Paulo Sérgio Markun e Sérgio Gomes da Silva sobre as torturas e sevícias que haviam testemunhado e sofrido durante suas estadias nas dependências do DOI-Codi no mesmo período em que Herzog fora morto.[33]

> Tempos atrás tentava-se ainda negar a ocorrência de torturas e quem afirmava que elas existiam era acusado de subversivo e inimigo da Revolução. Depois, quando muitos fatos vieram a público e já não era possível negar que se torturasse, passou-se a acusar de impatriótica a atitude de quem falasse no assunto, pois segundo se dizia, isso contribuiria para denegrir a imagem do Brasil no exterior. Curiosamente, não condenavam a prática de tortura e sim as notícias sobre ela. Com o governo Geisel houve uma grande mudança na situação, especialmente após as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.[34]

---

[30]DINES, Alberto. Jornal dos jornais"A função do júri e o exercício da memória". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.12, 21 de agosto de 1977.

[31] DINES, Alberto. Jornal dos Jornais: A obstrução da verdade. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.8, 28 de agosto de 1977.

[32] Procurador decide pelo arquivamento do caso Shibata. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.5, 21 de setembro de 1977.

[33] Testemunhas confirmam torturas no caso Herzog Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 17 de maio de 1978.

[34] DALLARI, Daniel. Tendências e Debates. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 20 de maio de 1978.

Um Memorial foi entregue à 7ª Vara da Justiça Federal com as alegações finais da ação contra a União: "na introdução do memorial, os advogados destacam 'a importância excepcional deste processo -*que se eleva a categoria de fato histórico* - por ser esta a primeira vez em que se reclama a responsabilidade da União pela tortura e morte de um preso político'".[35]

Clarice Herzog e seus dois filhos moveram então um processo responsabilizando a União pela prisão, tortura e morte de Herzog. Em reportagem, salientava-se que o Juiz Federal João Gomes Martins Filho tinha "lugar reservado na *história* deste país": ele era o primeiro Magistrado proibido pelo próprio Poder Judiciário de proferir uma sentença quando não foi constatada nenhuma irregularidade no processo:

> Faltando exatamente um mês para completar 70 anos (a lei o obriga a largar a magistratura no dia 2 de agosto, dia do seu aniversário) este homem foi impedido por uma inesperada liminar do Tribunal Federal de Recursos de proferir no último dia 26 a sentença que certamente coroaria a sua carreira de homem público, por se tratar de um dos casos mais rumorosos deste período revolucionário: a morte do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 75, nas dependências do DOI-Codi paulista".[36]

Como os trabalhos seriam abertos somente no dia 1º de agosto de 1977, não haveria tempo hábil para que a sentença fosse proferida. Em editorial chamava-se o ato de "processualmente impróprio e eticamente duvidoso". A aposentadoria do então atual titular da 7ª Vara foi interpretada como a tentativa de fazer um novo magistrado apreciar a questão de modo diverso. Poderia determinar novas diligencias, protelando indefinidamente a solução.

> O mal porém está feito: com as férias de julho, bloqueado o processo pela concessão da liminar, justifica-se o clima de descrença quanto à decisão final. Pesa sobre o judiciário a responsabilidade de sair do episódio com clareza cristalina quanto à conduta a adotar para o futuro, a fim de eliminar por inteiro as dúvidas que hoje se erguem.[37]

No que se refere ao aspecto memorialístico, a reprodução de um culto ecumênico semelhante ao culto da Sé de 1975, representa a data como um lugar de memória capaz de reinscrever o acontecimento. O novo culto, celebrado pelo Cardeal-Arcebispo de São Paulo Paulo Evaristo Arns e pelo Rabino Henry Sobel,[38] reuniu 2.000 pessoas contando ainda com

---

[35]Acusação de Herzog é concluída. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.7, 17 de junho de 1978.
[36] O juiz Gomes Martins sai de consciência tranquila. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.9, 2 de julho de 1978.
[37] Editorial O mal está feito. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 30 de junho de 1978.
[38] Jornalistas lembram Herzog. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.5, 22 de outubro de 1977.

um intenso policiamento de agentes à paisana do Deops e da Polícia Militar, tanto dentro quanto fora do templo. No entanto, nenhuma ocorrência policial foi registrada.[39]

A data serviu para uma sessão especial no Auditório Vladimir Herzog no Sindicato dos Jornalistas, na qual foi realizado "um balanço dos acontecimentos na área dos direitos humanos no Brasil dos últimos anos, desde a morte do jornalista."[40] Acontecimento inscrito no tempo histórico, no que pode ser observado nas palavras de um leitor da *Folha*, quando observa que:

> Até quando não seja feita justiça, essa chaga não vai sair dos noticiários nacional e internacional. [...] agora, há no país inteiro, estudantes cujas turmas levam o nome de Vlado. Há prêmios de literatura e de cinema sendo instituídos que levam o nome de Vlado. Há peças de teatro e livros onde se conta sua história. [41]

A chaga aberta era sentida como transição.

> O presidente Ernesto Geisel se encontra diante de seu grande momento. Os próximos dias e meses definirão sua presença na História brasileira, porque ele será o senhor da transição. De um lado, os sofrimentos acumulados nestes anos tristes não só se transformam em esperança de um tempo digno, como passam a exigir reparações. A sentença que responsabiliza a União pela morte do jornalista Vladimir Herzog é a primeira, mas outras virão, porque ele não foi o único a morrer quando se encontrava sob a guarda de funcionários do governo.[42]

O caso Herzog voltava então para as colunas de articulistas do jornal com a sentença do Juiz Marcio José de Moraes responsabilizando a União e comportava a relação estreita entre a consciência da nação e a atuação do judiciário. A narrativa punha em relevo múltiplos aspectos da sociedade brasileira, tanto no plano dos direitos humanos, quanto à atuação de juízes e advogados em meio às suas tortuosas atuações sob o arbítrio, o autoritarismo, as pressões e as ameaças do regime que:

> Abriram um novo capítulo na história de lutas do povo brasileiro pelo mínimo dos seus direitos democráticos, a segurança nacional. Assim como assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho, morto por uma bala policial em Recife, no dia 11 de março de 1945, desencadeou a grande e derradeira vaga democrática que resultou na queda da ditadura do Estado Novo, agora é a morte do jornalista Vladimir Herzog, que simboliza o momento mais dinâmico do movimento nacional contra o autoritarismo e o arbítrio. [...] a sentença também projeto para o primeiro plano a importância que o jornalista profissional vai assumindo na vida política do país. [...] o sacrifício brutal do jornalista Vladimir Herzog não poderia deixar de acelerar esse processo de politização do jornalista profissional brasileiro. Processo

---

[39]Duas mil pessoas no culto á Herzog. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 26 de outubro de 1977.
[40] Jornalistas lembram Herzog. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.5, 22 de outubro de 1977.
[41] LANDAU, Trudi. A palavra do leitor. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3,20 de outubro de 1978.
[42] O problema maior. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 29 de outubro de 1978.

> que certamente terá influencia crescente no processo global de redemocratização no Brasil.[43]

A produção de um dossiê sobre a censura, logo no início de 1978, fornece vestígios de uma nova atuação, agora mais incisiva, na campanha contra a ditadura. Continha 103 ordens registradas provenientes da Censura Federal, de um total de 286, no período entre 1972 e 1974. Com títulos interseccionados, a matéria apresentava alguns temas, a data e o horário das ligações. Dando ao leitor o acesso aos mandos do censor.

> "se a missão dos jornais é a de formar opinião, não é menos sua importância como documento histórico. O que abaixo vai reproduzido é a transcrição, *ipsis literis*, ou *ipsis verbis* (as ordens eram dadas pelo telefone) das determinações que a Censura Federal transmitia aos jornais, durante período recente da história contemporânea brasileira. É a primeira vez que essas ordens vêm à luz".[44].

A imprensa surgia como força capaz de demover a ditadura, denunciando os métodos de que teria sido vítima involuntária. As inúmeras outras vítimas, anteriores ao assassinato de Vladimir Herzog, ou paralelas ao caso, não receberiam tratamento tão intenso. O compartilhamento de identificações entre imprensa e leitor permitiu a edificação de uma determinada memória. Herzog transformou-se num personagem com o qual uma parcela até então recentemente mobilizada da sociedade, liberal-democrática, identificou-se, ao mimetizar na própria memória coletiva e individual a narrativa de que também teria sido vítima dos "anos de chumbo". Um personagem que, nas camadas de narrativas, delineia aquilo pelo qual toda a sociedade teria passado, sentido e vivenciado. É assim que se quer lembrar, rememorar, identificar-se. Uma sociedade que não aceitaria mais as ações repressivas, aquele regime de cerceamentos ao qual, pretensamente, jamais havia apoiado. O acontecimento Herzog curvou a atuação da imprensa. Uma imprensa que se imaginou não tolerar ser silenciada. A morte de um de seus pares representava o último limite da repressão.

Nas batalhas de memórias, a morte de Vladimir Herzog sobressaiu-se. Mesmo que seja possível e, a nosso ver, necessária a relativização das percepções históricas e/ou historiográficas que envolvem *vencedores e vencidos*, não há de se negar que se convulsionam batalhas de memórias que não hão de findar. Como salientado em outros momentos deste trabalho, a atuação midiática na escritura e na inscrição dos acontecimentos fornece subsídios para que ações, reações, personagens e conchavos de bastidores ganhem o *palco* e o *protagonismo da história*. Em memória e cultura histórica. Há embates que se

---

[43] S. W. "Jornalistas na vanguarda". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 31 de outubro de 1978.
[44] "Dossiê censura: fica proibida a divulgação de..." Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.12 – 13, 5 de janeiro de 1978.

constituem no intenso intercâmbio entre aspectos polêmicos da ditadura pós-64, os quais têm, inclusive, sua história (MARTINS FILHO, 2003). Essa engrenagem que mantém as batalhas de memória acesas é ilustrada pelas publicações biográficas, autobiográficas, por dossiês, reportagens, documentários, que permanecem sendo lidos, ouvidos e assistidos por um público que *se interessa pelo que se passou naqueles anos sombrios.*

Em uma memória histórica seletiva, corroborada pela produção de acontecimentos que ganham imenso espaço no *mass media*, a sociedade acaba por se reconhecer em acontecimentos singulares e que estabelecem sua identificação com um tipo bem específico de resistência. É mais fácil escrever e inscrever no tempo a morte de um jornalista, pertencente à classe média urbana paulista, que se apresentou ao II Exército, e que foi assassinado por uma ditadura que *nada tinha haver com os anseios da sociedade brasileira*. Abre-se o fosso entre sociedade e ditadura, entre imprensa e ditadura. A sociedade resistiu, a imprensa resistiu e a ditadura esteve sempre sozinha. De forma alguma ousaremos negar a importância dos eventos que aqui abordamos, nem haveria como fazê-lo. Ao contrário, eles são como os entendemos, divisores no caminho da redemocratização. São amplamente narrados e noticiados nos seus presentes como acontecimentos e permanecem recordados, revividos, reinventados, reinterpretados, apontados e questionados numa constante. Estão enraizados nas representações da imprensa e da sociedade civil daqueles anos sombrios e de chumbo. Mas que foram também anos de ouro, de copa, de milagre, de consumismo, de euforias... A engrenagem midiática que deu densidade ao acontecimento Herzog teve o poderio de atingir as sensibilidades temporais de seus contemporâneos e das gerações posteriores. A produção imagética do cadáver do jornalista fixaria na memória a representação mais simbólica da ditadura civil-militar: “atitudes que geram expectativas e estimulam laços identitários que ajudam a produzir narrativas que traduzem tais experiências”. (SILVA, 2001, p.44).

É a tríplice inferência sobre acontecimentos emblemáticos da contemporaneidade, apontados sabiamente por Sônia Meneses da Silva: um evento midiático, construído diariamente a partir de notícias, imagens e sons veiculados através dos meios de comunicação, e que foi revisado, revisitado, reavaliado diante de suas significações, além de ser um acontecimento histórico e historiográfico. Objeto de livros, dossiês, produções fílmicas e narrativas historiográficas, conferindo ainda mais fluidez às fronteiras da mídia, da memória e da história (SILVA, 2011, p.48).

Contudo, entrelaçados à edificação da morte de Herzog na memória histórica sobre aqueles anos, surgiam outros pontos de curvatura e as narrativas midiáticas arquitetariam

novos marcos. A Frente Nacional pela Redemocratização, lançada em São Paulo, no final do mês de junho, reuniu cerca de 3000 pessoas em concentração na Assembleia Legislativa. Segundo a reportagem de página inteira da *Folha*, a convergência de reivindicações estava pautada no "voto direto para todos os cargos governamentais, logo a revogação do Pacote de Abril e da Lei Falcão, e o envio para o museu de inutilidades o AI-5 e o repertório de leis excepcionais que o acompanham". O discurso do deputado Ulysses Guimarães frisava ser preciso refazer o roteiro: "não basta arrastar-se timidamente, no rumo dos acontecimentos; é preciso antecipar-se a eles. Basta realizar a anistia para que o país retome o diálogo".[45] É nesse sentido que a anistia passava a ser uma constante nas páginas da *Folha* e passaria a fazer parte da orquestração da transição política. Imprensa e sociedade conciliadas na fabricação do futuro, na conciliação das memórias, na conciliação dos esquecimentos...

4.2 "Anistia à brasileira": o esquecimento-acontecimento.

Sancionada em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia (Lei n° 6683) não pode ser encarada sem que contemplemos aspectos simbólicos, representações, memórias, esquecimentos, ações e reações muito mais amplas das culturas políticas que se entrelaçam e desenlaçam-se no Brasil contemporâneo e que vão além do seu caráter jurídico. Apresentada pelo General-presidente Figueiredo, urdiu um acordo apressado e confuso em direção à redemocratização. Responsável pela institucionalização do esquecimento, a lei, em suas controvérsias, inibia e intimidava o direito à verdade e à memória. No entanto, justamente por ter sido contraditória e amplamente contestada, tais discordâncias a tirariam da zona de esquecimento, do conforto do alheamento social, cultural e político a qual tencionava.

As transmutações do cenário político brasileiro desembocaram na controversa Lei da Anistia de 1979, uma resposta do próprio governo às mobilizações parlamentares e sociais que ganharam força no ano anterior, através do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o qual reunia a oposição ao regime e as famílias de presos, exilados, mortos e desaparecidos políticos, além de outras instituições que denunciavam os desmandos ditatoriais. O AI-5 foi revogado em 1978, pelo Presidente Geisel, junto com grande parte das leis de exceção e, dada a pressão dos movimentos de oposição à ditadura, a reforma partidária de 1979 apareceu como uma tentativa de evitar que o bipartidarismo polarizasse ainda mais a disputa eleitoral a favor do MDB. Contudo, a evolução dos descontentamentos com o regime era caminho sem

[45]"Anistia e eleição direta já, as exigências". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.4, 1º de julho de 1978.

volta. As insatisfações se alastraram e configuraram uma narrativa predominante do quadro político, segundo a qual os personagens e grupos predominantes compuseram o enredo da abertura e redemocratização. As interpretações sobre o significado do regime e do que estava por vir passaram a ser rotina, num ponto de curvatura que esculpia e moldava o valor da democracia para quase todos os envolvidos no processo.

Todavia, não haveria como adentrar as narrativas que envolvem conciliações de uma cultura/memória histórica da redemocratização sem que abordássemos as significações de um acontecimento que preencheu, de forma mais intensa que nos anos anteriores, muitas páginas de impressos diversos no decorrer de 1979. Buscando a convergência existente entre objetos aqui abordados e o eixo da nossa engrenagem apresentada neste capítulo que se baseia na teia de *pontos de curvatura* que envolveu as narrativas midiáticas acerca da redemocratização, não se pretende escrever uma *história da anistia*. A proposta é pensar a escritura do acontecimento através dos artigos opinião acerca das atividades do Congresso Nacional e as narrativas mobilizadas quanto ao alcance da anistia.

Se desde meados de 1974 ocorria uma transição lentamente negociada, os ajustes em torno da concretização de uma anistia fornecem indícios para a ideia central deste trabalho, envolvendo o tripé História, memória e imprensa. Através da exploração desta teia de linhas tênues, aparece em relevo a discussão que a construção dos atores de sua própria identidade equaciona: "as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado" (FERREIRA, 2011, p.7). A construção da memória histórica de acontecimentos-emblemas como a morte de Herzog, a Lei da Anistia e a eleição de Tancredo Neves são então sobrepostos como se fizessem parte de um todo homogêneo e com lógica própria, independente das operações narrativas envolvidas, para contar *uma história da redemocratização.*

O ano de 1979 permitiu um impulso à luta pela anistia quando o General-presidente João Baptista Figueiredo comprometeu-se a dar continuidade à abertura política iniciada por Geisel. A determinação em manter tal discussão na agenda política daquele ano, tendo à frente o Ministro Petrônio Portella, além dos eventos promovidos por entidades pró-anistia que se tornaram uma constante, através da organização de passeatas, visitas aos *prisioneiros da ditadura* e idas ao Congresso, geraram espaço constante no conjunto de notícias diárias que se concentravam, sobretudo, nos debates parlamentares, atribuindo ao Congresso Nacional um papel de relevância no âmbito da cobertura jornalística, diferente do que até então ocorrera. Com a densidade que a questão tomou perante a sociedade e a multiplicação

das *opiniões* que viam a anistia como fundamental para que a abertura política se completasse, metamorfoseara-se a atuação da *Folha*, sendo possível notar, nas narrativas de articulistas e editoriais, certa simpatia à universalidade da lei.

Ainda em março de 1975 surgiu através de uma iniciativa da advogada Terezinha Zerbini (esposa do General cassado Euryale de Jesus Zerbini), o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Mais do que o retorno dos exilados, a liberdade dos presos e as revisões nas penas punitivas, a anistia significava, para o movimento, pré-condição para um retorno ao Estado de Direito, para a pacificação dos ânimos e o caminho ao esquecimento (CIAMBARELLA, 2009). Segundo Joana Maria Pedro, "algumas mulheres que passaram mais tarde a identificar-se com o feminismo começaram sua militância através do Movimento Feminino pela Anistia" (2006, p. 256).O movimento multiplicou-se em vários núcleos e a densidade adquirida em torno da demanda desaguaria na criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), com adesões de dezenas de entidades, que almejavam em sua maioria a anistia universal e irrestrita. No entanto, uma nova conjuntura pôde ser notada ainda no desenrolar de 1977, quando as movimentações coletivas ganharam novo fôlego através da multiplicação das grandes greves dos metalúrgicos no ABCD paulista, da mobilização estudantil pela recriação da UNE e das entidades de base, e através também da potencialização do poder político da Igreja Católica representada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Conforme a questão entrou em pauta nas discussões em diversos âmbitos da sociedade, a imprensa passou a dedicar-lhe atenção de forma mais constante. No que se refere à atuação do jornal *Folha*, segundo a pesquisa de Denise Felipe Ribeiro (2012), referências à anistia foram encontradas desde 1964 em suas páginas. No entanto, quase sempre diziam respeito ao debate no âmbito parlamentar. E rareadas até a primeira metade da década de 1970, acabaram por ganhar um espaço maior na segunda metade da mesma década, favorecido pela conjuntura de um regime que perdia o fôlego e pela reorganização editorial da própria empresa-jornal, que reestabelecia suas bases desde meados da década de 1970. De acordo com Vivian Maciel Vico, a *Folha de São Paulo*,até o ano de 1978, manteve uma posição mais cautelosa sobre a anistia.

> Primeiramente, considerava que outras reformas políticas eram prioritárias, depois tendeu para a proposta de uma anistia parcial e que se ampliaria posteriormente. Por fim, observamos uma maior simpatia pela anistia ampla e irrestrita, e apesar de não defendê-la abertamente, como fazia seu anexo cultural, *Folhetim*, composto por jornalistas independentes, existia grande divulgação das ações promovidas pelos movimentos sociais que lutavam por essa vertente (VICO, 2009, p.3 - 4).

Não mais preso às peias dos tempos de AI-5, as expectativas quanto à atuação do Congresso Nacional geravam otimismos. Cabia, desde aquele momento, *recuperar o tempo perdido*. No entanto o projeto enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Figueiredo em junho daquele ano tornou-se alvo de incontáveis críticas. Baseado em uma anistia que "não contemplava crimes caracterizados como de terrorismo e que perdoava os chamados crimes conexos estava muito distante da tão desejada Anistia *ampla, geral e irrestrita*. *Slogan* este que se transformou em uma legenda da mobilização política de 1978 e 1979" (RODEGHERO, 2009). Em editorial, a *Folha de São Paulo* salientava, no início do mês de agosto, que o projeto de anistia apresentado pelo governo era altamente condenável e postulava que legisladores *acertassem os ponteiros*, levando em conta "o principio da real e verdadeira pacificação nacional". Independentemente da questão partidária, aquela era "a responsabilidade histórica de todo o Congresso". Mesmo com os entraves de um caminho a ser percorrido da redemocratização, o editorial salientava que restavam muitas esperanças. Afinal, "não pesam mais sobre o Congresso o AI-5; pesa-lhe, contudo, a responsabilidade maior de retomar suas inalienáveis prerrogativas legislativas – acima de todos os poderes e em conformidade com a democracia desejada".[46]

A proposta do governo excluía então os condenados pela prática de crimes de "terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal". Para Carlos Fico, "não se deve descartar a hipótese de que a exclusão dessas pessoas da anistia tenha sido um estratagema do governo no sentido de desviar a atenção do artigo que buscava afastar o problema do revanchismo". O projeto garantiria, no futuro, "que nenhum militar seria punido em função das ilegalidades praticadas durante a ditadura". As entidades pró-anistia demandaram ao Congresso que os torturadores fossem excluídos do projeto (FICO s/d, p. 4-5).

As contradições do regime mantinham-se. E mesmo com o fim do AI-5 e com as discussões em torno da Anistia, havia o grupo de exilados "indesejáveis", os quais se somavam oito, que alvoroçava a chamada "linha-dura". Tal classificação foi apontada na revista *Veja*, numa matéria que atribuiu cores aos exilados de acordo com o grau de perigo que o indivíduo representava.[47] Sobre o assunto, o porta-voz do Palácio do Planalto Rubem Ludwig "garantiu desconhecer 'completamente' a suposta proibição de retorno ao Brasil desses oito exilados", entre eles: Leonel Brizola, Miguel Arraes, Paulo Freire e Márcio Moreira Alves, Luiz Carlos Prestes, Francisco Julião, Paulo Shilling e Gregório Bezerra.[48]

---

[46] Editorial "Tempo no congresso". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 2 de agosto de 1979.
[47]Veja, p.30, 10 de janeiro de 1979 (Disponível em: RIBEIRO, 2012).
[48]"Itamarati dá visto à todos". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 4 de agosto de 1979.

Tal seriação do governo dividia os exilados em três grupos: oito personalidades, cuja volta dependia da interferência direta de Brasília, o grupo dos "vermelhos", a quem seriam distribuídos apenas "títulos de nacionalidade", e os "cor-de-rosa" — que receberiam normalmente seus passaportes. Naquela conjuntura, em editorial, a *Folha de São Paulo*, cada vez mais envolta na "questão democrática", defendeu que "as facilidades para o retorno de cidadãos cassados atualmente no exterior - além da extinção expressa dos atos que baniram 126 brasileiros de sua pátria - constituem a boa nova para que neste começo de ano o Brasil volte ao clima que precede a reconciliação de que necessita para cicatrizar todas as chagas do arbítrio, como as feridas da violência política". Segundo o editorial esta seria "a condição básica para o prosseguimento da distensão dirigida".

Nas sondagens sobre o grupo dos indesejáveis, Miguel Arraes, exilado na Argélia e Marcio Moreira Alves, exilado em Portugal, concederam entrevistas por telefone ao jornal. Para o ex-deputado a lista demonstrava não ter nenhuma lógica:

> Uma vez que coloca sob a mesma proibição políticos de várias origens ideológicas. Um velho militante no fim de sua vida como Gregório Bezerra e duas pessoas que nunca tiveram nenhuma participação político-partidária no Brasil: Paulo Freire, hoje uma das principais autoridades mundial em Pedagogia, e o economista Paulo Shilling, que vive modestamente em Buenos Aires.[49]

Márcio Moreira Alves disse acreditar que o motivo da inclusão do economista na lista seria o fato de ser pai de Flávia Shilling, uma brasileira de 24 anos, torturada e mantida presa pela ditadura militar no Uruguai. Isso representava a permanência de um regime repressivo, "atestando internacionalmente sua decisão de impedir a reconciliação de todos os brasileiros, e de uma caminhada direta e sem desvios para a democracia". Concluía defendendo uma anistia ampla, geral e irrestrita, também aclamada por Miguel Arraes, que assim como Moreira Alves não via nenhuma lógica na lista, que só demonstrava a arbitrariedade do regime.[50] A própria CBA buscava entender se a divisão dos grupos baseava-se na atividade política passada, ou no comportamento do presente imediato:

> Talvez uma combinação das duas? As dúvidas se justificam, uma vez que muitos envolvidos em ação armadajá estão soltos, em situação de normalidade, enquanto pessoas de tendência mais 'moderadas' continuam a ser visadas. A atividade política mais recente, especialmente a capacidade de liderança, assim como o simbolismo em volta de alguns nomes também informa a classificação, ainda que afirmando a 'periculosidade' de nomes como ex-deputado Marcio Moreira Alves ou do octogenário Gregório Bezerra.[51]

---

[49]"Arraes e Marcio apontam arbítrio". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 4 de janeiro de 1979.
[50]"Arraes e Marcio apontam arbítrio". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 4 de janeiro de 1979.
[51]"CBA estranha classificação de exilados". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.7, 4 de janeiro de 1979.

Como as funções e regras dos poderes estavam em debate diante das reformas políticas, a partidária e a extinção do AI-5, a declaração atribuída ao Ministro da Justiça Ibraim Abi Ackel de que se o Congresso aprovasse o retorno da imunidade plena dos parlamentares o país iria aprofundar-se em uma crise semelhante a que havia envolvido o deputado Marcio Moreira Alves em 1968[52], trouxe mais uma vez o exercício de reminiscência às páginas da *Folha de São Paulo*. Moreira Alves retornava ao centro da discussão política brasileira, num momento de balanço e interpretação dos anos da ditadura.

> Em 1968, quando as previsões de um abalo sísmico no sistema político brasileiro foram detectadas por diferentes setores da sociedade, o presidente da comissão de constituição e justiça da Câmara, o deputado Djalma Marinho, em uma tormentosa e movimentada reunião daquele órgão técnico – em que seriam analisados aspectos jurídicos e o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves renunciou o cargo ao ser contrário ao pedido.[53]

Os estudiosos da História brasileira foram chamados a dar seu parecer sobre aquele presente sobre o qual restavam poucas dúvidas quanto à sua relevância no encadeamento com as experiências do passado e os desdobramentos futuros. O historiador José Honório Rodrigues, ao escrever na coluna de opinião "Tendências e Debates" da *Folha*, reportava que em 1964 havia chegado ao fim o maior exílio da história brasileira, representando "a ruptura total com a tradição conciliatória". Um ciclo histórico de divergências encerrava-se para dar lugar à "união nacional".

> Não é a implantação do regime excepcional, o uso e o abuso da tortura que representaram um fato novo, inesperado na nossa História, mas, sobretudo seu caráter inconciliatório, sem nenhuma compreensão para as divergências políticas nacionais. [...] Mas pela primeira vez o exílio não compreendeu apenas figuras da cúpula como João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Márcio Moreira Alves, mas gente de todas as classes, raças e sexo, líderes sindicais, jornalistas, professores, cientistas. [...] quinze anos, o mais longo exílio da História brasileira, se esgota neste ano, e com a volta dos exilados abre-se a perspectiva de uma nova união nacional, de todos sem exceção, para o bem comum dos brasileiros e do Brasil [...] e não devemos esquecer aquela palavra do senador e conselheiro Nabuco de Araújo, ditas no senado em 1869, há 110 anos: 'os livros santos dizem que há tempos de rir e há tempos de chorar, e diz a História política que há tempos em que o povo vê indiferente os seus parlamentares caminharem para o exílio, como há tempo em que

[52]Editorial. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2 21 de junho de 1979.
[53]"Anistia no começo e constituição no fim, afirma Marinho". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.4. 29 de abril de 1979.

> o povo, como acordando do letargo, arrasa as Bastilhas e o despotismo que elas significam.[54]

As atenções voltaram-se para o acervo de singularidades conciliatórias da cultura política brasileira. O campo de construção de memória histórica entre o jornalismo e a história mostrou-se mais uma vez aproximado. As conciliações faziam parte da retórica dos jornalistas, dos intelectuais, dos líderes políticos e também dos historiadores. A plataforma conciliatória sobre a qual seria escrito o roteiro da redemocratização estava sendo rapidamente construída. Na *Folha*, Cláudio Abramo, ele próprio vítima das negociações e pressões entre setores da imprensa com o governo, quando foi afastado do cargo de Editor-Chefe do jornal em 1977 (KUSHNIR, 2007, p. 225), percebia que os rumos políticos da abertura tinham o ritmo controlado pelo governo.

> Até o final do processo de anistia (aprovação, volta física dos exilados, etc.) a política brasileira estará mutilada [...] atualmente, existem no cenário brasileiro alguns equívocos, que a volta dos exilados certamente ajudará a desfazer. Um desses equívocos é o MDB, que desempenhou um papel de grande importância – insubstituível – na Resistência, e que sobrevive agora porque aparentemente dominado por uma facção que parece ter certa unidade pragmática (ressalve-se na expressão equívoco à figura do deputado Ulisses Guimarães, um dos mais importantes líderes na História brasileira). Dividir a gestão oficial de cem em cem dias é enganoso. A História não se desenrola dentro das limitações temporais, ela é um processo dinâmico de luta de interesses. O que acontece é que às vezes o seu curso se acelera, como acontece agora. De qualquer forma, por ser possuidor de uma capacidade de análise de condições objetivas e subjetivas muito mais sérias do que a esquerda e o resto da oposição, a equipe do atual governo parece administrar a crista brasileira com relativa tranquilidade.[55]

O uso da comoção *pelo passado no presente em direção ao futuro* como forma de dar relevo à importância que a lei viria a significar foi utilizado como recurso jornalístico estratégico quando da ocorrência destes acontecimentos-emblemas. O uso da História, dos traumas, das injustiças, dos mitos, heróis e anti-heróis sensibilizam e reforçam os simbolismos do passado como forma de legitimação do presente e do horizonte que se quer alcançar, como quem diz: que passado se quer ser no futuro?

> A História é escrita pelos vencedores. Foi assim que Churchill convocou o povo inglês ao esforço final para evitar que a crônica da Segunda Guerra Mundial fosse redigida por Hitler. [...] Os presos políticos cariocas que hoje entram no décimo quinto dia de greve de fome, agora acompanhados pelos pernambucanos, não foram incluídos no mirrado perdão nacional – a primeira anistia da nossa História que não liberou encarcerado algum. [...] A anistia ampla, geral e irrestrita não pode ser

[54] RODRIGUES, José Honório. Tendências e Debates: "O exílio no Brasil". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.3. 19 de setembro de 1979.
[55] ABRAMO, Claudio. "Greves, UNE, Anistia". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.5. 24 de junho de 1979.

> barganhada, nem regateada. [...] O Estado de Direito só poderá ser vislumbrado a partir do momento em que esta mais de centena de brasileiros tiverem em liberdade e seus crimes apagados. [...] Esta é a única forma de impedir que a História seja tão insistentemente revisada e esfrangalhada na luta pelo lápis que a escreve.[56]

A celeuma do presente, realçada pela greve de fome de presos políticos para terem todas as suas liberdades recuperadas, mobilizava organizações da sociedade e o próprio Congresso para a necessidade da universalidade da Lei, e para que não *aceitassem* a restritiva proposta do governo, desqualificava-se a *tradição* de uma sociedade civil que foi mantida longe das decisões institucionais. Os textos se sobrepunham uns aos outros como se perguntassem aos leitores se permitiriam que a via sacra da História nacional fosse mais uma vez desenhada de acordo com a crônica dos senhores, como se lê abaixo:

> É uma anistia à brasileira, recurso herdado dos colonizadores, para os quais o Estado se sobrepõe à nação e a nação é representada pelos que podem e pelos que tem. Os 'havenot' ficam de fora, como marginais e lúmen, repetindo a via sacra da História nacional, na qual o povo desempenha um papel fundamental, mas o que fica registrado é a crônica dos senhores.[57]

"Anistia à brasileira" porque a *nação* estava sendo impedida de fabricar ela mesma a memória, o esquecimento e o perdão que julgasse adequados. Além disso, reconhecia-se a *nação brasileira* naqueles que resistiram às imposições de um regime *sombrio*. Todos agora eram potenciais exilados, asilados e banidos. A narrativa editorial da *Folha de São Paulo* reclamava a fabricação do esquecimento ao definir o conceito de anistia:

> Anistia não é um ato de governo, mas uma medida reclamada pelo interesse e pela disposição nacional que os governos resolvem atender. Mais que um perdão, anistia é esquecimento do passado quando as circunstâncias históricas e o desejo da sociedade não apenas permitem como o transformam numa necessidade inevitável.[58]

Como se pode notar, a questão colocada estava além do caráter jurídico que envolvia a vida social e política daqueles que seriam ou não beneficiados pela lei. De certa forma, definiria a narrativa da redemocratização e do futuro que se almejava edificar. No entanto, enquanto esquecimento institucional tocava "as próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido" (RICOEUR, 2007, p.460). Ao questionar o que é feito, então, do pretenso dever do esquecimento a partir da anistia, Ricoeur explica que, "além do fato de uma projeção no futuro no modo imperativo

---

[56] A.D. "Versões e perversões". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 5 de agosto de 1979.
[57] ABRAMO, Cláudio. "Anistia pela tabela price". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.7, 12 de agosto de 1979.
[58]Editorial:"anistias restritas". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 14 de agosto de 1979.

ser tão imprópria para o esquecimento quanto para a memória, tal comando equivaleria a uma amnésia comandada", para além dessa provação, "a instituição da anistia só pode responder a um desígnio de terapia emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade" (p.462). Na forma mais irrestrita possível, norteada pelo espírito do perdão mútuo, em forma de esquecimento legitimamente evocado, não seria de seu dever calar o mal, mas dizê-lo de modo apaziguado, sem cólera (p.462).

Anistia seria, então, o contrário do que sugeria o projeto proposto por Figueiredo, segundo constava no editorial, que "tecnicamente nem merece intitular-se como tal porque se trata de uma espécie de indulto". O contraponto estaria no fato de que nem o projeto do partido oposicionista adequava-se ao verdadeiro significado da anistia, o qual dava "margem a uma profunda perplexidade, para dizer o menos. Naquele texto fala-se em anistia ampla, geral e irrestrita, excetuados os seviciadores, ou seja, aqueles que praticaram torturas em prisioneiros políticos. Ora, o que resulta para a opinião pública é que o MDB, que criticou com ênfase e ímpeto a anistia restrita desejada pelo governo, apresenta ele também um projeto que implica restrições".[59]

Importante salientar que a própria *Folha* almejava sua anistia. Anistia para esquecer os colaboracionismos, as comemorações constantes nos dias 31 de março/1º de abril, para o tolhimento de uma memória de resistência no tocante à relação imprensa e ditadura. Se até 1974, a relação amistosa entre a *Folha de São Paulo* e a ditadura civil-militar mantinha-se intacta, com o acontecimento Herzog e o pacto estabelecido entre jornalistas e empresas-jornais de todo o país, surgiu uma nova fase de ambiguidades. Aos colaboradores, articulistas e intelectuais que prestavam suas considerações ao jornal e também às decisões sobre as conjunturas diárias que se transformavam em notícia. Das decisões sobre a notícia que seria revisitada, reinterpretada e/ou comemorada. No conjunto, estes aspectos delineiam uma identidade ao jornalismo *Folha*. A crise desse *contrato* se manteve até 1977, quando da ocorrência do *divórcio* entre o jornal e o regime, quando Lourenço Diaféria, cronista diário do jornal, em um dos seus textos, atacou três aspectos capitais para o regime. Envolviam a hierarquia militar representada pela simbologia em torno do Duque de Caxias, o descontentamento popular diante de um poder "oxidado" e, por fim, o papel da história ensinada a fim de reverenciar esse poder (SILVA, 211, p. 167). Com a detenção de Diaféria pela Polícia Federal, o jornal passaria a receber diversas pressões, evidenciadas ao manter o espaço de suas crônicas diárias em branco. Naquela ocasião os editoriais pararam de ser

[59]Editorial: "anistias restritas". Folha de São Paulo, 1º caderno, p.2. 14 de agosto de 1979.

publicados até 1978. Mesmo com os revezes irrompidos, a ocorrência acabou por ganhar amplitude em outros veículos e, na própria *Folha*, formulando, segundo Sônia Meneses da Silva "a condição de vítima para a *Folha*, que, agora, também podia narrar-se como veículo que foi perseguido e censurado pelo regime" (SILVA, 2011, p.168).

Foi naquele instante que a nova identidade do jornal passa a ser enfatizada, engendrando esquecimentos ao passo que formulava novas memórias. A campanha pela Anistia viria a ser o ponto substancial para que as peças se encaixassem na fabricação da memória, do esquecimento, da história do jornal e da ditadura. Na coluna *Tendências e Debates*, o advogado e historiador Décio Freitas retomava um passado longínquo de uma cultura política brasileira *anistiante.*

> Não se deu mal o Império com a política da Anistia. Pelo contrário, sistematicamente a praticou como meio de superar as comoções civis e emudecer os ressentimentos das lutas entre partidos. Talvez se possa indagar se a estabilidade de que gozou o Império a partir da segunda metade do século passado não terá sido fruto do uso generoso e inteligente da anistia[60].

Enumerava ainda as inúmeras lutas civis durante o Período Regencial que desaguaram no uso da anistia para reincorporar os que haviam sido condenados por D. Pedro I. A tradição brasileira era, de acordo com o autor do texto, de anistias irrestritas, que foram quebradas em certos momentos, durante a república, em 1930 e 1945 por Getúlio Vargas. Esta última "a mais restritiva e expurgatória que nossa história registrara até então. Atribuía-se pela primeira vez a homens políticos a prática de crimes comuns. Mesmo estes ficavam anistiados desde que os crimes comuns fossem conexos com crimes políticos, mas a conexão dependia de que houvesse sido reconhecida pelo Tribunal de Segurança Nacional". No tocante à readmissão dos funcionários civis e militares, "a reversão dos militares ficava na dependência do parecer de uma ou mais comissões militares de nomeação do Presidente da República".[61]

"A anistia de 1945 se enquadrava no tipo que Rui Barbosa denominou de 'anistias hipócritas', puniam no ato mesmo em que simulavam perdoar. Uma anistia somente cumpre seu papel reconciliante na medida em que reintegra todos os cidadãos na comunhão dos direitos civis e políticos. [...] Anistia restritiva não representa bom começo para vida nova".[62] Aqui é possível observar a história como "instituição pedagógica provedora de exemplos e

---

[60] FREITAS, Décio (advogado e historiador). Tendências e debates. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 16 de agosto de 1979.
[61] FREITAS, Décio (advogado e historiador). Tendências e debates. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 16 de agosto de 1979.
[62] FREITAS, Décio (advogado e historiador). Tendências e debates. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 16 de agosto de 1979.

lições para o presente, demarcando ainda um sentido temporal: teológico e linear, uma vez que o futuro trata o julgamento definitivo de uma época" (SILVA, 2011, p.46). O uso corrente da História remete-nos à construção do acontecimento como marco-divisor. Potencial em seu poder de modificar a ordem vigente.

> Este mês de agosto está fadado a entrar para a História pátria, ou com grande esperança ou com grande decepção. Durante ele ficará decidido sobre a Lei da Anistia. E dela resultará, em grande parte, o destino dos nossos próximos seis anos. [...] Entre nós, a ordem correta dos problemas iniciais a resolver seria: primeiro, a anistia; depois, a Constituinte e finalmente, o pluralismo partidário. Ao que parece, infelizmente, teremos que passar por fora do segundo termo da equação, o que virá prejudicar fundamentalmente a normalidade a segurança do Estado de Direito. Sem constituinte tudo será precário no próximo sexênio. A origem popular do regime, que se quer democrático, será transferida para o futuro.

Compunha-se o timbre da orquestra de acontecimentos que deveriam ser ordenados para atingir o regime democrático. Orquestra esta baseada em acontecimentos ditos históricos, marcos construídos midiaticamente que musicalizariam o tom dos tempos de transição. Tristão de Athayde, na mesma coluna, discutia os pontos mais complexos do projeto de anistia e afirmava que não havia inimigos mais difíceis de ser combatidos do que os *invisíveis*. Estes, por sua vez, hábitos, costumes, resquícios político-judiciais que empacavam o caminho democrático.

> Por isso mesmo que não basta ratificar leis, é preciso constantemente corrigir os costumes. Do primeiro trabalho está investido o Parlamento, e este é o melhor momento para sua reabilitação em face da opinião pública. Do segundo, somos todos nós os responsáveis, no combate incessante às forças imponderáveis e invisíveis que nos corrompem.[63]

Ao contrário do que ocorreria durante a construção simbólica da campanha pelas *Diretas Já* em 1984, o acontecimento-esquecimento anistia foi orquestrado na *Folha* sem mobilizar a memória dos idos de 1964. Não porque não era importante, ou porque estes acontecimentos não mantivessem estreitas relações um com o outro, mas novamente a narrativa foi seletiva. Naquele momento era necessário conciliarem-se as articulações, para que não houvesse um novo vulto de conflitos. A *Folha de São Paulo* era ainda cautelosa. Nesse caso defendia o esquecimento. Porém não parcial e, sim, o esquecimento total de todas as partes. Neste sentido, "enquanto estratégia de evitação, de esquiva, de fuga, trata-se de uma forma ambígua, ativa quanto passiva, de esquecimento" (RICOEUR, 2007, p.456). O mesmo

[63] ATHAYDE, Tristão de. Tendências e debates pontos críticos. Folha de São Paulo,1º Caderno, p.3, 17 de agosto de 1979.

autor, adentrando o período de 1940-1945 na França de Vichy, a partir da qual a organização da memória e, por conseguinte, de esquecimento, fez da graça anistiante um valor de amnésia.

> Nisso tudo, a estrutura patológica, a conjuntura ideológica e a encenação midiática juntaram regularmente seus efeitos perversos, ao passo que a passividade desculpatória se conciliava com a artimanha ativa das omissões, das cegueiras, das negligencias. A famosa 'banalização' do mal não passa, nesse sentido, de um efeito-sintoma dessa combinatória ardilosa. (RICOEUR, 2007, p.458 – 459)

Nessa combinação ardilosa sugerida por Ricoeur, o esquecimento seria um duplo da memória, "não a título de rememoração do advindo, nem de memorização das habilidades, nem, tampouco, de comemoração de acontecimentos fundadores da nossa identidade, mas de disposição preocupada instalada na duração" (RICOEUR, 2007, p.511). Pode-se afirmar que o periódico, usando da promulgação da Lei, buscava anistiar-se na sua própria condição de conivência com o acontecimento fundador do regime: o golpe.

> Em meio a esta agitada semana, foi divulgado por esta "Folha" um documento de maior significação para o processo político do país. Trata-se da carta enviada pelo Sr. Miguel Arraes a seus companheiros e seguidores, carta em que o ex-governador de Pernambuco analisa o panorama nacional de nossos dias, faz uma crítica retrospectiva e sugere rumos para o avanço da consolidação das aspirações democráticas da Nação. [...] Agora, os longos anos sofridos no exílio, seu contato direto com estruturas e homens que representam o entrechoque das novas ideias que irão comandar a dolorosa transição do milênio, deram visivelmente a Miguel Arraes uma soma de conhecimento e uma substância ideológica do mais alto nível cultural.

Frisava-se que seu depoimento indicava às oposições brasileiras contribuição para o "alinhamento realista e eficiente das lideranças nacionais com as viabilidades de reconstrução democrática do país". O documento de Miguel Arraes impunha, segundo tal assertiva, "uma análise mais profunda por parte de todos os que se acham empenhados na renovação política do Brasil, especialmente por suas lideranças populares, intelectuais, sindicais e empresariais, setores em que Arraes conquistou uma larga influência".[64] Sob as condicionantes do pensamento de Arraes, recomendava a análise do documento por todas as correntes políticas. Os olhos voltavam-se ao futuro democrático. Ao passo que palavras como reconstrução e renovação faziam parte da dinâmica narrativa, o presente falava em nome do futuro, o passado era então *esquecido por hora*.

---

[64]S.W. Presença de Arraes. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 19 de agosto de 1979.

> A anistia reduzida e limitada, e além de limitada, limitativa, que o governo quer impor à sociedade brasileira, divide mais do que une; deixa de fora tantos dos nossos compatriotas. [...] O país passa por um breve período de otimismo generalizado, depois da troca de ministros de Estado, saltando da soturna previsão de tempestades no horizonte, para um cenário dominado pelo cor-de-rosa. [...] Essa legislação dúbia e cinzenta que nos mantém a todos à mercê da ira divina do Estado foi feita para durar pelo menos cem anos, e é por isso que precisa ser derrubada sem perda de tempo. [...] De qualquer maneira, anistia, eleição direta, fim imediato da legislação 'counter-insurgency', assembleia constituinte, são questões que se situam em escala moral mais nitidamente que outras. [...] Sobre a cabeça do partido do governo pesará, para sempre, essa responsabilidade de aprovar, como está ou com alterações negligíveis um projeto limitativo e de desunião. De minha parte quero apenas lembrar a esses senhores que a História cobra suas contas.[65]

Mais uma vez, a História seria o motor da justiça. A crítica central posicionava-se na repercussão do projeto de anistia do governo que não contemplava os crimes que eram denominados de terrorismo, mas absolvia o que chamavam de crimes conexos. Os limites daquele projeto viraram alvo de análise de articulistas. Alberto Dines, ao pontuar a greve de fome pela qual passavam presos políticos em protesto ao projeto governista, "num país afeito a emoções espasmódicas que não incomodam consciências", questionava quais eram as causas da acomodação e da indiferença ante ao arbítrio e a tirania que se aprofundava naqueles últimos quinze anos de repressão e onze de tirania. Segundo o jornalista, "a História da Humanidade é na realidade, uma sucessão de conformismos e inconformismos, de acomodação e de resistência, de entrega e de obstinação". Citou Gene Sharp, professor de Ciência Política da Universidade de Harvard, para quem a ação não violenta é igual ao jiu-jitsu, arte marcial nipônica que consiste em recusar os ímpetos adversários, utilizando sua própria força para deslocá-los, frisava que o poder político não se resume as estrutura do Estado, mas projeta-se além delas: "a estratégia de abertura como concebida originalmente por Golbery e Geisel, pretendia absorver esse poder paralelo da sociedade, domesticando-o através do instrumental governativo". Indo além e chegando até as contradições de Figueiredo, Dines pensava ser "difícil harmonizar a coerção com a resistência, sobretudo quando esta última ganha amplitude e reforço com a adesão constante de várias correntes". A sua crítica estava sobre o esquema político e econômico baseado no conformismo e na aceitação passiva de liberdades outorgadas, faiscando naquele momento.[66]

---

[65]ABRAMO, Claudio. Contas abertas. Folha de São Paulo,1º Caderno, p.4, 19 de agosto de 1979.

[66] DINES, Alberto. Não-violência, um jiu-jitsu político. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 19 de agosto de 1979.

> A greve de fome dos presos cariocas prolonga-se e está beirando a tragédia porque a grande imprensa, persuadida para assumir esta insensibilidade jornalística autonegadora, impediu que o ato pacífico alcançasse sua alavanca principal, a comoção pública. Se os responsáveis pelos jornais, rádios e televisões se tivessem deixado comover por este sacrifício como se deixam emocionar por crimes passionais ou disputas futebolísticas – o andamento e o destino do projeto da anistia oficial seria bem diferente[67].

Sob esta conjuntura de aversões ao projeto de anistia de Figueiredo, o MDB, através dos senadores Teotônio Vilela (AL), presidente da comissão mista Paulo Brossard (RS) e Pedro Simon (RS) tentava convencer a Arena de que o governo teria de aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita "para conciliar a nação".[68] Todo o esquema de segurança do Congresso Nacional fora mobilizado, quando as discussões sobre o projeto seriam a pauta dos parlamentares para impedir que durante a discussão do projeto de anistia haja incidentes entre parlamentares e manifestantes que compareciam ao congresso, para protestar contra a anistia nos termos em que o governo a deseja".[69]

> É evidente que a proposição do governo está cercada pelo repúdio geral. Mesmo do ponto de vista jurídico, o projeto é insustentável. [,,,] Pelo exposto, se prevalecer o projeto do regime autoritário, não estarão abrangidos pela anistia os condenados pela prática dos crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, enquanto isso, os que estejam sendo processados pelos mesmos fatos delituosos (vale dizer, não condenados) serão beneficiados pela anistia [...] O absurdo jurídico está demonstrado. Mas, politicamente, que sentido tem uma anistia assim, partida ao meio? [...] E que autoridade tem o governo ao negar a anistia a esses condenados se, ato contínuo, a concede aos torturadores? [...] A reintegração de todos os cidadãos na vida política do País é um requisito inarredável no processo de redemocratização. Ao longo de nossa história, cerca de cem decretos de anistia podem ser contados, na maioria dos casos anistias gerais, marcadas pela grandeza política. É o que esperamos do Congresso Nacional. É o que se reclama pela palavra dos juristas, dos sacerdotes, dos intelectuais, dos estudantes, dos operários, das mulheres. É o que exigem os presos políticos em greve de fome, com a força de quem se joga inteiro entre a vida e a morte. É preciso, enfim, que a anistia seja nobre: por isso mesmo ampla, geral e irrestrita. Evoco a legenda que Heitor Cony soube cunhar, ele que, em 1965, já proclamava a necessidade de anistia: 'é preciso que a palavra cresça, que invada os muros e as consciências'. – acaso, passados quinze anos, continuam os muros intransponíveis e as consciências opacas?"[70]

O historiador francês Pierre Laborie aponta que aqueles fenômenos que passam a forjar uma opinião coletiva "refletem representações do presente que, apesar das aparências,

---

[67]DINES, Alberto. Não-violência, um jiu-jitsu político. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.6, 19 de agosto de 1979.
[68] Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.4, 21 de agosto de 1979.
[69] A anistia sob tensão. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 21 de setembro de 1979.
[70] AFONSO, Almino. ... ampla, geral, irrestrita. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 21 de agosto de 1979.

não exprimem unicamente a relação dos atores sociais com esse mesmo presente". Segundo o autor, "eles traduzem as reações cambiantes do sentimento coletivo diante das interrogações ou dos acontecimentos do presente, mas também diante de questões atemporais reformuladas ao presente. Nas hierarquias de importância ligadas ao contexto, eles remetem, pois, ao mesmo tempo à visão do presente, às interpretações do passado e às expectativas do futuro". (LABORIE, 2009, p.80). Mesmo com os limites impostos, os articulistas da *Folha* transmitiam a sensação de que se tratava de algo novo. De uma nova etapa da vida política brasileira. E se havia uma nova etapa deveria haver uma nova memória. Uma memória conciliada que deveria ser afirmada pela própria Lei da Anistia. E que poderia tergiversar o esquecimento conciliatório.

> Certamente, a despeito das emendas ao projeto do Governo, o esquecimento que ela deveria significar não será total. [...] Temos aqui repetido, em diferentes ocasiões, que a anistia é esquecimento total. A pretendida anistia parcial representa assim um esquecimento com reservas, mantida na memória dos brasileiros parte do passado em virtude da própria presença humana dos que não foram anistiados. Ato de esquecimento, a anistia se origina da Nação e se reflete na iniciativa presidencial, uma vontade representativa do país a manifestar-se depois do gesto do Executivo, no voto do Congresso. Tal como será provavelmente votada, a anistia perderá em qualidade de esquecimento e deixará margem a indultos de quem, na condição de soberano, pode perdoar mas sempre deixando o registro do passado no próprio ato sem amplitude. Não se encerra, assim, hoje, mais uma etapa do ciclo autoritário. Pelo menos o governo, no projeto do relator, não se considera encerrado, se bem que tenham sido muitas as demonstrações do desejo nacional de iniciar uma nova vida política após a catarse do esquecimento, uma exigência que seria sempre ser feita aos anistiados. [...] Espera-se que o Congresso vote sem receios a anistia, ampliando seu alcance. [...] vale dizer, a ideia de 'fechar a questão' na Arena partindo de lideranças diretamente ligadas ao Planalto, desfiguraria até mesmo o esquecimento relativo. A anistia não pode ser convertida em questão partidária, tanto para a Arena quanto para o MDB. É uma questão de consciência de cada congressista. [...] Sustenta-se, pois, a anistia com vistas a um futuro com esquecimento total.[71]

Paul Ricoeur questiona o porquê de os abusos da memória serem, de saída, abusos do esquecimento. Sua explicação se baseia na função mediadora da narrativa, ou mais ainda, "o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa". A ideologização da memória é possibilitada "pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece as estratégias de esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se narrar sempre de outro modo, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela" (RICOEUR, 2007, p.455). Nesse sentido, a própria

[71]Editorial: esquecimento do futuro. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 22 de agosto de 1979.

ação midiática procura conformar o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado, refuta a possibilidade de manterem-se acesas as chamas da memória do arbítrio.

> O apaixonado debate nacional sobre a anistia, que está envolvendo toda a Nação, revela a profundidade do desmoronamento de algumas muralhas ideológicas que vinham separando e dividindo tão negativamente as forças democráticas do País. O impacto nacional que envolveu o projeto de anistia, com todas as suas imperfeições, apresentou sem dúvida um ponto de encontro das mais variadas tendências nacionais em torno de um objetivo comum, a reconciliação democrática da família brasileira. [...] Não é difícil prever no seu prolongamento a extensão desse movimento para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. [72]

A *reconciliação democrática da família brasileira* só seria possível com a conciliação das memórias e, por conseguinte, dos esquecimentos. O projeto governista que, com suas limitações era criticado na *Folha*, permanecia, no entanto, sendo narrado como acontecimento histórico.

> Essa situação, em que se inclui o projeto de anistia do governo, talvez permita caracterizar 1979 como um novo marco em nossa história recente, como o foram 1968 e 1974. Um novo marco, não uma mudança; já que o governo continua negando à sociedade seu papel de sujeito político. [73]

Segundo Ricoeur, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão. O papel de sujeito político que era clamado pela narrativa de opinião acima pode ser lida como a necessidade que a imprensa narrava de a sociedade perdoar a si mesma. Perdoar-se de algo que nem mesmo se admitia. Ninguém gostaria de se reconhecer na ditadura, então a institucionalização do esquecimento traria uma nova ordem memorialística, enfatizada pela própria luta das entidades sociais para que ela se concretizasse.

> Enquanto cinco mil pessoas realizaram em São Paulo um ato público pacífico em defesa da anistia ampla, geral e irrestrita, dois desconhecidos dispersaram uma manifestação com o mesmo objetivo, realizada na rampa de acesso ao Congresso em Brasília. Perto de Paracatu, um ônibus que conduzia famílias de presos políticos teve um pneu furado também por desconhecidos, que fugiram. Em Belo Horizonte, com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes, a PM mineira dispersou um ato público semelhante, quando seus manifestantes preparavam-se para iniciar uma passeata. [74]

No entanto, por 206 votos contra 201, a maioria arenista rejeitou a emenda do deputado Djalma Marinho, que tornava a anistia ampla, geral e irrestrita e aprovou o substitutivo Ernani Sátiro. Em editorial, dali começava "o processo de avaliação restrita,

---

[72] S. W. O degelo. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 22 de agosto 1979.
[73] MAAR, Wolfgang Leo. Tendências e Debates O trote da anistia. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 22 de agosto de 1979.
[74] Manifestações dispersadas em Minas e em Brasília. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.4, 22 de agosto de 1979.

depois que, por apenas cinco votos, a maioria do Congresso perdeu a oportunidade de fechar um ciclo de violência da vida política nacional. De fato, apenas estes cinco votos nos separam da conciliação por via do esquecimento total".[75]

> Pois nada, nessa revolução constrangida, tem deixado de ser híbrido, meio a meio, um passo para frente e outro para trás. Exceto o AI-5, este sim integral na sua concepção arbitrária, autoritária, fascista. Mas, sob o signo da mesma fatalidade, durante sua vigência o regime não conseguiu fugir às suas contradições internas. O seu 'milagre econômico, anunciado nos inícios da década de 70, acabou por tornar o estado mais rico, mas a nação mais pobre. Ao encerrar o obscurantista período da censura da imprensa, impediu-se simultaneamente o acesso o acesso do debate político ao mais poderoso meio de comunicação de massas do País, a televisão. Permitiram-se eleições livres e diretas, mas retirou-se do povo o direito de eleger seus governadores. Renovou-se um Congresso, dentro de um processo eleitoral contido, mas razoavelmente representativo. [...] as contradições do regime estão tornando cada vez mais penoso o exercício do poder. O projeto de anistia foi o passo mais avançado dado num rumo de reformulação mais profunda da estrutura política do país. [76]

Quando o processo de abertura acabou por ser ampliado pelas vitórias estrondosas do MDB nas eleições de 1974, com a presença cada vez menor da censura nas redações da grande imprensa, com as denúncias de violações aos direitos humanos cada vez mais latentes a partir do assassinato de Vladimir Herzog amplamente denunciado pela mídia, era chegada a hora de construir e esquecer memórias, ajustar tijolo por tijolo. E esse exercício seria efetuado, sobretudo, após a promulgação da Lei da Anistia em 1979. Segundo Denise Rollemberg, "o esquecimento era essencial no processo de *abertura*. Mas não somente para os militares. A sociedade queria esquecer. A negação da história, do conhecimento do passado no presente. A cumplicidade, a omissão, os compromissos, a colaboração, o apoio. E as esquerdas não tinham olhos para ver isto. Nos anos pós-1979, lembrar para esquecer, olhar sem ver" (ROLLEMBERG, p.8).

> Outra consequência natural da anistia será a precipitação da reformulação partidária. O espetáculo do congresso dilacerado pelos conflitos de consciência, divergências doutrinárias e interesses fisiológicos, cada vez mais inconciliáveis e violentos, é um espelho perfeito da divisão que abala e confunde as diversas correntes de opinião nacionais. [...] Não há como fugir assim, à criação de novos partidos que, com ou sem a sobrevivência das siglas da Arena e do MDB, canalizem mais autenticamente as tendências nacionais. Essa é uma contingencia inevitável com o retorno ao País das legítimas lideranças populares como as de Leonel Brizola e Miguel Arraes. Agregando um mais, outro menos, algumas novas e representativas lideranças emergentes nos mais diversos setores do País. Brizola e Arraes terão largo campo para dar sua contribuição ao completo reestabelecimento democrático que o povo reclama.[77]

---

[75]Editorial rescaldo da anistia. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 26 de agosto de 1979.
[76] S.W. A revolução constrangida. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 23 de agosto de 1979.
[77] S.W. Agora, a nova lei. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 24 de agosto de 1979.

Em editorial, o jornal reclamava que se cumprissem as promessas acenadas anteriormente à votação da Lei da Anistia, com a figura jurídica do indulto. Mas, segundo declarações do Senador Jarbas Passarinho, líder da ARENA, não faria sentido esperar do governo a eventualidade do indulto presidencial a quem não fosse beneficiado pela anistia.

> [Seria] difícil para a opinião pública admitir agora que essas eram apenas expressões retóricas. [...] Reconhecê-lo e concedê-lo é um gesto que o engrandece e dá nova dimensão para esta etapa da História do Brasil. Vale lembrar ainda que a questão do indulto não resolverá tampouco todos os problemas. O reingresso à sociedade civil de boa parte dos anistiados também não será simples e automático, até porque muitos foram coagidos a assinar suas demissões, e tais fatos não constam de qualquer processo ou documento. Somente uma visão da nossa história recente, tanto por parte do governo quanto das lideranças da sociedade civil, poderá propiciar a solução dos inúmeros casos, que, resolvidos, permitirão finalmente o esperado reencontro nacional.[78]

O reencontro nacional seria possibilitado através dos perdões. Perdões estes à sociedade conivente - que nem sequer via-se assim; à imprensa - que se esquivava de seus colaboracionismos ao golpe e ao regime; aos mandantes do arbítrio e aos exilados, asilados e banidos que, em suas ações de resistência e/ou dissidência aos desmandos da ditadura naquele momento, simbolicamente, representavam o perdão mútuo do Brasil para consigo mesmo. Aqueles dias de pós-promulgação da Lei seriam de emoção nacional. As fotos dos jornais mostravam pessoas deixando as prisões. Ao adentrar a questão, o articulista de iniciais S. W. defendia que, com tamanha comoção de despedidas chegadas de anistiados, o Presidente Figueiredo deveria ampliar as linhas da anistia parcial para irrestrita para, assim,colocar o País mais perto da conciliação nacional que vem pregando desde o seu primeiro dia de governo.[79] A *revolução* falhara.

É nesse sentido que a História do Tempo Presente está imersa ainda numa outra fronteira, "aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados" (RICOEUR, 2007, p.456). Prestam-se de modo eletivo a uma transposição historicizante de certos conceitos psicanalíticos, caídos no domínio público, como traumatismo, recalque, retorno dos recalcados, denegações, etc. Afinal, em que prateleira deixar a herança que se constituía em cinzas autoritárias?

---

[78] Editorial: A espera do indulto. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 29 de agosto de 1979.
[79] S. W. A verdadeira segurança. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 30 de agosto de 1979.

4.3 “Após 21 anos de espadas, platinas e esporas”: o fechamento do ciclo

O ano-acontecimento 1984, dez anos após a ressignificação da importância do voto e das eleições, em 1974, foi construído social e simbolicamente como um ano de intersecção entre tempos pelos operadores da mídia - tanto pela imprensa local quanto pela grande imprensa. As mobilizações da sociedade em favor das *Diretas Já* estiveram presentes nas narrativas midiáticas que escreviam aquele ano como histórico, *marco* da História política e novo tempo para o *Brasil democrático* que queria votar em presidente.

Esta última parte do trabalho se voltará aos tempos que procederam à derrota da emenda Dante de Oliveira quando da eleição do primeiro presidente civil desde 1964, Tancredo Neves. Um novo marco foi fabricado, após tantos outros, para que a memória histórica da redemocratização ganhasse mais um anteparo narrativo.

A narrativa da *Folha de São Paulo* acompanhou o repertório discursivo dos principais agentes envolvidos na busca por entendimentos e conciliações em torno de uma medida que fosse viável diante da crise e da frustração daqueles que ansiavam a eleição direta em 1985. Contudo, as notícias que circundavam o futuro do país, já envoltas na eleição via colégio eleitoral, *mitificaram* a figura de Tancredo Neves - então candidato indireto à Presidência, como representante daquela sociedade *desde sempre democrática*. A movimentação delineou então, um eleitorado que não votava, mas que fazia campanha.

A imprensa, desde que o projeto de distensão do Presidente Geisel havia sido anunciado, atuou como organizadora de narrativas da transição acerca de acontecimentos singulares e atribuíram-lhes sentidos específicos. Na fabricação midiática destas narrativas, a redemocratização passou a ser um horizonte a ser acelerado, e estabeleceu uma função de mantenedora das memórias e mediadora da “opinião pública”, num diálogo constante entre passado, presente e futuro, organizador de percepções históricas.

Baixada a poeira do dia 25 de Abril, quando da rejeição da Emenda Dante de Oliveira, o país via-se na mesma incerteza da véspera. E apesar da frustração, em editorial, a *Folha de São Paulo* aventava que o *nosso futuro* estaria inscrito em algum lugar das *conversas* entre os políticos, ou seja, nas negociações e conciliações a serem feitas. Mas refletia ainda a relevância da participação da sociedade civil durante as mobilizações pró-diretas para a organização do calendário da redemocratização:

> Assim como pôs em xeque o cronograma "lento, gradual e seguro" da abertura controlada, a mobilização da sociedade surpreendeu aqueles que estavam acostumados a invocá-la ritualmente, e, na falta dela, refletir bem ou mal as demandas sociais sem na verdade representá-las. Houve um momento entre o Comício de Belo Horizonte e o do Rio de Janeiro, em que os mesmos bombeiros de agora tentaram apagar ou pelo menos domesticar a chama dessa mobilização. A Candelária e o Anhangabaú aconteceram apesar deles e os obrigaram a correr na frente para não serem atropelados. Por fim, se a sociedade passa a influir no curso dos acontecimentos como uma força resistente às negativas do governo e às dubiedades da oposição que pretende liderá-la, por outro lado ela não pode dispensar lideranças que ajudem a viabilizar institucionalmente o objetivo a que se propõe. A imprensa, os meios de comunicação, as associações civis são instrumentos hábeis para dar ressonância à vontade coletiva, para esclarecê-la e expressá-la. Contudo, é responsabilidade indeclinável dos partidos políticos e do Congresso canalizá-las para a construção de uma ordem institucional onde ela se reconheça[80].

O editorial concertava as narrativas da *Folha* predominante após a rejeição da Emenda: as manifestações pró-diretas seriam estimuladas, a pugna erguida pela sociedade era ainda aventada, no entanto, a partir daquele momento, eram prioritárias as negociações de bastidores entre as lideranças políticas buscando algum tipo de ajuste diante do novo quadro que foi montado na primeira metade de 1984. Em 1º de junho, Ulysses Guimarães comandou um comício em Brasília, no qual, "numa sucessão de quarenta pronunciamentos e uma sinfonia de buzinas de automóveis com coral, [Brasília] repudiou as negociações que conduzem ao Colégio Eleitoral a escolha do próximo presidente".[81] O comício de Brasília foi ainda procedido pelo comício em São Paulo que concentrou aproximadamente 100 mil pessoas na Praça da Sé[82], e pela passeata-comício que levou cerca de 100 mil pessoas à Cinelândia no Rio de Janeiro, a favor das *Diretas Já*.[83]

Como se torna evidente com tais comícios, a derrota da emenda Dante de Oliveira não diluiu a campanha pelas eleições diretas presidenciais. Além do que, mesmo com a não aprovação da emenda, o movimento *Diretas Já*, mesmo que sem *vencer a guerra*, pôde enfraquecer o já exausto regime militar. Edson Bertoncelo destaca que a derrota da emenda teve algumas importantes consequências. Entre elas, "enfraqueceu os setores das oposições partidárias cuja estratégia baseava-se na 'defesa incondicional' do restabelecimento imediato da eleição direta e favoreceu aqueles que aceitavam disputar eleição indireta", o que no PMDB significava o enfraquecimento de Ulysses Guimarães e o fortalecimento de Tancredo

---

[80] Editorial Agora, o 13 de maio. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 28 de abril de 1984.
[81] Brasília reúne 15 mil pedindo diretas-já. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.4, 2 de junho de 1984.
[82] 100 na Sé. Hoje o dia é do Rio. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p1, 27 de junho de 1984.
[83] No rio, 100 mil enfrentam a chuva e exigem diretas. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.10, 28 de junho de 1984.

Neves, com melhores condições para articular os apoios do PDS. O cientista político destaca também que a derrota da emenda minou a chance de candidatura do então Vice-presidente Aureliano Chaves diante das dissensões dentro do partido o seu apoio anterior à aprovação da Emenda Dante de Oliveira, circunscrevendo a candidatura pedessista em torno de Paulo Maluf. Além do que, ao manter as regras sucessórias via Colégio Eleitoral, "o núcleo do regime conseguiu controlar os efeitos mais transformadores da crise política desencadeada em 1983 e intensificada nos quatro primeiros meses do ano seguinte". Segundo o autor "o restabelecimento da eleição direta em 1984 abriria maior espaço de participação política para amplas camadas sociais e, no limite, poderia liquidar o regime militar e permitir a reconstrução do Estado e do regime político sobre novas bases sociopolíticas, provavelmente mais democráticas" (BERTONCELO, p.179). Era necessário frear as mudanças e mantê-las sobre a tutela do regime.

Apesar das movimentações que visavam não esmorecer os ânimos pró-diretas da sociedade mobilizada, a frustração abateria o país novamente quando a Emenda Leitão foi retirada do Congresso, poiscontinha dispositivos liberalizantes inclusive a restauração do pleito presidencial direto para 1988. O Presidente Figueiredo, segundo editorial da *Folha*, perdera mais uma oportunidade de "mediante um gesto de estadista, recuperar a imagem do seu governo, completamente desgastada perante a opinião pública, reconciliando-se com a Nação e conquistando a consagração da História".[84] Os impasses estavam longe de cessar e a atitude do Presidente, culminou na organização da Frente Liberal por dissidentes do PDS, que contava inclusive com a presença marcante do então Vice-presidente Aureliano Chaves. A proposta de primeira hora da Frente era o ajustamento de um governo de conciliação para a sucessão presidencial. O documento divulgado na *Folha de São Paulo* apontava "o imobilismo, a intransigência e o faccionismo" como "fatores de desagregação e radicalização que acentuam o distanciamento entre governo e povo"[85]. Com o desligamento de Aureliano Chaves, em agosto, a Convenção Nacional do PDS elegeu então Paulo Maluf como candidato do partido à presidência, ao derrotar o ministro Mário Andreazza. A Convenção do PMDB, por sua vez, escolheu Tancredo Neves e José Sarney, recém filiado ao partido, como candidatos à Presidente e Vice-presidente da República.[86]

Sob aquela conjuntura, a Frente Liberal concretizou o acordo que ficou conhecido como "Aliança Democrática", pela qual os dissidentes do PDS, convencidos da

[84]Editorial Nação frustrada. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 29 de junho de 1984.
[85] Frentistas pedem união nacional. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 6 de julho de 1984.
[86] Maluf vence por 143 votos e vai enfrentar Tancredo na indireta. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 12 de agosto de 1984.

inconveniência de continuarem no barco da ditadura, aliaram-se ao PMDB, apoiando a eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Com os votos dos dissidentes, a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral estava fadada. A dissidência pedessista, reforçada por dois ex-presidentes, acabou sendo o sinal verde para que Tancredo Neves abandonasse Belo Horizonte e partisse rumo ao Planalto. A narrativa predominante sobre a campanha eleitoral de Tancredo Neves configurou-a como *novo marco histórico*.

> Politicamente, nem 1984 terminou com o último dia de dezembro, nem 1985 começa hoje. O primeiro acabou-se há muitas semanas, desde que falhou, por absoluta de apoio até mesmo das corporações militares, a derradeira tentativa continuísta e grupal, que teve como fatos culminantes a série de notas e ordens-do-dia encabeçadas pelo general Walter Pires, e culminadas com a exibição do cafajestismo do general-presidente e de seus ministros fardados no palanque oficial, onde assistiram a parada do 7 de setembro. O segundo só vai começar, de fato, a 15 de março, quando a contragosto, Figueiredo passará a faixa presidencial a Tancredo Neves, primeiro chefe de Estado civil brasileiro após 21 anos de espadas, platinas e esporas. Ao encerrar seu ciclo de tutela direta, os salvacionistas de 1964 homenageiam a si mesmos.[87]

Mais uma vez é possível identificar a atribuição de sentidos históricos a eventos específicos pela narrativa jornalística. A partir de uma orquestração de datas significativas, ela hierarquiza o incidente e o que tem relevância para a contribuição da musicalização da História. Atribui positividades ou narra o incidente como negativo, corrompido, desmoralizado. Destarte, era preciso acertar os ponteiros, ajustar o calendário, os novos dias e os anos passados.

> Vivemos em uma situação especial e esdrúxula e, para acertar o calendário, talvez devêssemos fazer como César, que criou o chamado "ano da confusão", de 455 dias, quando ajustou a contagem do tempo nos termos com pequenas alterações, que até hoje usamos. De qualquer modo, dentro de 15 dias, Tancredo Neves estará indevidamente eleito, mas devidamente consagrado por um apoio generalizado de que não pôde dispor nenhum dos presidentes saídos das urnas populares, inclusive Janio e Getúlio, que quase alcançaram maioria absoluta de votos, que só Dutra conseguiu conquistar".[88]

Duas questões fundamentais estavam presentes: a primeira é a constatação de que datas e periodizações obedeciam às necessidades circunstanciais e atribui-se a ela papel fundamental na organização diária da mídia. A segunda constatação é que a organização temporal da narrativa jornalística atribuía à vitória eleitoral de Tancredo Neves o fim de um ciclo histórico. A partir dali ensaiava-se um período de transição que viria a fixar um novo tempo num futuro próximo, mas ainda incerto, com a eleição direta do sucessor de Tancredo

[87] RODRIGUES, Newton. Começo de ano. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 1º de janeiro de 1985.
[88] RODRIGUES, Newton. Começo de ano. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 1º de janeiro de 1985.

Neves. Àquele acontecimento atribuía-se um sentido histórico e com ele era permitido que se ressignificasse o passado ao passo que adentrava suas perspectivas de futuro.

Mais uma vez, a pesquisa aqui mobilizada, ampara-se na produção do acontecimento midiático. Para finalizar a feitura deste trabalho, optou-se por brevemente adentrar mais este *marco* que se somava aos *pontos de curvatura* da redemocratização. Não que estejamos negligenciando o estudo das estruturas, contudo a partir das escolhas que são próprias do historiador, optou-se pela análise de acontecimentos que envolveram as narrativas jornalísticas durante o período aqui estudado, seus laços e diferentes tempos quando da escritura do evento que, no seu presente, passaria a edificá-lo como objeto memorialístico, como parte da cultura e da memória histórica do período.

No ensaio sobre o movimento entre evento e estrutura, o historiador Reinhart Koselleck indica que, na narrativa histórica - e também historiográfica -, a datação "é imprescindível para que se possa organizar e narrar esse conteúdo constituído de eventos. Mas a datação correta é apenas pressuposto, e não uma determinação da natureza daquilo que se pode chamar de 'tempo histórico'" (KOSELLECK, 2006, p.13) No entanto, a cronologia permite contemplar "os lugares nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços de experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe" (KOSELLECK, 2006, p.14):

> Que se vá 84. E com ele os últimos 20 anos, ao fim dos quais os militares talvez tenham entendido que só lhes compete exercer as funções constitucionais. Nenhuma outra. Porque senão o resultado é isso que aí está: duas décadas de administração desastrosa. Nada se impõe pela força, nem na melhor das intenções. A sensação de alívio por tudo que se encerrou nesse 31 de dezembro e a de esperança que se iniciou nesse 1º de janeiro não está a crédito de um candidato apenas, mas principalmente a débito de um regime incompetente.[89]

É observando esta relação dos homens com o tempo, e sua atribuição temporal própria, que Koselleck afirma estar o tempo histórico "associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações" (2006, p.14). Naquele momento, a importância estava aventada na concretização de um calendário eleitoral. Findava-se um ciclo autoritário e iniciava outro: *eleitoral, democrático, brasileiro.* Dentro das mudanças possíveis, ao serem aventados os pleitos eleitorais, havia uma discussão sobre o *Brasil dos brasileiros*.[90]

---

[89]GOTIJO, Ricardo. Adeus às armas. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2,2 de janeiro de 1985.
[90] GOTIJO, Ricardo. Adeus às armas. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2,2 de janeiro de 1985.

> O elemento prioritário no processo a desencadear-se com a escolha do sucessor do presidente Figueiredo, mesmo através do voto indireto, deverá ser o povo. Não se trata de falar em nome dele. Trata-se de mobilizar a sociedade brasileira, por intermédio de seus elos representativos – como os sindicatos, associações, entidades, etc – para influírem desde agora na tomada de decisões que irá definir o destino do país a curto, médio e longo prazos. Porque é transitório e originário de uma aliança de forças heterogêneas, o poder a vista não se exime de subordinar-se à vontade popular, exercida com clareza e sem intermediários. As velhas lideranças, que emergiram do tempo, ressuscitadas de vinte anos atrás, ou as que sobreviveram às intempéries da ditadura como rolhas de cortiça, não poderão sobrepor-se aos anseios populares, justamente nessa mudança de ciclos, em que qualquer tipo de tutela tornou-se, no mínimo, ridículo.[91]

A conciliação no interior dos partidos políticos fora de suma importância para o processo de transição que desaguaria na eleição de Tancredo Neves, no entanto, o apoio popular e a mobilização da "opinião pública" a favor da candidatura do ex-governador marcou mais uma vez o acontecimento em seu sentido histórico a partir do apoio inconteste da grande imprensa e da sociedade civil que emendou sua campanha pelas *Diretas* à campanha pela eleição indireta de Tancredo Neves. Além do que, segundo Alceu Mendonça, era preciso que a campanha ganhasse as ruas para construir uma legitimidade popular em torno de Tancredo capaz de pressionar os membros do Colégio Eleitoral a votar no candidato da oposição (2005, p.171).

É nesse sentido que se pode afirmar que a atuação da imprensa em movimentos de grande repercussão e que envolvem demandas singulares constrói uma espécie de pertencimento, onde a sociedade, outrora banida dos seus direitos, vestia-se de sua verdadeira identidade: democrática. Destarte, podemos afirmas a importância da fabricação de acontecimentos-memória pela imprensa que acabam por repercutir no engendramento das estruturas que envolvem culturas políticas. As estruturas - aqui as culturas políticas - envolvem os modelos constitucionais, formas produtivas e as relações de produção, as tradições, os costumes jurídicos, que regulam o decurso da vida em sociedade e que implicam maior duração e estabilidade. Narração (dos eventos) e descrição (das estruturas) "se ajustam de modo que o evento se torna um pressuposto para proposições estruturais", e o contrário também acontece. "Um evento também pode ser um indicador de circunstâncias sociais, jurídicas ou econômicas de longo prazo". (KOSELLECK, p.138). A conciliação em trono da eleição de Tancredo Neves e o apoio inconteste da sociedade evidenciam traços da cultura

[91]GOTIJO, Ricardo. Adeus às armas. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2,2 de janeiro de 1985.

política democrática brasileira: traços conciliatórios, tanto no que se refere às ações políticas quanto às construções de memórias.

> Ao fim de uma segunda ditadura, um vento de bons presságios percorre o Brasil de norte a sul. [...] A partir da campanha pelas eleições diretas, o povo sentiu que pode e deve participar da vida nacional. E daí reside a razão de toda essa esperança disseminada no Brasil. [...] O ano de 1984 veio provar mais uma vez que o povo é invencível. Pode sofrer derrotas parciais, mas no fim é sempre vencedor. O exemplo aqui está: finda mais uma ditadura. O Brasil se prepara para uma nova etapa de sua História. Laboriosa e conscientemente vamos começar de novo.[92]

A força da ideia de romper definitivamente com o regime autoritário "podia ser traduzida numa expressão cunhada pelo próprio Tancredo: sua vitória e seu consequente governo seriam o início de uma 'nova era', de uma 'Nova República'" (MENDONÇA, 2005, p.171). Tancredo Neves já havia fortalecido sua imagem de combatente da ditadura. Erguera-se como voz da democracia junto de outros personagens que ganharam respaldo durante a campanha pelas *Diretas*. Com isso aglutinou a expectativa de todos os dissidentes do regime. Estampou a possibilidade de fechamento do ciclo. Mesmo que negociada.

> O próximo momento de democracia e de debate entre os brasileiros virá, e nisso todos concordam, com a Constituinte. [...] Uma mobilização pela Constituinte começa, pois, a se articular, antes mesmo da posso do futuro Presidente. Mais do que qualquer outra coisa o fato demonstra que a luta pela democracia pode ter mudado de aspecto, podem ter-se alterado as condições em que se manifesta, mas sua necessidade não aferreceu na consciência dos cidadãos.[93]

A "consciência dos cidadãos" era entornada pela "opinião pública" que estampava o noticiário de amplos meios de comunicação e ganhava as ruas do país. Ação estratégica de angariar os votos no colégio, que deveriam representar a vontade dos cidadãos brasileiros. O colégio, por sua vez, era composto por 686 membros, sendo 479 Deputados, 69 Senadores, e 138 delegados das Assembleias Legislativas. Reunidos em Brasília, escolheriam "o futuro presidente de 120 milhões de brasileiros, desempenhando funções que, noutras circunstâncias, caberiam a cerca de 60 milhões de eleitores".[94] Criado em 1967 tinha como objetivo ratificar decisões sucessórias previamente tomadas pelo núcleo do poder revesti-las com um manto de legalidade e, sobretudo, cassar o direito dos cidadãos de escolher seus dirigentes. Naquele momento, contudo, prestes a sufragar o nome de um candidato oposicionista, paradoxalmente aquele órgão votava por sua extinção. O desejo de mudança, aliado ao profundo repúdio nacional a Paulo Maluf, ajudaram a precipitar a derrocada do continuísmo.

---

[92] TEIXEIRA, Nireu. Começar de novo. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2. 12 de janeiro de 1985.
[93] Editorial Campanha pela constituinte. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2. 11 de janeiro de 1985.
[94] Editorial O ultimo colégio eleitoral. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2. 15 de janeiro de 1985.

> Esvaziada a candidatura oficial, o Colégio elegerá, pela primeira vez desde que foi criado, um presidente civil e da oposição. Que a reunião de hoje marque um avanço rumo à democracia significa, sobretudo, que esta instituição tornou-se incapaz de cumprir sua missão original, ou seja, a de conter qualquer tentativa de redemocratização. Transformou-se, portanto, até mesmo para os atuais detentores do poder, num organismo vazio e inútil. Esta reunião do colégio eleitoral, porém, assume grande significado simbólico, pois marca o fim de todo um período da História do país. Sua importância reside assim conforme anseia a Nação, precisamente em ser a última.[95]

A própria imprensa construiu o que deveria ser simbólico e tornar-se-ia chave de reminiscências sobre o fechamento do ciclo autoritário. É nesse sentido que Koselleck bem propõe que há uma transposição de experiências outrora imediatas em conhecimento histórico. Na cronologia, os "*flashbacks* ou avanços em direção ao futuro como meio estilístico de representação (é só lembrarmos os discursos de Tucídides), servem para elucidar o momento crítico ou decisivo no decurso da narrativa" (KOSELLECK, p.134). É por meio dessa *direção ao futuro*, que aquele 15 de janeiro ficouinscrito no tempo narrado pelo jornalismo.

> Num dia como o de hoje, é bom lembrar o poema mais citado do mundo. "Se puderes enfrentar o triunfo e o desastre – e tratar esse dois impostores do mesmo modo [...] então serás uns homem". como diz RudyardKipling. E mais, como reza a sabedoria popular brasileira: "A vitória tem muitos pais, a derrota é órfã". [...] Repensar, reconstruir, reconciliar são verbos ativos como convém ao Brasil de hoje.[...] Não teria sentido este reencontro do País com a democracia, se fosse pra ficar tudo como está. Passada a comemoração do triunfo e o luto do desastre, tem de haver esperança. [96]

Em 15 de janeiro de 1985, a vitória de Tancredo Neves acabou por ser tranquila. O ex-governador mineiro obteve 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf. Dezessete abstenções e nove ausências foram registradas. Dali pontuava-se uma nova experiência temporal que articularia a vida em sociedade: tempo de esperanças, de novo ciclo. Marco final de uma história inaugurada em 1964. Agora as memórias precisavam ser objeto de reflexão para que as pedras fossem retiradas do caminho. É evidente que a negociação de líderes foi extremamente importante para a consagração de Tancredo Noves no Colégio Eleitoral, no entanto é importante destacar que as conciliações sempre tiveram papel de destaque nas ações

---

[95]Editorial O ultimo colégio eleitoral. Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.2, 15 de janeiro de 1985.

[96] PARHAT, Said. Tendências e Debates: Repensar, reconstruir, reconciliar. (O autor era jornalista ex-diretor da revista visão e ex-ministro da comunicação social do governo Figueiredo). Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.3, 15 de janeiro de 1985.

políticas brasileiras e a própria sociedade civil - e a imprensa - buscava conciliar-se com seu passado, com as ações de outrora e encontrava alguma conveniência em apoiar, naquele momento, a eleição negociada de Tancredo Neves. A trajetória de Tancredo Neves, segundo aponta Mendonça, fora marcada por votações fracas e eleições apertadas e nunca antes havia sido considerado um líder político carismático (2005, p.169). Porém, no decorrer da campanha pelas *Diretas*, Tancredo Neves se transformou num candidato popular, uma unanimidade política, consagrado primeiro pela enunciação de oposição à ditadura que já durava dez anos, depois pela estratégia retórica da inauguração da "Nova República". Atuante sábio em conciliações casava as necessidades mais urgentes daquele momento. O apoio da sociedade às *Diretas* foi transferido à campanha de Tancredo. Considerava-a *segundo round* da primeira em direção ao fim da ditadura (MENDONÇA, 2005, p.171)

> A eleição de Tancredo para Presidência da República marcou o fim de um ciclo na vida política brasileira. Se o momento é da valorização da democracia, e da esperança de implantá-la em breve, não se trata, contudo, de simplesmente virar uma página da História do País, da recusa de encarar de frente o que foi o período autoritário e avaliá-lo com maturidade. Sua memória não pode desaparecer na cômoda impressão de que, hoje, os desmandos e táticas condenáveis que o caracterizaram não seriam mais concebíveis, ou de que são felizmente coisas do passado. (...) O autoritarismo não significa apenas as violências, as prisões políticas, as torturas, os exílios, nem somente os casuísmos, a ojeriza ao voto popular e ás mobilizações de massa. Também se enraízam aí – nesta desigualdade básica com que divide os cidadãos têm sensatez e os que não tem – o contumaz desrespeito à opinião pública, à memória dos cidadãos, o descompromisso com qualquer ideia da qual não se possa tirar imediata vantagem pessoal, o uso sistemático da desinformação e do desrespeito. [97]

O círculo se fechava. Houve uma construção específica de memória histórica pela *Folha de São Paulo*, na qual os *ditadores* seriam os únicos responsáveis pelo regime de exceção. A narrativa eximiu a maior parte da sociedade, mesmo os que foram diretamente beneficiados, como a própria grande imprensa, de responsabilidades quanto ao golpe, quanto às torturas, aos arbítrios, às prisões ou, até mesmo, quanto aos colaboracionismos e adesões. Essa memória permaneceria eficaz e constantemente ativa.

"Olhos cegos, ouvidos moucos, num contato impossível". Dois mundos paralelos: "De um lado, a ditadura e os crimes. De outro, a sociedade que os *desconhecia*. Esta dualidade tem sido um eixo estrutural das memórias, da construção da *memória coletiva* da luta armada e da ditadura" (ROLLEMBERG, 2006, p.8 - 9). Memória coletiva esta corroborada pelas produções de narrativas de opinião entremeadas à fabricação de memória

[97]Editorial:"Que seja uma democracia melhor". Folha de São Paulo, 1º Caderno, p.1, 16 de janeiro de 1985.

histórica. Como adverte Pierre Laborie, esta memória coletiva "não necessita da opinião para existir. Existe sem ela, ator social invisível, subterrâneo, presente e arraigado nas estruturas mentais das sociedades humanas. Mas ela só se torna verdadeiramente coletiva e dominante e, portanto, um fato social, quando conta com a intermediação, a aceitação e o apoio da opinião" (LABORIE, 2009).

A opinião, segundo Pierre Laborie (2009), "é um processo, um movimento em evolução permanente influenciado por múltiplos fatores, o qual exprime uma relação com o tempo e dele decorre". Depende, nesse sentido, "dos regimes de temporalidades, das representações cruzadas entre passado, presente e futuro. O sentido que a memória dominante - ou as diversas memórias sociais - dá ao passado intervém de maneira decisiva nas representações que a opinião faz do presente". O hábito de recorrer à História na construção de opinião demonstra a importância dos marcos para montar o cenário histórico.

Há um consumo de memória, através do qual a sociedade - e a própria imprensa - compra a narrativa memorialística que transfere um sentimento de pertencimento mais adequado. Na conjuntura estudada aqui o da sociedade amplamente democrática, inocente, retirada de seus direitos universais durante os idos das décadas de 1960, 70 e 80. Esta identificação com a sociedade resistente é corroborada ainda pela construção memorialística das esquerdas. Denise Rollemberg adverte que há um *esquecimento das memórias*, "ou a não-compreensão do passado, a ignorância de nós mesmos, de quem somos, dos valores e referências que estão nas nossas raízes e que não podem ser desprezados, sempre transformados sim, em mudança, mas que explicam as opções em determinados momentos" (ROLLEMBERG, 2006, p.9). O fato é que as memórias e opiniões conformam *histórias* e *marcos* que, inclusive, são levados à cabo pela própria produção historiográfica.

Como bem observa Janaina Cordeiro, a historiografia, por vezes, aceitou 1985 como marco final da ditadura, incorporando o discurso da memória, ano "fértil em acontecimentos e representações que terminam por consolidá-lo, pelo discurso memorialístico, como o ano do fim da ditadura militar": além da vitória da oposição no colégio eleitoral, a autora sublinha que aquele foi "o ano em que a expectativa da moderada liderança de Tancredo Neves se desfez diante da sua estranha doença e inesperada morte", transformado em mártir e "grande herói da Nova República" (CORDEIRO, 2012, p.40).

> Sua vitória foi o resultado de uma estratégia eleitoral ousada, mas realista, que atuou em duas frentes: nos membros do Colégio Eleitoral e na população para legitimar sua imagem e também para pressionar cada parlamentar eleitor. Em resposta à frustração gerada em torno da derrota das *Diretas Já*, primeiro momento de condensação do "Imaginário Popular Oposicionista", Tancredo foi o símbolo do

> rompimento do autoritarismo e o maior responsável pela democratização. Sua vitória foi, ao mesmo tempo, conservadora e popular. Conservadora diante das circunstâncias de um Colégio Eleitoral e a partir de uma aliança com os dissidentes do PDS. Popular, tendo em vista que com o aval e apoio do povo ele sagrou-se o "Sr. Nova República" (MENDONÇA, 2005, p.180).

Foi nesse momento também que o telejornalismo, em destaque a Central Globo de Jornalismo, sofria importantes inovações tecnológicas e na estrutura de produção, passando a investir na integração do público brasileiro "a uma indústria da notícia de caráter ainda mais abrangente, através de formatos narrativos baseados na figura central de apresentadores e repórteres, verdadeiros "porta-vozes" de uma "comunidade imaginada" em bases eletrônicas". A televisão se adequava então à "questão democrática" que vinha enraizando-se desde meados da década de 1970 (PALHA, 2001).

Ainda de acordo com a mesma autora citada acima, com uma "deliberada omissão na cobertura da participação dos diversos setores da sociedade civil junto ao processo político daquele momento" a programação da emissora "seguiu no apoio ao processo eleitoral indireto urdindo sentidos em torno da imagem e posteriormente da mitificação política de Tancredo Neves, mediando pelas telas o espaço mais imediato de contato entre sociedade política e sociedade civil". Um espaço privilegiado de formação da opinião pública em suas muitas trocas e ressignificações simbólicas e, sobretudo, de produção de determinada memória nacional, num país que se habituava cada vez mais a se "re-conhecer" pela televisão (PALHA, 2001).

Na narrativa midiática aqui analisada há não só a construção do vínculo do personagem político com a nação, que o autoriza - "unidade" -, mas igualmente a de "coerência" de seus elementos identitários cuidadosamente casados com a história política nacional e finalmente, sua "continuidade" temporal, a partir do legado da conciliação.

> É quando, na catarse de purgação da dor gerada pela perda, a reapropriação da narrativa televisiva redimensiona os medos e as tristezas, recuperando no jogo de contrários o equilíbrio do prazer. Como na ficção novelesca, aqui a narrativa leva à redenção de um final feliz: o mito transcende as fronteiras da morte e consagra-se como um valor moral a ser seguido (PALHA, 2011).

A mídia, na sociedade atual, amplifica a significância do acontecimento e atribui-lhe sentidos. Adjetiva-o como histórico, interpreta-o, retoma-o, revira-o e mantém o *vai e vem* do jogo passado-presente. Este trabalho não é inocente e perpassa a estrutura cognitiva chamada "história". Jörn Rüsen salienta que a identidade está localizada no limite entre origem e futuro, "uma passagem que não pode ser abandonada à cadeia natural dos eventos, mas tem que ser intelectualmente compreendida e alcançada". Identidade esta que é produzida através

das memórias e pela evocação do passado no presente, “processo pode ser descrito como um procedimento muito específico de criação de sentido” (RÜSEN, p.17).

A organização da vida humana através das narrativas e percepções temporais atingem as formas de pertencimento da sociedade. Por este princípio, “terá encontrado a cultura histórica de nosso tempo, e especificamente os estudos históricos atuais (entendidos como disciplina acadêmica) uma resposta convincente ao desafio das arrebatadoras experiências históricas negativas do século XX?” (RÜSEN, p.190). Para esta questão o historiador ressalta que:

> A *Historicização* é uma estratégia cultural de superação das consequências perturbadoras das experiências traumáticas. No exato momento em que as pessoas começam a contar a ‘história’ do que lhes aconteceu, dão o primeiro passo rumo à assimilação de eventos perturbadores dentro do horizonte de sua visão de mundo e da compreensão de si mesmas. Ao cabo desse caminho, a narrativa histórica dá à perturbação traumática um lugar na cadeia temporal de eventos (RÜSEN, p.195).

O passado imiscui-se no presente e atua a contrapelo na sociedade contemporânea. Passado, presente e futuro confundem-se nas narrativas históricas da imprensa, todavia coexistem em uma mesma informação, em um mesmo evento narrado e, por assim dizer, produzem certo sentido temporal. A matéria jornalística por vezes reescreve um acontecimento passado de uma forma diferente a cada presente: o significado do acontecimento noticiado é alterado sempre que é novamente interpelado. Por sua vez, o historiador do tempo presente, preocupado com a propagação de símbolos, valores e representações - em um presente dotado de sentido histórico - encontra no espaço jornalístico um ordenador de acontecimentos e uma mobilização de memórias que contribuem para uma análise das narrativas da transição do regime autoritário para a redemocratização política. O espaço de comunicação construiu-se então como palco da luta democrática do país e seus signos manifestaram-se nas páginas dos jornais, constituídos em portadores por excelência da ordenação democrática. Diante do jornalismo impresso não se deve cair na armadilha de adotar uma perspectiva linear e unívoca, ou seja, evitar pensar a história da imprensa como um longo percurso em direção a um tempo mais democrático e, portanto, a uma gradativa e inexorável ampliação da esfera pública, pois o tempo longo dessa história é recriado, reinventado e reposto em cada conjuntura.

5. Considerações Finais

Foi salientado neste trabalho que o processo de transição política brasileira aconteceu de formas diferentes de acordo com a escala de análise: movimentações políticas de Lages e movimentações em nível nacional, grande imprensa e imprensa local; estruturas e acontecimentos. O governo municipal da cidade de Lages, em Santa Catarina, que se fez conhecer pelo lema *Força do Povo*, foi tomado como um dos diferentes nós de articulação das linhas que conformaram a dinâmica política de então. O alcance das novas significações atribuídas à democracia e à participação popular, bem como a construção de narrativas expressas com alguma nitidez, ganharam formas singulares quando abordadas na escala das dinâmicas e dos fenômenos sociais situados à margem do processo político mais abrangente.

A partir dos *pontos de curvatura* verificados nas relações entre imprensa e redemocratização, três acontecimentos-memória destacaram-se por seus resvalos em um regime que perdia legitimidade. Entendeu-se aqui que um importante *ponto de curvatura* da atuação da imprensa no que se refere a seu papel central na *questão democrática*, aconteceu em 1975, quando da morte do jornalista Vladimir Herzog. E então, sua atuação como fomentador do processo de transição ganhou relevo a partir das narrativas sobre o acontecimento-esquecimento Lei de Anistia, em 1979. Além de ser responsável por redefinições ainda mais acentuadas na curva em direção à redemocratização e da construção da memória histórica sobre o ciclo autoritário e a abertura política quando da eleição de Tancredo Neves e a sua "Nova República". A Lei da Anistia permitiu o retorno do ex-deputado Márcio Moreira Alves ao país. Interessado pelos processos administrativos adotados pela prefeitura de Lages, escreveu a obra "A Força do Povo", na qual relatou a experiência de democracia participativa na cidade e esta tornou-se um dos possíveis símbolos da redemocratização naquela altura.

Estes diferentes "nós" (marcos do processo de transição) permitiram enlaçar as narrativas da *Folha de São Paulo* com as do jornal *Correio Lageano*, para compreender a correlação entre processos de longo alcance temporal e a produção de acontecimentos midiáticos que reorganizaram sentidos, imaginários, símbolos e linguagens sobre o ciclo ditatorial e o processo de transição para um regime democrático no Brasil. Para tanto, foi efetuada a seleção de uma rede de narrativas jornalísticas que engrenou uma determinada orquestração de memória histórica, a partir de acontecimentos específicos narrados amplamente pela imprensa. No elo com esses acontecimentos-chave, adentramos os processos eleitorais na cidade de Lages, por entendermos que as eleições têm o poder de estrear — não

isoladamente — novas configurações políticas e sociais, as quais transmutam culturas políticas na contemporaneidade.

Os desdobramentos sociais, culturais e políticos dos processos que se desenrolaram no ano de 1984 e a valorização do voto popular, simbolizado pelo movimento *Diretas-Já*, foram compreendidos aqui como parte da agregação de diversas e diferenciadas ações amplamente noticiadas pela imprensa, tomadas como parte da crise do regime, da abertura e da posterior redemocratização. No entanto, a redemocratização envolveu uma série de movimentos, narrativas e conjecturas que foram ordenados em torno do ano de 1974, como momento de atribuição dos sentidos de um novo patamar da *tradição democrática brasileira*. Naquele ano as eleições adquiriram um sentido novo, na configuração de então, o que resvalou na narrativa da imprensa e nas avaliações por ensejo da data comemorativa do decênio do golpe.

Os processos eleitorais foram dotados de amplas implicações, ao permitir que as redes políticas, as coalizões partidárias, os usos políticos do passado, as mobilizações de memórias de lideranças e o silenciamento de outras, fossem evidenciados. René Remond adverte que as eleições são "um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e seus movimentos". Segundo o mesmo historiador, as eleições têm direito a um lugar privilegiado como elemento incomparável de informação sobre os movimentos de opinião (2003, p. 40-42). A ressignificação das eleições, em 1974, geralmente vinculada ao crescimento parlamentar da oposição ao regime, também exprimiu-se no âmbito municipal, o qual envolvia um tipo de retórica específica e, muito significativamente, abriu espaço para ensaios de democratização em pontos diferentes do território nacional. Além do que, estratégias em torno de demandas específicas e aspectos das culturas políticas ganharam contornos mais nítidos, cujas dinâmicas podem ser acompanhadas pela a imprensa, como um veículo privilegiado na elaboração dos repertórios através dos quais eram traduzidos aqueles movimentos.

Auge do regime militar, ainda em 1972, quando o otimismo oficialista conjugou-se à mais intensa repressão aos movimentos contrários ao regime, ocorreu em Lages uma suposta ruptura de uma máquina eleitoral de base familiar que controlava o poder público há décadas e abriu caminhos para que lideranças emergentes representassem esperanças democráticas no município. Em 1976, em meio às tentativas da ditadura para conter o avanço do MDB em novas vitórias eleitorais, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, ocorreu a eleição de Dirceu Carneiro e o início de uma trajetória que daria à cidade, por pouco tempo, a notoriedade exemplar de símbolo da redemocratização. Porém, nesse jogo de revezes que é a eleição, no processo de 1982, após a reforma partidária que havia redefinido as correlações de forças

políticas, o PMDB, que aglutinava as lideranças da gestão democrático-participativa em Lages, não conseguiu eleger um sucessor na cidade e a experiência não teve continuidade, no momento em que o país consolidava um calendário de redemocratização e os canais de participação passavam a serem reivindicados e, mesmo que lentamente, alcançados.

Nos entretempos entre as eleições municipais do período, o regime manteve em funcionamento certos mecanismos e procedimentos de uma democracia representativa. Eram os paralelos paradoxais: ao mesmo tempo em que Vladimir Herzog (e outros muitos) eram mortos e/ou torturados nas dependências do II Exército, o AI-5 era acionado pelo *presidente da distensão*, os canais de propaganda política eram proibidos com a Lei Falcão e a censura à imprensa continuava operando em jornais e revistas da grande imprensa e também da imprensa alternativa; o Congresso e o Judiciário continuaram em funcionamento, manteve-se a alternância na presidência da República; permaneceram as eleições periódicas; e os partidos políticos, apesar de haver uma atividade partidária limitada principalmente no decorrer do bipartidarismo, ainda existiam (KINZO, 2001). Em síntese, a peculiaridade estava nesse arranjo que "combinava traços característicos de um regime militar autoritário com outros típicos de um regime democrático" (KINZO, 2001).

Foi nessas tramas da longa transição política que a grande imprensa e, no caso aqui estudado, a *Folha de São Paulo*, transmutou sua atuação e com isso a construção de memórias no decorrer do período da transição. Essa mudança foi notada a partir da morte de Herzog e, sob a Presidência de Figueiredo, com o AI-5 extinto, no apoio à aprovação da Anistia que, embora limitada, permitiu a reintegração à vida pública de políticos exilados. Em sua mudança de hábitos, a *Folha* também aclamava pelo esquecimento. O esquecimento total. A anistia irrestrita.

A partir dali, com a lei partidária que havia posto fim ao bipartidarismo criado em 1966 — o que envolvia ainda uma estratégia do governo de fragmentar a oposição ao regime e diluir as possibilidades de ampla vitória dos dissidentes do regime —, a reivindicação pelo fim do regime autoritário desaguou na campanha pelas *Diretas Já* em favor da Emenda Dante de Oliveira, e após a rejeição desta pelo Congresso Nacional, na eleição via Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves. Evidentemente foi uma transição lenta, negociada, controlada: *conciliada*. Mas a própria atribuição de sentidos à memória histórica daqueles anos foi afetada pelo processo de perda de legitimidade do regime. A partir de meados da década de 1970, identificar-se com o autoritarismo passou a ser constrangedor e a grande imprensa apresenta fortes indícios históricos desse processo. O amplo apoio ao golpe civil-militar de 1964 era memória proibida. Durante a transição todos foram *resistentes* à ditadura, todos foram

democráticos. As interpretações de Laborie sobre o Regime de Vichy na França podem ser úteis na medida em que o autor propõe a existência de uma zona cinzenta ou ambivalência nas relações entre sociedade, incluindo a imprensa, e os regimes autoritários, o que vai além da versão simplificadora de um Estado opressor e uma sociedade vitimada. A realidade é difusa. Nem apenas resistentes, nem apenas colaboradores. O próprio processo de transição permitiu que os posicionamentos se transmutassem ao longo do período, isso fica evidente na análise que fizemos da atuação da imprensa em diferentes circunstâncias no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Mais uma vez, a reflexão acerca da veiculação de memórias a partir dos recursos das mídias de massa, associados à construção de acontecimentos, rende bons frutos para a História do Tempo Presente. Nessa trama que envolveu os anos-acontecimento, as eleições municipais e os acontecimentos-memória da grande imprensa, buscou-se destacar as diferentes "redemocratizações" representadas em diferentes escalas: temporais, espaciais e narrativas. Manteve-se uma correlação constante entre processos de longo alcance temporal e a produção de acontecimentos que acabam por reorganizar sentidos, imaginários, símbolos e linguagens no período de transição política brasileira. Acontecimentos são narrados e ressignificados constantemente e o pesquisador depara-se, assim, com os vínculos entre passado, presente e futuro, seja na produção de memórias ou de esquecimentos, o que comporta o desafio de atentar ao presente-futuro exposto pela imprensa.

6. Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira.** Sociologia, problemas e práticas. n.º 48, 2005, pp. 53-65 Lisboa. Disponível em: http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/193/1/SOCIOLOGIA48_cap04.pdf

_____.**A modernização da imprensa** (1970 – 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **Jornalismo cidadão**. Estudos Históricos, Mídia. Rio de Janeiro, nº 31, 2003/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/339.pdf#search=%22Jornalismo%20cidad%C3%A3o%22>.

ALVES, Marcio Moreira. **A Força do Povo:** democracia participativa em Lages. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. **O despertar da revolução brasileira**. Lisboa: Seara Nova, 1974. 283p.

ALVES, Marcio Moreira; BAPTISTA, Artur. **As eleições de 1978 no Brasil**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 3, Dezembro de 1979: 29 – 52. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão [et al.] (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 161-175)

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre mudança de regime político**: o caso brasileiro. Revista de Sociologia e Política nº17: 11 – 31. Novembro de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a02n17.pdf

BARRETO, Cristiane Manique. Entre-laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. in: RAMPINELLI, Waldir J (Org.). **História e poder:** a reprodução das elites. Florianópolis: Editora Insular, 2003, p.163-182.

BERNSTEIN, Serge. "Culturas Políticas e Historiografia" In: AZEVEDO, Cecília [et al.] (orgs.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

BERTONCELO, Edson. **A Campanha das Diretas e a Democratização.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe Miguel. **Orgulho e preconceito:** a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOUSSEIVAIN, Jeremy. Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas:** métodos. São Paulo: Global, 1987, p. 195 – 223.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia.** Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945 – 1979).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

CIAMBARELLA, Alessandra. "Anistia ampla, geral e irrestrita": a campanha pela anistia política no Brasil (1977 – 1979). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2002.

CHARTIER, Roger.Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lyan (org).**A Nova História Cultural.** HUNT. São Paulo: Martim Fontes, 1992. p.211- 238.

CORDEIRO, Janaina. ***Lembrar o passado, festejar o presente:***as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre História e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

DANTAS, Audálio. **As duas guerras de Vlado Herzog:** da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986. 158p.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luís Carlos Delorme. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1977-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano** - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. p. 207-241.

FÁVERO, Tâmyta Rosa. **Tramas e desenlaces eleitorais:** o cenário político na "velha Lages" durante a ditadura militar (Lages, SC, década de 1970). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Departamento de História, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente:** desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94,nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. http://pt.scribd.com/doc/118260273/HTP-Desafios

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, 200p.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha et al. (orgs). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007. P. 43-63.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a ARENA: dos revolucionários de primeira hora ao partido do sim, senhor. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a Ditadura Militar, 40 anos depois (1964 – 2004).** Bauru: Edusc, 2004.

HARTOG, François. Tempo, História e a escrita da História: a ordem do tempo. Revista de História 148 (1º - 2003), 09-34. Disponível em:http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952

_____. Regime de Historicidade.In: **Time, History and the writing of History: the order of time,** KVHAA Konferenser. Estocolmo: 1996, v. 37, p. 95-113. Traduzido por Francisco Murari Pires. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/ hartog/hartog.html. Acessado em 17 maio 2010.

JACOBINA, André Teixeira. **As eleições parlamentares de 1974: as clivagens na ARENA e no MDB baiano.** Revista de História, 3, 1 (2011), p. 71-92. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2011_1/a05.pdf

JORDÃO, Fernando Pacheco. Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil. 6ª Edição, São Paulo: Global Editora, 2005.

KINZO, Maria D'Alva. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 200. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400002&script=sci_arttext&tlng=es

_____. Novos Partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar. **Voto de Desconfiança:** eleições e mudança política no Brasil (1970 – 1979**).** São Paulo: Editora VozesLtda, 1980, p.223.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise** – uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Pelo viés da colaboração:** a imprensa no pós-1964 sob outro prisma. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 27-38, dez. 2007.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. FGV Editora, 2009, p. 79-87.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 88.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **Voto de Desconfiança:**Eleiçõese mudança política no Brasil (1970 – 1979). São Paulo: Editora VozesLtda, 1980.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____História E Memória. Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Quem lê tanta notícia? Imprensa, mídia e sociedade no Brasil. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Orgs.) **Leituras do Passado.** Campinas: Pontes Editores, 2009.

MARTINS Filho, João Roberto. **A guerra da memória**: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 28, dez. 2002. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDONÇA, Daniel. **A vitória de Tancredo neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É.** ALCEU - v.5 - n.10 - p. 164 a 185 - jan./jun. 2005 Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n10_mendonca.pdf

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo** (1921 – 1981). São Paulo: Impres, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História:** Novos Estudos.Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MÜLLER, Angélica. **"Você me prende vivo, eu escapo morto"**: a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar.Revista Brasileira de História*On-line version* ISSN 1806-9347 Rev. Bras. Hist. vol.31 no.61 São Paulo 2011 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882011000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

NAPOLITANO, Marcos. Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977 – 1984). Curitiba: Juruá, 2006.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (org.). **História: novos problemas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

PALHA, Cássia Rita Louro. **Televisão e política**: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. Revista Brasileira de História vol.31, nº62, São Paulo Dezembro de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882011000200012&script=sci_arttext

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Rev. Bras. Hist.,São Paulo, v. 26, n. 52, Dec. 2006 .

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: entre estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990. 68p.

PEREIRA, Mateus Henrique. A História entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura. Ler História, nº57, 2009, pp.59 – 71.

PEROSA, Lilian M. F. de Lima. Cidadania Proibida: o caso Herzog através da imprensa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 76.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, nº3, 1989, p.3 – 15.

POMIAN, Kryzstof. Ciclo. In: ROMANO, Ruggiero. (dir.) *EnciclopédiaEinaudi*, vol. 29. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993, p. 12-91.

PRADO, Luís Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá Earp. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1977-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano - O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. p. 207-241.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social.Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

RAMOS FILHO, Celso. **Coxilha Rica:** Genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Insular, 2002.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 316 páginas.

REIS, José. **O Tempo Histórico como "representação intelectual".** Fênix. Revista de História e estudos Culturais. Vol.8. ano VIII. n 2. 2011. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Dossie_04_Jose_Carlos_Reis.pdf

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, Anistia e Reconciliação.**Estudos históricos, vol.23 n°.45 Rio de Janeiro Jan./Jun., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100008&script=sci_arttext

RÉMOND, René. **Por uma história política.**2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. REVEL, Jacques (org). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Denise Felipe. **A anistia brasileira:** antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1576.pdf

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora daUNICAMP, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papirus, 1994. Tomo I.

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia entre a memória e o esquecimento**. História Unisinos, Vol.13, nº2, maio/agosto de 2009.

ROLLEMBERG, Denise. **Ditadura, intelectuais e sociedade: o Bem-Amado de Dias Gomes.**In: AZEVEDO, Cecília [et al.] (orgs.). **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio deJaneiro: Editora FGV, 2009. P. 377-398

_____. "Esquecimento das memórias". João Roberto Martins Filho (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar.** São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91). Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ESQUECIMENTO_DAS_MEMORIAS.pdf

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político.** Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n30, pp.9-22. 1995.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Coord.). Usos e abusos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica:** teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2010.

_____. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história.** História da historiografia, número 02,março de 2009.
Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/12/12

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 330 p.

SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 42, Aug. 2001 .Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021&lng=en&nrm=iso>.access on 18 Feb. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poder e política:** crônica do autoritarismo brasileiro, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

SILVA, Elizabeth Farias da Silva. **O fracasso da oposição no poder –** Lages: 1972 – 1982.Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. – (O Brasil Republicano, v.4)

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História*On-line version* ISSN 1806-9347
Rev. Bras. Hist. vol.22 no.44 São Paulo 2002 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008

SILVA, Sonia Maria de Meneses. **A operação midiográfica:** A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (2a. ed.).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

TRAVERSO, Enzo. Historia e memória. Notas sobre um debate. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **Historia reciente:** perspectivas y desafios para un campo enconstrucción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar S. de. **A revolução do vencedor**. In: Ciência e Cultura, v. 29, p. 25-32, 1977.

VICO, Viviane. Anistia e grande imprensa: alguns apontamentos sobre a cobertura dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e revista Veja entre 1978 e 1979. In: I Encontro de Pesquisa de Graduação em História, 2009, Campinas. Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História, 2009.

WAGNER, Jonilda. **José Paschoal Baggio:** da madeira ao jornalismo. Lages: BampiEditora, 2009.

WEFFORT, Francisco. Por quê democracia? In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 483-519.

WOLF, Eric. Explicando a complexidade. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Org.). **Antropologia e Poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.